HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 13

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 13
Rio Grande do Sul

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, Rio de Janeiro–RJ, Belo Horizonte–MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

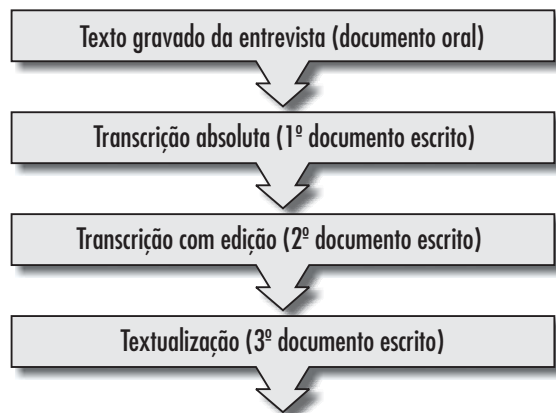
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Ruy de Paula Couto

O General Ruy de Paula Couto é natural de Porto Alegre, onde nasceu em maio de 1916. Ingressou no Exército no então Colégio Militar de Porto Alegre, sendo praça de 6 de março de 1934.

Declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 11 de janeiro de 1937 pela Escola Militar do Realengo, foi classificado no 1º Grupo de Obuses 105 (1º GO 105), sediado na Vila Militar-RJ. Ainda como oficial subalterno e Capitão, serviu em tradicionais Unidades de sua Arma, na Vila Militar e no Rio Grande do Sul, destacando-se como Instrutor de Tiro, Instrutor-Chefe do NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva) e exímio atirador.

Cursou a Escola de Estado-Maior (EEM), ainda no posto de Capitão, no triênio 1946/1948. Após sua conclusão, passou a integrar o seleto corpo de instrutores daquela Escola que aplaudiu suas promoções, por merecimento, a Major, em março de 1951 e a Tenente-Coronel, em setembro de 1954, depois de obter o conceito "Excelente" no curso da Escola de Artilharia do Exército dos EUA – Fort Sill e Fort Bliss.

Classificado na 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) no final do ano seguinte, chefiou a 3ª Seção daquela Divisão até ser novamente convidado para fazer parte da equipe de Instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) nova denominação da EEM.

Em 1959, freqüentou a Escola Superior de Guerra (ESG) como estagiário do Curso Superior de Guerra. Depois de diplomado, chefiou a Seção de Planejamento do I Exército.

Comandou, sucessivamente, o 3º Grupo de Artilharia de Costa (3º GA Cos) – Forte Copacabana, em 1961 e, dois anos mais tarde, já Coronel por merecimento desde dezembro de 1962, o 3º Regimento de Obuses 105mm (3º RO 105) – Regimento Mallet.

Combateu as Insurreições Comunista em 1935 e Integralista em 1938 e participou ativamente da Revolução de 1964, quando respondia pelo comando da Artilharia Divisionária da 3ª DI (AD/3), em Santa Maria, RS.

Ainda em 1964, a convite do Comandante do III Exército, assumiu a 2ª Seção e, em 1966, a subchefia do Estado-Maior daquele Comando de Área. Mercê de suas excelentes qualidades profissionais, foi nomeado Adido do Exército na República Oriental do Uruguai, cargo que desempenhou até maio de 1969.

General-de-Brigada a partir de julho daquele ano, chefiou o Estado-Maior do III Exército, o Gabinete do Estado-Maior do Exército (EME) e comandou a Artilharia Divisionária da 6ª DI (AD/6). Como General-de-Divisão, posto galgado em novembro de 1975, exerceu os cargos de Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial e comandante da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria (5ª RM/5ª DI).

Distinguido entre os pares, conquistou o mais alto posto da carreira – general-de exército – em novembro de 1978, sendo nomeado chefe do Departamento Geral de Serviços (DGS) de onde se retirou para a reserva, em setembro de 1981.

Segurança Nacional, Educação e Desenvolvimento foram os principais temas abordados nas inúmeras palestras proferidas em diversas Instituições de Ensino e Organizações Não Governamentais (ONG), durante sua brilhante carreira.

Desportista de escol, foi pentacampeão de tiro do Exército, na modalidade Oficial-General, e pratica o radioamadorismo.

Ao longo de sua carreira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, recebeu inúmeras condecorações, outorgadas por nossas Forças Armadas, órgãos e entidades dos governos Federal e estaduais e pela República Oriental do Uruguai.

Entrevista realizada em 29 de Junho de 2000.

É uma satisfação tê-lo como entrevistado neste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964. O senhor é um oficial brilhante, primeiro colocado em sua turma do Realengo e menção "Muito Bem" (MB) na ECEME; galgou todos os postos da carreira militar, sendo hoje General-de-Exército. O senhor trouxe um texto escrito; quando lhe for conveniente, ele poderá ser consultado.

O então Coronel Ruy participou intensamente da Revolução de 1964, pois era Comandante do Mallet (3º Regimento de Obuses 105 mm – 3º RO 105) e Comandante interino da AD/3, Unidade e Grande Unidade integrantes da maior guarnição militar do interior do Brasil, situada em Santa Maria, no coração do RS. O senhor dispõe de um tempo livre para relatar a sua vivência e os fatos marcantes daquela época conturbada e, depois, passaremos às perguntas, se for o caso.

É uma satisfação estar aqui e, satisfação maior ainda, ver esta iniciativa de realizar entrevistas com os companheiros que assistiram, acompanharam e participaram da Revolução de 1964; quase todos esquecidos no decorrer do tempo. Hoje em dia, poucas pessoas têm conhecimento daqueles fatos; então se não perpetuarem esse conhecimento, ele se perde na história.

Comandei o Forte Copacabana entre 1961 e abril de 1963. Nesse período, preparei a Unidade para o combate à subversão, deixando-a treinadíssima para cumprir qualquer operação de controle de tumulto e tudo o mais que fosse exigido, tanto é que foi a primeira a envolver-se e a revoltar-se na época da Revolução.

Quando estava completando o comando – fiquei exatamente dois anos, nenhum dia mais – fui convidado pelo General Franklin (Franklin Rodrigues de Moraes) para ser o Chefe de Estado-Maior[1] da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), em Porto Alegre. Estava me preparando para vir quando soube que o General Franklin fora preterido na promoção; se não me engano, pelo General Oromar (Oromar Osório); eram dois generais-de-brigada.

O Oromar estava em Santiago e foi promovido na frente dele.

Fui ao Estado-Maior do Exército (EME) e disse que não viria mais para Porto Alegre. Lembro que um companheiro de lá ainda me disse:

– Ah! Mas qualquer general que for para lá, vai gostar muito de tê-lo como seu Chefe de Estado-Maior.

– Fui convidado pelo General Franklin e não aceito ser Chefe de Estado-Maior de outro general e também não aceito ir para Porto Alegre.

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números

Estava naquela situação de dúvida para onde iria, quando o General Reynaldo (Reynaldo Mello de Almeida), grande amigo, me perguntou:

– Por que tu não pleiteias o Comando do Mallet; está nomeado para lá um Coronel que não quer ir de jeito nenhum.

– É uma idéia boa!

Como eu conhecia o General Ferraz (Lindolfo Ferraz Filho), Chefe-de-Gabinete do EME, fui a ele e falei:

– Estou entregando o Comando do Forte Copacabana e sei que há uma grande dificuldade para colocar um comandante no Regimento Mallet. Se for possível, gostaria de ir para lá.

– Mas que maravilha, estamos mesmo precisando.

E assim fui nomeado Comandante do Mallet. Passei o Comando do Forte Copacabana em 16 de abril e, em vinte e poucos dias de maio estava assumindo em Santa Maria.

A partir de então ficamos bem mais isolados dos acontecimentos; em Santa Maria não sabíamos muito bem o que acontecia no País, só sentíamos aquela subversão terrível que graçava, uma gritaria pedindo reformas de base e tudo mais pelo que o governo estava empenhado. Todo mundo estava preocupado, mas sem saber o que poderia acontecer, apenas mantendo sempre a tropa informada e pronta para qualquer eventualidade.

Durante o mês de março de 1964 aconteceram aqueles fatos lamentáveis lá no Rio de Janeiro. Foi chocante saber do comício da Central do Brasil no dia 13, na frente do nosso Quartel-General, com a presença do Presidente da República e toda sua equipe, um mar de comunistas agitando bandeiras. Aconteceu ainda a anarquia dos marinheiros que se revoltaram e carregaram o Almirante Aragão (Cândido Aragão) nos ombros; um acinte à hierarquia e à disciplina.

Durante um desfile da Guarnição, na cidade, o bispo de Santa Maria me perguntou:

– Coronel, aonde é que vamos parar com este País assim?

– Dom Sartório, o senhor pode ficar tranqüilo, porque mais um acontecimento desses e se resolve o problema todo – respondi de pronto.

– O senhor acha!?

– Eu não acho, tenho certeza!

– Ah, tomara Deus!

No fim do ano fomos para o campo fazer uma grande manobra da DI, durante a qual choveu uma barbaridade. Quando o exercício estava se encerrando, eu disse ao General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo):

– Antes de cada Unidade seguir para seu quartel, vamos desfilar pela cidade.

– O nosso pessoal está imundo, é tudo barro vermelho; as viaturas estão com lama até o teto – ele argumentou.

– General, melhor ainda, porque vamos mostrar como estamos trabalhando; que não estamos só dentro do quartel fazendo faxina e ordem-unida.

E desfilamos com toda aquela tralha de subtenente, todos e tudo embarrado e sob um verdadeiro temporal. A cidade parou, a população veio para a rua e nos aplaudiu vivamente; foi uma das mais bonitas paradas que já vira até então.

A partir de meados de março passei a responder pelo Comando da AD/3; não era Comandante interino porque continuei como comandante efetivo do Mallet. As instalações da AD estavam dentro do Regimento – acredito que até hoje seja assim – então eu respondia teoricamente, porque estava sempre dentro do "meu quartel". Era até chamado de colega porque permanecia mais no Mallet; qualquer necessidade na AD, eu ia lá para resolver.

Lá pelo dia 26 ou 27 de março, disse ao pessoal que viria a Porto Alegre, para conversar com o Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura) e com o General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos) porque eles deveriam estar bem mais informados do que nós. Fui no fim de semana e conversamos muito, aqui no quartel da DI. Lá pelas tantas o Fontoura me sugeriu:

– Vamos fazer o seguinte: eu te darei todas as freqüências e horários da nossa rede-rádio e vamos nos falar direto; do Mallet conosco e vice-versa.

– Tudo bem, ótima idéia.

– Mas retorna logo para Santa Maria porque a coisa está para estourar.

Viajei no dia seguinte, um domingo. Nem consegui colocar em execução o esquema idealizado, porque poucas horas depois chegou lá, recém-chegada do Rio, a proclamação do Castello Branco, que me foi entregue pelo Coronel Edmundo (Edmundo da Costa Neves), chefe da 9ª Circunscrição do Serviço Militar (9ª CSM) – fora colocado ali como castigo, por suas convicções políticas. Levei o documento para o quartel, reuni os oficiais e o li todo. Alertei quanto à necessidade que tínhamos de permanecermos vigilantes e muito preparados porque pressentíamos que a situação atual não persistiria por muito tempo.

Logo em seguida, no dia 31, começaram a chegar os boatos e, à noite, já tivemos a notícia, através das emissoras de rádio, que a 4ª DI havia se revoltado e estava se deslocando de Minas para o Rio de Janeiro; soubemos ainda que o II Exército ficara "meio para lá e para cá", mas no fim também aderira. Conversei muito com o General Poppe que, várias vezes, mostrou-se constrangido. Senti que ele não estava contra o movimento, mas inibido por um dever de gratidão para com o General Jair (Jair Dantas Ribeiro) o ministro. Então eu o alertei:

– General, a questão não é mais pessoal, estamos em uma situação de fato e o país não pode mais agüentar esses comunistas. Se não agirmos agora, se esperarmos mais um pouco, viraremos uma República Sindicalista.

– Pois é! – foi a sua resposta lacônica e evasiva.

E ficou naquele "pois é". Outros companheiros telefonaram para ele; eu estava lá quando o General Garrastazú (Hugo Garrastazú) comandante da 3ª DC (3ª Divisão de Cavalaria), de Bagé, telefonou, dizendo que estava com problemas. Ele só dizia:

– Pois é..., não..., sim..., eu estou bem...

Ficou só nos monossílabos, e nós sem sabermos bem o que estava acontecendo.

A partir do dia 1º, quarta-feira, o General Poppe normalmente se recolhia em torno de meia-noite. Depois eu saía de jipe, com o motorista, para percorrer os pontos críticos da cidade; ia até a sede do partido comunista, ao sindicato dos ferroviários, passava pelo outro lado da linha, na vila operária e, se estava tudo tranqüilo, voltava para o quartel, chegando normalmente em torno de cinco, cinco e meia da madrugada. Eu repartia o quarto com o Agostini (Gabriel D'Annunzio Agostini) e com o Major Rolim (Heronildes Sobreira Rolim), meu subcomandante efetivo. No dia 2, depois da ronda, quando me preparava para levantar, a fim de retornar ao QG, ainda no alojamento dos oficiais, vi o Major Rolim virar-se para o Agostini e falar:

– Coronel, temos que revoltar este Regimento! Não podemos esperar mais!

Na mesma hora falei:

– Calma, calma que nós vamos juntos com a DI, se nós nos "levantarmos" antes, criaremos mais problemas. Santa Maria é uma Guarnição muito importante e não convém; aqui é um centro nervoso. Eu sei que a DI irá conosco, tenho certeza.

Fui para o QG entre 8h30m e 9h, e encontro reunidos na sala do comando da DI os meus velhos conhecidos: Prefeito e Diretores da Viação Férrea. Como a ferrovia (Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e os ferroviários eram encargo do Mallet, eu tinha que dialogar com eles por causa das greves e outras atividades da classe e acabei conhecendo aquelas figuras todas. A presença deles me intrigou, mas depois o General Poppe me disse que eles tinham ido até lá para oferecer a formação de composições que iriam levar nossas tropas. Não me contive:

– Levar nossas tropas para onde?

– Recebemos ordem do III Exército!

Recém tínhamos recebido a ordem. Chegara primeiro para os ferroviários e depois para a DI. Determinava que uma ou duas companhias do 7º Regimento de Infantaria (7º RI) fossem lá para cima da serra e que duas Baterias do Mallet...

– Espera aí! – não deixei que ele terminasse de falar – o senhor não pode tirar nenhum soldado de Santa Maria. O senhor quer entregar a Guarnição para os

comunistas? O que nós temos que fazer é uma manobra sobre Porto Alegre. Nós já não temos a 2ª DC conosco?

– Temos, temos a DC!

Não contávamos com a 1ªDC; a 3ª aderira ao movimento, embora o General Garrastazú estivesse na dúvida de que se poderia cumprir alguma missão.

Então consegui um mapa e, ali na hora, montei uma manobra:

1. Ordem para a 2ªDC:

a) deslocar um grupamento tático motorizado pela BR, não devendo ultrapassar o corte do arroio Iruí – é um arroio junto de Cachoeira do Sul; a ponte que o atravessava havia caído;

b) atingido aquele ponto, fazer ligação com a Guarnição de Cachoeira do Sul – eu sabia que pelo menos a Unidade de Artilharia comandada pelo Mattos Júnior (Francisco de Mattos Júnior) era nossa – e coordenar o prosseguimento juntos, se for o caso.

2. Ordem para o 8º RI de Santa Cruz do Sul – não sabíamos muito bem se estavam conosco ou não:

– deslocar-se na direção de Porto Alegre, não ultrapassando Montenegro.

3. Ordem para o 9º RI, comandado pelo Coronel Danton Duro (Danton do Amaral Duro) – esse sabíamos que era do outro lado:

– deslocar um batalhão pela BR-2 (hoje BR-116), não ultrapassando Camaquã sem ordem.

Quer dizer, viriam três peças de manobra na direção de Porto Alegre e parariam para coordenar o prosseguimento. Aí comentei com o General:

– O mais importante de tudo isso não é a manobra, é transmitirmos via rádio, pela fonia, no modo ostensivo. Vamos pedir também ao Capitão Duarte (José Carlos Duarte), que servia no Mallet e era radioamador, para transmitir a notícia através da Cadeia da Liberdade – estações de rádio, capitaneadas por São Paulo, que apoiavam a luta anticomunista.

E assim foi feito. Depois me contaram que o Jango, o Brizola e a turma toda, reunidos no QG do III Exército, receberam ou ouviram a notícia da manobra. Em um dado momento o Jango teria perguntado ao Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil):

– General, quanto tempo temos antes de essa tropa chegar aqui?

E o Assis Brasil com aquele jeitão dele meio gauchesco, respondera:

– Ora tchê, se essa tropa veio motorizada, pela estrada, direto, é uma questão de horas, em pouco tempo estarão chegando.

O Jango então deu a palavra final:

– Vamos embora, pô!

E de imediato se deslocaram para o aeroporto, de onde foram para o Uruguai. Isso é o que contam.

Até aqui, meu relato foi de caráter geral, mas agora vou rememorar alguns detalhes do que aconteceu lá na Guarnição de Santa Maria, RS.

O General Poppe realmente custou a decidir. O Coronel Menna Barreto (Ramão Menna Barreto) falava muito com ele, pois era seu chefe de Estado-Maior, e eu, de minha parte, também. Pressionávamos dizendo:

– General, não podemos esperar mais!

Até que no dia 2, quando cheguei no QG, o General me mostrou um papelzinho rascunhado. Li; era a decisão dele e, entre outras coisas, dizia: "(...)A 3ª DI adere aos companheiros da 4ª Região Militar e do II Exército(...)." Ele me perguntou:

– Posso contar contigo e com todo o teu Regimento?

– General – respondi de pronto – estou segurando o Mallet para ele não se revoltar. Claro que o senhor conta inteiramente conosco. Eu não queria sair sozinho. Só lhe peço para retirar: "adere aos..." e colocar: "a 3ª DI se levanta contra a comunização do Brasil".

Na minha frente, ele riscou e retificou os termos da decisão.

Eu trouxe um documento precioso que é uma cópia do relatório da 3ª DI sobre os acontecimentos de 31 de março de 1964 (Anexo). Na ocasião, quando vim para Porto Alegre, pedi uma cópia do documento oficial remetido de Santa Maria e a tenho guardada. Nela consta com detalhes tudo o que ocorreu naquela época.

O senhor sabe que no início dos nossos trabalhos, remexi toda a 2ª Seção, porque eu sabia da existência desses relatórios, que foram solicitados para todas as Guarnições e que resultaram em documentos elaborados sem atropelos, bem pensados, muitos até comedidos. Pois bem, todos foram recolhidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e não se tem mais acesso a eles.

É estranho, porque penso que todos nós deveríamos ter uma cópia de tudo. Quem não gostaria? Eu, pelo menos, a guardo com carinho.

Sob a minha ótica, faltou escrever algo naquele relatório. Talvez porque eu estava em uma situação peculiar: respondia pelo comando da AD e permanecia sempre ao lado do General Comandante da DI, tentando influenciá-lo a tomar uma decisão rápida a fim de que se adotassem as providências necessárias.

Várias ações foram desencadeadas muito antes da DI ter-se decidido pela Revolução. Mandei ocupar a gare da Viação Férrea, as oficinas do km 3 e outra instalação que havia no km 2; foram ocupadas as estações de rádio. Enfim, o Regimento Mallet ocupou pontos, desde a cidade até a Base Aérea, no bairro de Camobi, numa extensão de 14km.

Não chegou a haver tumultos, porque fizemos uma proclamação de "governo militar", proibindo a reunião de mais de duas pessoas. De vez em quando, o pessoal

desafiava essa proibição. Os ferroviários reuniram cerca de quinhentas pessoas e iniciaram uma agitação na frente da sede deles, na Avenida Rio Branco. Casualmente, o edifício onde eu morava situava-se defronte ao referido local, de maneira que estava acostumado, pois sempre faziam aquela baderna – reuniões de protesto como hoje em dia os militantes petistas fazem em praça pública. Só disse para o General:

– Deixa comigo. Vou mandar dissolver.

Claro, a ação decorrente da minha decisão seria imediata; era gritar para o Regimento Mallet e pronto. O General não teve outra resposta:

– Então manda.

Chamei o Capitão Maya (Ahyr Maya), Comandante interino do II Grupo e determinei que empregasse sua tropa em dispositivo de controle de tumulto e acabasse com aquela reunião. Na mesma hora pedi ao General Poppe:

– General, preciso de um pelotão de carros de combate do 3º Batalhão de Carros de Combate Leves (3º BCCL), em reforço ao Mallet, porque quero ordenar-lhe a missão.

Ele não teve dúvida, atendeu o meu pedido. Então mandei colocar o Pelotão junto à estação ferroviária e posicionar um carro de combate em cada pista, voltado para o montante da avenida, com a metralhadora e as fitas de munição à vista e o atirador bem postado. O Mallet iniciou o movimento lá por cima naquela formação em cunha e começou a cutucar o pessoal com a baioneta. A maior parte dos nossos soldados era de origem alemã, uns gringos fortes. Depois da operação, eles, brincando, diziam assim:

– "É! Os primeiros nós cutuquemos..."

Quando os manifestantes começaram a sentir a baioneta fizeram meia-volta. Olharam lá para baixo e viram aqueles dois carros apontando as metralhadoras; debandaram na hora, sumiram. Não obedeceram a ordem do Capitão Ahyr para evacuar a rua, mas saíram naquela disparada toda, uma correria mesmo. Em cada rua que eles entravam, uma turma do Mallet fechava a boca da rua e, em poucos minutos a área estava limpinha.

Todos os moradores da redondeza postaram-se nas sacadas e nas janelas batendo palmas. E os soldadinhos que ficaram de guarda foram tratados a pão-de-ló. As senhoras ofereciam lanches, docinhos, salgadinhos, coca-cola, tudo o que tivessem, para os soldados. Elas diziam:

– Toda a vida sonhamos em ver um espetáculo como este. Nem acreditávamos que seria possível um dia assistirmos algo assim.

Farei alguns comentários em torno da decisão do General Poppe lá no QG. O relatório detalha aquela decisão, mas quero relatar um diálogo que ocorreu com o Coronel Ito, comandante do 3º BCCL. Lembra dele?

Foi comandante de companhia aqui no CPOR/POA (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre)!

Ito do Carmo Guimarães, um militar sério, enquadrado e cumpridor de ordens. Ele estava em Porto Alegre acompanhando um filho doente. Quando eclodiu a Revolução, ele conseguiu esgueirar-se e viajou para Santa Maria. Chegou lá sem saber nada do que estava acontecendo. Por sorte, eu estava no QG na hora em que ele foi apresentar-se ao General Poppe e, não sei por que, até hoje, tenho na memória as palavras do General. Ele fez a seguinte indagação:

– Coronel Ito, a partir de agora a 3ª DI não acatará mais as ordens do III Exército, quero saber se posso contar com o senhor e com seu Batalhão!

O Ito tremeu na base; bateu calcanhares, tomou a posição de sentido e, quando ia abrir a boca para responder, não o deixei falar, coloquei a minha mão sobre sua boca e complementei:

– Ito, o General está dizendo que a 3ª DI se levantou contra a comunização do Brasil.

– Ah, bom! – relaxou – Aí, pode contar comigo; quanto ao meu Batalhão, vou ver como estão as coisas por lá.

Sabíamos que o BCCL estava "meio, meio". Então ele foi rapidamente para a sua Unidade. Depois ele me contava uma história interessante que ocorrera por lá:

– Paula Couto – ele me chamava assim – pô, eu estava conversando com o pessoal, falando sobre o nosso posicionamento, quando chegou a ordem da 3ª DI, determinando que o Batalhão colocasse um Pelotão em reforço ao Regimento Mallet. Aquilo foi uma maravilha. Foi quase um coro: "Quê? O Mallet está conosco! Então estamos juntos!"

A ordem da DI apressou e facilitou a adesão do Batalhão sem nenhum problema. São detalhes que só eu posso saber, pois vivi aqueles acontecimentos.

Depois disso estivemos montando aquela manobra sobre Porto Alegre, das quais dei as linhas gerais; posteriormente o General determinou ao Estado-Maior que a detalhasse, mas foi mais ou menos o que relatei.

Há um episódio que, posteriormente, teve grande repercussão em toda a área. O então Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes) que comandava o 5º Regimento de Cavalaria (5ºRC), de Quaraí, recebeu ordem para sair com um GT. Um Capitão insuflou os sargentos a se rebelarem contra a ordem e o Comandante prendeu todos os rebelados. Saiu com oficiais, cabos e soldados, mas saiu.

No meu quartel havia dois oficiais dos quais tinha dúvida sobre o posicionamento em face da Revolução. Um deles era o Major Vargas (Oswaldo Carmo Vargas), um homem bom, direito e pacato, mas muito ligado à figura do Jango. Uma ocasião ele me procurou e desabafou:

– Coronel, puxa vida, estão querendo acabar com meu partido.

Naquele tempo, o partido do Jango era o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Então ponderei:

– Não, pelo contrário. O problema é que todos os comunistas se refugiaram no teu partido. Agora vamos tirá-los de lá e o teu partido ficará decente de novo.

– Ah! Será que é isso mesmo?

– Claro que é isso!

Depois dessa nossa conversa ele ficou tranqüilo.

O outro oficial era o Major Luongo (Jorge Luongo), da AD. Fizeram uma pressão grande para que ele assumisse o comando do Regimento; não sei se corresponderia, mas fizeram a campanha para ele. Era um militar muito enquadrado e vivia com o nosso pessoal na cidade, participando daquelas operações de controle de tumulto. Os estudantes, orientados por suas lideranças, começaram a nos chamar de "gorilas". E o apelido pegou. Um certo dia o Luongo me disse:

– Comandante, o senhor está vendo que estão chamando o nosso pessoal de gorila.

– Que maravilha! Gorila não tem nem chifre e nem rabo. Então está muito bom, está ótimo.

Ele parou, balançou os ombros, mas não disse nem fez mais nada.

Eu não gostava de comandar enfurnado no gabinete. Ao entrar no quartel, de imediato ia ao rancho das praças para ver se estava tudo direitinho, depois tomava café da manhã com os oficiais, fazia a formatura do Regimento e passava a manhã inteira circulando. Eu conhecia todos os cantinhos, tudo o que havia atrás de cada porta e quem estava lá, pois sempre entrava, cumprimentava os sargentos, ou cabos, perguntava o nome, a situação de cada um, da família, dos filhos, se estavam no colégio, etc. Conhecia cada um deles, mantinha um contato cerrado e sabia que todos gostavam muito de mim. Uma ocasião, três sargentos – dos mais antigos – me procuraram e disseram o seguinte:

– Coronel, sabemos que o senhor não tem confiança nos sargentos Fulano, Cicrano, Beltrano, e...

Nominaram cinco colegas. Confesso que eu desconfiava de dois deles, mas os outros me passaram batidos. E eles prosseguiram:

– O senhor pode deixar que tomaremos conta deles...

– Fica inteiramente com vocês, nem tomo conhecimento.

– O senhor pode ficar tranqüilo.

E cada vez que um daqueles "duvidosos" era escalado Comandante-da-Guarda, por exemplo, um dos sargentos "vigilantes" ficava o dia inteiro tomando chimarrão e conversando. Quando ele saía, vinha outro e assim mantiveram o controle todo o tempo; não houve nenhum problema. Nem com oficiais e nem com sargentos.

Lembrei de uma outra situação vivida, que merece ser relatada. Lá pelas tantas, eu estava no QG com o Agostini e o General Poppe, quando chegou um rádio do General Costa e Silva. Além de outras coisas, estava escrito: "(...)na qualidade de oficial-general mais antigo assumo o comando(...)"; não tenho certeza de se era do Exército ou das Forças Terrestres, mas algo assim nesses termos: "assumo o comando". O General Poppe ficou assim, pensativo, reticente:

– O que vamos fazer?

Não tive dúvida em propor:

– O senhor deve responder que, na qualidade de oficial-general mais antigo na área deste Grande Comando, assume o comando do III Exército e que a sede passa a ser em Santa Maria.

Ainda meio pensativo, ele concordou:

– É, de fato, sou o mais antigo.

Então eu e o Agostini saímos para providenciar o referido rádio.

O General Poppe era mais antigo do que o General Ladário (Ladário Pereira Telles)?

Não! O Ladário tinha vindo para assumir o comando da 6ª DI e acabou por assumir o comando interino do III Exército, justamente porque era o mais antigo, na época. Mas na hora em que nós rompemos, quando a DI se levantou contra o Jango, rompemos inclusive com o Ladário. Então insisti com o General:

– O senhor, na qualidade de oficial mais antigo, assume o Comando do III Exército e a sede passa a ser em Santa Maria. E vamos enviar outro rádio convidando o Governador Meneghetti, que está em Passo Fundo, para transferir o Governo do Estado aqui para Santa Maria, onde ele terá toda a segurança e apoio.

Os rádios foram enviados e, posteriormente, recebemos até a visita de um oficial do gabinete do Meneghetti.

A situação das Grandes Unidades vizinhas está bem detalhada no relatório, de maneira que não preciso complementar. Apenas comentarei alguma coisa da 1ª DC, que era a perigosa. A bem da verdade, perigoso era o Comandante.

A 1ª DC era de Santiago do Boqueirão, comandada pelo General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva). A atitude dele foi mais pela amizade de "praças velhos" que o unia ao Jango e ao Jair.

O nosso pessoal foi até Santiago para fazer contato e uma sondagem sobre a situação. O Saraiva não só não permitiu que o nosso pessoal conversasse com seus oficiais, como determinou que se retirassem imediatamente da Guarnição.

Soube, através de uma entrevista, que, durante a viagem de avião que o levaria para Santiago, ele teria desabafado para o piloto – oficial da Aeronáutica:

– Sempre acertei o lado, mas desta vez acho que me quebrei, peguei o lado errado. Pressinto que estou em fim de carreira.

Outro detalhe que convém relatar é que tínhamos alguns problemas com a Brigada Militar. O comandante do Batalhão da Brigada Militar, Darcy Paiva Ethur, consta inclusive no relatório, tinha sido ajudante-de-ordens do Brizola e era totalmente do outro lado. Em compensação tínhamos lá um Batalhão de Abas Largas, comandado pelo Coronel Francisco Martins que era totalmente do nosso lado. No relatório consta uma passagem em que o Ethur foi pressionado. Havia também um tal de Coronel Prado, da reserva, que tinha uma fazenda ali por perto, em uma localidade chamada Formigueiro. Inclusive mandamos uma equipe procurá-lo e neutralizá-lo, porque era mais um dos homens muito ligado ao Brizola.

Finalmente, considero interessante fazer um comentário sobre o último parágrafo do relatório: "Merece ser destacada como a Unidade de moral mais elevado o 3º RO 105, que desempenhou na Guarnição de Santa Maria um papel muito importante pela coesão, rapidez e eficiência com que cumpriu as ordens do comando da Divisão."

Quem assina o relatório?

Esse documento foi expedido em 1965 e está assinado pelo General Canavarro (José Canavarro Pereira).

O General Menna Barreto reconhece a atuação decisiva do Regimento Mallet, para a consolidação da Revolução, em Santa Maria. Mas ele deu um certo valor à pressão que os oficiais do Estado-Maior dele exerceram sobre o General Poppe e às dificuldades que ele próprio passou pelo fato de ter ido a Uruguaiana conversar com o Coronel Sellmann (Luiz Serff Sellmann). Acredito que em Cachoeira do Sul também foi assim. O Comandante do Batalhão de Engenharia (3º BE Cmb) era o Coronel Boris (Boris Bromirski), uma belíssima pessoa – já falecido – mas já estava há oito anos no comando.

Em compensação no Grupo (3º Grupo de Obuses 155mm – 3º GO 155) estava o Coronel Mattos Júnior; o galego era muito firme e equilibrava um pouco as coisas.

Ele não era muito de conversa!

Outro detalhe interessante. Mandei fazer no Mallet, em Santa Maria, o que encontrei lá no Forte Copacabana. Lá, haviam riscado no chão, em cima das casamatas dos canhões 190 e 305, as direções de tiro para acertar no Palácio do Governo, Quartel-General e outros pontos mais. Em Santa Maria eu tinha seis Baterias e mandei preparar a direção contra a Brigada Militar – porque eu não sabia qual seria o posicionamento daquele Batalhão – e contra o 7º RI que, com dois Batalhões, era uma potência, ainda mais porque sabíamos que o Comandante, Coronel Firmo (Alberto Firmo de Almeida), era do outro lado, aliás, acabou cassado pelo Ato Institucional Nº 1 (AI-1). Disse para o meu pessoal:

– Eles que não se metam com a gente porque temos poder de fogo.

Graças a Deus tudo se consolidou sem dispararmos um tiro.

Agora, a marcha que fizeram nos moldes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi impressionante. Lotou a Avenida Dr. Bozzano. Montamos um palanque ao lado do QG, no fim da avenida, ali em frente ao Sétimo. Nesse palanque estavam todas as autoridades que haviam nos apoiado, inclusive o Prefeito em exercício Adelmo Simas Genro, pai do Tarso Genro – na época um garotão que, por sinal, foi até preso, porque andou fazendo anarquia na cidade. Aquela avenida ficou lotada, de ponta a ponta; nunca houvera, nem haverá, manifestação igual.

O General Menna Barreto se emocionou quando falou sobre esta marcha.

Foi, foi de emocionar mesmo.

Ele não esperava aquela reação.

Começou a marcha e nós, ali no palanque olhando, pensávamos que, logo, logo, veríamos o final da manifestação, o que não acontecia nunca; foi uma coisa realmente espetacular.

Agora vamos às perguntas. O senhor já esclareceu a parte mais importante, através deste seu excelente depoimento. Eu me admiro de que, só depois de tantos anos, quase meio século, fomos atentar para a necessidade de escrever sobre todos aqueles acontecimentos e de condensá-los em algum lugar, em um livro, por exemplo, que pode nem ser publicado, mas estará disponível para qualquer estudioso, pesquisador que quiser ler a história. Pouca gente conhece esses fatos ocorridos no interior.

É, não tem quem possa saber. Eu estou até admirado de ainda ter na minha memória todos esses fatos, e dou um exemplo final. Seguidamente eu tinha que acompanhar e administrar aquelas greves dos ferroviários. Uma delas, que se iniciaria na manhã de certo dia, coincidiu com a chegada do vagão pagador. Eles interromperam ou adiaram o início; receberam o dinheiro e, de tarde, reiniciaram o protesto. E eu lá, reunido com aqueles diretores todos, ouvindo aquela lengalenga: “Porque nós temos os nossos direitos, porque o direito de greve está assegurado, não sei o que mais.”

Eu os interrompi e simplesmente disse:

– Muito bem, mas a ferrovia é um próprio federal; se quebrarem um vidro sequer aqui, entro com minha tropa e fecho tudo.

Claro que eles respeitaram, pois sabiam que, se fosse preciso, eu entraria mesmo.

Vamos, então, para a primeira pergunta, referente aos antecedentes imediatos e preparação. O senhor chegou a escrever sobre isso?

Para cada item coloquei uma resposta bem pequena.

A subversão era generalizada e apoiada ostensivamente pelo Governo Federal que atuava de mãos dadas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com isso havia

quebra de hierarquia, em um processo para desmoralizar as Forças Armadas. O comício da Central do Brasil, com os líderes comunistas e de todos os segmentos da esquerda no palanque, ao lado do Presidente da República, pregando as reformas de base do modo que eles queriam e gritando *slogans* contra as instituições democráticas – o Brizola inclusive discursou pedindo o fechamento do Congresso – foi o espetáculo que mais revolta causou, tanto entre os militares como no povo em geral.

A revolta dos marinheiros – acolhidos no sindicato dos Metalúrgicos – e o almoço em homenagem a Jango, promovido no Automóvel Clube do Brasil por subtenentes e sargentos, ao qual o Presidente compareceu pessoalmente, foram os episódios seguintes que sacudiram a Nação. Chegaram ao basta.

Praticamente não houve preparação, mas um acúmulo insopitável de indignação, que veio em um crescendo, diante do preparo ostensivo para a instalação de uma República Sindicalista "Democrática", nos moldes cubanos. Essa revolta veio de dentro de cada um. Não sei se em Minas houve algum preparativo mais detalhado.

Eu fiz o curso da EsAO em 1963 e notei que havia uma preparação. Os instrutores, em sua maioria, nos doutrinavam sobre Guerra Revolucionária. Houve uma preparação dos quadros.

Eu não fiz EsAO. Fui direto para a ECEME. O próprio Estado-Maior lançou uma série de fascículos e um livro, que ainda tenho em casa, intitulado "Guerra Revolucionária". Agora, uma preparação visando a organização de um movimento, realmente não sei se houve.

Conheci o Tenente-Coronel Fontoura (Joaquim Antonio da Fontoura Rodrigues), Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da EsAO, em 1963, aqui na DI, onde ele foi estagiário. Fizemos umas manobras em conjunto e ele gostava muito de conversar comigo. Eu era Tenente e ele já Major. Depois, me procurou lá na EsAO e alertou:

– Vocês estão atropelando demais. Lembrem-se de seus chefes, gente que está acima de vocês.

Verdade, Capitão era e é muito afoito, às vezes, até demais. Porém nada de mais. Naquele ano de 1963 havia uma insatisfação geral; a situação política reinante, culminando com a revolta dos sargentos em Brasília, nos chocou muito, bem como o doloroso problema dos vencimentos baixos. Tanto é que não houve nenhuma vaga no Rio de Janeiro para a minha turma.

Todos foram classificados fora do Rio. Mobiliaram as Guarnições do interior, como Cachoeira do Sul, Santa Maria, etc. Os capitães não estavam doutrinados, mas, mal ou bem, sabiam o que estava acontecendo.

Não há dúvida de que sabiam, porque ministrávamos, inclusive eu no Forte Copacabana e depois no Mallet, uma série de "Instrução para Oficiais", mostrando o

que era Guerra Revolucionária e fazendo um paralelo com a situação política da época. Agora, não houve preparação no sentido de planejar e organizar uma operação com emprego de tropa. Existiu o alerta para os perigos que corríamos, se a situação continuasse evoluindo como vinha.

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução e quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram para a sua consolidação?

A imprensa, através de seus mais importantes veículos – este livro do meu irmão transcreve editoriais do *O Povo*, do *Correio da Manhã* e de outros jornais como *O Estado de São Paulo*, que são impressionantes – cooperou muito. No mais, o desencadeamento mesmo foi feito pelas mulheres, porque depois do comício da Central do Brasil, em todo o trajeto desde a Avenida Rio Branco até o fim da Zona Sul do Rio, havia velas acesas nas janelas dos apartamentos em sinal de tristeza pela situação e pedindo a Deus que desse uma solução. Aquele protesto evoluiu para as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que só no Rio de Janeiro reuniu quase um milhão de pessoas e em São Paulo outro tanto.

E a maior resistência? Vou dizer, a maior resistência foi a dos militares. É difícil quebrar a disciplina, a hierarquia e aquele amor à legalidade que são apanágios do militar. Ele é muito enquadrado; fazê-lo revoltar-se não é fácil.

O que mais se esperava dos novos governantes?

O restabelecimento da ordem e da seriedade da administração pública e o fim daquele caos reinante, que permitissem ao País um desenvolvimento continuado, segundo o lema de nossa bandeira: "Ordem e Progresso", dentro de uma democracia forte. Naquela época, o pessoal dizia, como dizem hoje, que não se sabia o que iria acontecer no dia seguinte. Qualquer compra que fosse efetuada, o comerciante recomendava para levar na hora, porque pouco depois estaria mais cara, o que sempre se confirmava. Essa situação acabou quando os militares assumiram. Hoje, guardo uma quantidade grande de cartas de leitores que dizem: "se aquilo era ditadura, bendita ditadura"; outro disse assim: "por muito menos em 1964 um punhado de homens valentes e aguerridos tomou conta do País, empunhou as rédeas e colocaram ordem na casa".

O senhor considera que a escalada revolucionária e a edição dos Atos Institucionais foram conseqüências da atuação dos políticos e da ação do terrorismo?

As esquerdas, inconformadas com a derrota sofrida, aliaram-se totalmente aos comunistas. Foram todos eles acolhidos no Movimento Democrático Brasileiro

(MDB), único partido da oposição, e passaram a realizar ações subversivas violentas, fugindo ao controle da direção do partido. A violência seguiu crescendo, com as expropriações de fundos, como eles chamavam, para alimentar atos terroristas, como os diversos seqüestros de embaixadores e outros diplomatas estrangeiros, além de atentados e assassinatos de pessoas que lhes eram contrárias.

Segundo dados oficiais cerca de 200 pessoas resultaram mortas pelos terroristas, algumas de forma cruel e traiçoeira; o caso do Major Toja (José Júlio Toja Martinez Filho); aquele empresário de São Paulo, Henning Albert Boilesen; o Major Edward von Westernhagen, oficial alemão que cursava a ECEME, assassinado estupidamente; o Capitão americano Charles Chandler, que foi morto na frente da senhora e dos filhos; aquele Tenente da Polícia de São Paulo, Alberto Mendes Júnior, que foi justiçado pelo Lamarca, a coronhadas, para evitar fazer ruído.

O senhor considera que os governos militares foram competentes?

Penso que sim e vou dizer mais. Acompanhei muito o Castello Branco desde quando eu era Capitão cursando a ECEME e ele o Diretor de Ensino. Depois, Castello foi comandar a Escola e eu era Major ou Tenente-Coronel Instrutor. Então, tive bastante contato com ele e sei que era um homem decididamente legalista e com absoluta vocação democrática. Todo mundo sabia que o Castello Branco quis passar o governo para um civil, pois achava que os militares não deviam ficar mais tempo no Poder.

O que vimos, de um modo geral, foi austeridade e desambição – não vou falar no episódio do Figueiredo que ficou mais um ano – não tínhamos um caudilho que se perpetuasse no Poder. Tivemos eleições, a bem da verdade indiretas, mas cada um cumpria seu mandato e passava o cargo para o substituto, normalmente sem nenhum problema.

O País cresceu de forma espetacular, saindo do 37º lugar para a oitava potência do mundo. Passamos a viver episódios como o contado por companheiros que serviam na Missão Militar no Paraguai. Chegavam em Curitiba precisando falar com o Rio de Janeiro, mas consideravam impossível fazer uma ligação telefônica em tempo hábil. Então eram informados de que não havia mais problema, era só discar o DDD e a ligação estaria feita. Era de cair o queixo e normalmente arrancava uma expressão do tipo:

– Mas como, no Brasil está assim agora!

O progresso foi realmente espetacular e com administrações sérias. Os presidentes foram se revezando, indiretamente como já falei, e quem não deixou acabar o Governo militar mais cedo foi a esquerda, com a escalada da subversão e do terrorismo, que impediu a abertura.

Que achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

O terrorismo teria que ser derrotado em benefício do bem-estar do País. Era impositivo, não podia permanecer aquele estado, como hoje estamos chegando novamente, com ações de assassinos, essa violência em geral que graça no País. A situação é muito parecida, só que naquele tempo era tudo por conta da subversão e hoje é o crime organizado, o narcotráfico e uma série de outras coisas.

Como se tratava de combater uma guerrilha interna, com extremistas apoiados e treinados pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), creio que não houve, vamos dizer, uma metodologia de combate ao terrorismo, houve a preocupação de exterminá-lo, adotando uma autêntica conduta de combate, procurando as autoridades conter e aniquilar a ação subversiva da maneira julgada, no momento e nas circunstâncias existentes, a mais eficiente. Organizaram-se equipes para a busca de informações, a fim de tentar barrar os terroristas.

É lógico que na hora do enfrentamento era guerra, guerra suja; sempre que podiam, eles matavam um dos nossos; se os nossos revidavam, acho que estavam no seu direito. É certo que, sempre, nessas situações, há abusos; então acredito que tenha havido tortura, pois hoje há. Hoje a polícia prende um delinqüente comum qualquer e, às vezes, o tortura. Então, naquela época, ao verem os companheiros sendo mortos...Acredito que tenha havido tortura, mas não no nível que propalam por aí.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento?

Ai ocorreu a maior falha da Revolução, já que os governos militares eram avessos à divulgação de suas realizações. Em uma visita que o General Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar, fez a Porto Alegre, falei a ele:

– General, o Governo precisa mostrar ao povo o que está faltando realizar e o que foi feito pelo Governo: levantando o moral, proporcionando o progresso do País, contendo a inflação, enfim, melhorando as condições de vida etc.

– Espera aí – disse me interrompendo –, o Marechal Castello é totalmente avesso a qualquer propaganda.

Dava-nos a impressão de que tinha medo que lembrassem do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Getúlio. Retruquei:

– Isso não é propaganda General, devemos dar esperança de melhores dias ao povo; este povo sofrido precisa conhecer as coisas boas que estão sendo feitas para ele e que reverterão em seu proveito.

– Não! O Marechal Castello proíbe qualquer propaganda – respondeu-me taxativo.

Foi uma falha muito grande da Revolução.

O senhor já fez uma referência sobre os jornais que nos primeiros dias da Revolução publicaram muitos editoriais elogiando a posição do Exército. E, pouco tempo depois, estavam todos em posições diametralmente contrárias. Dentre os documentos encontrados na 2ª Seção do CMS, está um álbum de recortes de jornais que inclui aquele mês de março. É impressionante! Hoje são editorialistas detratores da "ditadura militar", mas viviam fazendo elogios enormes às atitudes do Marechal Castello Branco. Enfim...Nós, realmente, somos avessos à propaganda;

Ah, totalmente. Antes da Revolução, meu irmão fez, aqui no III Exército, um Manual de Guerra Psicológica, no qual mostrava isso tudo. Talvez eu ainda tenha algum exemplar guardado lá em casa. Acontece que o nosso Golbery do Couto e Silva, uma das eminências do Governo, não era favorável ao combate sistemático e radical da subversão. Ele dizia que os subversivos tinham que ter alguma coisa para fazer, para se expandir e assim permitiu que eles se infiltrassem. Então, com o consentimento dos governos militares, a esquerda apossou-se de todos os pontos-chave da mídia e dos estabelecimentos de ensino, inclusive das cadeiras de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e de Moral e Cívica, que tinham sido criadas justamente para difundir os nossos ideais. Eles foram se infiltrando e, no fim, nós tínhamos professores daquelas cadeiras "ensinando" segundo o interesse da esquerda. Finalmente, o primeiro Governo civil que assumiu, resolveu extinguir aquelas cadeiras. Concluindo, a nossa omissão permitiu que esse proselitismo político ganhasse força e liberdade para agir; foi o ponto fraco.

Por sermos muito preocupados com a opinião pública internacional, há uma pergunta sobre o trabalho para conquistá-la. O senhor teria uma resposta?

Tenho. Internacionalmente, o mundo exterior recebia informações, quase que exclusivamente, através da intensa campanha da esquerda, engajada na desmoralização e crítica veemente ao Governo, e tomava contato, preferencialmente, com os exilados e asilados políticos – a maioria desses que se diziam exilados, na realidade eram asilados, porque saíram do País por livre e espontânea vontade – que procuravam, de todas as maneiras, denegrir o Governo do Brasil, inclusive com a sistemática e exagerada acusação de torturas de um modo geral.

Assim, as ações governamentais não eram divulgadas e as grandes realizações feitas que elevaram verticalmente o Brasil, como já referi, para a condição de oitava potência mundial, ficaram amortecidas, para não dizer esquecidas. Aquela reportagem da revista *Seleções* intitulada "Uma nação que se salvou a si mesma" é espetacular, mostra muito bem tudo o que houve; o Brasil estava sendo comunizado e o próprio povo brasileiro reagiu e acabou com o comunismo.

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

O Exército, como Instituição, só esteve engajado no momento da eclosão do movimento. Depois passou a cumprir a sua missão, intervindo apenas para a manutenção da Ordem Pública, passando por episódios de combate armado a movimentos subversivos, que incluíram guerrilha rural e urbana e ações terroristas. Então, não houve engajamento permanente do Exército. O fato de haver um militar Presidente, que passava logo para a reserva, não quer dizer que o Exército estivesse continuamente fazendo a Revolução. Ele a fez e se retirou.

Comandei a 5ª Região Militar e, normalmente após as solenidades a que eu comparecia, era procurado pela imprensa de Curitiba; não me negava a atendê-la. Em um "Dia do Soldado", no final da cerimônia, uma repórter, conhecida "comuna", acho que trabalhava no *O Globo*, fez a seguinte pergunta:

– General, quando os militares voltarão para os quartéis?

– Ué minha filha, você não assistiu à formatura? Todos os militares estão dentro do quartel, todos aqui – respondi de pronto.

Ela deu uma risadinha, e eu prossegui:

– Quando é que nós saímos do quartel?

– Em 1964.

– Então me responda: Quem proclamou a República no Brasil?

Foi o suficiente para uma risada geral dos outros repórteres. E arrematei:

– Em todos os acontecimentos importantes por que passou nosso País os militares estiveram presentes, eles são partes da Nação. Depois voltam para os quartéis.

E é assim que eu interpreto essa questão.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

É difícil responder se a transição foi feita no momento mais adequado. A verdade é que o Marechal Castello Branco, como já referi, desejava que seu sucessor fosse um civil. A atividade intensa da subversão, quando eficazmente combatida, recuava para um estado latente, impossibilitando sua total extinção. Isso obrigou a continuidade dos governos militares.

Desiludido por não ver esse objetivo conseguido, em prazo razoável, o Presidente Geisel decidiu iniciar a "abertura", lenta e gradual, por considerar desaconselhável a manutenção de militares no Poder por tempo tão prolongado. A esquerda carece totalmente de razão quando se jacta de haver imposto a "abertura". Houve, eu sei, muita pressão externa, muita pressão internacional.

Aquela história da redemocratização, como se os governos militares não fossem democráticos, não tem fundamento, pois o Congresso e o Judiciário funcionavam

normalmente. Houve, é claro, alguns Atos Institucionais, mas hoje, não temos a "Medida Provisória", através da qual o Executivo decide independentemente do Congresso e até do Judiciário? E não é uma democracia? Todos afirmam que é, então só se é a do tipo que havia nos governos militares.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

O "revanchismo" é uma realidade impressionante. A anistia ampla e irrestrita, decretada pelo Governo militar, só foi cumprida de um lado. As autoridades permitiram, e até incentivaram o retorno dos exilados políticos e de todos aqueles que se asilaram voluntariamente, desejosos de uma total pacificação interna. A esquerda, porém, impregnada de um ódio condenável, entendeu a anistia apenas de seus quadros. Voltaram e, com total liberdade, assumiram altos cargos e foram eleitos democraticamente. Mas jamais perdoaram a derrota sofrida e atuam dentro de um espírito revanchista sem quartel.

Aqueles que cumpriram estritamente seus deveres, trabalhando na segurança de autoridades ou defendendo as instituições, que ficaram mutilados por ações terroristas, nenhum apoio receberam. Tampouco as famílias dos que foram assassinados por subversivos. Agora, os traidores da Pátria, os assassinos e terroristas mereceram todos os prêmios, recebendo suas famílias altas recompensas.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação Brasileira ou carecem de aperfeiçoamento em face dos ideais da Revolução de 1964?

A resposta pode ser medida pelas pesquisas de opinião recentemente feitas, que apresentam uma aprovação de apenas 13% contra 73%, se não me engano, de reprovação. Considerando os ideais da Revolução de 1964, a democracia atual está muito afastada do modelo que era almejado para preencher os anseios e as necessidades da Nação Brasileira.

A infinidade de "Medidas Provisórias" atestam um predomínio absoluto do Executivo sobre os outros Poderes. Há um apoio ostensivo a movimentos e facções espúrias, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que não é registrado em lugar algum porque não é pessoa jurídica e, por conseguinte, não pode nem ser processado – organizado como uma verdadeira guerrilha rural. Atualmente aplicam os ensinamentos colhidos em decorrência da fácil derrota sofrida em 1964. Hoje estão espalhados pelo País inteiro, aprenderam a subversão em escolas do exterior, colocam sempre as mulheres e as crianças na frente e dificultam qualquer repressão.

Enquanto isso, as Forças Armadas estão sendo enfraquecidas, deixando de receber o mínimo para se manterem em condições de atuar no cumprimento de suas

missões. Seu material, já antiquado, está sendo sucateado, pois não há peças de reposição. Não existe apoio nem para a manutenção de um efetivo mínimo profissionalizado e, muito menos para a modernização de seus equipamentos. Quem irá defender a Pátria ante uma ameaça externa? Os políticos?!

General, esperávamos uma entrevista neste nível. Eu o conheço e o seu passado; o militar impõe-se ao longo da carreira, há sempre uma mútua troca de idéias entre pares e "sabemos" o que o companheiro está falando; mas realmente a sua entrevista foi excelente. Estou entusiasmado porque há uma identificação de idéias, pensamos mais ou menos do mesmo jeito; mas não é por lavagem cerebral não, é pela formação ética que recebemos e por nos considerarmos corretos e patriotas. Estamos muito agradecidos e, repito, continuo reclamando por que demoramos tanto tempo para resgatarmos a memória da Revolução.

Anexo

A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 NA 3ª DI

1. ANTECEDENTES

Pode-se afirmar que o sentimento de revolta que culminou com a adesão da 3ª DI à Revolução iniciada em Minas Gerais em 31 de Março de 1964, começou a existir no QG da 3ª DI durante o Cmdo do Gen Div Olympio Mourão Filho, no ano de 1962. Comandantes e Oficiais do Estado-Maior da Divisão, preocupados com a situação do País que marchava a passos largos para a comunização, já naquela época, traçavam planos de operações revolucionárias, ao mesmo tempo que preparavam psicologicamente suas Unidades para uma reação. Em 26 de agosto de 1962, após uma reunião de Estado-Maior, ficou assentado que, se o Congresso fosse fechado, a 3ª DI lançaria, ato contínuo, uma proclamação à Nação e se poria imediatamente em marcha na direção de Porto Alegre (Operação Junção).

Após realizar visitas às Guarnições (Gu) de Pelotas, Santa Cruz e Cachoeira sentiu o Gen Mourão que todos os Comandos compartilhavam das mesmas idéias.

Contatos foram estabelecidos com o Cmt da 2ª DC Gen José Horácio da Cunha Garcia e seus oficiais de EM (Cel Luiz Serff Sellmann, Maj Jaime Ehlers, Maj José Campedelli) que compartilhavam com o Cmdo da 3ª DI das mesmas preocupações. Um código para ligação entre as duas Gu foi estabelecido. (Código "CACEQUI").

Passaram-se os meses. O General Mourão foi transferido para São Paulo tendo deixado montado em Santa Maria, como que um EM revolucionário. (Chefe Ten Cel

Luiz Alberto de Freitas depois o Cel Ramão Menna Barreto; Maj Athos Cezar Baptista Teixeira, Maj Paulo Lacerda Braga, Maj Antônio Villas Bôas, Maj Telmo Ariosto de Athayde Bohrer e Cap Paulo Fernando Eschiletti).

No ano de 1963 a situação de intranqüilidade, reinante no país, começou a se fazer sentir, com maior intensidade dentro dos quartéis. Sentia-se que a nação marchava célere para o caos e, assim sendo, mais cedo ou mais tarde uma decisão teria que ser tomada.

Nesse ano assumiu o Cmdo da 3ª DI o General Poppe de Figueiredo passando o EM Revolucionário, já então chefiado pelo Cel Ramão Menna Barreto, a trabalhar no sentido de levar o novo Cmt da Divisão a assumir o seu Cmdo. Foram também classificados no QG/3ª DI 3 (três) oficiais estagiários (Maj Édison Boscacci Guedes, Maj Milton Machado Martins e Maj Paulo Emílio Silva Garcia) que se integraram imediatamente no EM Revolucionário. Seu estágio passou a ser aproveitado para visitas constantes às Unidades Divisionárias a fim de intensificar o contato com a tropa, particularmente com os quadros.

Em algumas Unidades onde os Cmts eram vinculados ao Governo João Goulart, Oficiais de confiança – homens-chave – (8º RI – Ten Cel Ito Carvalho Bernardes, 9º RI – Ten Cel José Mattos de Marsillac Motta, 7º RI – Majores Erydson Pereira Magalhães e Firmino William Ferreira França) foram selecionados.

Ligações foram feitas também com elementos da 6ª DI (Cel Carlos Alberto da Fontoura, Ten Cel Ângelo Irulegui Cunha) e com oficiais da Reserva residentes em Porto Alegre (General Antonio Adolpho Manta e outros).

Em São Paulo continuou o General Mourão o mesmo trabalho, mantendo ligação com o QG/3ª DI através de emissários de absoluta confiança. Por eles o EM Revolucionário sabia que São Paulo estava preparado para uma reação e apenas era esperado um momento psicológico.

Julgou-se ser esse momento o da retirada do General Pery Constant Bevilaqua do Cmdo do II Ex, pois esse fato causou profundo descontentamento à tropa.

Transferido para Minas Gerais, continuou o General Mourão seu trabalho, mantendo suas ligações com o EM/Revolucionário da 3ª DI.

Ainda no ano de 1963, chegou transferido para Santa Maria, um oficial que grande influência veio a ter no preparo da Revolução na Guarnição: o Cel Edmundo da Costa Neves nomeado Chefe da 9ª CR. Enquanto isso, a subversão, com o beneplácito do Governo, progredia assustadoramente.

A criação do espírito de classe, insuflado em particular no "Círculo dos Sargentos", feria profundamente a coesão dos quadros, pela quebra dos princípios da hierarquia e da disciplina e criava uma constante desconfiança entre os diversos círculos.

Em fins de 1963 a insatisfação entre os oficiais aumentou. Era comum a expressão: "Vamos morrer em posição de sentido."

O ciclo de palestras sobre Guerra Revolucionária realizado na Gu de Santa Maria, permitiu ao EM Revolucionário intensificar ainda mais a preparação psicológica de seus oficiais abrindo os olhos daqueles que ainda não haviam se apercebido, com as devidas dimensões, da situação do País.

Em janeiro de 1964 levou a efeito a 3ª DI, como encerramento do ano de instrução, um exercício de envergadura em que quadros e tropa foram convenientemente testados. A manobra foi encerrada com a realização, debaixo de condições de intempérie, de um desfile de todas as Unidades participantes, pelas ruas da cidade de Santa Maria, o qual constituiu-se numa demonstração de força à população santa-mariense.

Encerrado o ano de Instrução e adiado o licenciamento do contingente, baixou a Divisão uma nota de instrução especial através da qual deu ênfase especial a Instrução de controle de tumultos, comícios, greves, etc...

No dia 17 de janeiro foi recebido o seguinte rádio do General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, retransmitido pelo Cmdo do III Exército:

"SITUAÇÃO ESTA CAPITAL CALMA PT BOATOS ORIGEM SUSPEITA PROPALAM ALTERAÇÃO ORDEM DIVERSOS PONTOS PAÍS EMBORA NADA TENHA OCORRIDO MAIOR GRAVIDADE SENÃO LUTA ARMADA COM BAIXAS VG ENTRE CAMPONESES E FAZENDEIROS POLÍCIA PARAÍBA PT PERDURAM GREVES GUANABARA PTPT EMPRESAS BONDES VG TELEFÔNICA VG GAS BEM COMO MARÍTIMOS PREVIDENCIÁRIOS E PORTUÁRIOS VG SEM MAIORES REPERCUSSÕES VIDA CIDADE PT INFORMAREI QUALQUER ALTERAÇÃO IMPORTANTE PT"

Veio o comício do dia 13 e seus reflexos.

Na noite de 25/26 de março chegou a Santa Maria o Major Cav Jaime Ehlers, já então servindo no EME, o qual procurou o Cel Ramão Menna Barreto em sua residência, entregando-lhe, para que fosse levado ao conhecimento do General Poppe de Figueiredo, um documento de autoria do General Humberto de Alencar Castello Branco Chefe do EME dirigido às organizações a ele subordinadas. Foi chamado à residência do Cel Ramão Menna Barreto o Major Cav QEMA Paulo Emílio Silva Garcia, que se encontrava respondendo pela Chefia da 2ª Seção. O Major Ehlers, expondo o motivo de sua viagem, informou o seguinte:

– que diante da situação em que se encontrava o País, havia o General Castello Branco concordado em tudo fazer para evitar que a subversão tomasse conta da nação e para impedir que o Exército fosse arrastado a uma posição contrária à sua missão constitucional;

– que naquele momento estava o referido documento sendo levado por oficiais do EME para diversos pontos do País a fim de que dele tomassem conhecimento os Chefes Militares não comprometidos com o Governo João Goulart;

– que recebera instruções para entregar um exemplar ao General Adalberto Pereira dos Santos, Cmt da 6ª DI, o que já fizera;

– que ao clarear do dia seguiria para Uruguaiana a fim de entregar um outro exemplar ao Cel Serff Sellmann, Ch EM da 2ª DC, destinado ao General Joaquim de Mello Camarinha, Cmt da Gu.

Perguntando se algum exemplar fora levado ao General Hugo Garrastazú, Cmt da 3ª DC, respondeu que não e que o Cmt do III Exército tomaria conhecimento do mesmo através do General Adalberto Pereira dos Santos.

Entregou o Major Ehlers ao Major Garcia mais um exemplar em fotocópia, solicitando que fosse entregue ao Cel Edmundo da Costa Neves, Ch da 9ª CR.

Estava o Cel Menna Barreto com viagem marcada para Uruguaiana na manhã do dia 26 razão por que ficou o Maj Garcia encarregado de levar o documento ao General Poppe de Figueiredo que se encontrava passando o fim de semana no CISM. Devia o Maj Garcia transmitir a reação do General Poppe de Figueiredo, através de um rádio, em código, para o Maj Ehlers em Uruguaiana ou Porto Alegre. Cerca de 0900 horas do dia 27 o Maj Garcia fez entrega do documento ao General Poppe de Figueiredo informando-lhe sobre como tinha chegado à DI. Após ler o documento o General Poppe de Figueiredo teve a seguinte expressão:

– "Já conheço o pensamento do Castello e estou integralmente de acordo com ele. Aliás, neste documento, ele está incompleto. Também não poderia deixar de ser, pois, se estivesse completo, seria sua destituição da Chefia do EME".

Perguntado a quem deveria dar conhecimento do documento em causa o General Poppe de Figueiredo responde:

– "Dê conhecimento aos Cmts de Unidades".

Retornando ao QG o Maj Garcia expediu os seguintes rádios para Uruguaiana e Porto Alegre, respectivamente:

"MAJOR CAMPEDELLI – QG/2ª DC – INFORME JAIME SEU AVÔ PASSANDO MUITO BEM ET MAJ GARCIA – QG/3ª DI"

"TEN CEL ANGELO – QG/6ª DI – PEÇO INFORMAR MAJ EHLERS ASSUNTO SERAH LEVADO CONHECIMENTO FAMILIA PT MAJ GARCIA – QG/3ª DI".

Na tarde do mesmo dia o Maj Garcia compareceu à residência do Ten Cel Leo Nunes da Silva, Chefe da 1ª Seção, substituto eventual do Ch EM, a fim de dar-lhe conhecimento do documento e informar-lhe sobre a decisão de General Poppe de Figueiredo. Na oportunidade o Ten Cel Leo manifestou sua dúvida quanto à conveniência do documento ser mostrado aos Cmts de Unidades por não proceder de canais de Comando normais e pela possibilidade do conteúdo do documento poder vir a ser explorado tendenciosamente ou mesmo deturpado o pensamento do General Castello Branco.

Ainda na noite do dia 26, tomou conhecimento do documento o Maj Estagiário Brummel Couto não tendo os demais oficiais do EMG sido encontrados por estarem passando o fim de semana fora da cidade.

Dia 27 de Março – Cerca de 10 horas o Cmdo da DI recebeu o seguinte rádio do Cmt do III Ex:

– "Sr MINISTRO INFORMOU ECLOSÃO MOVIMENTO LIMITADO INDISCIPLINA PACIFICO MARINHA PT I EX ADOTOU APENAS MEDIDAS SEGURANÇA INDISPENSÁVEIS PT GENERAL GALHARDO CMT III EX."

Cerca de 15 horas o Ten Cel Léo, acompanhado do Maj Garcia, deslocou-se para o CISM a fim de transmiti-lo ao General Poppe de Figueiredo. A essa hora as rádios comerciais já informavam que o Presidente da República havia chegado ao Rio e solucionado a crise na Marinha, não aceitando a renúncia do seu ministro, demitindo o Almirante Cândido Aragão e punindo todos os marinheiros sublevados.

Nessa oportunidade o General Poppe de Figueiredo teve as seguintes expressões:

– "A decisão do Presidente só poderia ter sido essa. Eu, se fosse o Ministro da Marinha, não me demitiria. Ainda como Ministro faria um manifesto à Nação, denunciando o Presidente da República ao Congresso para decretar o impedimento do Presidente".

Expressou ainda o General Poppe de Figueiredo sua confiança no General Castello Branco.

– "Fadado a ser no futuro o nosso chefe".

Manifestou também o General Poppe de Figueiredo sua esperança em que o General Jair Dantas Ribeiro se desse conta, em tempo, do rumo perigoso a que estava conduzindo o Exército.

Referindo-se ao documento do General Castello Branco disse o General Poppe de Figueiredo:

– "Resolvi não dar conhecimento aos Cmts de Unidades. Dele só devem ter ciência os oficiais do EMG".

Comentando ainda sobre o fato do documento não ter sido levado ao General Garrastazú assim se expressou o General Poppe de Figueiredo:

– "Não sei por que deixaram o Garrastazú de fora. Ele que é um anticomunista ferrenho".

Retornando ao QG o Ten Cel Leo e Maj Garcia lá encontraram mais um rádio recebido do Cmdo do III Ex cujo teor era o seguinte: "RD 172E3 CIRC DE 27 MAR 64 PT RETRANSMITO SEGUINTE RD RECEBIDO 1430 HORAS HOJE PTPT ASPAS VG ORDEM SR MINISTRO INFORMO VOSSÊNCIA PEQUENOS GRUPOS PROCEDENTES NAVIOS MARINHA TENTARAM DESEMBARCAR CAIS MINISTERIO MARINHA COM TROCA TIROS RETORNANDO SEUS

NAVIOS PT ELEMENTOS MARINHA REUNIDOS SINDICATOS METALURGICOS ESTÃO SENDO RECOLHIDOS QUARTEL EXÉRCITO PARA POSTERIOR ENTREGA SUAS UNIDADES PT SITUAÇÃO CALMA PERFEITO CONTROLE PT GENERAL BOM TEMPO CHEFE GAB MG PT ASPAS GEN GALHARDO CMT III EX."

O Ten Cel Leo determinou então que o conteúdo dos dois Rd recebidos fosse retransmitido para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul e, através de um Memorando Reservado, fosse dado conhecimento aos Cmts de OM da Gu de Santa Maria e oficiais superiores do EM Divisionário. Isto foi feito na mesma tarde e informado ao General Poppe de Figueiredo que aprovou as medidas tomadas.

Enquanto as providências de transmissão eram tomadas chegou ao QG o Cel Edmundo da Costa Neves, Ch da 9ª CR, em busca de informações, ocasião em que o Maj Garcia informou-lhe estar de posse do documento a ele destinado. O Cel Edmundo solicitou ao Maj Garcia que comparecesse a CR no dia seguinte levando o documento.

Dia 28 de março – Cerca de 0900 horas já circulavam notícias de rádio de que o General Professor Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, tendo tomado conhecimento do documento elaborado pelo General Castello Branco, levara-o ao Ministro da Guerra.

Cerca de 0930 horas o Maj Garcia chegou na 9ª CR onde entregou o documento ao Cel Edmundo da Costa Neves tendo colhido as seguintes informações:

– ser o Cel Edmundo oficial da mais alta confiança do General Oswaldo Cordeiro de Faria;

– estar o Cel Edmundo trabalhando contra o Governo e a favor de um movimento revolucionário que deveria eclodir dentro em breve e do qual o General Cordeiro de Faria era um dos líderes;

– que o General Poppe de Figueiredo quando estivera no Rio, em férias, tivera um entendimento pessoal com o General Castello Branco;

– que o Cel Edmundo "trabalhava" mais intensamente o Cel Ito do Carmo Guimarães, Cmt do 3º BCCL, oficial apegado a legalidade e cuja conduta, no caso de uma revolução, seria uma incógnita;

– que outra preocupação para o Cel Edmundo era o General Newton Barra, Cmt AD/3, Oficial General da confiança do Presidente João Goulart;

– que o Cel Edmundo estava respondendo a um questionário recebido de Porto Alegre o qual seria apresentado também aos elementos de confiança do esquema revolucionário em Santa Maria.

Às 17:15 horas foi recebido o seguinte rádio:

RD 138 E4 CIRC DE 28 DO CMT III EX:

"RETRANSMITO SEGUINTE RADIOGRAMA PARA CONHECIMENTO VEXCIA SOLICITANDO SEJA MESMO DADO CONHECIMENTO TAMBÉM TODAS UNIDADES SUBORDINADAS

PTPT URGENTÍSSIMO CMT III EX PALEGRE S-Nº DE 28 MAR 64 PT CIRC VG ORDEM SR MINISTRO INFORMO VEX QUE VG POR DETERMINAÇÃO SR PRESIDENTE REPÚBLICA E SOLICITAÇÃO MINISTRO MARINHA VG EXÉRCITO INTERVEIO CASO MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS SEDE SINDICATO METALÚRGICOS VG TOMANDO REFERIDOS MILITARES SOB SUA CUSTODIA PARA POSTERIOR APRESENTAÇÃO AUTORIDADES NAVAIS PT OPERAÇÃO JÁ CONCLUÍDA PT QUESTÃO DISCIPLINAR CARGO NOVO MINISTRO MARINHA ACORDO REGULAMENTO REFERIDA FORÇA PT CUMPRE ASSINALAR PERFEITA COESÃO E DISCIPLINA MANTIDA AMBITO EXÉRCITO PT SITUAÇÃO INTEIRAMENTE TRANQUILA VG EMBORA EM CURSO INTENSA ONDA BOATOS TENDENCIOSOS PT OUTROSSIM DETERMINA S EXCIA SEJA DADO CONHECIMENTO TEXTO PRESENTE RÁDIO TODAS ORGANIZAÇÕES MILITARES SUBORDINADAS ESSE COMANDO PT GENERAL BOM TEMPO CH GAB MIN GUERRA PT GEN GALHARDO CMT III EX".

O Ten Cel Leo juntamente com o Maj Garcia foram ao QG para providenciar a retransmissão o que foi feito nas mesmas condições dos anteriores e comunicando ao Gen Poppe de Figueiredo para sua aprovação.

Dia 29 de março – Ao anoitecer regressou de Porto Alegre o Maj Milton Machado Martins, titular da 2ª Seção, tendo o Maj Garcia lhe feito um relato de todos os acontecimentos e das informações que dispunha, passando-lhe às mãos a documentação recebida, inclusive o documento do Gen Castello Branco.

Dia 30 de março – O expediente foi iniciado no QG e, possivelmente, em todas as OM da 3ª DI, num clima de revolta e insatisfação em face das notícias de que o Presidente da República havia aceito a demissão do Ministro da Marinha e havia nomeado para substituí-lo um almirante da Reserva de tendências comunistas.

Às 1850 horas, foi recebido o seguinte rádio do Cmt III Ex: "INFORMO VEX VG ORDEM SR MINISTRO VG QUE APÓS PRIMEIRO RELATO FEITO PRESIDENTE REPÚBLICA PELO MINISTRO MARINHA VG CHEFE NAÇÃO DETERMINOU PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS FOSSEM ADOTADAS RESTABELECIMENTO DISCIPLINA VG APURAÇÃO RESPONSABILIDADE ATRAVÉS INSTAURAÇÃO DIVERSOS IPM PT CALMA SITUAÇÃO TODO PAÍS PT ONDA BOATOS TENDENCIOSOS CONTINUA INTENSA PROCURANDO CRIAR CLIMA INTRANQUILIDADE PT GEN BOM TEMPO CH GAB MIN – GEN GALHARDO CMT III EX".

Dia 31 de março – Pela manhã soube-se da reunião dos Sargentos no Automóvel Clube do Brasil sob a presidência do Sr João Goulart. Tal acontecimento, inicialmente, trouxe perplexidade àqueles que possuíam arraigados os sentimentos de disciplina e espírito militar. Posteriormente constituiu, sem dúvida nenhuma, o principal motivo para gerar a força aglutinadora, capaz de compelir, mesmo os mais indecisos, a uma atitude na primeira oportunidade.

Às 1700 horas foi recebido o RD "UU" 184 E3 B do Cmt do III Ex do seguinte teor:

– "INFORMO VG PARTIR RECEBIMENTO DESTE ESSA GU DEVERAH ENTRAR SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PRONTIDÃO RIGOROSA PT ASS GEN GALHARDO CMT III EX".

A ordem de prontidão foi transmitida verbalmente, de imediato, para todas as OM da Guarnição de Santa Maria e pelo rádio para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul. A ordem verbal foi confirmada na Gu de Santa Maria pelo Memorando ostensivo 44 E3 Circ de 31 Mar.

Imediatamente foi transmitida ordem para a rede rádio da Divisão entrar no ar.

Cerca de 1900 horas chegou ao QG o Ch EM, Cel Menna Barreto que havia regressado de Uruguaiana onde fizera contatos com os oficiais do EM/2ª DC. Soubera que a 2ª DC estava absolutamente coesa e, sua oficialidade a custo, contida pelos mais graduados.

2. OS ACONTECIMENTOS

Ao entrar de prontidão no dia 31 de março a 3ª DI, Guarnições e Unidades a ela subordinadas, para efeito do Plano de Segurança, estava sob os seguintes Comandos:

1– Cmt – Gen Mário Poppe de Figueiredo – 3ª DI e Gu Santa Maria

2 – Ch EM – Cel Ramão Menna Barreto

3 – E1 – Ten Cel Léo Nunes da Silva

4 – E2 – Maj Milton Machado Martins

5 – E3 – Maj Telmo Ariosto de Athayde Bohrer

6 – E4 – Maj Paulo Emílio Silva Garcia

7 – Estagiários: Maj Brummel Couto – Maj Armando José Sperotto

8 – Cmt AD/3: Cel Ruy de Paula Couto; o Gen Newton Barra, Cmt efetivo, encontrava-se no Rio em férias.

9 – Cmt 3º BCCL – Maj Luiz Carlos Prestes de Oliveira Mota; o Cmt efetivo, Cel Ito do Carmo Guimarães encontrava-se em Porto Alegre com licença.

10 – Cmt 3º RO 105 – Ten Cel Gabriel D'Annunzio Agostini (respondendo)

11 – Cmt 3º Esqd Rec Mec – Cap Milton Abrantes

12 – Cmt 7º RI – Ten Cel Alberto Firmo de Almeida

13 – Dir Pq RMM/3 – Maj Marcos de Jesus Pereira Porto

14 – Cmt 3ª Cia Mnt Ap – Cap Gabriel Coelho de Castro

15 – Ch 9ª CR – Cel Edmundo da Costa Neves

16 – Ch CRO 1/3 – Ten Cel Antonio Francisco da Rocha Junior

17 – Dir HGu SM – Maj Raphael Theodorico da Silva

18 – Cmt ID/3 – e Gu Pelotas – Cel Joaquim Carlos Muller Ribeiro

19 – Cmt 9º RI – Cel Danton do Amaral Duro

20 – Cmt 3º GO 155 e Gu Cachoeira do Sul – Cel Francisco de Mattos Júnior

21 – Cmt 3º B Cmb – Maj Isaac Clerman; o Cmt efetivo Ten Cel Boris Bromirski, encontrava-se em licença para tratamento de saúde.

22 – Cmt 3ª Cia Com – Cap Alyr Maya.

23 – Diretor H Gu Cachoeira – Cap Med Fernando de Araújo Guimarães

24 – Cmt 8º RI e Gu Santa Cruz do Sul – Cel Augusto Luiz de Faria Correa.

Após o recebimento da ordem de prontidão, o serviço de escuta, da 2ª Seção, captou notícias sobre a eclosão do movimento revolucionário em Minas Gerais. O Gen Mourão Filho Cmt da 4ª RM/4ª DI havia dado início a tão esperada Revolução havendo as tropas mineiras se lançado, decidida e valorosamente, na direção do Rio de Janeiro, tal como havia sido planejado, dois anos antes para a 3ª DI que deveria se lançar sobre Porto Alegre.

Começou a expectativa a reinar no QG/3ª DI. Boatos começaram a circular de que a Viação Férrea entraria em greve o que realmente ocorreu à zero hora. Imediatamente foi transmitida ao 3º RO 105 ordem verbal para ocupar a Viação Férrea confirmada pelo Mem Sec 41 E3 de 1º de abril assim redigido:

– "1. Confirmo minha ordem verbal determinando que o 3º RO 105 passe a executar o PLANO SEGIN-REP, ocupando os seguintes P.S.: ESQUILO – FALCÃO – GAMBÁ – GAZELA – JAVALI – RAPOSA.

2. Deverá, outrossim, manter cerrada vigilância em todo seu setor, nele mantendo a ordem bem como dissolvendo qualquer tumulto e aglomerado humano.

3. Deverá ficar em condições de, mediante ordem, ocupar mesmo a força, a Prefeitura Municipal, fazendo silenciar a estação de rádio que lá está transmitindo. (a) Gen Div Mário Poppe de Figueiredo – Cmt da 3ª DI".

A essa hora as rádios emissoras de São Paulo já divulgavam o manifesto do governador Ademar de Barros e notícias da adesão do II Exército à Revolução.

Cerca de 0100 hora o Gen Poppe de Figueiredo acompanhado do seu Aj de Ordens, recolheu-se à sua residência. Também foram pernoitar em casa, dadas as dificuldades de instalações do QG/Divisionário, o Maj Milton, Maj Bohrer e Maj Sperotto. Permaneceram no QG o Cel Menna Barreto, Ten Cel Léo, Maj Garcia e Maj Brummel.

Aproximadamente à 0130 hora o Cel Menna Barreto determinou ao Maj Garcia que fizesse uma visita ao 3º BCCL a fim de ver como as coisas iam por lá. Após cumprir a ordem o Maj Garcia fez ao Ch EM o seguinte relato: "A Unidade só estava com 50% do seu efetivo no quartel; todos os oficiais estavam dormindo inclusive o Cmt interino; apenas um Sgt estava de ronda; a Unidade estava aparentemente tranqüila".

Cerca de 0200 horas recebeu o Maj Garcia um chamado telefônico do QG/6ª DI. Era o Ten Cel Ângelo Irulegui Cunha informando que o Cel Carlos Alberto da Fontoura, Ch EM/6ª DI, desejava falar com o Cel Menna Barreto.

Estabelecido o contato entre os dois Ch EM o Cel Carlos Alberto da Fontoura informou ao Cel Menna Barreto de que o Gen Ladário Pereira Telles havia chegado a Porto Alegre a fim de assumir o Cmdo do III Ex e que o Gen Adalberto Pereira dos Santos desejava falar com o Gen Poppe de Figueiredo.

Imediatamente o Cel Menna Barreto deslocou-se para a residência do Gen Poppe de Figueiredo. Aproximadamente às 0230 horas o Gen Poppe de Figueiredo chegou ao QG e, imediatamente, mandou fazer uma ligação telefônica para o QG/ III Ex. Estabelecida a ligação foram ouvidas as seguintes expressões do Gen Poppe de Figueiredo:

– "Alô. É do III Ex? Quero falar com o Gen Galhardo (Benjamin Rodrigues Galhardo). Aqui é o Gen Poppe Cmt da 3ª DI. Ele não está? Está em casa? Está doente? Não? Pois não. Ottomar (Ottomar Soares de Lima)? Não quero falar com você Ottomar! Quero falar com o Gen Galhardo. Ah sim. O Ladário é? Sim. Quero falar com ele. Alô Ladário. Como vai você? Bem obrigado. Você chegou do Rio agora é? Sim. Sim. Sim. Está muito bem. Um abraço para você. Até logo".

Informou logo a seguir o Gen Poppe de Figueiredo ao Cel Menna Barreto que o Gen Ladário Pereira Telles lhe dissera que fora nomeado para substituir o Gen Adalberto Pereira dos Santos no Cmdo da 6ª DI e que o Gen Galhardo fora transferido para a chefia do EME em substituição ao Gen Castello Branco que tinha sido exonerado. Que as substituições seriam imediatas e que o Gen Galhardo já lhe tinha passado o comando e encontrava-se em sua residência. Que tinha assumido o Cmdo do III Ex visto ser o Gen de Divisão mais antigo.

A seguir o Gen Poppe de Figueiredo sentou na sua mesa e concentrou-se na escuta das estações de rádio do Rio (Globo), São Paulo e Minas Gerais acompanhando o desenrolar dos acontecimentos com grande atenção e preocupação.

Cerca de 0330 horas recebeu o Gen Poppe de Figueiredo um chamado de Porto Alegre. Era o Gen Adalberto informando-lhe que não estava disposto a entregar o Cmdo da 6ª DI ao Gen Ladário Pereira Telles, mas que estava com problemas muito sérios em suas Unidades. Perguntou ao Gen Poppe de Figueiredo se poderia contar com o apoio da 3ª DI para a decisão que pretendia tomar. Segundo declaração do Cel Menna Barreto a resposta do Gen Poppe de Figueiredo foi mais ou menos a seguinte:

– "Adalberto, o coração manda que eu lhe apóie, mas a razão não me permite fazê-lo. Acho aconselhável buscar uma solução dentro da lei, que não fira a Constituição".

Interrompido o contato telefônico voltou o Gen Poppe de Figueiredo a escutar rádio como que na expectativa de uma notícia esperada ansiosamente.

Às 0500 horas foi recebido o Rd 841 Circ de 1º de Abr 64 do Gen LADÁRIO PEREIRA TELLES:

– "EM VIRTUDE DE TER ASSUMIDO O COMANDO DA 6ª DI VG POR DETERMINAÇÃO CONTIDA EM RD DO EXMO SR MINISTRO DA GUERRA VG DE 31 MAR 64 VG COMUNICO QUE ASSUMI VG NESTA DATA VG O COMANDO DO III EX VG POR SER MAIS ANTIGO DOS CMTS DE GU PT GEN LADÁRIO PEREIRA TELLES – Cmt III Ex".

Em intensa expectativa amanheceu o EM em reunião na 2ª Seção do QG.

A noite de 31/1º nas Unidades da Divisão transcorreu em calma mas também sob intensa expectativa.

Na Gu de Santa Maria apenas o 3º RO 105, com um de seus Grupos (I) já empregado na Viação Férrea, tomou conhecimento, por intermédio do seu Cmt e Cmt da AD/3, que mantinham cerrado contato com o QG/3ª DI, das substituições havidas nos Cmdos do III Ex e 6ª DI. Em conseqüência, alguns oficiais mais afoitos pressionaram o Cmt para uma declaração de adesão à Revolução antes mesmo do Cmt da 3ª DI. O Cmt, no entanto, não a julgou conveniente pelas seguintes razões:

– "qualquer definição antes do Cmdo da DI poderia determinar uma reação de sua parte, para manutenção do seu prestígio, que seria aproveitada, inevitavelmente, por elementos ligados a situação anterior;

– era necessário evitar, de qualquer maneira, sob pena de comprometer os resultados da Revolução em todo o Estado do Rio Grande do Sul, luta na cidade de Santa Maria, dada sua peculiar situação, quer sob o ponto de vista físico, como militar;

– o caminho seguro era demonstrar todo o apoio e assessorar o Cmt da 3ª DI no sentido de que ele colhesse os elementos necessários a uma decisão favorável".

Cerca de 0600 horas as rádios Santa-mariense e Guarathan começaram a divulgar notícias relativas à eclosão da Revolução em Minas Gerais e a incitar o povo à reação ao golpe que estava sendo desfechado contra o Governo João Goulart.

Nessa hora apresentou-se no QG/Divisionário o Cel Ito do Carmo Guimarães, Cmt do 3º BCCL que havia regressado de Porto Alegre. Após ser informado do que se passava, recolheu-se à sua Unidade, onde determinou o cumprimento de ordem de prontidão rigorosa. Cerca de 0630 horas o Cmdo da Divisão determinou o deslocamento de 1 Pel de CC do 3º BCCL para a região do DSSM onde passou a reforçar o 3º RO 105.

Cerca de 0730 horas recebeu o Maj Garcia um chamado telefônico de Bagé. Era o Maj Hélios Perillo Fleury, E2 da 3ª DC, que buscava contato. Informou que o Cmdo da 3ª DC estava inclinado a apoiar a Revolução de Minas, mas que ainda não havia decidido. Perguntando qual a situação da 3ª DI foi-lhe informado que ainda não havia decisão, mas que também havia inclinação na maioria do EM em apoiar a Revolução. Informou ainda o Maj Fleury ter sido recebido no QG/3ª DC o rádio do Gen

Ladário Pereira Telles e perguntou o que havia acontecido ao Gen Adalberto. Foi-lhe informado que o Gen Adalberto Pereira dos Santos havia sido exonerado à sua revelia.

Cerca de 0830 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt III Ex:

– "PARTIR RECEBIMENTO DESTE DEVEIS ORGANIZAR FICANDO EM CONDIÇÕES DESLOCAR-SE PARA O NORTE PTPT HUM BTL 7º RI VG UMA BIA/3º RO 105 VG 3º ESQD REC MEC ET UMA CIA CC/3ª BCCL PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Cerca de 0930 horas outro rádio foi recebido do Cmt III Ex:

– "8º RI DEVERAH DESLOCAR-SE PARA MARCELINO RAMOS VG MÁXIMA URGENCIA VG ONDE PASSARAH DISPOSIÇÃO GEN SILVINO CMT 5ª RM/5ª DI PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Em face da ponderação do Maj Bohrer de que o efetivo previsto para ser deslocado deixaria a Gu de Santa Maria muito enfraquecida o Gen Poppe de Figueiredo determinou ao Ten Cel Léo que fizesse um levantamento do efetivo existente.

A essa mesma hora o Cmt do 3º RO 105, informado de que havia ordem do III Ex para embarcar com destino a Curitiba, toma conhecimento de que um trem, com 119 vagões, seria organizado em Santa Maria. Reúne o Sub Cmt do 3º RO 105, Cmt dos I e II Grupos e S/3 informando-os sobre a ordem de embarque, tendo havido repulsa unânime. Entrando em contato com o Cmt da AD/3 chegam à conclusão de que a ordem não poderia ser cumprida, mas que ainda havia tempo a ganhar até a hora da tropa começar a embarcar.

Cerca de 0940 horas chegou ao QG uma comissão constituída pelo Vice Prefeito de Santa Maria Sr Adelmo Simas Genro que se encontrava em exercício no cargo de Prefeito e mais os líderes ferroviários Baltazar Mello (C1), Francisco Lemes (C1) e outros. Vinham apresentar solidariedade ao Gen Poppe de Figueiredo e colocar a Viação Férrea à disposição das tropas da 3ª DI que teriam que se deslocar para defender o Governo João Goulart.

Informaram que haviam recebido instruções de Porto Alegre para organizar os comboios. Ficou combinado que no momento oportuno a DI informaria suas necessidades de transporte e quando seriam necessárias.

No momento em que a comissão era recebida o Maj Garcia recebe novo chamado telefônico. Era o Cel Roberto Gonçalves, Ch do EM da 3ª DC, que havia chegado no aeroporto de Camobi em Santa Maria, em um avião do aeroclube de Bagé e solicitava transporte. Informado da chegada do Ch EM da 3ª DC o Cel Menna Barreto determinou ao Maj Garcia que fosse até o aeroporto receber o Cel Roberto.

Às 0950 horas o Cmt da DI recebeu o Rd 93 E2 Circ de 1º Abr do Cmt do III Ex.

– "RETRANSMITO SEGUINTES RADIOGRAMAS VG DETERMINANDO SEJA DADO CONHECIMENTO TODOS COMANDOS DAS OM SUBORDINADAS PTPT ASPAS 1º NOTA FORNECIDA PELA PRESIDENCIA DA REPUBLICA NA MANHÃ DE HOJE VG PARTE DA GUARNIÇÃO FEDE-

RAL SEDIADA EM MINAS GERAIS VG REBELOU-SE SOB O COMANDO DOS GENERAIS GUEDES ET MOURÃO INSPIRADA NO MANIFESTO LANÇADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL ET OS PODERES CONSTITUIDOS PT DIANTE DESSA SITUAÇÃO VG O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECOMENDOU AO MINISTRO DA GUERRA VG GENERAL JAIR DANTAS RIBEIRO VG QUE FOSSEM IMEDIATAMENTE TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA DEBELAR A REBELIÃO VG TENDO SIDO DESLOCADAS PARA MINAS GERAIS UNIDADES DO PRIMEIRO EXÉRCITO PT O MOVIMENTO SUBVERSIVO VG QUE SE FILIA AS MESMAS TENTATIVAS ANTERIORES DE GOLPE DE ESTADO VG SEMPRE REPUDIADAS PELO SENTIMENTO DEMOCRÁTICO DO POVO BRASILEIRO ET PELO ESPÍRITO LEGALISTA DAS FORÇAS ARMADAS VG ESTAH CONDENADO A IGUAL MALOGRO VG ESPERANDO O GOVERNO FEDERAL PODER COMUNICAR OFICIALMENTE VG DENTRO EM POUCO VG O RESTABELECIMENTO TOTAL DA ORDEM NO ESTADO PT NÃO PODE MERECER SENÃO O MAIS VEEMENTE REPUDIO DA NAÇÃO A ATITUDE DOS QUE PROCURAM INSTAURAR A DESORDEM E FERIR AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS VG NO MOMENTO EM QUE GOVERNO FEDERAL COM O APOIO DO POVO E DAS FORÇAS AREMADAS VG SE ACHA EMPENHADO EM ENCAMINHAR PACIFICAMENTE ATRAVÉS DO CONGRESSO NACIONAL VG AS REFORMAS E MEDIDAS NECESSÁRIAS RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO PAÍS PT EH LAMENTÁVEL QUE SE TENHA ESCOLHIDO COMO PALCO PARA DEFLAGRAR A NOVA AVENTURA GOLPISTA O ESTADO DE MINAS GERAIS VG DEPOSITÁRIO DAS MELHORES TRADIÇÕES CÍVICAS DO POVO BRASILEIRO PT A NAÇÃO PODE PERMANECER TRANQUILA PT O GOVERNO FEDERAL MANTERAH INTANGÍVEIS A UNIDADE NACIONAL VG A ORDEM CONSTITUCIONAL E OS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS E CRISTÃOS EM QUE ELA SE INSPIRA VG POIS CONTA COM A FIDELIDADE DAS FORÇAS ARMADAS E COM O PATRIOTISMO DO POVO BRASILEIRO PTVG 2º PROCLAMAÇÃO A NAÇÃO – CUMPRINDO DETERMINAÇÃO EXPRESSA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA VG ASSUMI VG NESTE MOMENTO DE INTRANQUILIDADE PARA A NAÇÃO BRASILEIRA VG O COMANDO EFETIVO DAS AÇÕES LEGAIS CONTRA O MOVIMENTO DE SUBVERSÃO QUE ESTAH CARACTERIZADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS SOB O COMANDO DOS GENERAIS CARLOS LUIZ GUEDES E OLYMPIO MOURÃO FILHO VG OS QUAIS NESTA DATA EXONERO DOS COMANDOS QUE A NAÇÃO LHES CONFIOU PT A NAÇÃO TODA JÁ ESTÁ BASTANTE ALERTADA SOBRE AS FORÇAS QUE AGORA ESTÃO TENTANDO SUBVERTER O REGIME DEMOCRÁTICO À LUZ DO QUAL TEMOS FEITO A EVOLUÇÃO PACÍFICA E CRISTÃ DE NOSSA PÁTRIA PT FIEL AOS PRINCÍPIOS LEGALISTAS QUE IMPRIMO A TODAS AS MINHAS DIRETRIZES VG AGIREI COM A MÁXIMA ENERGIA CONTRA OS SUBLEVADOS VG ALERTANDO-OS VG PARA QUE NÃO SE DEIXEM ENGANAR POR FALSOS DEFENSORES DEMOCRACIA QUE OS ESTÃO CONDUZINDO PARA UMA VERDADEIRA LUTA ENTRE IRMÃOS PT CERREMOS FILEIRA VG BRASILEIROS VG EM TORNO DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS QUE REGEM NOSSOS DESTINOS VG E ESTA FASE CRÍTICA EM BREVE ESTAH ULTRAPASSADA PARA O

BEM DE NOSSA PÁTRIA PT EMBORA EM ESTADO DE CONVALESCENÇA NÃO HESITAREI EM SACRIFICAR MINHA PRÓPRIA SAÚDE PARA CUMPRIR ESTE DEVER QUE TENHO PARA COM MINHA PÁTRIA E PARA COM O REGIME DEMOCRÁTICO QUE DEFENDO HAVEREMOS DE CUMPRIR NOSSA MISSÃO HAJA O QUE HOUVER VG CUSTE O QUE CUSTAR PT GEN JAIR DANTAS RIBEIRO – MINISTRO DA GUERRA ASPAS PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Às 1000 horas foi expedido para o Cmt do 7º RI o Mem Secreto nº 39 E3 do seguinte teor:

"A partir recebimento deste, deveis manter uma guarda composta de um 01(um) cabo 03(três) soldados no Ponto Sensível RÃ".

Durante a viagem do Aeroporto de Camobi ao QG/3ª DI o Cel Roberto Gonçalves, em conversa com o Maj Garcia, assim se expressou:

"Nós já estamos no plano inclinado. Agora não há mais como recuar. Já decidimos romper o tumor. Só não contamos com uma Unidade; o 14º RC de D. Pedrito. A 2ª DC também está revoltada e inteiramente coesa. E vocês como é que estão?"

Foi-lhe informado que o Gen Poppe de Figueiredo ainda não havia decidido aderir à Revolução, mas que sua vinda e as informações relativas à adesão das 3ª e 2ª DC, poderiam precipitar a decisão do Cmt da 3ª DI.

Enquanto o Cel Roberto deslocava-se de Camobi para Santa Maria, o Gen Poppe de Figueiredo recebeu dois chamados telefônicos.

O primeiro do Gen Camarinha, Cmt da 2ª DC, informando-lhe que a 2ª DC encontrava-se rebelada apoiando a Revolução de Minas.

O segundo do Gen Hugo Garrastazú informando-lhe de sua decisão de, juntamente com a 2ª DC, aderir à Revolução de Minas. Nessa ocasião o Gen Garrastazú teria feito um apelo veemente ao Gen Poppe de Figueiredo a que aderisse a Revolução.

Após esses telefonemas o Cel Ramão Menna Barreto solicitou ao Gen Poppe de Figueiredo autorização para reunir o EM, a fim de debaterem a situação. Nesse momento chega ao QG o Cel Roberto Gonçalves que foi imediatamente introduzido no Gabinete do Gen Poppe de Figueiredo, tendo-se iniciado rápida conferência com a presença do Maj Milton e Cel Menna Barreto. Eram aproximadamente 1130 horas.

Concluída a reunião o Maj Milton informou aos oficiais do EM que se encontravam presentes que o Cmdo da 3ª DI aderira a Revolução e tomara a seguinte decisão:

– convocar uma reunião dos Cmts de Unidades da Gu de Santa Maria, Oficiais de seu EM para informar-lhes da decisão tomada;

– lançar uma proclamação;

– enviar mensageiro a Santiago a fim de fazer uma ligação com o Gen João de Deus Nunes Saraiva a fim de obter o apoio também da 1ª DC à causa revolucionária.

Às 1130 horas foi recebido no QG o rádio 94 E2 de 1º Abr do Cmt III Ex cujo texto era o seguinte:

– "DETERMINO DAR CONHECIMENTO SUBORDINADOS SEGUINTE PROCLAMAÇÃO III EX PTPT ASPAS HONRADO COM A CONFIANÇA DO EXMO SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA VG DR JOÃO GOULART E DO EXMO SR MINISTRO DA GUERRA VG GENERAL DE EX JAIR DANTAS RIBEIRO VG ASSUMI O COMANDO DA 6ª DI E VG POR TER SIDO O EXMO SR GENERAL DE EX BENJAMIM RODRIGUES GALHARDO NOMEADO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXERCITO VG SENDO O OFICIAL GENERAL MAIS ANTIGO ACABO DE ASSUMIR O COMANDO DO III EX PT JULGO-ME PERFEITAMENTE CONHECIDO NÃO SOH PELOS CAMARADAS DO III EX COMO TAMBÉM PELOS DEMAIS COMPANHEIROS DO EXÉRCITO BRASILEIRO PT SEMPRE FUI INTRANSIGENTE DEFENSOR DA LEI E DA ORDEM E AMANTE DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS PT AQUI ME ENCONTRO PARA CUMPRIR RIGOROSAMENTE AS ORDENS DAS AUTORIDADES SUPERIORES PT TODOS OS SACRIFÍCIOS FAREMOS PARA QUE A LEI E A ORDEM SEJAM RESTAURADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL PT NINGUÉM ARREBATARAH DAS MÃOS DO PRECLARO PRESIDENTE JOÃO GOULART A BANDEIRA DA LEGALIDADE PT O SEU MANDATO EH INTOCÁVEL PORQUE É A EXPRESSÃO DA SOBERANIA NACIONAL PT A FORÇA SATÂNICA DOS PREVILÉGIOS NÃO ARRANCARAH VG DO POVO BRASILEIRO A BANDEIRA DAS REFORMAS PT POR ELAS LUTAREMOS VG EXÉRCITO E POVO VG SEMPRE UNIDOS VG SEMPRE UNISSONOS NOS SENTIMENTOS COMO TEMOS SIDO EM TODO O DECORRER DA NOSSA HISTÓRIA PT COMPANHEIROS DO III EX VG MEUS PATRICIOS DO RIO GRANDE DO SUL VG DE SANTA CATARINA E DO PARANÁ VG BRAVA GENTE BRASILEIRA VG COMO REPRESENTANTE DO EXMO SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR JOÃO GOULART E SOB AS ORDENS DO EMINENTE MINISTRO DA GUERRA GENERAL DE EX JAIR DANTAS RIBEIRO VG CONCLAMAMOS A TODOS VOS A CERRAR FILEIRAS NA DEFESA DA ORDEM VG DA LEI E DAS INSTITUIÇÕES PT ESTOU SEGURO E CONFIANTE QUE A NOSSA CAUSA É SANTA E QUE NINGUÉM NOS ARREBATARÁ ESSA VITÓRIA QUE JAH É NOSSA PT GEN LADÁRIO CMT III EX".

Em cumprimento à decisão do Gen Poppe de Figueiredo, viajou para Santiago, via aérea, o Ch da 9ª CR, Cel Edmundo, acompanhado do Ch EM/3ª DC, Cel Roberto Gonçalves que, lá chegando, entraram em contato com o Gen Bda Saraiva, Cmt da 1ª DC e solicitaram sua adesão em nome do Gen Poppe de Figueiredo. O Gen Saraiva, alegando motivos sentimentais (amizade e gratidão), declarou que não podia voltar-se contra o Sr João Goulart. Pediu aos Coronéis que não entrassem em contato com seus Cmts de Unidades. Diante disso os mensageiros regressaram a Santa Maria sem lograr êxito na missão. A 1ª DC, pelo seu Cmt, não apoiaria a Revolução.

Às 1330 horas, em cumprimento à determinação do Gen Poppe de Figueiredo, realizou-se uma reunião na Sala de Instruções do QG/3ª DI com a presença dos Cel

Menna Barreto Ch EM/DI, Cel Paula Couto Cmt AD/3, Ten Cel Agostini Cmt do 3º RO 105, Cel Ito Cmt do 3º BCCL e oficiais do EMG da Divisão, Ten Cel Léo E1, Maj Bohrer E3, Maj Milton E2, Maj Garcia E4, Maj Brummel e Maj Sperotto Estagiários. Visivelmente emocionado, o Gen Poppe de Figueiredo, em rápidas palavras, disse que havia pesado a importância da decisão que tomara, mas que não podendo ficar indiferente à ação nefasta dos comunistas que ameaçava tragar o País, decidira, juntamente com os camaradas da 2ª DC e 3ª DC, dizer um BASTA a comunização do Brasil, apoiando a Revolução eclodida em Minas e já apoiada por São Paulo, e não cumprindo mais ordens do III Ex. E para isto esperava contar com o apoio dos seus Cmts de Unidades e oficiais do EM.

Imediatamente levantou-se o Ten Cel Agostini e disse:

– "V Exa pode contar com o apoio do Rgt Mallet".

O Gen Poppe de Figueiredo dirigiu-se, então, ao Cel Ito, e perguntou-lhe:

– "Posso contar com seu apoio Cel Ito?"

O Cel Ito respondeu:

– "O Cmt do 3º BCCL cumpre as ordens do Cmt da Divisão".

– "E meu EM está de acordo?"

Perguntou o Gen Poppe de Figueiredo.

Em silêncio os oficiais do EM assentiram com a cabeça, não tendo havido manifestações em contrário.

Encerrada essa reunião, uma outra foi realizada, no Gabinete do Cmt da DI, para a qual foram convocados, além dos participantes da 1ª reunião, o Cmt do 7º RI, Ten Cel Alberto Firmo de Almeida, e demais Cmts e Chefes de Repartições e Estabelecimentos da Guarnição.

O Gen Poppe de Figueiredo repetiu as mesmas palavras ditas na Sala de Instrução e dirigindo-se de inopino ao Ten Cel Firmo perguntou:

– "Posso contar com seu apoio Cel Firmo?"

A resposta do Ten Cel Firmo foi mais ou menos a seguinte:

– "A situação não está bem clara. Muitos boatos, muitas notícias de lá e outras de cá. Para mim a situação ainda está obscura. Acho cedo ainda para tomar qualquer decisão".

Essa atitude do Ten Cel Firmo já era esperada tendo o EM previsto sua substituição pelo Ten Cel Milo Darcy Aita, Ajudante Geral do QG/3ª DI, oficial da mais absoluta confiança do Cmdo da DI e que recentemente havia sido transferido do 7º RI.

O Gen Poppe de Figueiredo retomou a palavra e disse:

– "Cel Firmo, a situação para o Cmt da DI está clara e a decisão tomada. Está encerrada a reunião".

O Ten Cel Firmo imediatamente retirou-se em direção do quartel do 7º RI, fronteiro ao QG/DI.

Diante da situação, o Maj Milton e Maj Garcia, rapidamente, trocaram idéias e mandaram um estafeta chamar o Ten Cel Firmo em nome do Ch EM, alertando a este de que era preciso ganhar tempo para prevenir os majores Erydson Pereira Magalhães e William Ferreira França do que havia se passado, antes que o Ten Cel Firmo pudesse chegar ao 7º RI. O Maj Brummel foi mandado ao 7º RI, tendo deixado os imediatos do Ten Cel Firmo prontos para prendê-lo, caso intentasse qualquer ação contra a Revolução.

A partir desse momento o Maj Brummel passou a ser o oficial de ligação com o 7º RI.

A transmissão da decisão do Gen Poppe de Figueiredo para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul, foi dirigida via telefônica tendo em vista mantê-la em sigilo até o fim da jornada.

Às 1500 horas é feita a ligação telefônica com o 8º RI tendo sido transmitida a decisão do Cmt da DI. O Sub Cmt do 8º RI, Ten Cel Ito Carvalho Bernardes, informa ao Cmt da 3ª DI que a Unidade está coesa pronta para cumprir suas ordens. O Cmt do 8º RI a seguir é informado do que se passara e concorda com a decisão tomada, em seu nome, pelo seu Sub Cmt. Um oficial e um Sgt do 8º RI são designados para, em traje civil, vir a Santa Maria receber ordens.

A essa mesma hora foi solicitado o comparecimento ao QG/DI do Cmt da Gu da Brigada Militar Ten Cel Francisco Martins a fim de ser informado da decisão do Gen Poppe de Figueiredo. O Ten Cel Martins veio acompanhado do Ten Cel Darcy Paiva Ethur, Cmt do 2º BG. O Ten Cel Martins recebeu a decisão com agrado enquanto que o Ten Cel Ethur, embora nada dissesse, demonstrou pela fisionomia, certa insatisfação.

Às 1500 horas foi recebido o Rd 151 S1 de 1º de Abr do Cmt da Gu de Cachoeira do Sul:

– "TROPA ESTA GUARNIÇÃO COESA SITUAÇÃO CALMA PT MANIFESTO DEPUTADO BRIZOLA ATRAVÉS RÁDIO FARROUPILHA CAUSAM MAL ESTAR GUARNIÇÃO VIRTUDE NÃO APENAS REQUISITO TOTAL ESTAÇÕES PORTO ALEGRE PARTE GOVERNADOR ESTADO COMO TAMBÉM TERMO AQUELE MANIFESTO INFRINGEM RECOMENDAÇÕES RÁDIO 16 E2 CD1 VA Circ de 16 ESSA DI PT Cel Mattos Júnior Cmt 3º GO 155".

Nessa mesma hora foi dispersada pelo 3º RO 105, por ordem do Cmdo da DI, uma concentração de ferroviários defronte ao chamado Palácio Rosado, costumeiro ponto de reuniões e comícios de ferroviários e comunistas. A população circundante, após a ação enérgica da tropa, deu grandes demonstrações de aplauso.

Cerca de 1630 horas o Cmdo da Divisão foi informado de que havia problema no 3º Esqd Rec Mec, pois alguns oficiais não estavam concordando em apoiar a Revolução, em face disso implicar a queda do Governo João Goulart. O Maj Milton recebeu

então ordem para ir até o Esqd observar o que acontecia e tomar as providências necessárias. O Maj Milton cumprindo sua missão fez rápida preleção aos oficiais do 3º Esqd, demovendo, pelo menos aparentemente, qualquer reação ao cumprimento da decisão do Cmdo da Divisão.

Às 1645 horas foram expedidas ordens verbais depois confirmadas pelos seguintes Memorandos:

Nº 40-E3 Secreto de 1º Abr – Cmt 7º RI:

"DETERMINO que essa Unidade passe a executar o Plano SEGIN-REP, tomando as seguintes providências:

a) Ocupar os seguintes pontos sensíveis para proteção:

CANÁRIO – CAPIVARA – BALEIA – BOTO – ÁGUIA – RÃ – OVELHA e PANTERA.

b) Manter 1 Cia (-) na Praça Saldanha Marinho em condições de:

(1) Manter a ordem e dissolver qualquer aglomeração nas circunvizinhanças da referida praça;

(2) Proteger, particularmente os seguintes pontos sensíveis: SAGUÍ – LONTRA e TUBARÃO;

(3) Grupar os Pontos Sensíveis COIOTE e CABRA determinando que saiam do ar, sob pena de serem postos fora do ar, conforme ofício deste Cmdo a ser entregue aos respectivos Diretores.

(a) Gen Div Mário Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI"

Nº 42-E3 Secreto de 1º Abr – Cmt 3ª Cia Mnt Ap:

"1. DETERMINO que essa Unidade passe a executar o Plano SEGIN-REP, ocupando os seguintes Pontos Sensíveis: OSTRA – PAVÃO – PINGUIN e PERDIZ.

2. Deveis, outrossim, guardar as entradas da cidade pelas estradas de São Sepé e Picadinha, a fim de impedir a saída da cidade de gêneros alimentícios e a entrada de armamento".

Nº 43-E3 Secreto de 1º de Abr – Cmt 3º Esqd Rec Mec:

"1: DETERMINO que essa Unidade passe a executar o Plano SEGIN-REP, ocupando os seguintes Pontos Sensíveis: OCAPI e RENA.

2. Deveis, outrossim, manter cerrada vigilância em todo o seu setor, nele mantendo a ordem, bem como dissolvendo qualquer tumulto e aglomerado humano.

3. Deverá ainda guardar entrada da cidade, pela R do Menino Deus, a fim de impedir a saída de gêneros alimentícios e a entrada de armamento. (a) Ramão Menna Barreto Cel Ch EM 3ª DI, P/O do Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

Ofícios nºs 45 e 46 E3, de 1º Abr às Rádios GUARATHAN e SANTAMARIENSE, respectivamente:

"1) Tendo assumido o governo militar da Cidade e estando solidário com as tropas do II Ex e 4ª RM, determino:

a) Que a emissora sob vossa direção saia da cadeia radiofônica que atualmente está integrando.

b) Que passe a transmitir apenas música e anúncios.

2) Esclareço-vos, outrossim, que essa emissora será retirada do ar, caso deixe de cumprir a presente determinação.

(a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

A ligação telefônica com as Gu de Cachoeira e Pelotas não foram obtidas.

Cerca de 1700 horas o Gen Poppe de Figueiredo foi chamado ao telefone pelo Gen Ladário. Nesse contato o Gen Poppe de Figueiredo deu-lhe conhecimento de sua decisão.

O Gen Ladário Pereira Telles então disse-lhe:

– "Poppe você está cometendo uma traição".

Ao que o Gen Poppe de Figueiredo respondeu-lhe:

– "Traição está cometendo você permitindo a comunização do País".

Após essas palavras o Gen Ladário Pereira Telles disse:

– "Está bem vou desligar".

E assim o fez.

O Boletim Divisionário nº 16, desse mesmo dia, publicou a seguinte proclamação:

"Nossa Pátria passa por um momento decisivo de sua história. Herdâ-mo-la de nossos pais cristã e democrática. Assim queremos transmiti-la aos nossos filhos.

Nos últimos tempos vem nosso País sendo levado para o comunismo ateu e totalitário, numa flagrante violentação da vocação do povo brasileiro.

Após os últimos episódios de conhecimento público, nos quais a disciplina das Forças Armadas foi praticamente destruída, a situação atingiu a um ponto em que se desenhou nítida, sob o império do mais puro e legítimo patriotismo, a necessidade de ser, enquanto é tempo, oposto um dique a avalanche comunista.

A 3ª DI alia-se aos camaradas da 2ª DC (URUGUAIANA), 3ª DC (BAGÉ) na missão sagrada de impedir a comunização de nossa querida Pátria".

Aproximadamente às 1730 horas o Ten Cel Leo, que após a decisão do Gen Poppe de Figueiredo recolhera-se à sua Seção, dirige-se ao Gabinete do Cmdo e, apresentando as razões em documento escrito, informa ao Cmt da Divisão que não concordava com a decisão tomada pelo Comando e solicita fique dispensado de cumpri-la.

Às 1915 horas foi transmitido o seguinte rádio para a ID/3:

"Nº 74 E3 de 1º Abr – SENTINDO NECESSIDADE DE RESTABELECER RESPEITO HIERARQUIA FORÇAS ARMADAS VG QUE VEM SENDO SOLAPADA POR ELEMENTOS INTERESSADOS COMUNIZAR BRASIL VG CULMINANDO SOLUÇÃO DADA ÚLTIMO CASO MARINHA GUERRA VG BEM COMO SENTINDO NECESSIDADE NÃO AFASTAMENTO TROPAS GUARNIÇOES VG FIM IMPEDIR FIQUEM CIDADES ENTREGUES AÇÃO COMUNISTA VG DECIDO NÃO ACATAR ORDENS CMT III EX DETERMINANDO DESLOCAMENTO UNIDADES DI PT (a) Gen Poppe Cmt 3ª DI"

Após a decisão do Gen Poppe de Figueiredo passou o EM a planejar as medidas de segurança necessárias face a possíveis ações de tropas de Porto Alegre e 1ª DC.

Para isso forem expedidas as seguintes ordens:

"Cmt 8º RI – Ordem Particular nº 1 – Secreta, de 1º Abr:

1. Deveis barrar qualquer movimento de tropas, quer Fv, quer Rv, incidindo sobre Santa Cruz ou sobre Santa Maria, nos seguintes eixos:

Porto Mariante – Santa Cruz.

Gen Câmara – Rio Pardo – Cachoeira do Sul

Rio Pardo – Santa Cruz

Soledade – Santa Cruz.

2. Qualquer ação sobre esses eixos, deverá ser imediatamente comunicada a este Cmdo.

3. Em caso de ser recalcado, devereis realizar uma ação retardadora ao longo dos eixos:

Santa Cruz – Candelária – Cerro Chato

Santa Cruz – Candelária – Cachoeira

Rio Pardo – Cachoeira.

Os elementos que forem acolhidos em Cachoeira passarão a reforçar essa Guarnição, após acolhidos.

4. Os Elm que retraírem para Cerro Chato, deverão estabelecer nova linha de defesa na corte do Jacuí. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

"Cmt Gu Cachoeira – Ordem Particular nº 2, Secreta, de 1º Abr: 1. Deveis defender a cidade de Cachoeira do Sul, barrando as vias de acesso Rio Pardo – Cachoeira do Sul e Capané – Cachoeira do Sul.

2. Deveis também, acolher os elementos do 8º RI que retraírem a cavaleiro da RS 64, os quais passarão a reforçar a Guarnição de Cachoeira do Sul, após acolhidos. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

3. Deveis ainda reforçar o 8º RI com 1 Bia 155".

OBSERVAÇÃO: Retificado o item 3º, por telefonema transmitido ao Cap Barreto Viana, para a seguinte redação:

"3. Deveis ainda ficar em condições de reforçar o 8º RI com 1 Bia 155. Em 2 Abr 64. (a) Telmo Ariosto de Athayde Bohrer – Maj E/3 3ª DI".

"Cmt 3º Esqd Rec Mec – Mem nº 45 E/3 Secreto de 1º Abr:

Esse Esquadrão deverá deslocar uma patrulha sob o Cmdo de um Oficial, para a região de Canabarro, a fim de vigiar o eixo ferroviário Dilermando de Aguiar - Santa Maria, impedindo a passagem de qualquer composição conduzindo tropas em direção a Santa Maria. (a) Ramão Menna Barreto Cel Ch EM/3ª DI P/O do Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

"Cmt 7º RI – Mem nº 44 E/3. Secreto, de 2 Abr:

1. Esse Regimento deverá deslocar uma Cia Fzo (-), a 2 Pel Fzo e 1 Sec Ptr, para a região do Passo do Arenal, a fim de cobrir a cidade de Santa Maria no eixo São Sepé – Santa Maria.

b) Deslocar uma Cia com igual efetivo para a região de Vai de Serra, a fim de cobrir a cidade de Santa Maria no eixo Cruz Alta – Santa Maria. (a) Ramão Menna Barreto Cel Ch EM/3ª DI, P/O do Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt 3ª DI".

As ordens para o 8º RI e Gu Cachoeira do Sul foram levadas pelo Capitão Sidney Zanon Machado do 8º RI que, regressando a Santa Cruz na noite de 1º/2 Abr, passou por Cachoeira onde estabeleceu contato com o Cmt da Gu e entregou-lhe a Ordem Particular nº 2, Secreta.

Continuou o EM seu planejamento, durante a noite, visando completar o dispositivo de segurança e ao mesmo tempo articular as forças para as ações ofensivas sobre Porto Alegre.

Enquanto os estudos eram feitos escutava-se, através da Cadeia da Legalidade, a palavra do Sr Leonel Brizola no comício realizado defronte à Prefeitura de Porto Alegre, conclamando os Sargentos e Oficiais nacionalistas a reagirem e matarem, "mesmo que fosse a unha", os oficiais gorilas.

Mais tarde chegaram informações de que o Sr João Goulart já se encontrava também em Porto Alegre e preparava-se para comandar a resistência.

Dia 2 Abr – À 0100 hora foi recebido o seguinte Rd 2 BF de 2 p

– "INFO PREZADO CHEFE ESTA UNIDADE SE PÕE SOB CMDO V EXCIA VG DESLIGANDO-SE III EX SOLIDARIZANDO-SE MOVIMENTO PROPAGADO 2º EX QUE VARRE TODA NAÇÃO VISANDO RESTABELECER RESPEITO CONSTITUIÇÃO PT AGUARDO CONFIANTE ORDENS VEX PT CEL DIRCEU – CMT 1º B F V".

À 0145 hora pelo receptor do 7º RI foi captada a seguinte mensagem:

– "DO 3º G CAN AAA PARA O 7º RI – PARA: GEN POPPE DE FIGUEIREDO – Cmt 3ª DI – SANTA MARIA – PARTICIPO V EXA ESTE CMDO DECIDIU NÃO MAIS ACATAR ORDENS III EX, SOLIDARIZANDO-SE COM COMPANHEIROS DO II EXÉRCITO SENTIDO PRESERVAÇÃO CONSTITUIÇÃO E SALVAGUARDA INTEGRIDADE PÁTRIA CONTRA INFILTRAÇÃO COMUNISTA. UNIDADE MANTÉM ORDEM GUARNIÇÃO PT AGUARDAMOS ORDEM V EXA PT MAJ VIRGILIO DA SILVA ROCHA – CMT 3º G CAN AAA".

Às 0300 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt 8º RI:

– "PARTICIPO RECEBI ORDEM CMT III EX SEGUINTES TERMOS PTPT DEVEIS DESLOCAR REGIMENTO MÁXIMA URGÊNCIA P ALEGRE PT GEN LADÁRIO CMT III EX PT INFORMO DEIXEI CUMPRIR ORDEM ACORDO DETERMINAÇÃO VEX PT AGUARDO ORDENS PT CEL FARIA CORREA CMT 8º RI".

Às 0730 horas foi recebido o seguinte rádio:

– "Rd 168 S1 de 2 pt RERA 82 E3 DE 2 ABR INFORMO TODO BTL ACHA-SE DISPONIVEL PT CEL BRITO – CMT 3º B R V ".

Às 0840 horas foram expedidas as seguintes mensagens:

– "CMT 2ª DC – FIM ACELERAR VITÓRIA NOBRE CAUSA ESTAMOS EMPENHADOS VG JULGO CONVENIENTE V EX DETERMINAR SEGUINTES AÇÕES:

1º: APOSSAR-SE RAPIDAMENTE DA REGIÃO DE GEN VARGAS VG COBRINDO-SE NO CORTE DO IBICUI.

2º: FICAR EM CONDIÇÕES DE PROSSEGUIR SOBRE PORTO ALEGRE. GEN POPPE – CMT 3ª DI".

– "CMT 3ª DC – FIM ACELERAR VITÓRIA NOBRE CAUSA ESTAMOS EMPENHADOS JULGO CONVENIENTE V EXCIA DETERMINAR SEGUINTES AÇÕES:

1º: APOSSAR-SE RAPIDAMENTE DA REGIÃO DE CRUZAMENTO DE SÃO SEPÉ.

2º: FICAR EM CONDIÇÕES DE PROSSEGUIR SOBRE P ALEGRE. GEN POPPE – CMT 3ª DI".

Às 0900 horas foi expedido o seguinte rádio:

– "Cmt Gu Santa Cruz – APROVO DECISÃO TOMADA PT CUMPRINDO ORDEM PARTICULAR Nº 1 DATADA 1º ABR PT GEN POPPE DE FIGUEIREDO – CMT 3ª DI".

Às 0905 horas foi expedido o seguinte rádio:

– "CMT ID/3 – DENTRO QUADRO MANOBRA 3ª DI VG 3ª DC ET 2ª DC VG DETERMINO DESLOCAMENTO REGIÃO CAMAQUÃ VG ELEMENTO VALOR BI VG CONDIÇÕES PROSSEGUIR PALEGRE PT COMUNIQUE INICIO OPERAÇÃO PT GEN POPPE – CMT 3ª DI".

As mensagens para as 2ª e 3ª DC foram transmitidas em fonia e em claro a fim de que pudessem ser captadas pelas Unidades da Gu PAlegre.

Às 0910 horas o Gen Poppe de Figueiredo decide assumir o Cmdo do III Ex e estabelecer seu QG em Santa Maria.

Cerca de 0915 horas foram expedidos os seguintes documentos:

Of 48 E3 dirigido ao Diretor Regional dos Correios e Telégrafos do seguinte teor:

– "A fim de esclarecer rumores de que elementos estranhos aos quadros do DCT estão se reunindo no edifício deste Departamento, e se tratando de Próprio-Nacional, determino a ocupação do prédio".

Of nº 49, 50, 51 e 52 E3 dirigidos respectivamente aos Diretores das Rádios IMEMBUY, MEDIANEIRA, GUARATHAN e SANTAMARIENSE, contendo os seguintes dizeres:

"1. Como Cmt Militar da cidade requisito a emissora sob vossa direção, a partir deste momento.

2. Em conseqüência:

a) A partir do recebimento desta, só serão permitidas as irradiações de notícias ou comunicados fornecidos por este Cmdo, ou pelo Cmt da 3ª DI, Cel Ramão Menna Barreto;

b) Fora disto, deverão ser irradiadas apenas músicas e anúncios comerciais. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo, Cmt III Ex".

Cerca de 0930 horas foi recebido o seguinte rádio transmitido em caráter urgentíssimo:

– "SR. GEN ARMANDO MORAIS ANCORA VG NOMEADO HOJE MINISTRO GUERRA INTERINO VG DEIXOU ESTE CARGO EM CERIMÔNIA PRESENÇA TODOS GENERAIS PT DADA SITUAÇÃO VG VIRTUDE SER MEMBRO ALTO COMANDO MAIS ANTIGO VG ASSUMI NA MESMA CERIMÔNIA COMANDO EXERCITO NACIONAL PT GEN EX COSTA E SILVA CMT EX NACIONAL".

Cerca de 0945 horas foram expedidos os ofícios 53, 54, 55 e 56 E3 dirigidos respectivamente aos Diretores das Rádios IMEMBUY, MEDIANEIRA, GUARATHAN e SANTAMARIENSE, do seguinte teor:

"1. Face ao desenvolvimento da crise que abalou o País e a atual situação política reinante torno sem efeito, a partir deste momento, as determinações constantes do meu Ofício Nº 49, 50, 51 e 52, respectivamente, desta data.

2. Outrossim, faço saber que essa emissora deverá observar integralmente o Art. nº 53, da lei nº 4117 de 27 Ago de 1962, anexo por cópia. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt III Ex".

Às 0945 horas foi expedido pelo Gen Poppe de Figueiredo o seguinte rádio dirigido ao Gen Costa e Silva:

– "Cmt do Ex Nacional: INFORMO A VEX QUE ASSUMI A DIREÇÃO DAS OPERAÇÕES DO RESTABELECIMENTO DA TRANQUILIDADE NA ÁREA DO III EX VG JÁ CONTANDO VG ALÉM DA 3ª DI VG COM A 5ª DI VG 2ª DC VG 3ª DC VG ELEMENTOS DA 6ª DI (COMANDO DE CRUZ ALTA) VG 1º BTL FERROVIÁRIO VG 3º G CAN AAAe PT INFORMO OUTROSSIM VG QUE DETERMINEI A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES VISANDO A RESTITUIÇÃO DA ORDEM EM PORTO ALEGRE PT GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

À mesma hora foi convocada uma reunião dos órgãos de imprensa de Santa Maria quando o rádio acima foi divulgado. Foi solicitado ainda às emissoras locais que integrassem a Cadeia da Liberdade, tendo havido certa relutância, principalmente da Rádio IMEMBUY através do seu representante Dr Antonio Abelin.

Alegou o Dr Abelin que a notícia de deslocamento de tropas sobre PAlegre poderia causar pânico na população. Como a intenção do Cmdo da DI era inquietar o inimigo em Porto Alegre, foi determinado que a notícia fosse divulgada como nota oficial.

Cerca de 1000 horas o Gen Poppe de Figueiredo recebe a seguinte resposta do Gen Costa e Silva:

– "FELICITO DIGNA ATITUDE ASSUMIDA PT APROVO INTEGRALMENTE DECISÃO DE VEX PT GEN COSTA E SILVA MINISTRO DA GUERRA".

Ainda às 1000 horas foram expedidos os seguintes documentos:

"Rd nº 76 E3 de 2 Abr – Cmt 1ª DC – COMUNICO VOSSÊNCIA ASSUMI SMARIA COMANDO III EXÉRCITO PT SOLICITO INFORMAR DISPONIBILIDADE TROPAS ESSA GU PT (A) GEN POPPE CMT III EX".

"Rd nº 77 E3 de 2 Abr – Cmt 3ª DC – INFORMO VEX ASSUMI SMARIA COMANDO III EX TENDO INICIADO OPERAÇÕES VISANDO RESTABELECIMENTO ORDEM SUA ÁREA PT DETERMINEI EM CONSEQÜÊNCIA DESLOCAMENTO TAMBÉM TROPAS 3ª DI ET 2ª DC RUMO PALEGRE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

"Rd nº 78 E3 de 2 Abr – CMT 2ª DC – INFORMO VEX ASSUMI SMARIA CMDO III EX TENDO INICIADO OPERAÇÕES VISANDO RESTABELECIMENTO ORDEM SUA AREA PT DETERMINEI EM CONSEQUENCIA DESLOCAMENTO TAMBÉM TROPAS 3ª DI ET 3ª DC RUMO PALEGRE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO – CMT III EX".

"Rd nº 79 E3 DE 2 Abr – CMT 5ª RM/5ª DI – COMUNICO VEX HAVER ASSUMIDO NESTA DATA EM SANTA MARIA VG COMANDO III EX VG VIRTUDE SER OFICIAL MAIS GRADUADO JAH HAVENDO DETERMINADO DESLOCAMENTOS TROPAS 3ª DI VG 2ª DC ET 3ª DC FIM RESTABELECER ORDEM PALEGRE PT (A) GEN POPPE CMT III EX".

"Rd nº 80 E3 de 2 Abr – CMT 6ª DI – COMUNICO VEX HAVER ASSUMIDO NESTA DATA VG SANTA MARIA VG COMANDO III EX VG VIRTUDE SER OFICIAL MAIS GRADUADO JAH DETERMINADO DESLOCAMENTOS TROPAS DA 3ª DI VG 2ª DC ET 3ª DC PT (A) GEN POPPE CMT III EX".

"Rd nº 81 E3 de 2 Abr – CMT 1º, 2º e 4º EXÉRCITO – CMDO MILITAR AMAZÔNIA – CMDO MILITAR BRASÍLIA – INFORMO VEX ASSUMI DIREÇÃO OPERAÇÕES RESTABELECIMENTO TRANQUILIDADE ÁREA III EX JAH CONTANDO ALÉM 3ª DI VG 5ª DI VG 2ª DC ET 3ª DC ELEMENTOS 6ª DI CMDO CRUZ ALTA VG 1º BTL FV VG 3º GR CAN AU A AE PT INFORMO OUTROSSIM DETERMINEI REALIZAÇÃO OPERAÇÕES MILITARES VISANDO RESTITUIR ORDEM PORTO ALEGRE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

"Rd nº 82 E3 de 2 Abr – CMT 2º BTL RD – COMUNICO ASSUMI SMARIA COMANDO III EX PT SOLICITO INFORMAR DISPONIBILIDADES TROPAS ESSA UNIDADE PT (A) GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

"MEM Secreto Nº 46 E3 de 2 Abr – CMT 7º RI:

1. DETERMINO seja recolhido ao quartel a Cia Fzo (-) a que se refere o item 1.b do Mem nº 44-E3 Secreto de 2 Abr 64. (a) Ramão Menna Barreto – Cel Cmt 3ª DI".

Após ter feito as comunicações de sua assunção de comando do III Ex o Gen Poppe de Figueiredo, enviou nota ao Governador Ildo Meneghetti nos seguintes termos:

– "O III Ex, agora sob o comando do Gen Mario Poppe de Figueiredo, na cidade de Santa Maria, convida o Exmo Sr Governador do Estado e seus Secretários para instalar seu Governo nesta cidade, onde dará todas as garantias para o livre exercício do governo. Aviões estão à disposição do Governo Estadual no Aeroporto de Camobi."

Às 1020 horas e 1100 horas foram recebidos os seguintes rádios do Cmt da Gu Cachoeira do Sul (3º G O 155):

"Rd nº 143 S1 de 2 Abr – INFORMAÇÕES ELEMENTO CIVIL RELATIVA CONFIANÇA CHEGADO PALEGRE PTPT UM OITO RI CARROS COMBATE NAS RUAS VG GRANDE QUANTIDADE ARMAMENTO E CIVIS REUNIDOS PREFEITURA VG POSTOS RECRUTAMENTO ESPALHADOS CIDADE VG CIDADE ABANDONADA GOVERNO ESTADO VG BRIGADA SOB COMANDO ELEMENTO COMUNISTA VG EXISTENCIA RAZOÁVEL ELEMENTOS CONTRÁRIOS BRIZOLA SEM ORIENTAÇÃO PT CEL MATTOS JUNIOR – CMT 3º GO 155".

"Rd nº 145 S1 de 2 Abr – SOLICITO VEX INFORMAR TAMBÉM 8º RI ORDEM RECEBIDA DESSA DI VG ATRAVÉS MAJ BOHRER VG PARA QUE BIA O SE DESLOCASSE SANTA CRUZ VG FIM REFORÇAR AQUELA UNIDADE VG SOMENTE ORDEM ESSE CMDO PT (A) CEL MATTOS JUNIOR – CMT 3º G O 155".

Cerca de 1100 horas avolumam-se as notícias de que o Presidente João Goulart havia abandonado o País rumando para o exterior.

Às 1155 horas foi expedida a seguinte mensagem para o Cmt da 2ª DC:

– "SOLICITO VEX DESTACAR EM SMARIA UM OFICIAL ESSA GU FIM ASSESSORAR ESTE CMDO GEN POPPE DE FIGUEIREDO CMT III EX".

Às 1200 horas as emissoras de Porto Alegre irradiam a palavra do Prefeito SERENO CHAISE anunciando que o Sr João Goulart havia viajado para o estrangeiro e convidando aos Porto-alegrenses a retornarem ao trabalho.

Às 1210 horas foi recebida a seguinte mensagem do Cmt da 3ª DC:

"ACABO COMUNICAR-ME COMANDANTE 9º RI O QUAL ENVIARÁ AINDA HOJE 1 MENSAGEIRO DE AVIÃO ATÉ ESSA GUARNIÇÃO PARA OBTER MAIORES ESCLARECIMENTOS PT ESTÁ UNIDO NOSSA CAUSA VG ASSIM TAMBÉM 1º/7º G A COS M – DE RIO GRANDE PT GEN GARRASTAZÚ CMT 3ª DC".

Às 1310 horas o Gen Poppe de Figueiredo recebeu o seguinte rádio do Gen Newton Barra enviado de PAlegre:

– "Rd 66 Aj O de 2 Abr 64 – FACE ACONTECIMENTOS E ESTANDO EM FÉRIAS APRESENTEI-ME 1º CORRENTE GEN LADÁRIO QG/III EX E PRETENDIA APRESENTAR-ME NESSE QG PT VIRTUDE INFORMAÇÃO TELEFÔNICA VOSSÊNCIA TODA DI HAVIA ADERIDO MOVIMENTO II EX ET NÃO DESEJANDO ADERIR PARTICULARMENTE PARA NÃO ME COLOCAR CONTRÁRIO EMINENTE AMIGO MINISTRO JAIR DANTAS VG DECIDI PERMANECER NESTE QG PT CONSEQUÊNCIA NORMALIZAÇÃO SITUAÇÃO IREI APRESENTAR-ME 3ª DI DESEJANDO CONDICIONAR MINHA PERMANÊNCIA COMANDO AD/3 CRITÉRIO AUTORIDADE SUPERIORES PT GEN BARRA CMT AD/3".

Às 1400 horas foi expedido o seguinte rádio para o Cmt do 8º RI:

"Rd 83 E3 de 2 Abr – CMT 8º RI – REF O PART Nº 1 VG IFORMO DETERMINEI CMT 3º G O 155 DESLOCASSE ELEMENTOS DE REF SOMENTE MEDIANTE ORDEM PT ESSE RI SERAH INFORMADO CASO ORDEM SEJA EXPEDIDA PT GEN POPPE CMT 3ª DI".

Às 1410 horas foi expedido o seguinte rádio para os Cmts das Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul:

"Rd nº 85 E3 de 2 Abr – NESTA DATA EXMO SR GEN POPPE ASSUMIU EM SANTA MARIA CMDO III EX PT EM CONSEQUÊNCIA ASSUMI O CMDO 3ª DI PT (A) CEL RAMÃO – CMT 3ª DI".

Às 1420 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt 8º RI:

– "FIM CUMPRIR MISSÃO RECEBIDA REQUISITEI VINTE ÔNIBUS VG CINCO CAMINHÕES VG JAH TENDO UTILIZADO CINCO ÔNIBUS ET TRÊS CAMINHÕES PARA TRANSPORTAR TROPAS DESTINO RIO PARDO SOLICITO APROVAÇÃO ATO PT CEL FARIA CORREA CMT 8º RI".

Às 1530 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt ID/3:

"INFORMO FACE DIFICULDADE REQUISIÇÃO VTR VG DESLOCAMENTO BI PREVISTA ENTRE 16 ET 17 HORAS PT CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Cerca de 1600 horas chegou ao QG/DI o Ten Cel Martins Cmt da Gu da Brigada Militar acompanhado do Ten Cel Ethur. Recebidos pelo Cel Menna Barreto, o Ten Cel Martins informou que havia vindo ao QG por solicitação do Ten Cel Ethur em face de boatos que circulavam na Viação Férrea de que as forças da Brigada seriam substituídas pelo Exército. O Cel Ramão disse-lhes então:

– "Isto não passa de boatos que vocês não devem levar em consideração. Hoje mesmo vieram ao QG informar que ia haver um levante na Brigada e que você, Ethur, seria o chefe do movimento. É claro que não acreditei".

A estas palavras o Ten Cel Ethur que mais tarde ficou provado estava envolvido em confabulações contra-revolucionárias, empalideceu.

Nesse momento chegou ao QG o Cel Ito Cmt do 3º BCCL demonstrando certa irritação. Após a saída dos oficiais da Brigada o Cel Ito dirigiu-se ao Cel Ramão dizen-

do ter sido traído, pois soubera estar o Gen Poppe movimentando tropas. Argumentou que a decisão do Gen Poppe, apresentada na Sala de Instrução, fora não cumprir as ordens de deslocamento de tropas emanadas do Gen Ladário, porém que permaneceriam nos quartéis.

O Cel Ramão deu-lhe então uma explicação tendo o Cel Ito permanecido no QG algum tempo, fazendo comentários sobre o assunto com oficiais do EM que apenas o ouviam.

Por volta de 1630 horas o Cmdo da Divisão, informado de que elementos subversivos se reuniam na Escola Hugo Taylor, deu ordem, por intermédio do Cmdo da AD/3, ao 3º RO 105 para cercar o estabelecimento e aprisionar os participantes da reunião. A ordem foi cumprida com presteza, porém a reunião já havia sido desfeita.

Cerca de 1630 horas chegou a Santa Maria via aérea o Cel Orlando Pacheco Ch da Casa Militar do Governador Ildo Meneghetti acompanhados de assessores militares tendo comparecido imediatamente ao QG/3ª DI onde passou a tratar com o Gen Poppe do retorno do Governo do Estado, que havia se transferido para Passo Fundo, a Porto Alegre. Após os acontecimentos havidos, ficou acertado que o retorno do Governador seria feito juntamente com a transferência do Cmdo do III Ex Revolucionário para Porto Alegre. Ficou acertado que no dia seguinte, dia 3 de Abril, Cmt do III Exército e Governador encontrar-se-iam na região de Pantano Grande e em uma única coluna entrariam em Porto Alegre.

O Gen Poppe levaria consigo uma forte escolta, integrada por elementos de todas as Unidades da Divisão. Seu EM seria constituído do Maj Milton e seu Ajudante-de-Ordens, Cap Oswaldo Marques Belliard.

Em face dessa decisão passou o EM Divisionário a planejar o deslocamento do Cmdo do III Exército tendo antes que sofrer uma rearticulação. O Ten Cel Léo que desde a tarde do dia 1º encontrava-se apenas tratando dos assuntos de rotina da 1ª Seção foi chamado pelo Cel Menna Barreto que, numa demonstração de confiança, lhe deu ordem para assumir a Chefia do EM. O Maj Garcia que desde a noite de 31/1º Abr passara a reforçar a 2ª Seção, assumiu-a efetivamente, ficando dispensado da Chefia da 4ª Seção. Para a 4ª Seção foi designado o Maj Brummel enquanto o Maj Sperotto assumia a 1ª Seção.

Foram estabelecidas também pelo EM entendimentos com o Cel Roberto Gonçalves, Ch do EM/3ª DC e Maj Ernestino Fischer Vieira dos Santos, E3 daquela GU, que vieram a Santa Maria de avião, coordenar a operação sobre Porto Alegre. Chegou também a Santa Maria nessa tarde, tendo se apresentado ao Gen Poppe, o Maj Cav Floriano Aguilar Chagas da 2ª DC, designado para representar a 2ª DC no EM do III Exército Revolucionário.

Aproximadamente às 1700 horas compareceu ao QG uma comissão de ferroviários liderada por Baltazar Mello a fim de informar que haviam lançado um mani-

festo conclamando os ferroviários a retornar ao trabalho e que dentro de uma hora toda a VFRGS estaria trabalhando normalmente. Isto de fato aconteceu.

Às 1815 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt da ID/3:

– "INFORMO VEX VG CUMPRIMENTO MISSÃO RECEBIDA VG BI PARTIU 17 HORAS PT CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Às 1830 horas em face das informações de que haviam cessado todas as resistências em Porto Alegre, o Cmdo do III Exército decidiu suspender a operação do 2º/9º RI sobre a capital do Estado, determinando o retorno das tropas ao quartel. A ordem foi transmitida pela Rede Rádio Divisionária.

Às 1900 horas foi expedido o Mem Secreto nº 47 E3 de 4 Abr dirigido aos Cmts da AD/3, 7º RI, 3º RO 105, 3º BCCL, 3º Esqd Rec Mec, 3ª Cia Mnt Ap, Pq RMM/3:

"1. A partir das 1900 horas de hoje passa a ser a seguinte a situação das OM desta Guarnição:

a) 50% do efetivo, por Unidades constituídas (1 Btl e 1 Cia Rgt, 1 Gp e 1/2 Bia Rgt, etc.) situação prevista no Art 500 do R-1.

c) Restante do efetivo: em suas residências, na situação prevista no nº 2 do Art 498 do R-1.

2. Fica revogado o determinado no Men constante da referência. (a) Léo Nunes da Silva – Ten Cel Ch EM/3ª DI – P/O do Cel Ramão Menna Barreto – Cmt 3ª DI".

Às 2000 horas foi recebido o seguinte rádio do Cmt ID/3:

– "Nº 48 ASST DE 2 ABR – RERA 87-E3 de 2 PT INFORMO VEX ORDENADO REGRESSO BI DEZENOVE HORAS PT (a) CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Às 2120 horas foi recebido novo rádio do Cmt ID/3 contendo o seguinte texto:

– "INFORMO VEX ENVIOU ESTA MANHÃ OFICIAL LIGAÇÃO CIDADES BAGÉ ET JAGUARÃO PT ENTROU CONTATO GEN CMT 3ª DC e 13º RC VG TENDO CONSTATADO SITUAÇÃO CIDADES COMPLETA NORMALIDADE PT CEL JOAQUIM CMT ID/3".

Aproximadamente às 2300 horas foram expedidos os seguintes rádios para os Cmts do 8º RI e Gu Cachoeira respectivamente:

– "Nº 88 E3 de 2 Abr – TORNO SEM EFEITO ORDEM PARTICULAR NR HUM DE HUM DE ABRIL PT (a) CEL RAMÃO CMT 3ª DI".

– "Nº 89 E3 DE 2 ABR – TORNO SEM EFEITO ORDEM PARTICULAR NR DOIS DE HUM DE ABRIL PT (a) CEL RAMÃO CMT 3ª DI".

À essa mesma hora, por determinação do Cel Menna Barreto, em face de falta de informações da Gu de Cruz Alta, foi feita, pelo Maj Garcia, uma ligação telefônica com o 6º GO 105 tendo o Maj Milton Londero Aita, que respondia pelo Cmdo, manifestado restrições a um entendimento telefônico, sentiu-se a necessidade de mandar um elemento de ligação a Cruz Alta. Apresentaram-se voluntários o Cel

Edmundo e o Maj Art Antonio Villas Boas, que servia na 9ª CR. O Cel Edmundo e Maj Villas Boas partiram de Santa Maria cerca de 2300 horas, utilizando a caminhonete particular do Cel Edmundo, tendo regressado ao alvorecer informando:

– "Estava a Gu de Cruz Alta sem informações completas da situação geral;

– O 6º GO 105 estava com a Revolução, mas muito preocupado com o 17º RI, Unidade onde serviam alguns oficiais nacionalistas e os sargentos estavam contrários a Revolução".

Dia 3 de Abril – Toda a manhã desse dia foi dedicada aos preparativos do deslocamento do Cmdo do III Exército Revolucionário para Porto Alegre.

Cerca de 1030 horas o Gen Poppe em reunião onde tomaram parte além dos oficiais do EM/3ª DI todos os Cmdos de OM da Guarnição, apresentou suas despedidas.

Sua excelência em tom dramático e forte, visivelmente transfigurado, manifestou mais uma vez sua repulsa a qualquer tentativa de comunização do Brasil, motivo principal de sua decisão de, juntamente com os Cmdos da 2ª e 3ª DC, dar um BASTA aos maus brasileiros, que pretendiam entregar o País aos comunistas.

Cerca de 1130 horas a coluna iniciou a marcha para Porto Alegre.

Antes de sair, porém, mandou o Gen Poppe preparar, e deixou assinado, o documento contendo os seguintes dizeres:

– "Of S/Nº Reservado, de 3 Abr 64, do Comandante do III Exército ao Sr Comandante da 3ª DI – Assunto: Chegada de Oficial General

1– Caso se apresente no comando desta Gu o Gen Newton Barra, deverá o mesmo ser cientificado de que não poderá assumir o comando da 3ª DI.

2– Determino, outrossim, que o referido Oficial General seja cientificado de que deverá se apresentar no mais breve prazo possível ao QG do III Ex em Porto Alegre. (a) Gen Div Mario Poppe de Figueiredo – Cmt III Ex".

Durante a tarde uma onda de boatos e notícias inverídicas, possivelmente oriundas do Comitê Municipal do Partido Comunista em Santa Maria, tomou conta da cidade. Entre elas destacavam-se:

– Chegada do Gen Assis Brasil e Gen Newton Barra a Santa Maria a fim de revoltar a Guarnição;

– Levante dos Sargentos;

– Levante da Guarnição da Brigada Militar.

Essa situação levou o Cmt da Guarnição a expedir uma nota, através do Serviço de Relações Públicas, a fim de tranqüilizar a população e advertir energicamente os boateiros.

Às 1630 horas foi recebido o seguinte rádio:

"Nº 103 E2 Circ de 3 PT DE ORDEM DO SR MINISTRO DA GUERRA SOLICITO VEX VG CASO SEJA LOCALIZADO VG PRISÃO IMEDIATA DEPUTADO LEONEL BRIZOLA PT CEL CODECEIRA – Chefe EM Resp Exp QG III EX".

Este rádio foi imediatamente retransmitido para as Gu de Pelotas, Cachoeira e Santa Cruz do Sul.

Às 1710 horas foi expedido o seguinte rádio para o Cmdo do III Ex:

– "TENDO RECRUDESCIDO ONDA BOATOS CIDADE ET INTENSIFICADAS ATIVIDADES ELEMENTOS COMUNISTAS VG COMANDO TOMOU MEDIDAS CONTROLE SITUAÇÃO PT CEL RAMÃO MENNA BARRETO CMT 3ª DI".

Na noite de 3/4 de abril passou a colaborar com a 2ª Seção da Divisão o Maj Villas Boas da 9ª CR.

Dia 4 de Abril – Às 0400 horas foi expedido o seguinte rádio para o Cmt do III Exército:

– "Nº 25 E2 de 4 Abr 64 – VIRTUDE ONDA BOATOS EXPEDI NOTAS IMPRENSA FIM TRANQUILIZAR POPULAÇÃO E COIBIR AGITADORES PT SITUAÇÃO TROPA GU SMARIA TAMBÉM INTRANQUILA VIRTUDE CIRCULAÇÃO COMENTÁRIOS SOBRE DESCONTENTAMENTO SARGENTOS E ALGUNS OFICIAIS FATO SITUAÇÃO NACIONAL PT CMDO DI PROCURANDO SOLUCIONAR PROBLEMAS MÁXIMA CAUTELA A FIM EVITAR PRECIPTAR ACONTECIMENTOS PT APROVEI ATO CMT ID/3 DETERMINANDO PRISÃO COMUNISTAS RESPONSÁVEIS PRO-PALAÇÃO BOATOS ALARMANTES CIDADE PELOTAS PT CEL MENNA BARRETO CMT 3ª DI".

Às 0900 horas o Cmdo da DI expediu para as Gu Subordinadas o seguinte rádio:

– "INFORME SITUAÇÃO GUARNIÇÃO SEU CMDO PT AREA DIVISÃO SITUAÇÃO VG EMBORA CALMA VG REQUER VIGILÂNCIA CONSTANTE PT CEL MENNA BARRETO – CMT 3ª DI".

Às 1500 horas foi expedido para a 9ª CR, HGu SM, DSSM o Mem Secreto nº 48 E3 contendo o seguinte:

"A partir das 1900 horas de hoje todo o efetivo dessa OM deverá permanecer na situação prevista no nº 2 do Art 498 do R-1, ficando revogado o determinado no Mem constante da referência. (a) Léo Nunes da Silva – Ten Cel Ch EM P/O do Cel Ramão Menna Barreto – Cmt 3ª DI".

Às 1900 horas foi recebido o Rd 124 E2 do Ch EM/III Ex:

– "Rd 124 de 4 PT FACE URGÊNCIA REQUERIDA VG TRANSMITI SEGUINTE ORDEM 8º RI PT PT SOLICITO INFORMAR POSSIVEL URGENCIA NATUREZA E GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS QUE ESTARIAM SE VERIFICANDO CIDADE RIO PARDO PT CASO POSITIVO TOME MEDIDAS ADEQUADAS MANUTENÇÃO ORDEM PT CEL CODECEIRA – Chefe EM III Ex".

Às 2105 horas foi recebido o Rd 120 E2 do Ch EM/III Ex:

– "Rd 120 E2 Circ de 4 Abr pt REINA CALMA NESTA GUARNIÇÃO VG TODAS ATIVIDADES PROCESSANDO RITMO NORMAL PT SOLICITO ENVIAR SITUAÇÃO ÁREA JURISDIÇÃO ESSE COMANDO PT CEL CODECEIRA -CH EM III EX Resp Exp".

Às 2200 horas foi recebido o Rd 15 S2 do Cmt Gu de Cachoeira:

– "Rd 15 S2 de 4 pt RETRANSMITO SEGUINTES RDS PTPT UU CMT GU CACHOEIRA 123 E2 DE 4 PT FACE URGÊNCIA REQUERIDA VG TRANSMITI SEGUINTE ORDEM 8º RI PTPT SOLICITO INFORMAR POSSIBILIDADE URGÊNCIA NATUREZA ET GRAVIDADE OCORRÊNCIAS QUE ESTARIAM SE VERIFICANDO CIDADE RIO PARDO PT CASO POSITIVO TOME MEDIDAS ADEQUADAS MANUTENÇÃO ORDEM PT CEL CODECEIRA CHEFE EM/III EX PTVG UU CMT III EX PALEGRE NR 14 S2 DE 4 ABR PT RERA 123 E2 de 4 VG INFORMO VEX PREFEITO RIO PARDO INFORMOU ESTE CMDO SITUAÇÃO CALMA NAQUELA CIDADE ET DELEGADO POLÍCIA VG FACE SABOTAGEM VG COM AREIA VG VIATURA MUNICÍPIO DISPOSIÇÃO CIA 8º RI PRENDEU ELEMENTOS COMUNISTAS ET AGITADORES AQUELA CIDADE PT ESTE CMDO CONTINUA MANTENDO LIGAÇÃO AQUELE SETOR PT CEL MATTOS JUNIOR CMT 3º G O 155 ET GU".

TÉRMINO DA AÇÃO

Com os acontecimentos relatados foi encerrada a fase que pode ser chamada Operacional da Revolução de 31 de Março.

A partir daí, começou o Cmdo da Divisão a tomar medidas repressivas contra aqueles que haviam contribuído para a subversão na sua área de responsabilidade.

Na madrugada de 4/5 de Abril, na Guarnição de Santa Maria, foi preso, quando se dirigia para o trabalho, o líder ferroviário e reconhecido comunista Baltazar Mello que, após interrogado no QG/3ª DI pelo Maj Bohrer, foi recolhido ao quartel do 3º BCCL.

Cerca de 0900 horas foi preso, quando saía da residência de Baltazar Mello, outro comunista, empregado da Cooperativa dos Ferroviários, de nome Arthur Pereira da Silva o qual após ser interrogado no QG da Divisão pelo Major Garcia, também foi recolhido ao quartel do 3º BCCL. No dia 6 de Abril foi aberto um IPM tendo sido encarregado o Maj Alexandre Máximo Chaves Amendola do 3º RO 105.

Essas prisões foram feitas a fim de testar a reação dos ferroviários que, entretanto, não se manifestaram.

A partir desse dia inúmeras prisões foram realizadas, dentre as quais destacamos, na Gu de Santa Maria, as dos seguintes líderes comunistas:

– Baltazar Mello, Arthur Pereira da Silva, Onofre Ilha Dornelles, Augusto Galmarini Flores, Jorge Motecy, Clarimundo Flores e Lourenço Silveira.

Aos Cmts de Gu Subordinadas foram expedidas instruções no sentido de que, quando julgassem conveniente, efetuassem as prisões dos elementos subversivos que estivessem atuando nas respectivas áreas.

No dia 7 de Abril autorizada pelo Cmt III Ex foi feita Intervenção na Diretoria Regional do DCT tendo sido designado Interventor o Cel Edmundo da Costa Neves, Ch da 9ª CR.

Nesse mesmo dia, na Gu de Santa Cruz do Sul, foi instaurado um IPM tendo sido designado encarregado o Ten Gerêncio Neleyr Oliveira De Bem.

No dia 8 de Abril foi realizada a Intervenção no SAPS tendo sido nomeado Interventor o Maj IE Paulo Chagas Pinto Ch do DSSM.

No dia 13 de Abril, foram realizadas as Intervenções na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea e no Serviço de Repressão ao Contrabando tendo sido designados Interventores, respectivamente, os Cel R1 Dátero de Lorenzi Maciel e Gen R1 Celso Montes de Marsillac.

Em 14 de Abril o Noticiário do Exército tornou público o seguinte Ato do Comando Revolucionário:

"O Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em Ato datado de 11 de abril de 1964, resolveu, nos termos do § 1º do Art 7º do Ato Institucional de 9 de Abril de 1964, transferir para a reserva o Ten Cel Inf Alberto Firmo de Almeida".

Em conseqüência, o Ten Cel Alberto Firmo de Almeida, naquela data, passou o Comando do 7º RI ao Maj Erydson Magalhães, conforme fez público o Boletim Divisionário nº 73 de 14 de Abril de 1964.

Nesse mesmo dia foi designado Chefe do Órgão Controlador de Preços da Prefeitura o Maj Carlos Aspar da CRO 1/3.

Em face de informações sobre atividades subversivas nos Municípios de São Pedro do Sul e General Vargas foi instaurado no dia 17 de Abril, um IPM, tendo sido nomeado encarregado o Ten Cel Tito Villalobos Filho do 3º BCCL.

No dia 18 de Abril foi feita Intervenção no Serviço de Assistência Médica Domiciliar (SAMDU) tendo sido designado Interventor o Ten Cel R1 Dr Dinarte Canabarro Cunha Filho.

Nesse mesmo dia assumiu o Cmdo da 3ª DI o então Cel Júlio Maximiano Ollivier Filho nomeado Cmt interino da ID/3.

No dia 22 de Abril foram realizadas mais duas Intervenções:

– Caixa Econômica Federal – Interventor Capitão IE Leonel Mendes Santiago do QG 3ª DI.

– Inspetoria Seccional do Ensino Secundário – Interventor Capitão Guilherme Kapp do Pq RMM/3.

Em vista do grande número de implicados no IPM do qual estava encarregado o Major Alexandre Máximo Chaves Amendola e considerando os diversos setores de atividades dos mesmos, resolveu o Cmdo da Divisão desdobrá-lo em outros IPM, per-

manecendo o IPM do Major Alexandre apenas no Setor Ferroviário. Assim, dentro dessa orientação, foram abertos os seguintes IPM na GU de Santa Maria:

– Dia 23 de abril – Atividade de Grupos dos 11 – Encarregado Major Antonio Villas Boas, da 9ª CR.

– Dia 28 de abril – Atividades subversivas no meio Estudantil – Encarregado Major Marcos de Jesus Pereira Porto do Pq RMM/3.

– Dia 29 de abril – Atividades subversivas no meio Militar – Encarregado Cel Breno Borges Fortes, Cmt da AD/3.

– Dia 7 de maio – Atividades subversivas no Setor do Funcionalismo Público e Profissões Liberais – Encarregado Major Heronildes Sobreira Rolim do 3º R O 105.

A fim de levar a Revolução ao restante da área de responsabilidade da Gu de Santa Maria que se encontrava agitada e tendo em vista a absoluta inexistência de ação do Governo do Estado, foram instaurados no dia 29 de abril mais dois IPM abrangendo municípios onde não existiam Gu Federais. Foram eles:

– Atividade Subversivas e Grupos dos 11:

a) Município de Tupanciretã e Julio de Castilhos

Encarregado: Capitão Aloysio Augusto de Miranda do 7º RI.

d) Municípios de Nova Palma, Faxinal do Soturno e Restinga Seca

Encarregado: Capitão Rubem Antonio Gallo do 3º R O 105.

No fim do mês de Abril, após realizar reuniões com os Diretores de Colégios Secundaristas e por proposta destes, decidiu o Cmdo da Divisão nomear, Coordenador da União Santamariense de Estudantes, o Padre Rômulo Zanchi.

Na Gu de Pelotas o primeiro IPM, versando sobre atividades subversivas na cidade, foi instaurado no dia 18 de Abril tendo sido seu encarregado o Major Glauco Penna de Oliveira.

Na Gu de Cachoeira do Sul o primeiro IPM, versando sobre atividades subversivas e Grupos dos 11 no Município de Encruzilhada do Sul, foi instaurado no dia 8 de Maio, tendo sido seu encarregado o Capitão Wilson Loppi.

No dia 13 de maio foi recebida, em Santa Maria, oficialmente, a informação sobre o ato de cassação dos direitos políticos do Dr Paulo Devanier Lauda e Adelmo Simas Genro; respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito de Santa Maria.

No mesmo dia a Câmara de Vereadores se reuniu tendo sido empossado na Prefeitura o Presidente da Câmara de Vereadores o Dr Waldir Aita Mozaquatro, representante do MTR.

Com o objetivo de mudar a Lei Orgânica do Município e realizar eleição indireta para a escolha dos novos Prefeito e Vice-Prefeito, foi apresentada uma proposta na Câmara de Vereadores tendo sido a mesma derrubada. Diante do impasse

o Cmt da DI, Cel Julio Maximiano Ollivier Filho, fez uma reunião dos presidentes de Partidos, no QG, a fim de debater com os mesmos a situação e orientá-los para uma solução que não viesse ocasionar problemas para a Revolução. Dessa reunião ficou acertada a candidatura do Dr Miguel de Andrade Neves Meirelles para Prefeito e do Dr Francisco Alvares Pereira para Vice-Prefeito, ambos apolíticos.

A Câmara reuniu-se, novamente, em caráter extraordinário, tendo sido a Lei Orgânica alterada, possibilitando, dessa forma, a eleição indireta dos novos mandatários. Lançadas as candidaturas, foram eleitos, por unanimidade, os Srs Dr Miguel de Andrade Neves Meirelles, para Prefeito e o Dr Francisco Alvares Pereira para Vice-Prefeito, tendo a bancada do PTB votado em branco.

No mês de maio foram instaurados ainda os seguintes IPM:

Gu de Pelotas

– No dia 12 de maio, versando sobre atividades subversivas em Canguçu tendo sido encarregado o Major Cid Scarone Vieira.

– No dia 19 de maio, versando sobre atividades subversivas no meio militar tendo sido encarregado o Capitão Arnaldo de Lima Novaes.

Gu de Santa Cruz do Sul

– No dia 20 de maio, versando sobre atividades subversivas no meio militar em Santa Cruz do Sul tendo sido encarregado o Capitão José Guido Maders.

Gu de Cachoeira do Sul

– No dia 15 de maio, versando sobre Grupos dos 11 e existência ilegal de armamento na Gu de Cachoeira do Sul, tendo sido encarregado o Cel Milton Braga Hor-Meyll Alvares.

No mês de junho novos IPM foram instaurados a saber:

Gu de Pelotas

– No dia 1º de junho, versando sobre atividades subversivas no meio estudantil em Pelotas, tendo sido encarregado o capitão Wanner de Oliveira Barcellos.

– No dia 23 de junho, versando sobre atividades subversivas em Pelotas, tendo sido encarregado o Capitão Natalino da Cruz Correia.

– No dia 26 de junho, versando sobre atividades subversivas e permanência de estrangeiros em Santa Vitória do Palmar, tendo sido encarregado o 1º Tenente Sérgio dos Santos Lima.

– No dia 16 de julho versando sobre atividades subversivas no IPEAS, tendo sido encarregado o Major Paulo Sylvio Prates.

Gu de Santa Cruz do Sul

– No dia 9 de junho versando sobre atividades subversivas na União dos Estudantes de Santa Cruz, tendo sido encarregado o Capitão Sady Antonio de Araújo.

APOIO DA POPULAÇÃO

Em todas as Guarnições a população civil que, nos primeiros momentos manteve-se em expectativa, logo que sentiu a vitória da Revolução democrática passou a colaborar espontaneamente com o Movimento revolucionário, destacando-se nesse mister a classe média em geral e as classes conservadoras e empresariais em particular.

A parte da população que poderia tentar resistir à Revolução, manteve-se apenas em expectativa.

Em Santa Maria, no dia 17 de Abril foi realizada a "Marcha do Agradecimento" (fotografias em anexo) quando cerca de 50.000 pessoas deslocaram-se, da Praça Saldanha Marinho até o QG/3ª DI, a fim de prestar sua homenagem às Forças Armadas pela sua decisão de erradicar o comunismo do Brasil.

O MORAL DA TROPA

Os problemas surgidos nas Unidades da 3ª DI, durante a Revolução foram poucos.

O 7º RI, que teve seu Comandante em exercício Reformado pelo Ato Institucional, um Ten R2 preso por ordem do Cmt do III Exército e 6 Sgts transferidos, foi a que maior abalo sofreu e, conseqüentemente, maiores preocupações causou ao Cmdo da Divisão.

No 3º Esqd Rec Mec alguns oficiais e a maioria dos Sargentos, nos momentos iniciais, colocaram-se contrários à decisão do Cmt da DI. Essa circunstância, determinou a ida do E2 da Divisão à Unidade a fim de orientar e reforçar a ação do Cmt da Unidade o que solucionou, satisfatoriamente, o problema.

No 3º BCCL houve muita intranqüilidade nos primeiros dias da Revolução.

Nas Unidades onde os Cmts eram ligados ao governo deposto (8º RI e 9º RI), a ação enérgica e eficiente dos Sub Cmts, neutralizou, completamente qualquer reação.

Esses foram os fatos que prejudicaram, de certo modo, o moral da tropa da 3ª DI que, como um todo, pode ser considerado muito BOM.

Merece ser destacada como a Unidade de moral mais elevada o 3º R O 105 que desempenhou, na Guarnição de Santa Maria, um papel muito importante pela coesão, rapidez e eficiência com que cumpriu as ordens do Cmdo da Divisão.

JOSÉ CANAVARRO PEREIRA
GEN DIV CMT 3ª DI

General-de-Exército Décio Barbosa Machado

O General Décio, porto-alegrense, nascido em fevereiro de 1926, ingressou no Exército como aluno da Escola Preparatória de Cadetes (EPC), hoje Colégio Militar de Porto Alegre, em 1º de abril de 1942.

Declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 11 de agosto de 1945, pela Escola Militar de Resende, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), foi classificado no então III Grupo do 2º Regimento de Artilharia Mista (III/2º RA Ms), sediado em São Leopoldo, RS, e ali galgou as promoções ao primeiro posto e a 1º-Tenente. Em 1949 foi nomeado Auxiliar de Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA).

Já promovido a Capitão, em 1950, retornou para a Guarnição de São Leopoldo, indo servir no seu antigo quartel, agora denominado I Grupo do 6º Regimento de Obuses 105mm (I/6º RO 105), interrompendo sua permanência ali apenas para cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1954.

Oficial superior desde setembro de 1955, foi matriculado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1956. Estagiou como oficial do Quadro do Estado-Maior da Ativa (QEMA) no Quartel-General (QG) da 3ª Região Militar (3ª RM) em Porto Alegre. Movimentado para o III Exército em 1960, vivenciou, no ano seguinte, como Adjunto da 3ª Seção, o episódio da Legalidade.

Em 1962, foi transferido para a Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (AD/6ª DI) em Cruz Alta, RS. Em 1965, promovido a Tenente-Coronel, por merecimento, retornou a Porto Alegre para ser o Chefe da 2ª Seção daquela DI. Dois anos depois, movimentado para o III Exército, foi designado Adjunto da Seção de Planejamento e, posteriormente, Chefe das 2ª e 5ª Seções.

Nomeado Comandante do 3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos (3ºGCanAuAAé), em Caxias do Sul, RS, exerceu essa nobre função, cumulativamente

com a de coordenador regional do Projeto Rondon/RS, até ser matriculado na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1972. Mercê de seu perfil, ao concluir o curso, permaneceu no Corpo Permanente da Escola.

Nomeado Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil no Chile em 1974, retornou dois anos depois para o Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília.

Como General-de-Brigada, a partir de 1978, foi Diretor de Inativos e Pensionistas (DIP); Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), em Santa Maria, RS; Comandante da AD/6, já sediada em Porto Alegre; e Chefe do Estado-Maior do III Exército.

Após ser promovido a General-de-Divisão, em 1984, comandou a 3ª Divisão de Exército (3ª DE), em Santa Maria, e exerceu a vice-chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e do Departamento de Material Bélico (DMB) em Brasília.

Conquistou a quarta estrela do generalato em 1988, sendo nomeado Chefe do Departamento Geral do Pessoal (DGP). Permaneceu na chefia do DMB, seu último cargo na ativa, até agosto de 1990, quando foi transferido para a reserva.

Bacharelou-se em História e Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 1961, e é técnico em Administração e Planejamento Governamental pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS), a partir de 1977.

Lecionou História, Geografia e Antropologia na PUC/RS e Geografia Econômica na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Cruz Alta e proferiu conferências na ECEME e na Escola Nacional de Informações (EsNI).

Ao longo de sua carreira foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas pelas Forças Armadas, sendo destaque a dos Carabineiros, do Chile, e a Estrela Militar do Exército do Chile.

Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 tem o prazer de entrevistar o General-de-Exército Décio Barbosa Machado que, de início, falará livremente sobre o tema proposto e ao final, complementaremos o seu depoimento com perguntas.

Vou iniciar abordando a crise provocada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. Em 1961, Major do QEMA, servia no Estado-Maior do III Exército, hoje Comando Militar do Sul (CMS). Desde o mês de julho, acumulava as funções de Adjunto da 3ª Seção e auxiliava nas atividades do subgabinete da Casa Militar da Presidência da República – inovação do Jânio – instalado em várias capitais brasileiras. Porto Alegre era uma delas. Meu chefe era o Tenente-Coronel Jayme Moreno.

Vivíamos o mês de agosto, realizando preparativos para a visita do Presidente da República que viria ao Sul a fim de, entre outras atividades, participar da inauguração da exposição pecuária que seria realizada no Parque de Exposições do Bairro Menino Deus. A mesma que hoje em dia, com muito mais repercussão, se realiza em Esteio (Expointer). No dia 25, praticamente já em final de jornada, ultimávamos os preparativos para a vinda do Presidente no dia seguinte, quando fomos surpreendidos com a notícia da renúncia. No primeiro momento, sem maiores detalhes sobre o que ocorrera, ficamos completamente atarantados.

Viemos para o quartel-general, nos apresentamos e a partir daquele momento participamos do processo – conhecido de todos – que se desdobrou em conseqüência do ato de renúncia do Presidente.

De um modo geral sabemos o que houve: a intenção dos ministros militares era impedir que o Vice-Presidente João Goulart assumisse o Poder; a reação do Governador do Rio Grande do Sul, em defesa da posse do vice e a sua iniciativa de usar, talvez pela primeira vez no Brasil e de uma maneira muito hábil, os recursos da radiodifusão na condução da opinião pública – a assunção do controle da Rádio Guaíba – e, com base nessa retransmissora, organizar a Rede da Legalidade e lançar a campanha em favor da posse do Vice-Presidente, como previa a Constituição. Explorou ainda, com muita emotividade, o fato de João Goulart ser gaúcho, detalhe que pesou na mobilização da mídia e do povo do Rio Grande do Sul.

Vimos aquele movimento popular crescendo com várias ramificações, inclusive com muita simpatia no meio militar. Alguns oficiais achavam que a melhor solução era aquela proposta pelos ministros militares. Mas um grupo bem numeroso e representativo dos nossos colegas, não sei exatamente dizer em que proporção, achava que o Vice-Presidente deveria assumir sem restrições.

Os detalhes do que ocorreu naquele conturbado período são conhecidos e não tenho maiores novidades para relatar. Lembro-me de que o quartel-general estava de prontidão porque os acontecimentos se desenrolavam fora do nosso con-

trole. Para nós da 3ª Seção o problema primordial era o surgimento e organização dos chamados "movimentos populares" à sombra da campanha da Legalidade. Refiro-me àqueles batalhões ditos patrióticos da Companhia Carris, dos portuários e dos sindicatos que estavam se organizando em moldes paramilitares. Embora o paiol da 3ª Região Militar se situasse na encosta do morro do CPOR, estávamos muito atentos ao depósito de material bélico da Região localizado ao lado do QG – onde, hoje em dia, encontra-se o Museu do CMS – pois ali havia apreciável quantidade de armamento e muita munição de arma portátil.

Sentimos também que o movimento de massa estava tomando um rumo indesejado com uma infiltração esquerdista muito acentuada. Elementos que pertenciam ao Partido Comunista e a outras organizações radicais de esquerda se aproveitavam da instabilidade e da confusão para tentar assumir o controle político do País. Essa era a grande preocupação que tínhamos aqui no Sul.

Como é sabido, o Comandante do III Exército ficou com um dilema. Talvez seu desejo fosse obedecer as ordens dos ministros militares, depor o Governador e assumir o controle da situação. Mas, por outro lado, ele bem avaliava as conseqüências desse ato, a repercussão e a possibilidade de um conflito generalizado, talvez o início de uma guerra civil.

O General Machado Lopes (José Machado Lopes) perdeu muito em termos de apoio pessoal imediato quando, por discordar das suas opiniões, liberou o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy), seu Chefe do Estado-Maior, que partiu para o Rio de Janeiro. Ele ficou praticamente sem oficiais superiores, gente com mais experiência da área, que pudesse melhor assessorá-lo. A bem de complementar, vale dizer que os dois generais estavam há pouco tempo na área do III Exército; tinham assumido a função acredito que em julho daquele ano.

Alguns oficiais que pertenceram ao Estado-Maior do General Osvino (Osvino Ferreira Alves), que o antecedeu no Comando do III Exército, tinham sido movimentados. O Coronel Argemiro de Assis Brasil, conhecido por suas tendências esquerdistas, fora transferido para a 3ª Região Militar, aqui mesmo no QG. Desde o início da crise ele mantinha ligações permanentes com o Brizola. Do próprio quartel-general, ele se comunicava com o Governador. Esse vazamento de informações dificultava a ação do General Machado Lopes. E enquanto ele não definia a decisão a ser tomada, surgiram várias correntes de opinião entre os oficiais mais graduados da Guarnição, inclusive uma que advogava a sua substituição pelo General Pery Constant Bevilaqua, Comandante da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), de Santa Maria.

O General Pery Bevilaqua era um legalista convicto e, logo após o episódio da renúncia do Jânio, considerou que não era o caso da contestação em curso,

cabendo realmente ao Vice-Presidente assumir a Presidência. Essa posição fez com que fosse pensada até essa possível mudança de Comandantes. É importante salientar que um filho do General Bevilaqua servia aqui na 3ª Região Militar, ou no III Exército, não tenho certeza. Era Major e, provavelmente, elemento de ligação entre os insatisfeitos com o General Machado Lopes e o pessoal da 3ª DI. Falava-se que ele se dizia porta-voz do pai e do grupo que pretendia colocar o General Bevilaqua no comando do III Exército. Não participei diretamente dessas confabulações, mas sabia da existência das várias tendências em confronto. A verdade é que a situação se precipitou. Acredito que, quando da saída do General Muricy, o Comandante do III Exército, pesando bem as conseqüências e para evitar que a situação tomasse rumos indesejáveis, decidiu aderir à tese da posse do João Goulart. Ao mesmo tempo, na cúpula do Exército, surgia a idéia conciliadora do parlamentarismo.

Após decidir e definir sua posição, o General Machado Lopes foi até o Palácio Piratini[1] e declarou ao Governador Brizola que endossava a tese da posse do vice. A partir daquele momento, ele realmente assumiu o comando das ações militares na sua área de atuação e as coisas começaram a se organizar. Como havia uma ameaça de intervenção no Rio Grande do Sul, foram formados diversos grupamentos operacionais e deslocadas algumas Unidades das nossas Divisões, inclusive para o litoral de Santa Catarina. Com isso, de certa maneira, aquela agitação que havia fora e dentro do quartel passou a ser controlada pelo próprio Exército.

Penso que a decisão do General, provavelmente contrariando seus desejos pessoais, foi muito sábia e a melhor solução para o Brasil. Ele soube, naquela ocasião, evitar uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis.

A minha participação deu-se como oficial de Estado-Maior. Em prontidão, assisti a diversas reuniões e palestras, preocupado com os mais exaltados e muitas vezes com o próprio General.

Como comentei, era Adjunto da 3ª Seção e meu chefe era o Coronel de Engenharia Guerreiro Britto (João Guerreiro Britto). Foi até engraçado o que aconteceu. Ele, tido como um destacado oficial de esquerda, praticamente não participou do episódio da Legalidade, em 1961. Não atuou, se omitiu, e até passei um tempo sem vê-lo. Já em 1964, quando comandava o 3º Batalhão Rodoviário (3º B Rv), em Vacaria, assumiu clara posição contra a Revolução. Foi destituído do comando e cassado posteriormente.

É válida a impressão de que o Comandante do III Exército ficou um pouco isolado naqueles atribulados momentos de 1961?

---

[1] Sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

É a minha opinião. Vejamos alguns exemplos: o Chefe da 4ª Seção, Coronel Luiz Chaves Barlem, foi designado para uma função estranha ao Estado-Maior e se afastou. Vivia mais ligado ao Palácio Piratini do que ao QG. O Coronel Raphael Zipin, Chefe da 1ª Seção, quase não interferia nas decisões mais importantes. Havia poucos coronéis assessorando o General Machado Lopes e ele realmente ficou sem o apoio de pessoas da sua confiança.

Enquanto isso, na 3ª Região Militar, sem general e comandada interinamente pelo Coronel Virgínio Cordeiro de Mello, Comandante do CPOR, o movimento pró-Legalidade era muito forte e o maior ativista era o Chefe do Estado-Maior, Coronel Assis Brasil. Apoiado por outros oficiais que simpatizavam com o movimento do Brizola, dominou a Região e a colocou em confronto com o restante do quartel.

Ninguém tinha dúvida sobre as tendências esquerdistas do Coronel Assis Brasil. Alguns, como o Coronel de Cavalaria, Nelson Maurell Salgado, também integrante do Estado-Maior da Região, estavam na mesma corrente dele mas não eram considerados militares de esquerda, isso para mencionar apenas um de quem me lembro. O ambiente no QG estava tenso. Havia uma desconfiança muito grande entre oficiais e sargentos. Andavam todos armados; uns de metralhadora INA e outros de pistola. Graças a Deus não houve nenhum incidente maior, mas o clima emocional era muito carregado, muito desagradável.

A nossa preocupação era a fragilidade do esquema de resistência montado pelo Brizola. Receávamos de que ele perdesse o controle das ações para as organizações paralelas ou para o pessoal da esquerda radical o que lhes possibilitaria dominarem a situação e iniciarem uma baderna generalizada. Esta foi a razão da vinda de um Esquadrão de carros-de-combate da Serraria[2] para ocupar as ruas em torno do quartel-general e proteger o depósito de material bélico, o armamento e a munição.

Quando o Esquadrão deslocou-se para o centro da cidade, espalharam boatos de que iríamos atacar o Palácio do governo. Foi um momento de grande nervosismo.

Não tenho dúvida de que a decisão do General Machado Lopes foi muito sofrida. Ele precisou fazer um estudo de situação cuidadoso, medindo bem as conseqüências da sua corajosa opção. Sentiu que o clima poderia degenerar para uma guerra civil e decidiu, vamos dizer assim, pelo mal menor. Em uma ocasião, à noite – sempre ficavam um ou dois oficiais fazendo a ronda – eu o vi caminhando, preocupado, de um lado para o outro, no gabinete do comando. Perguntei-lhe se precisava de alguma coisa e ele, sem responder a pergunta, me falou:

– A guerra é muito mais fácil do que isto aqui!

---

[2] Bairro da cidade de Porto Alegre/RS.

Ele era muito austero. Tentaram premiá-lo com uma espada de ouro mas ele não aceitou. Nas circunstâncias do momento, ele realmente não tinha outra ambição a não ser evitar uma guerra civil. Tomou uma decisão muito difícil mas, do meu ponto de vista, não tenho dúvida, a mais adequada para o País diante dos fatos. Depois que o General Machado Lopes tomou a decisão de defender a posse do Jango, convidou o General José Maria de Moraes e Barros, que comandava a AD/6 de Cruz Alta, para ser seu Chefe de Estado-Maior. Assim, sua assessoria ficou sob controle e ganhou mais eficiência, o que permitiu que fossem tomadas as medidas necessárias para fazer frente à ameaça da intervenção militar do governo central no Rio Grande do Sul.

A 3ª Seção do III Exército era chefiada, como já falei, pelo Coronel Guerreiro Brito. O Coronel Jayme Moreno era o adjunto mais antigo. Além dele, serviam na seção eu e o Carlos Aloysio Weber, ambos majores. Éramos nós três. O Major Weber também trabalhava no subgabinete da Casa Militar da Presidência da República que funcionava fora do QG, em um edifício em frente à paineira[3] da Rua Siqueira Campos.

O Chefe da 2ª Seção (E-2), Coronel Milton Baptista Pereira, era um oficial antigo, Aspirante de 1929, um homem muito ponderado. Acredito que ele tenha influenciado o General Machado Lopes na sua decisão constitucionalista.

O então Coronel Assis Brasil que fora o E-2 anterior, como já citei, era agora o Chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar. Homem realmente capaz, inteligente e simpático, mas definitivamente ligado à esquerda, principalmente ao Brizola e Jango. Pois não é que, depois dos acontecimentos de 1961, ele pediu a minha transferência do III Exército? Como permanecera em Porto Alegre e tinha muita força no governo, enviou um bilhete para o Leonel Brizola com uma relação dos indesejáveis que deveriam ser afastados do Rio Grande do Sul. É possível que o General Marsillac (José Mattos de Marsillac Motta) tenha falado sobre este episódio quando concedeu a entrevista dele. Ele foi movimentado para Pelotas, o Pedro Américo Leal – hoje vereador – para o Rio de Janeiro, e eu para a AD/4 em Minas Gerais.

Não cheguei a ir para lá, pois sem saber que fora ele próprio que havia provocado a minha designação para a AD/4 de Minas, quando soube da movimentação indesejada, fui até seu gabinete e fiz a seguinte solicitação:

– Coronel, fui surpreendido com a minha transferência para a AD/4 em Pouso Alegre. Não sei qual é o motivo, mas como no momento tenho necessidade de permanecer na área, gostaria de contar com o seu apoio a fim de retificá-la para outra AD, aqui mesmo no Rio Grande do Sul.

---

[3] Uma grande árvore (paineira) existente em uma das principais ruas do cento da cidade de Porto Alegre.

Ele prometeu me ajudar, como de fato o fez, e fui para a AD/6, em Cruz Alta. Isso aconteceu em 1962. Não entendi por que aquelas vinditas foram realizadas com tanto retardo. A renúncia do Jânio aconteceu em 1961 e nosso afastamento só ocorreu no fim de 1962.

Terminado o episódio da Legalidade o senhor permaneceu servindo no comando do III Exército?

Sim, continuei no QG.

Algum tempo depois, o General Machado Lopes foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército (EME) e passou o Comando do III Exército para o General Nestor Penha Brasil, a quem procurei ajudar ao máximo. Quando ele entregou o comando ao General Jair Dantas Ribeiro, concedeu-me um expressivo elogio em boletim.

Durante o Comando do General Jair, até maio de 1963, quando foi convidado para o cargo de Ministro da Guerra, aconteceram as transferências dos oficiais que, em 1961 e também mais tarde, haviam sido considerados pelo agora General Assis Brasil e comparsas como contrários à posse e à permanência do Vice-Presidente no governo. O curioso é que, dentro do nosso limite de atuação, a expressiva maioria dos oficiais, que foi movimentada como "castigo", era favorável à solução constitucional, isto é, à posse do Vice-Presidente João Goulart.

Trouxe aqui uma cópia de documentos encontrados em 1964 na residência do Brizola, nos quais o General Assis Brasil acusa seus colegas de farda de serem opositores ao Governo do Jango. Nesta nota está a relação dos oficiais sujeitos ao pedido de afastamento: Raphael Zipin, Milton Baptista Pereira, Telmo de Oliveira Sant'Anna (Aspirante da Arma de Cavalaria de 1940), Jayme Moreno e Décio Barbosa. Estou eu aqui nesse pacote, sei lá por quê. Mas um fato interessante: esta movimentação, como já falei, só foi acontecer muito depois de 1961.

Quem é o Ênio referido no bilhete do General Assis Brasil quando ele fala: "Fica a teu critério usar o Ênio para meter o olho nessa gente?"

Não sei. Talvez seja o General Ênio da Cunha Garcia, mas não posso afirmar, poderia estar especulando.

Gostaria de fazer um registro. Antes de pedir a retificação da minha transferência da AD/4 para a AD/6, de Cruz Alta, telefonei para o General Manoel Mendes Pereira, comandante da AD/6, a fim de dizer-lhe que iria pleitear servir naquele QG. O General concordou com a minha ida, mas não pude agradecer-lhe pessoalmente. Fui para Cruz Alta no início de 1963 e quando me apresentei na Guarnição, ele já havia sido transferido.

Quando cheguei em Cruz Alta, a Guarnição vivia uma situação curiosa. O Coronel Fritz de Azevedo Manso, homem conhecidamente avesso ao esquerdismo, coman-

dava o 17º RI e o Coronel Adolpho João de Paula Couto, até hoje um atuante pensador militar anticomunista, era o Comandante do II/6ºRO (II/6º RA 75 AR) – atual 29º Grupo de Artilharia de Campanha (29ºGAC).

A AD/6 estava sem General Comandante e o Coronel Paula Couto a comandava interinamente. Por sua posição anticomunista claramente definida, estava preocupado com o crescimento dos movimentos de esquerda. A principal ameaça provinha dos "grupos dos onze" do Brizola que se organizavam em todo o Estado. Para contrabater os tais grupos, ele criou a Associação dos Homens Livres. Parecia até que, no início de 1963, Cruz Alta tornara-se um reduto de oficiais ligados à uma conspiração contra o governo. Essas precauções e a atuação democrática junto à população civil tiveram depois, em março de 1964, efeito muito positivo. Esse era o quadro na Guarnição.

Ainda no primeiro semestre de 1963 assumiu o comando da AD/6 o General Isaac Nahon. As atividades partidárias na cidade eram normais, não ocorrendo efervescência política de vulto em Cruz Alta. A maior preocupação era a alardeada existência dos "grupos dos onze", obedientes às determinações de Leonel Brizola.

O General Isaac Nahon logo foi transferido. Assumiu interinamente o Comando da AD/6 o Coronel Herculano Augusto Virmond, oficial do QEMA, Comandante do Grupo de Artilharia. Era um Coronel antigo – fora da Força Expedicionária Brasileira (FEB) – e reconhecido como muito bom profissional. Por causa disto, em 1964, acabou sendo prejudicado. Explico o motivo: devido a seu bom desempenho como Comandante da AD/6 e da Guarnição de Cruz Alta, ele foi convidado pelo Ministro, General Jair, para comandar o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GA Cos M), aquartelado perto do Jóquei Clube do Rio de Janeiro. Passou a ser visto como um militar ligado ao esquema do governo e foi "queimado" na Revolução. Para mim ele não era homem de esquerda, apenas um chefe competente e só preocupado em comandar a sua Unidade.

Passei o ano de 1963 no cargo de Assistente do Comando da AD/6. Vivemos todo esse período pré-1964 praticamente sem General Comandante, sendo o comando exercido pelo Coronel Comandante de Grupo mais antigo. Lembro-me, por exemplo, do comando interino do Tenente-Coronel José Mariano Corrêa de Araújo Filho, que comandava o I/6º RO 105 (I Grupo do 6º Regimento de Obuses 105mm) em São Leopoldo e, mais tarde, foi Ajudante-Geral aqui no QG/III Ex.

Às vésperas da Revolução, no início ou em meados de março, o Coronel João de Alvarenga Soutto Mayor – mais tarde foi promovido a general – foi nomeado novo Comandante do II/6ºRA 75AR. Ocorreu então uma situação estranha em Cruz Alta: como ele era o mais antigo dos coronéis das nossas Unidades de Artilharia, assumiu também o comando interino da AD/6, função de General, embora fosse mais moderno do que o Comandante do 17º RI, Coronel Fernando Moreno Maia. Este, por sua vez,

exercia o comando da Guarnição. Dez dias depois de deflagrado o movimento do dia 31 de março o Coronel Soutto Mayor foi transferido para o Rio e assumiu o comando de um Grupo de Artilharia Antiaérea onde havia problemas. Ele era especializado nesse setor e acredito que tenha ido para Cruz Alta como castigo, o que ocorria muito na época. A nossa Guarnição não era das mais apreciadas, sendo considerada, por muitos, como local de punição.

Só no segundo semestre de 1964 a AD/6 voltou a estar sob um comando efetivo. O General Carlos Gonçalves Terra assumiu e comandou-a por mais de um ano. Por sinal, foi o homem adequado para aquela ocasião, pois era um chefe prudente, habilidoso e sério. Acomodou muitos problemas que poderiam ter surgido na área de segurança sob sua responsabilidade.

Como foi o 31 de Março na Guarnição de Cruz Alta?

Acredito que os oficiais e sargentos, em sua maioria, foram surpreendidos com o acontecido. Eu tinha curso superior de Geografia e História e como havia carência de professores, à noite eu ministrava aulas de Geografia Econômica na Faculdade de Economia. Ao retornar para casa, minha esposa me contou:

– Décio, houve um levante em Minas Gerais, estão deslocando tropas para o Rio de Janeiro.

– Mas que loucura! O que essa gente pretende fazer? – comentei, com espanto.

Afinal eu era oficial superior do QEMA, assessor do Comando da AD, não poderia estar assim tão “por fora” do assunto. Isto, de certa maneira, evidencia a nossa falta de conhecimento ou a inexistência, na área, de ligações ou planejamentos conspiratórios. Realmente via o pessoal das Unidades de Artilharia subordinadas tão-somente absorvido nos trabalhos de rotina. No 17º RI, nosso vizinho de Infantaria, sob o comando do Coronel Moreno Maia – que também não era um militar político – os procedimentos eram os mesmos, ou seja, total empenho no aperfeiçoamento das rotinas da instrução.

Continuou tudo muito calmo até que na madrugada do dia 1º chegou, de surpresa, na cidade, o General Adalberto Pereira dos Santos que havia sido exonerado do comando da 6ª DI pelo General Ladário Pereira Telles, novo Comandante do III Exército. O General Adalberto reassumiu, por sua iniciativa, o comando da DI ali mesmo na Guarnição de Cruz Alta. Viajou em uma Kombi civil, dirigida pelo Senhor Kanitar Camboim, funcionário da Caixa Econômica Federal, que mais tarde gerenciou uma das agências de Porto Alegre.

O General estava acompanhado pelos Coronéis Carlos Alberto da Fontoura, seu Chefe de Estado-Maior, e Tenente-Coronel Ângelo Irulegui Cunha, integrante

do seu Estado-Maior. Não lembro se este último viajou na Kombi ou sozinho. O General deixou Porto Alegre, a fim de evitar uma possível agitação. É bom lembrar o que ocorrera em 1961 na Capital. Ele passou por São Leopoldo onde não parou porque não tinha confiança em alguns oficiais daquela Guarnição, e foi até Cruz Alta sem entrar em contato com ninguém no caminho, pois havia ainda o risco de ser preso.

A situação evoluiu muito rapidamente e na parte da tarde soubemos que o Governador Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, havia chegado a Passo Fundo. Em seguida o General Adalberto deslocou-se até aquela cidade para discutir com o Governador o que estava acontecendo no restante do País e, principalmente, no Estado. Com isso a Guarnição de Cruz Alta voltou à situação anterior: no comando da AD e do Grupo o Coronel Soutto Mayor e, comandando o 17º RI e a Guarnição, o Coronel Fernando Moreno Maia.

Houve uma reunião dos Comandantes de Unidades no QG. As Organizações Militares (OM) da Guarnição entraram em prontidão e receberam a missão de manter a ordem nas suas respectivas áreas de responsabilidade. Havia patrulhas mistas percorrendo as ruas onde começavam a surgir alguns sinais de turbulência. O Prefeito e a maioria dos vereadores eram do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), esperançosos de que houvesse uma nova Legalidade, organizaram, ao lado da Prefeitura Municipal, uma concentração de brizolistas históricos favoráveis à permanência de João Goulart na Presidência da República. Próximo dali reuniram-se os ruralistas, principalmente aqueles integrantes da Associação dos Homens Livres, criada pelo Coronel Paula Couto. Uma das nossas preocupações iniciais era evitar que houvesse um confronto entre esses dois grupos.

Um detalhe importante: havia rumores de que na noite do dia 1º o General Adalberto e outros oficiais seriam aprisionados por um grupo de sargentos do 17º RI. Realmente havia a presença de esquerdistas entre aqueles graduados. Provavelmente imaginavam que a situação iria reverter em favor de João Goulart.

Sabíamos que alguns sargentos mantinham ligações políticas. Eu, por exemplo, tinha sempre um olho muito aceso sobre um dos nossos operadores de radiotelegrafia, que não me inspirava confiança. E, pela função que desempenhava, ele tinha facilidade de comunicar-se com outras Unidades e Guarnições; se mal-intencionado, poderia tornar-se um elemento perigoso. Cerrei minha observação sobre ele, fazendo visitas pela manhã e à tarde ao posto rádio.

Além do mais, havia no QG dois ou três sargentos da minha absoluta confiança que, imbuídos do desejo de evitar confrontações, me mantinham informado sobre o ambiente dos graduados. Na medida em que tomávamos conhecimento de

eventuais ameaças, adotávamos medidas cautelares adequadas. Felizmente, não tivemos maiores problemas e as coisas foram se acomodando muito rapidamente.

Vitoriosa a Revolução, começaram os inquéritos destinados a apurar responsabilidades sobre corrupção e subversão. Fui encarregado de um Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a existência de movimentos de caráter subversivo na área. Ouvi diversas autoridades, conversei com o Prefeito e com o Presidente da Câmara de Vereadores, elementos ligados ao PTB, e ainda com grupos mais radicais: um ou dois líderes bancários mais exaltados e alguns brizolistas muito agitados. Gente que fizera discursos violentos, se enrolara na bandeira brasileira, isso tudo na antevéspera da queda do Jango Goulart, é claro.

Meu inquérito ainda estava em andamento quando fomos surpreendidos com as primeiras cassações na região, realizadas sem qualquer interferência da nossa parte. Cassaram o prefeito e outros civis, e até mesmo militares: um tenente do Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e alguns sargentos. Surpresa para todos porque o IPM na Guarnição nem tinha sido concluído.

Ficou claro para nós que houve uma influência externa muito grande através de ligações políticas de gente da terra que procurava, de certa maneira, promover suas vendetas. Por exemplo: as maiores acusações contra o Prefeito, homem do PTB, mas correto, eram por sua participação na formação dos "grupos dos onze" – que não chegaram a se organizar – e também por causa de alguns discursos esquerdistas. Não houve ato da parte dele que caracterizasse atentado grave contra a Lei de Segurança Nacional. Entre os demais políticos cassados havia apenas alguns oradores inflamados que falavam demais. Nada que se pudesse enquadrar como subversão.

O resultado do meu inquérito foi interessante. Passados alguns anos, o processo, depois de muito andar, voltou a Cruz Alta para ser julgado pela Justiça Civil. O juiz que o recebeu fora um dos indiciados apontados por mim. Indiciado em termos, porque ele nada mais era do que um inexpressivo agitador do interior. São dessas coisas estranhas que acontecem no Brasil.

É interessante relatar uma ocorrência que, de certo modo, indica a existência, no âmbito do III Exército, de um planejamento e preparação preliminares para a eclosão de algum movimento revolucionário contra a situação vigente. Antes do dia 31, acredito que no início do mês, um oficial me telefonou de Porto Alegre, dizendo que iria passar por Cruz Alta e pedia um contato comigo na estação ferroviária. Tratava-se de assunto delicado e ele solicitou que eu comparecesse ao encontro em trajes civis.

Um dos coronéis da Guarnição me aconselhou a ir ao encontro e recomendou:

– Você vai e fica alerta, porque é possível que seja o porta-voz de algum movimento que esteja querendo acabar com esta anarquia em que estamos vivendo.

Fui ao encontro do emissário na estação. Era o Major de Cavalaria Luiz Armando Franco de Azambuja que mais tarde, como General, comandou a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Santo Ângelo. Ele me alertou que haveria outros contatos e me entregou a metade de uma nota, acho que de cinco cruzeiros, que serviria como senha e identificação. Não foi necessário receber a outra metade da nota.

Permaneci na AD/6, em Cruz Alta, até o fim do ano de 1964. Durante esse período, vez por outra aparecia uma notícia: abram o olho que os sargentos estão conspirando; cuidado com a rearticulação dos "grupos dos onze"; coisas vagas, nada de concreto. Achávamos que era boato, mas alguma coisa havia. Tanto que posteriormente foram instaurados outros IPMs para averiguar certas denúncias. O General Marsillac foi encarregado de um destes inquéritos; através dele confirmou-se a existência de subversão no 17º RI. No Grupo de Artilharia também descobriram ligações de subversivos com um cabo que tinha a chave do paiol.

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Os métodos foram adequados e a prova maior disso é o fato de que a subversão foi derrotada. Talvez tenham acontecido alguns exageros desnecessários embora a iniciativa da violência tenha partido do pessoal de esquerda. Vale afirmar que nós só obtivemos resultados positivos no confronto com o terrorismo a partir do momento em que nos organizamos adequadamente para enfrentá-lo.

Como o senhor avalia a atuação e os resultados da Comunicação Social durante o período revolucionário?

Na minha opinião, nesta área o nosso trabalho foi falho. Não conseguimos convencer a opinião pública sobre a honestidade das nossas intenções, nem valorizar os resultados positivos obtidos em vários setores pelos governantes do período revolucionário. O pessoal de esquerda sempre nos criticou com muita intensidade e eles têm penetração muito forte na mídia. Criticam muito os nossos métodos e para isso não hesitam em falsear a verdade. Infelizmente, neste campo nós falhamos.

O senhor considera que o Exército desengajou-se do processo revolucionário na hora adequada?

Tudo foi feito de acordo com as circunstâncias. Antes era impossível pela ameaça da subversão; depois que se promoveu a "abertura", seria inviável prosseguir no Poder em função do progressivo esvaziamento da Revolução. A entrega do Poder aos civis foi realizada no momento adequado.

General-de-Brigada José Mattos de Marsillac Motta

O General Marsillac é natural de Porto Alegre, RS, onde nasceu nos idos de setembro de 1917. Freqüentou o então Colégio Militar de Porto Alegre entre 1930/1935, sendo praça de 20 de abril de 1936. Cursou a Escola Militar do Realengo e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 25 de dezembro de 1938.

Classificado no 7º Batalhão de Caçadores (7º BC), em Porto Alegre, um ano depois, já 2º-Tenente, seguiu destino para o 7º Regimento de Infantaria (7º RI), Santa Maria, RS. Promovido a 1º-Tenente em dezembro de 1941, no ano seguinte foi transferido para o 8º BC, com parada em São Leopoldo, RS, onde serviu apenas seis meses.

Mercê de suas qualidades profissionais, foi nomeado Auxiliar de Instrutor da Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA – hoje novamente Colégio Militar). Integrou o seleto corpo docente da tradicional EsPPA até dezembro de 1944 quando, promovido a Capitão, foi transferido para o III Batalhão do 8º RI (III/8º RI), em Passo Fundo, RS. Oficial de escol, destacou-se nas diversas funções desempenhadas ao longo dos quatro anos em que serviu na Unidade.

No 9º BC, de Caxias do Sul, permaneceu durante apenas três meses, pois em maio de 1949 seguiu destino para a Guarnição da Vila Militar, RJ, onde freqüentou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Ao final do curso foi classificado no 19º RI (Ex-7º BC).

No segundo semestre de 1950, nomeado Comandante da 1ª Companhia de Guardas (1ª Cia Gd), retornou a Porto Alegre, permanecendo no comando durante dois anos. Promovido a Major, por merecimento em dezembro de 1952, foi servir no Quartel-General da 3ª Região Militar (QGR/3), sendo designado para a Seção do Serviço Militar e Assistente Secretário do Comandante. Três anos depois foi transferido para o 18º RI, ainda na Guarnição da capital gaúcha. Ali foi oficial do Estado-Maior

da Unidade, Comandante de Batalhão incorporado, Subcomandante e Comandante, eventualmente, do Regimento.

Promovido ao posto de Tenente-Coronel, em abril de 1960, mais uma vez por merecimento, em 1961 viveu intensamente o episódio da Legalidade. No início de 1963 foi movimentado para o 9º RI, com sede em Pelotas, RS. Na função de Subcomandante do Regimento vivenciou a preparação e os primórdios da Revolução de Março de 1964.

Dois meses depois, por determinação do então Comandante do III Exército, retornou à sua antiga Unidade, o 18º RI. Paralelamente ao exercício de funções inerentes ao seu posto na Organização Militar (OM), foi encarregado da condução de diversos IPM (Inquérito Policial Militar) em decorrência da confiança que inspirava em seus superiores.

Por ter sido promovido ao posto de Coronel em dezembro de 1965, no início do ano seguinte foi classificado no Quartel-General da 6ª Divisão de Infantaria (QG/6ª DI), exercendo a Ajudância Geral até ser promovido a General-de-Brigada, com transferência para a Reserva, em agosto de 1966.

Já na vida civil, foi assessor administrativo no processo de liquidação da Companhia de Seguros Protetora, Presidente do Conselho Deliberativo do GBOEx Grêmio Beneficente e assessor da GB Crédito Imobiliário até 1973.

No decorrer de sua brilhante carreira, foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas por nossas Forças Armadas em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à Nação.

Entrevista realizada em 20 de novembro de 2001.

O nosso entrevistado de hoje no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 é o General José Mattos de Marsillac Motta, Aspirante-a-Oficial de Infantaria da turma de 1938 do Realengo, que vivenciou muitos fatos ocorridos aqui na área do então III Exército, na década de 1960, abrangendo dois episódios importantes: a Legalidade, em 1961 – um período muito agitado – e também a Revolução, em 1964. Com a palavra o General Marsillac.

Inicialmente, afirmo que me sinto muito honrado com o convite, muito embora sinta que não mereceria ser ouvido sobre esses movimentos do qual todos nós, na época, participamos. Pouco sei porque na minha vida só fui soldado, sempre estive alheio à política.

Esse "sempre" é muito relativo, porque após a Legalidade, em 1961, senti a necessidade de acompanhar o que vinha sucedendo no País, mais para prover a minha segurança. Procurei observar os fatos e saber o porquê deles estarem ocorrendo.

Em sua opinião quais foram as causas da Revolução de 1964?

Para mim, o movimento nasceu com a Legalidade, em função da queda de Jânio Quadros. Eu era legalista convicto. Para mim só existia uma lei que era a Constituição. O que ela dizia? Faltou o presidente, assume o vice. Não interessa se é o João, o Antônio, qualquer outro. Essa minha posição decorria, também, da confiança que eu depositava no meu Comandante de Exército, General Machado Lopes (José Machado Lopes), um homem que eu sabia ser puro, um combatente da guerra. Não vi fato nenhum que desmerecesse essa minha confiança e, na hora do perigo, não deixaria o meu Comandante sozinho. Fiz a continência e vou confiar.

Na época, servia no 18º Regimento de Infantaria (18º RI) e comandava um dos seus Batalhões. O Comandante do Regimento, Coronel Ottomar (Ottomar Soares de Lima), teve que assumir interinamente a Infantaria Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (ID/6). Então, o Tenente-Coronel Peri (Peri Zimmermann), da minha turma, passou a responder pelo comando, deixando vaga a função de Subcomandante, que vim a exercê-la. Nesse tempo, aconteceu um movimento comunista dentro do 18º. Coincidência ou não, no mesmo momento eclodia algo semelhante em outras duas Unidades do III Exército: na Companhia de Guardas, comandada pelo Pedro Américo Leal, e no 19º RI. Consta, não confirmei nunca, que houve até um sargento ferido lá. Se não me engano servia lá um comunista notório, o Nunes (Oswaldo Nunes).

Para meu azar, quando me informaram que os sargentos haviam se sublevado, o Comandante estava fora do quartel; tinha sido chamado ao Quartel-General e não regressara. Os sargentos estavam reunidos em uma subunidade do quartel e

pretendiam prender o Peri quando ele voltasse. Instruí meus oficiais do Estado-Maior para que permanecessem a postos, mantendo o pavilhão de comando em condições de receber o Comandante do Regimento. Disse:

– Se os sargentos tentarem qualquer ação, revidem porque trarei o Coronel.

Uma das Companhias do meu Batalhão – eu era Subcomandante eventual – a 1ª, era comandada por um grande Capitão, o Erydson (Erydson Pereira Magalhães). Simultaneamente, determinei a ele que preparasse um Pelotão de confiança e fosse buscar o Comandante onde ele estivesse, porque iria assumir o Comando do Regimento. E mandei os oficiais garantirem a posse.

Decidi abordá-los, e quando entrei na sala, deparei-me com uma porção de sargentos na minha frente, todos armados. Era de madrugada. Pensei comigo: "estou roubado". Aí fiz uma peroração:

– Como é que vocês se arvoram no direito de abandonar suas Unidades e se reunirem aqui como desordeiros.

Disse o que eu tinha vontade de dizer porque, nessa hora, mesmo não sendo de falar muito, a palavra vem fácil, é uma coisa interessante. Falei com naturalidade, mas forte. E terminei dizendo:

– Não tenho medo de vocês, tanto é que vim aqui sozinho, se quiserem me fazer alguma coisa, façam. Mas saibam que vou reagir.

Eu atirava muito bem de metralhadora de mão – era até convencido. Nos estandes de tiro das Companhias utilizava uma metralhadora de mão INA, de minha propriedade e enchia o alvo. Era demagogia, porque apenas queria mostrar que também sabia atirar, mas naquela ocasião na Legalidade, me serviu.

Era uma sala pequena e estava com a minha metralhadora atravessada. Quando terminei de dizer: "(...)mas saibam que vou reagir", vi todos os olhares convergirem para trás de mim e pensei comigo: "estou cercado". Virei-me rápido e me deparei com um punhado de oficiais que estavam ali oferecendo solidariedade e proteção para mim. Fiquei muito comovido.

Embora tenha conseguido amainar a revolta dos sargentos, eu não me sentia tranqüilo, pois o movimento ainda não tinha terminado. Disseram que a guarda do quartel estava com as armas voltadas para nós e que já haviam prendido o Capitão Alencastro (Sérgio Pêgas de Alencastro). Saí brabo e fui ao corpo da guarda para ver o que estava ocorrendo. Cheguei, desarmei a guarda e prendi os sargentos. Voltei para o pavilhão de comando, mas sem saber o que poderia ocorrer dali em diante.

Embora o movimento estivesse aparentemente debelado, poderia ressurgir a qualquer hora. Não sabia quem estava no comando da sublevação. Quando conversei

com os sargentos que iam prender o Comandante, eles disseram que o líder não era sargento, era um oficial. Como eu confiava nos meus oficiais, não me contive e disse:

– Quero o nome desse traidor porque vou matá-lo!

No relatório que mandei para o QG escrevi que não permitiria que continuasse vivo em nosso Regimento um traidor.

Um dos sargentos, o Mader, disse que daria o nome do oficial. Não sei por que ele teve uma crise, começou a chorar enquanto os sargentos diziam:

– Não diz! Não diz!

Nesse instante ouvi um tiro fora da sala e saí correndo na direção do corpo da guarda. O Capitão Einloft (Oscar Carlos Einloft) surgiu atrás de mim, vindo na minha direção, indagando: "O senhor está bem, Coronel?" Ele pensou que tivessem atirado em mim.

Por fim, tudo acalmou. Este fato ocorreu na noite de 29 para 30 de agosto de 1961. E aqui está o resultado desse movimento, são doze folhas do meu relatório, feito no dia 11 de setembro. O Major Péricles (Péricles Augusto de Machado Neves) foi quem movimentou o Regimento contra nós. Era comunista. Isso está aqui escrito.

Major Péricles. Ele era de que turma?

Foi meu cadete na Escola Preparatória nos idos de 1943 ou 1944. Uma cabeça privilegiada, falava vários idiomas, era professor de psicologia, fazia clínica de psiquiatria. Infelizmente, foi ele que promoveu esse movimento no 18º RI.

O senhor disse que houve outros movimentos em duas outras Unidades.

Na Companhia de Guardas e no 19º. Agora, em nenhuma, com a mesma intensidade. Aquela noite eu pensei que iria morrer. Sentimos que o movimento viera de fora para dentro porque nos cortaram a luz e o telefone. Eu via a Vila São José iluminada e no quartel tudo escuro.

Há um outro fato que ocorreu naquela ocasião e que merece ser relatado. Como já comentei, eu era Subcomandante interino do 18º RI. Logo depois do movimento dos sargentos assumi o comando eventual, pois o Comandante interino adoeceu. Como tal, participei da reunião dos comandantes de Unidades diretamente subordinadas ao III Exército e de Organizações Militares da Guarnição, presidida pelo General Moraes e Barros (José Maria de Moraes e Barros), Chefe do Estado-Maior do III Exército.

No início da reunião, o E2 – oficial chefe da 2ª Seção –, por determinação do General Moraes e Barros, fez uma síntese do que estava ocorrendo na Guarnição. Terminou dizendo que muitos batalhões da Legalidade, criados com aquele movimento, como o do mata-borrão, perto da Biblioteca Pública, estavam infiltrados por notórios comunistas. Falava-se até, não tive comprovação, que veio participar

a favor da Legalidade o Deputado, carioca ou fluminense, Tenório Cavalcanti, "o homem da Lurdinha". Voltou dizendo que nunca vira reunidos, em um só ponto, tantos comunistas. Esse ponto era o Palácio Piratini.

Quando fui perguntado, em nome do meu Comandante, Tenente-Coronel Peri, se estava do lado da Legalidade – referia-se ao movimento existente –, respondi:

– Não, sou pela lei!

Até então eu só pensava em termos de Exército, de disciplina e hierarquia. Se o General Machado Lopes, o meu Comandante maior, o homem em quem confiava, desse uma ordem, eu a cumpriria sem hesitação.

Foi dito então que o movimento estava infiltrado e foi distribuída uma missão de combate para os vários Comandantes de Unidades. Recebi a do 18º qual seja, mediante ordem, agir contra um dos batalhões da Legalidade. Quando terminou a exposição, depois que todos receberam as suas missões, o General perguntou:

– Quem tem dúvida?

Eu me levantei e falei assim:

– Excelência, não tenho dúvida sobre a missão recebida: mediante ordem, atuar em tal ponto. O Regimento tem condições de cumprir essa missão desde já. Mas, se o movimento é comunista, tenho uma preocupação.

– Qual é a sua preocupação, Coronel? – indagou-me.

– O que foi feito no Quartel-General para neutralizar a ação dos oficiais comunistas que aqui servem?

E saí dando o nome deles, pois eu os conhecia todos. Destacava-se o de Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil), para mim um notório comunista, para outros – os adeptos da esquerda – um excelente oficial. Na ocasião fiquei preocupado.

O General Moraes e Barros retrucou:

– Não estou gostando da forma como você está falando.

– Excelência, o senhor deu uma missão de combate para o meu Regimento. Comando mil e duzentos homens e não quero que uma ordem errada, levada por um desses oficiais que citei, provoque a morte de um dos meus homens.

Antes que o General falasse, dois oficiais se levantaram e ficaram ao meu lado de imediato. O Pedro Américo Leal, comandante da Companhia de Guardas e o Einloft – já citado no episódio da sublevação dos sargentos – que comandava um Esquadrão de Reconhecimento do 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (2º R Rec Mec) colocado em apoio ao 18º. Já é falecido, e sempre o admirei. Os dois se levantaram e disseram que estavam comigo.

Mais tarde, o Pedro Américo escreveu um artigo no jornal *Zero Hora* do dia 1º de abril de 1979, intitulado "A Cadeia da Legalidade", quando contou esse episódio.

Penso que o General pesou o que representava o 18º RI, um Esquadrão Mecanizado e a Companhia de Guardas na segurança da cidade e viu a nossa situação. Se nos manifestáramos daquela forma é porque pensávamos na hora de cumprir uma ordem, pois tínhamos que verificar quem a estava dando. Então ele pediu que eu comparecesse à 2ª Seção, onde obteria as informações solicitadas. Ainda falei o seguinte:

– Vossa Excelência permite uma observação? A dúvida não é só minha, outros dois oficiais que comandam tropa têm a mesma preocupação. Quero que eles me acompanhem.

E assim tudo foi feito.

Esses foram os fatos que ocorreram. Então vejo o Movimento de 1964 todo ligado ao movimento comunista que pretendiam impor ao País. Tudo começou em 1961 com o governo que se seguiu ao de Jânio Quadros, comandado por eles.

Na mesma época que o General Machado Lopes, por intermédio do seu Estado-Maior, disse que o movimento estava infiltrado por notórios comunistas, e me deu missão de combate contra eles, ocorreram movimentos no 18º, na Companhia de Guardas e no 19º. Não sei se aconteceram em outras Unidades, mas nestas tenho certeza de que sim.

Essa reunião ocorreu antes da Legalidade?

A reunião foi depois do dia 25 de agosto, quando começou a Legalidade. O 18º já tinha deslocado um Batalhão para Criciúma.

Sempre fui voltado para a instrução, vivi como soldado, nunca pensei em burocracia, sempre pensei em comandar homens em ação. Quem serviu comigo pode comprovar o que estou dizendo. Comandava o 1º Batalhão e vivíamos acampados fazendo exercício. Por esta razão poucos gostavam de servir comigo. Quando as coisas ocorriam, normalmente eu era chamado para participar. Nós já estávamos posicionados ao lado do Comandante do III Exército, a favor da Legalidade.

Por que o senhor falou no General Moraes e Barros?

Ele substituiu o Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy). Quando tudo começou, o General Muricy foi ao Rio de Janeiro para saber o que estava ocorrendo. Voltou de lá dizendo que nós estávamos no rumo errado, que a razão estava com os nossos chefes militares lá do Alto Comando. E retornou ao Rio.

Aí, o General Machado Lopes chamou um dos generais da área do III Exército; veio o Moraes e Barros para chefiar o Estado-Maior.

Eu estava em Curitiba quando o Muricy passou. Tínhamos bloqueado a estrada e ele passou.

Então, essas foram as causas que levaram à Revolução. Se a situação política do País já era difícil, com a posse do Jango tornou-se insuportável. Começamos a ver

badernas e desordens em todo o País e o pior é que vinham atingindo diretamente as Forças Armadas. Procuravam minar a disciplina, introduzindo política dentro do quartel. Não vou citar nomes, mas infelizmente, até alguns dos nossos generais agiam assim.

Um general que eu tinha em alto conceito inspecionou o Regimento e foi uma decepção para mim. Havíamos preparado vários temas táticos para que, mediante escolha dele, pudéssemos realizar uma demonstração no terreno. Terminada a inspeção da tropa ele reuniu os sargentos no ginásio do 18º e perguntou – palavras que me repetiram; eu não escutei – o que a laboriosa classe dos sargentos precisava.

Ora, no Exército não existe classe, existe hierarquia. Como é que um general vem nos inspecionar e fala em classe de sargentos. E a decepção foi maior, porque ele retirou-se do Regimento sem ouvir ninguém sobre a eficiência da Unidade, nem a mim que estava encarregado da instrução e a nenhum outro oficial. Nós nos preocupávamos com isso.

Um pouco antes do início da Revolução de 1964, fui transferido para o 9º RI, como castigo. Não tiveram coragem de dizer, mas o meu nome constara em uma carta escrita pelo General Assis Brasil para o Governador Brizola, pedindo o meu afastamento e de outros oficiais do III Exército porque tudo fizéramos para perturbar a Legalidade.

O que não era verdade.

Durante a Legalidade, participei de todo o coração, com consciência, como legalista. Mas disseram que me manifestei contra os comunistas dentro do quartel-general. E dei nomes, esse foi o meu erro.

Aquela revista *O Cruzeiro* que circulava na época da Revolução publicou, em agosto de 1964, as cartas do Assis Brasil para o Brizola, nas quais fui agraciado com a necessidade de ser posto para fora. Constam, ainda, o Pedro Américo, o Coronel Raphael Zipin, o Coronel Milton Baptista Pereira, o Tenente-Coronel Telmo de Oliveira Sant'Anna, o Tenente-Coronel Jayme Moreno, o Major Décio Barbosa Machado, o Major Luiz Carlos Menna Barreto e o Ari Prates da Rocha – um civil lotado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – por ser integralista.

Atentem para a expressão da carta dele: "(...)Eram controlados pelo General Muricy." Eu nunca falei com o General Muricy, aliás, nunca entrei no gabinete dele. Na realidade fui afastado. Eles apenas não tiveram coragem de dizer que nos transferiam a bem da disciplina. Mas pela carta do Assis Brasil, nós não poderíamos servir no território do III Exército.

E aí aconteceu uma coisa interessante. Na minha vida profissional sempre disse que o meu desejo era servir no Regimento Escola de Infantaria (REI). Como gosto de instrução, eu me consideraria muito feliz se terminasse a minha vida

militar naquele Regimento. Sem falsa vaidade, fui menção Muito Bem (MB) na EsAO e o número um de Infantaria do Rio Grande. Eu vibrava com a instrução. E não é que eles me transferiram exatamente para o REI. Não pude chorar ou lamentar, mas pensei comigo: "eles são maquiavélicos, pois nem posso contestar a transferência".

No entanto, aquela máquina que já pensava em termos contrários ao Jango, os companheiros da ativa, se não me engano o próprio General Amaury Kruel, conseguiram a retificação da transferência do REI, para o 9º RI, de Pelotas, RS. Apesar do Comandante ser mais antigo do que eu, tínhamos sido tenentes e capitães juntos e fizéramos uma boa amizade. Na apresentação para os demais oficiais – eu era o número dois na Unidade e fui designado Subcomandante – ele disse que me conhecia e teceu uma série de elogios a meu respeito, com aquelas palavras que se utilizam para qualquer oficial, que só tem qualidades quando chega. Assim que ele terminou sua exposição, procurei clarear para o Regimento a razão de ser de eu estar no Nono. Comecei dizendo:

Coronel, agradeço suas palavras, não sou merecedor delas, mas quero posicionar a minha existência aqui no quartel. Fui transferido porque acusei os comunistas que serviam no Quartel-General; fui transferido a pedido deles e, se professar o anticomunismo é ser indisciplinado, continuarei sendo, não por violar a disciplina, mas por combater o regime comunista.

É preciso que se entenda a minha indisciplina como focada nesse ângulo. A reunião terminou rápida, mas para mim foi muito benéfica, porque logo depois, vários oficiais – principalmente oficiais superiores – vieram me procurar e se solidarizar comigo: "Coronel, o senhor conte conosco."

Fiquei tranqüilo de estar no 9º, pois vi que estava bem cercado. Só um detalhe: o Comandante tinha sido candidato a prefeito na cidade de Pelotas e perdera a eleição.

Qual era o partido dele?

Ele era político, mas não lembro o partido dele. Era correligionário do Brizola.

Era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Isso mesmo, e perdeu a indicação na convenção, na cidade. Graças a Deus o candidato indicado pelo partido foi derrotado. O vitorioso era da oposição, chamava-se Edmar Fetter, e me ajudou muito. Então, fora servir em um Regimento comandado por um Coronel que era do partido que dirigia o País de uma forma que eu achava errada e que vinha destruindo a estrutura militar. E fiquei atento a tudo o que ocorria no quartel.

Lembro que o Ministro da Guerra da época foi lá e eu não o cumprimentei, só fiz a continência, porque fora ele quem atendera o pedido do Brizola para a nossa transferência. Comandara o III Exército depois de 1961. Conta-se que em decorrência

dessas cartas – não comprovei nada – ele apoiou a nossa transferência, mas de forma sigilosa, através de um documento reservado ou secreto.

Vou relatar o fato que me contaram sobre essas transferências, quando me encontrava em Pelotas. Na mesma época foi transferido o Coronel Murad (Adib Murad), que ainda não tinha cumprido o tempo dele de Guarnição. Ele foi falar com o General se dizendo surpreso porque, não tendo tempo na Guarnição, não via razão para a sua saída e pedia autorização para ir ao Rio de Janeiro tratar do assunto no Ministério da Guerra, cujo QG ainda era ali na Praça Duque de Caxias. O general não raciocinou e o autorizou. Ele era oficial de Estado-Maior (QEMA)[1] e lá deveria ter seus amigos, pois tomou conhecimento que a transferência tinha sido um pedido do Comandante do III Exército. Voltou a Porto Alegre, porque tinha que se apresentar para seguir destino[2]. Aqui, o Comandante, se dizendo pesaroso, perguntou-lhe se conseguira sustar a transferência. A resposta foi direta:

Não, não consegui e nem quero. Não desejo servir sob o seu comando, porque foi o senhor que pediu a minha transferência.

Todos os oficiais foram transferidos a pedido do próprio Comandante do III Exército. Infelizmente não tive oportunidade de falar com ele depois disso.

Resumindo. A comunização do Brasil avançava celeremente. O principal chefe comunista, Luís Carlos Prestes, chegou a afirmar que para terem o governo, só faltava assumir.

Até o Presidente da República, em seus pronunciamentos públicos, colaborava com a voz do Partido Comunista. Fazia de tudo para destruir a hierarquia e a disciplina falando às Forças Armadas como se o fizesse às massas sindicais e ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

A rebelião dos sargentos da Aeronáutica, em Brasília, foi o prenúncio de que coisas graves aconteceriam. Sobre esse episódio um fato me intrigou e guardei-o na memória. A rebelião eclodiu exatamente no dia que Jango Goulart chegava em um avião da Força Aérea em Pelotas. O que deduzi na época? Que o afastamento do Presidente de Brasília visava poupá-lo daquilo que iria ocorrer. Se o movimento dos sargentos fosse vitorioso, voltaria nos ombros; se fracassasse ele não era atingido porque estava fora de Brasília. Penso que foi um fato grave.

No comício da Central do Brasil, notórios agitadores atacaram de todos os modos o regime democrático e procuraram enxovalhar as Forças Armadas. Aquele

---

[1] Quadro do Estado-Maior da Ativa, integrado por oficiais com o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

[2] Expressão castrense que significa providenciar as medidas necessárias para se apresentar na nova Unidade para onde o militar foi transferido.

fato ensejou que o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, elaborasse uma mensagem alertando as Forças Armadas sobre o perigo que corriam com a tentativa de quebra da disciplina nas organizações militares.

A assembléia realizada no Automóvel Clube do Brasil foi a gota d'água para a decisão dos chefes militares e dos políticos democratas. O Presidente Jango Goulart, confraternizando com as praças das Forças Armadas e das polícias militares, lançava invectivas contra a democracia e promovia a cizânia no meio militar.

O senhor considera que houve uma preparação coordenada e minuciosa ou o desencadeamento da Revolução foi espontâneo?

Na ocasião, como eu servia em Pelotas, no 9º RI, uma Guarnição afastada do centro político gaúcho, não notei essa preparação; refiro-me no âmbito do País. Não houve essa coordenação. No meu caso, fui contatado uma vez pelo General Mourão (Olympio Mourão Filho) que, conversando comigo, perguntou o que achava da situação. Como confiava nele, pois fora meu Comandante no 19º RI, confidenciei:

– General, acho que as coisas vão muito mal, não sei onde vamos parar.

– Vamos à luta, acho que vamos à luta – ele disse curta e claramente.

Foi o único chefe dos que participaram da Revolução com quem fiz um contato. Até vou um pouco além: o General Mourão, durante o tempo em que comandou a 3ª DI, nos alertava do que ocorria no País e procurava preparar-nos para uma ação militar efetiva que terminasse com os desmandos governamentais.

E na proximidade da eclosão do movimento, tomamos conhecimento de que teria ocorrido uma reunião em Minas Gerais, da qual participaram, além das várias autoridades estaduais, os generais Mourão e Denys (Odylio Denys), tratando dos graves problemas que afetavam a segurança do País. De fato eles se reuniram.

Causou-nos surpresa a eclosão do movimento em Minas. As notícias eram muito fracas e falhas. Sabíamos que havia algo no ar, mas as autoridades militares daqui não nos esclareciam sobre o que estava acontecendo. Isso no primeiro tempo, antes da madrugada.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram para a preparação?

Só posso falar a respeito da cidade de Pelotas, a minha Guarnição. O que vou relatar agora é importante. Na época comandava interinamente a Infantaria Divisionária (ID/3), com QG na cidade, o Coronel Joaquim (Joaquim Carlos Muller Ribeiro), Comandante do 7º RI de Santa Maria. Ele foi para lá sem a família e eu sem a minha, porque temíamos que acontecesse alguma coisa no Brasil e a minha idéia

era participar ativamente em defesa da ordem e da hierarquia. Por coincidência, a instrução do Regimento ficou sob minha direção porque o Comandante não era desses mais interessados no assunto e sabia que eu gostava dessa atividade.

E o Regimento foi preparado, inclusive para a guerrilha. A minha idéia era de que se não conseguíssemos a vitória em um movimento organizado, o 9º iria para a coxilha com o Regimento de Santa Cruz do Sul, no qual servia um grande amigo meu: o Ito (Ito Carvalho Bernardes), já falecido, um homem que fez toda a campanha da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial. Em nossas conversas telefônicas dizíamos que no caso de um insucesso, iríamos para a coxilha.

Ele comandava Santa Cruz?

Não, ele servia lá, mas não confiava plenamente na ação do seu Comandante, assim como eu também não sabia como o meu se pronunciaria. Ele era do partido do Jango e fora levado para o comando do Regimento pelo Governo. Então não sabíamos o que iria acontecer. E, se eclodisse o movimento, com certeza não iria parar. Bem ou mal organizado, iria em frente. Sempre me dediquei muito àquilo que tenho como ideal e estou ficando emocionado só de relembrar...

Eu falava sobre o Comandante Joaquim. Nos encontros informais que mantínhamos, como camaradas, pois estávamos solteiros em Pelotas, conversávamos sobre os fatos que vinham ocorrendo no País e, em especial, os que envolviam as Forças Armadas, e que confirmavam o crescimento da indisciplina e a quebra da hierarquia. Vimos sargentos e soldados se reunindo, oficiais sendo presos na Marinha, impedidos de entrar nos seus navios.

Em todas as oportunidades, o Coronel Joaquim demonstrava estar em desacordo com tais fatos. Estávamos sintonizados na totalidade dos pensamentos. Conversávamos sobre a necessidade de intervenção das Forças Armadas para restabelecer a ordem e impedir que o mal se tornasse incurável. Nunca tive dúvida da posição dele. Foi injustiçado na Revolução; tinha um irmão artilheiro, o Coronel Ribeiro (Domiciano Muller Ribeiro) que serviu aqui, boa gente "à beça".

O Coronel Joaquim era muito mais antigo do que eu. Eu o tratava de senhor. Não pertencia ao QEMA.

Então não tinha aspirações a general.

Vou lhe dizer uma coisa. Quando eclodiu o movimento de 1961, o conjunto de comandantes de Unidades era de oficiais sem o curso de Estado-Maior.

É, sem dúvida.

Apresento duas razões para isso: não queimar os oficiais QEMA e também porque o próprio oficial de Estado-Maior do meu tempo, em princípio, não ia para a

tropa, na realidade não era um *troupier*[3]. Comandante QEMA era raríssimo e um Capitão, Major ou Tenente-Coronel, com Estado-Maior, não se via servindo na tropa. As exceções corriam por conta daqueles que quisessem ir. Conheci um companheiro no 19º, com o curso de Estado-Maior, cuja família era de lá e por isso queria servir por perto: o Hélio Germano Schuch.

No meio civil destaco algumas pessoas que colaboraram conosco. O Dr. Apodyr Almeida de Oliveira, representante da Liga de Defesa Nacional na cidade. Foi um homem com quem me liguei permanentemente desde que cheguei em Pelotas. Nunca duvidei do seu sentimento patriótico. Advogado, não exercia cargo público, coisa rara. Era dedicado à Liga de Defesa Nacional, onde eu o auxiliava. Também o Dr. Edmar Fetter, Prefeito municipal, nos deu apoio antes, durante e depois da eclosão do movimento, e ainda um radioamador que servia de ligação entre a minha pessoa e o Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen) – perdi o nome, é uma das minhas mágoas. Tínhamos uma rede-rádio de radioamadores que, mediante palavras-código, aparentemente sem importância, estávamos ligados: "Como vai o futebol? E o teu time? Já tens novos reservas?" Parecia só brincadeira, mas sabíamos do que estávamos falando. Cito também o repórter Mário Emílio de Menezes que hoje mora em Porto Alegre. Trabalhou muito na Liga de Defesa Nacional e tem muito para contar.

Ele já era da imprensa naquela época?

Não posso afirmar. Mas ele acompanhava o que estava ocorrendo na política da cidade e sintonizava conosco. Ele não participava das reuniões.

Entre os militares da Guarnição destacavam-se: o Major Scarone (Cid Scarone Vieira), meu braço direito na Revolução; o Major Prates (Paulo Sylvio Prates); o Tenente ou Aspirante Suppa (Mário Ângelo Suppa Thomaz Pereira), foi um grande auxiliar que tive. Como Aspirante ele até corria risco, porque eu, se me mandassem embora, iria promovido com todas as vantagens, mas o pobre do Aspirante.

Destaco, ainda, o Major Lúcio (Lúcio Madeira Guimarães), que era Assistente na ID/3, trabalhava ligado ao Coronel Joaquim. A ID não tinha oficial de Estado-Maior. Eram só o Comandante, o Assistente e dois oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, por sinal excelentes; um deles – o Cavalcanti (Humberto Pessoa Cavalcanti) – faleceu há pouco tempo.

Convém deixar aqui registrado que houve unanimidade por parte dos demais oficiais e praças da Unidade em apoiar o movimento. Não tivemos defecção. A partir

---

[3] Expressão castrense que nomeia o militar mais dedicado às lides operacionais do que à burocracia, ao planejamento e à preparação intelectual.

do momento que o Regimento disse que estava a favor da Revolução, nenhuma voz discordante se apresentou.

É interessante destacar que o 9º passou por uma grande crise nos primeiros dias que se seguiram à eclosão do movimento. Tudo se definiu quando começaram os deslocamentos de Unidades em todo o território nacional em apoio às tropas que desciam de Minas. A ordem da DI era prontidão rigorosa e chegou um pouco antes da meia-noite, em Pelotas. O Coronel não estava presente. Como eu morava no quartel, assim que recebi a comunicação já adotei aquelas medidas normais; chamar oficiais e praças, colocar o Regimento em prontidão e avisar o Comandante. Passei a noite acordado, montando e verificando dispositivos de segurança do quartel junto com os demais oficiais, sem saber o que estava ocorrendo. Tudo era surpresa para nós. Por isso acredito que faltou coordenação à eclosão do movimento; foi espontâneo, talvez porque anteciparam a data.

Exatamente. É isso o que se deduz das opiniões do pessoal.

A história é tão grande que se torna difícil relatá-la. Se deixarmos de contar algum detalhe, nos perdemos no tempo. Na manhã seguinte, estava fazendo a barba quando os oficiais me cercaram, pois não havíamos recebido nenhuma informação oficial. Como tinha rádio no quarto, ouvira as notícias de São Paulo dizendo que havia eclodido um movimento em Juiz de Fora, Minas, comandado pelo General Mourão.

Não se sabia o que estava ocorrendo lá; apenas que era um movimento contra o Governo do Jango. Eu já havia convivido com o General Mourão e conhecia a idéia dele. Ele preparou a 3ª DI, em Santa Maria, na época de seu comando, para uma ação dessas. Havia uma rede-rádio, fora da rede do Exército, que se comunicava conosco lá em Pelotas.

O Chefe do Estado-Maior dele era o General Menna Barreto (Ramão Menna Barreto). Dois majores que tinham sido meus cadetes, o Milton (Milton Machado Martins) e o Garcia (Paulo Emílio Silva Garcia), de Cavalaria, serviam lá e eram porta-vozes do Mourão para mim. Iam freqüentemente ao Regimento e me diziam a idéia do chefe. Perguntavam como estavam o Regimento e os oficiais e eu lhes transmitia as minhas observações. Então a ligação com Santa Maria era esta e também através do Etchegoyen, enquanto ele serviu lá. Aí o Mourão foi embora e o Joaquim veio para a ID de Pelotas.

Assim que eclodiu o movimento, pensei comigo: "será esse movimento do Mourão o que nós pensamos que seja? Só pode ter sido uma decisão coerente com o rumo que ele já estava traçando para a 3ª DI, aqui no Sul". E não sabíamos de nada porque ninguém nos dava notícias. Quando os oficiais me cercaram, disse-lhes:

– Se vocês têm confiança em mim, aguardem, porque tenho apenas uma posição e já a defini. Qualquer que seja a definição do nosso chefe, só tenho uma linha: apoiarei o movimento do Mourão.

Nós estamos com o senhor – disseram unânimes os oficiais e indagaram – e os nossos comandantes?

Vou falar com eles – respondi.

O senhor deu uma "negaceada" e, até agora, não disse o nome do seu comandante.

O senhor sabe o que acontece? O que me leva a repugnar? Porque ele é morto. Não gosto de falar em um morto, porque ele não pode defender-se. Pode ser que tudo aquilo que eu esteja dizendo, que possa dizer contra ele, seja inverdade minha. Não que eu esteja mentindo. Não, mas porque os fatos vão se desenrolando e não sabemos se temos toda a verdade presente. Era a minha verdade.

Certo General, o senhor não precisa falar; fique à vontade.

É só verificar em um Boletim do 9º RI da época que vocês... A história tem que ser verdadeira. Bom, um pequeno parêntese, só para mostrar quem era o comandante.

Eu tinha uma certa ascendência sobre ele no que diz respeito à instrução. Tanto é que quando cheguei lá, enquanto tomávamos um café da manhã, disse:

Marsillac, eu assumo as responsabilidades. Tu és o subcomandante, "pega a bola e vai chutando".

O Regimento, na realidade, se ressentia um pouco de pulso militar. Falo assim porque eu tinha saído do 18º, e o deixara traquejado, com algumas práticas do meu costume; o Regimento desfilava todo dia para eu assistir e fazia inspeções seguidas; essas coisas não vi por lá. Quando fui para Pelotas, marquei formatura matinal todos os dias, com ordem transcrita em Boletim, aprovada pelo comandante. Formatura às tantas horas, com uniforme previsto em Quadro de Trabalho Semanal (QTS). Quem tivesse que ir para o campo, saía da formatura e já tomava destino.

Está escrito no regulamento que, chegada a hora H, a mais alta autoridade presente desencadeia a operação. Às vezes, ele se atrasava e eu iniciava a formatura. Ele entrava por trás do palanque, o que me encabulava.

Outra cena: sempre fui muito zeloso com o meu fardamento; à paisana era até relaxado como sou até hoje, tanto é que, se a minha mulher não me cuida, saio nu de casa. Mas minhas fardas eram engomadas, eu não perdoava. Em qualquer fração que comandasse – desde Companhia até Batalhão – a inspeção de fardamento semanal era levada a sério. Eu lembrava das palavras do General Patton (George S. Patton Jr): "O uniforme é básico, é prova de disciplina. Soldado que anda bem fardado, que cuida da sua pessoa, é soldado disciplinado."

E eu incutia isso nos meus subordinados. Em uma revista feita, notei que no Regimento não se amarrava o coturno de forma única. Cada um usava um tipo de amarração. Então recomendei: "Vivemos em uma Unidade. E unidade é unidade; todo mundo tem de marchar de passo certo e com uniformes iguais. A partir da formatura de amanhã quero todos os coturnos amarrados como o meu."

Com a aquiescência do comandante, toda a manhã eu fazia um comentário no palanque e dava as ordens necessárias. Essa rotina de trabalho foi implantada para evitar que cada comandante de fração fosse ao gabinete ouvir que o Primeiro Batalhão fará isso, o Segundo tem aquela missão, e assim por diante; aquelas histórias que todos conhecemos e fazemos.

Então, no dia seguinte à ordem sobre a amarração dos coturnos, fui taxativo: "Só um oficial descumpriu a minha ordem – o Major Comandante do Batalhão. Amanhã ele estará com o coturno bem amarrado senão será preso." E não é que o comandante também estava com a amarração do coturno dele diferente. E o pior, ele ainda disse:

– Pô, Marsillac, não diz que tu vais me prender!

– Coronel, eu comando de Tenente-Coronel para baixo, para cima nem olho – disse brincando, porque ele também falou rindo.

Fechado o parêntese e prosseguindo, quando os oficiais pediram uma definição sobre a participação do 9º RI no Movimento, respondi que perguntaria ao nosso comandante na hora do café. Éramos muito amigos, então no cassino[4] mesmo, informalmente, comentei com o Danton...

Danton (Danton do Amaral Duro), não falamos nada.

Por tudo que tenho de mais sagrado, escapou a palavra.

– Queremos uma definição sua, não podemos ficar "em cima do muro". Somos o Exército, representamos uma Força, a população de Pelotas tem confiança em nós, é o Regimento da cidade e ele vai se portar como tal. Não somos contra o Governo, somos contra o que ocorre no País. O nosso pensamento é o mesmo da sociedade local.

Porque, na realidade, não considerava o Jango e sua turma como Governo; indiretamente era o que eu estava dizendo.

– Marsillac, você está criando caso?

– Não estou criando caso. Passamos uma noite inteira acordados, o Movimento é grave mesmo. Escuta teus oficiais – ele tinha medo dos oficiais superiores – pergunta qual é a preocupação deles.

– Não vou me definir antes da ID.

---

[4] Refeitório, normalmente dispondo de uma sala de recreação anexa.

Como eu já havia preparado várias alternativas, arrematei:

– Então, Coronel, tão logo terminemos o café, o automóvel do comandante estará aqui na frente para irmos ao Quartel-General saber do Comandante da ID qual é a idéia dele e o que ele pretende.

– Mas iremos chatear o Joaquim – ele ainda tentou uma escapatória.

– Não iremos chatear ninguém, o senhor é comandante e vai pedir uma orientação dele, saber o que está ocorrendo.

Ele acabou concordando, até porque, oficialmente, não se sabia nada. Levei junto o oficial de operações (S3) e o de informações (S2), pois como eu tinha desconfianças, pensei comigo: "quero gente ao meu lado para testemunhar tudo, não sei o que vem por aí. Qualquer atitude será presenciada por todos nós". E assim seguimos para o QG. Fomos recebidos de imediato pelo Coronel Joaquim, mas o Danton pediu para conversar a sós com o comandante. Na ante-sala, presenciei o Assistente do Joaquim, Major Lúcio, perguntar ao Coronel Danton:

– Qual seria a conversa?

– Sobre o movimento do Mourão.

E eu acrescentei:

– Qual é a posição do Joaquim?

– Ele já se definiu, é favorável ao General Mourão.

Provavelmente o Coronel Joaquim era muito mais revolucionário do que eu, porque o 7º RI tinha parada na sede da DI. Quando o Mourão comandava a 3ª DI, ele já comandava o 7º. Arrisquei outra pergunta:

– Mas desde quando?

– O Danton sabe disso – respondeu o Lúcio.

O Lúcio então me esclareceu que o Danton já sabia a posição do Joaquim, desde a madrugada. Quando ele esteve aqui, o Joaquim disse-lhe tudo. E ele não nos disse nada, nem que retornara ao Regimento para nos escutar. Fiquei com uma certa desconfiança. Naquele momento despertou o "semancol". Ele fora candidato pelo PTB, o Governo é deles, ele comanda porque foi designado pelos chefes militares. Por que me colocaram aqui? Eu, que sou contra. Por que me transferiram? Porque ele está de um lado e eu sou do contra. Tudo foi feito para ele poder me comandar. Só que ele não sabia quem eu era. Embarcamos de volta e, de imediato, no automóvel eu o enfrentei:

– Danton, afinal de contas com quem está o Coronel?

– O Joaquim me disse que apóia o movimento do Mourão – respondeu.

Danton ainda acrescentou que instado a dar sua opinião, disse-lhe que no quartel escutaria os oficiais. Em seguida, arrematei:

– Mas mesmo antes, vou te dar a palavra dos oficiais; nós todos somos favoráveis, só estávamos esperando a tua definição. Tu estás com o Mourão?

– Pô, tu estás me apertando. Lógico que ficarei com a nossa ID.

Respirei fundo. Porque, como já referi, eu me precavera, havia ali duas testemunhas: os S2 e S3. Fui adiante:

– O que vais fazer Danton? Qual é a tua idéia?

– Reunir os sargentos e os oficiais.

E o fez, no refeitório dos sargentos. O Regimento era a dois Batalhões e tínhamos uma banda de música. Então, a Companhia de Comando e Serviços tinha uma infinidade de sargentos, eram maioria e nós uma minoria. Na época, não há dúvida de que nós oficiais, de certa forma, temíamos um movimento de sargentos. Não sei se aconteceria.

Aconteceu na minha Unidade. Terrível. É uma preocupação que não nos deixa dormir à noite.

Eu sentira na carne o problema, embora no final tenha sido comandado por um oficial. Quando ele nos reuniu a todos, fiquei temeroso: será que perante aquela massa de sargentos, ele permaneceria favorável ou daria uma marcha à ré. Não pressentíamos o que iria acontecer.

Ainda mais que uma das políticas adotadas pelo Brizola aqui no Rio Grande do Sul era justamente lançar os sargentos contra os oficiais. Sabíamos disso pelos discursos e pronunciamentos dele.

Fiquei com medo que, ali em conjunto, ele se manifestasse favorável ao Jango. O comandante tinha facilidade de expressão e começou uma peroração muito bonita. Iniciou criando uma imagem de Pátria, de legalidade; dando a impressão de que fazia uma comparação com 1961. Comecei a preocupar-me. Pensei comigo: se ele for em outra direção, o que faremos? Até fiz uma barbaridade; o Scarone estava comigo e viu – infelizmente não pode depor porque está morto.

Eu era um verdadeiro cangaceiro, tanto é que um companheiro nosso dizia que o meu quarto parecia um arsenal: era metralhadora de mão, pistola, faca e "escambau". Isto acontecia porque algumas vezes recebi informação de que pretendiam me matar ou prender. No quartel portava sempre a arma regulamentar e exigia o mesmo de todos os oficiais, mesmo em situação normal. Na Legalidade, os oficiais só se armaram quando o movimento se iniciou, o que criou um clima de desconfiança na tropa.

Logo que cheguei ao Regimento, em Pelotas, determinei que, durante o expediente, todo o oficial andasse equipado e com a arma regulamentar na cintura. E eu dava o exemplo. Como já estávamos de prontidão, nessa reunião eu estava com

a minha metralhadora de mão cruzada no peito e usando faca – gostava muito de usá-la, pois a arremessava bem. Quando vi o comandante falar daquela forma bonita, puxei a pistola e a deixei solta no coldre. Se houvesse uma marcha à ré e algo acontecesse... Graças a Deus, de repente, veio uma frase salvadora dele: "Mas, no entanto – ele havia elogiado o Governo e a Legalidade – o Governo se desmandou e, graças aos nossos chefes..."

As palavras dele me encheram de felicidade; fiquei com a cabeça e o coração palpitantes. Ele ficou tão comovido que começou a chorar e não conseguiu concluir. Então tomei a palavra e saí "chutando a bola". Concluí a oração dizendo que: "...Graças a Deus, o Regimento estava unido numa causa comum, patriótica, que o Exército era aquele com que sempre sonhamos, e que iríamos restabelecer a ordem no País." Após a reunião subi para o meu gabinete, sempre em prontidão rigorosa.

A ID considerou necessário o deslocamento de tropas para o Banhado do Colégio onde os dez mil Sem-Terra do Brizola nos ameaçavam. Eu mesmo designei um Batalhão, porque o Danton deixou a meu cargo todas as atividades. Trancou-se no gabinete e não saiu mais de lá. Fiquei recebendo as ordens.

A ID/3 era vinculada à 3ª DI, comandada pelo Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo)?

Exatamente. E vou dizer o seguinte: fiquei muito entristecido quando falaram mal do General Poppe de Figueiredo. Nos contatos que ele teve comigo antes da Revolução, e nas visitas que fez ao Regimento, nunca se abriu como o Mourão, mas dava a entender que não concordava com o que vinha ocorrendo e demonstrava preocupação. Ele nunca teve uma manifestação ou uma atitude que pudesse ser considerada contrária ao desencadeamento do movimento.

Depois da reunião com todos os sargentos, houve alguma reação? As palavras do Coronel e as suas foram aceitas?

Não houve defecção de um só oficial. No meio dos sargentos não posso dizer, mas aparentemente não houve nada. Cumpriram as ordens exatamente como foram dadas, não tivemos uma dúvida sequer. Sei que em algumas Unidades do Rio Grande aconteceram reações, mas não no 9º RI. Estava tranqüilo quanto aos oficiais e praças. A minha dúvida era sempre o Coronel.

O Comandante do Batalhão que mandamos em direção ao Banhado do Colégio não era um oficial de muita ação. Como havia a possibilidade de combater a guerrilha, eu o substituí pelo Scarone. Abri mão do meu S3 em benefício do Batalhão que iria pelear sozinho.

Ignoro se essa ordem veio por intermédio da 3ª DI. No entanto, o Coronel Joaquim via o General Poppe da mesma forma que eu o via: um chefe confiável.

Ninguém melhor do que o General Menna Barreto para falar sobre ele. Provavelmente ele pode até me completar, pode ser que ele tenha uma outra visão na intimidade. Estou dizendo o que me aparentava, eu tinha confiança nele.

O deslocamento desse Batalhão foi apoiado integralmente pelo Prefeito da cidade, Edmar Fetter. Mostrei a ele que a Unidade tinha pouquíssimas viaturas funcionando, pois vivíamos aquela fase de transição com viaturas velhas sem condições de sair. O Fetter nos forneceu ônibus e caminhões para o transporte da tropa até o Banhado do Colégio.

Uma tarde, durante aquela fase que a Revolução ainda estava se consolidando, chegou lá no Regimento o doutor Apodyr, da Liga de Defesa Nacional. Éramos amigos porque eu também pertencia à Liga. Foi logo falando:

– Marsillac, quero falar com o Comandante do Regimento e só com ele.

– Antes de tudo – fui sincero com ele – vou perguntar ao Comandante se ele quer te receber.

Afirmei antes que o Coronel não andava mais pelo quartel, depois da reunião lá na sala de refeições. Ficou encerrado no quarto dele o tempo todo, não participava das atividades; sumiu do mapa. Como nossos gabinetes eram contíguos, bati na porta do Danton e entrei. Ele estava sentado junto à mesa de despacho. Disse-lhe:

– O Dr. Apodyr quer falar contigo, e disse que é só contigo, porque o motivo é muito grave e afeta a segurança do Regimento. Vou fazê-lo entrar.

– Manda esse fofoqueiro embora, não vou ouvir ninguém, não quero encher o meu ouvido de fofoca. Manda ele embora.

Danton – ponderei –, tu não podes fazer isso, o Dr. Apodyr representa uma parte da sociedade local. Quer relatar um fato que afeta a segurança do Regimento; mesmo que seja fofoca, tu tens que recebê-lo.

– Mas não vou recebê-lo, faz o que tu quiseres.

Voltei para meu gabinete e disse ao Apodyr:

– Doutor, o comandante não vai recebê-lo. Resta-lhe falar comigo ou se retirar.

– Marsillac é grave, não sei nem como começar.

– Agora tu não sairás daqui sem dizer do que se trata.

– Então te direi tudo.

Contou-me que corria na cidade a notícia de que o Danton tornaria "vira-casaca" e movimentaria o Regimento para defender o Governo do Jango Goulart. Para tal ele tramava a minha morte e dos oficiais que me seguissem.

Relativamente há pouco tempo, uns cinco ou seis anos, quando me encontrei com o jornalista Menezes na Liga de Defesa Nacional, ele me disse, confidencialmente, que o tal boato já se transformara em notícia. Ele sabia do assunto em detalhes.

Ainda ontem, na solenidade do Dia da Bandeira, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), ele me disse:

– Marsillac, tu podias não estar aqui, assistindo esta cerimônia.

Estava conosco o Coronel Jonny (Jonny Gomes Prange), que perguntou o porquê. A resposta veio pronta:

– Porque ele seria morto pelo Comandante do 9º RI.

Continuemos com o relato. Quando o Apodyr me disse isso, fiquei possesso, pois já estava com os nervos à flor da pele. Fui incisivo:

– Tu escreves isso Apodyr?

– Não só escrevo, como digo na presença do Coronel.

– Então tu ficas aí.

Novamente chamei o S2, o Capitão Doubrawa (Delcy Gorgot Doubrawa).

O Doubrawa é uma turma depois da minha, foi adido em Israel, meu contemporâneo de EPPA (Escola Preparatória de Porto Alegre) e de AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras).

Eu precisava ter uma testemunha da declaração. Pedi para o Doubrawa acompanhar-me até o gabinete e solicitei que o doutor Apodyr repetisse a notícia, porque no primeiro tempo eu estava sozinho. Depois entrei na sala do Comandante preparado para um confronto; fiquei na posição de sentido, com a mão colada na coxa, olhando olho no olho e o tratando por senhor. Disse simplesmente:

– Coronel, o que o doutor veio relatar, era uma mensagem para o senhor mesmo, que deveria tê-la escutado. Serei bem claro e objetivo. Ele me disse que corre um boato na cidade de que o senhor pretende movimentar os sargentos contra nós, estando nos planos a minha morte e dos oficiais que me acompanharem. O senhor terá que agir agora porque senão eu é que agirei. Quero ouvir um desmentido da sua boca porque o senhor me conhece, não vou me entregar.

Ele levantou da cadeira e só disse:

– Marsillac, eu sou teu amigo.

Fiquei desarmado, pois entrara pronto para uma coisa pior e aí me "tiraram toda a munição da cartucheira".

– Marsillac, estou com vocês integralmente. Como trairia meus oficiais?

Falou bonito. Tive que admitir:

– Olha, Danton, vim aqui com uma testemunha, estou acreditando em ti, mas os fatos poderão ser comprovados. Porque existe o boato que tu desmentiste.

Jogo rápido, saí. Não ocorreu o movimento. Aí fiz o seguinte: expedi várias ordens – a sublevação dos sargentos na Legalidade me ensinou muito, foi uma preciosidade para a minha vida militar; com ela aprendi muita coisa – organizei

patrulhas para rondar dia e noite todas as áreas dentro do quartel; todos tinham que ficar nas suas Unidades, só saíam de lá para assuntos de serviço. As patrulhas obrigavam o cumprimento dessa ordem. À noite, ninguém podia sair dos alojamentos; para andar no pátio, só com ordem dos seus oficiais.

Durante o dia ficava acomodado no meu gabinete e à noite virara coruja, normalmente passava rondando, porque essas coisas normalmente ocorrem de madrugada. Foram medidas de segurança idênticas às que eu já havia tomado. Aí chegou o segundo boato:

A esta altura o Jango ainda estava aqui pelo Rio Grande?

Não sei precisar, porque as coisas... Não fiz relatório. Apenas anotei o que ocorreu no Regimento de quinze em quinze minutos; uma cronologia. Tudo foi acontecendo tão rápido que não me lembro dos dias, só sei que ainda estávamos em prontidão rigorosa.

Quando a situação se definiu entramos naquela fase de prontidão relativa, em que se permitia, pelo sistema de rodízio, que oficiais e sargentos fossem até suas residências para visitar os familiares e buscar roupas. Ainda não estava definida a segurança do Movimento, o Brasil estava se aquietando. Tenho a impressão de que os generais dos grandes comandos, no centro do País, já se haviam definido, mas ainda havia dúvidas sobre certas Unidades.

Sei de uma que resistiu até quase o fim – o 1º BC, de Petrópolis, RJ –, não pelas armas; era comandada pelo Kerensky Túlio Motta, nortista e muito estudioso; foi o segundo colocado na minha turma e que era comunista. Eu sabia que ainda havia uma resistência, pelas notícias que ouvíamos.

O Castello Branco lutou muito para que ele não fosse cassado. Gostava imensamente dele. Dizem que era um grande oficial...

Ele era uma cabeça.

E não conseguiu livrar-se da cassação. O pessoal...

Eu não podia ter esquecido o nome porque na turma ele era conhecido como "Querence". Como entrei em 1936 na Escola Militar, logo depois da Intentona Comunista, e ele era de trinta e cinco, brincávamos com ele por causa do nome: Kerensky, o russo. Não tinha nada a ver, não era acusado de nada, mas foi uma das resistências contra a Revolução.

Então, estávamos naquela fase de prontidão relativa ainda. Todos os oficiais iam para casa ver a família e o Danton não ia. Mas eu não maliciava. Uma tarde, o mesmo doutor Apodyr retornou ao quartel. A sua posição permitia que mantivesse um ótimo relacionamento na cidade e, como a Liga de Defesa era muito ativa, seus associados sempre o municiavam de notícias.

Ele nos confidenciou que o Danton, acreditando que o movimento fosse fracassar, estava fazendo correr na cidade a notícia de que ele não aparecia em casa porque eu o tinha prendido. Embora tivesse participado ao lado da Revolução, ele queria dar a impressão, para aqueles que eram contra, de que estava preso.

A cidade sabia a minha posição. Desde que cheguei comecei a fazer um levantamento dos comunistas da terra. Conhecia o que cada um fazia, onde trabalhava e morava, se estava em funções importantes. O Instituto de Educação, por exemplo, ligado à área de agricultura, era presidido por um homem colocado pelo Jango. Então, quando eclodiu a Revolução, comecei a receber ordem e desencadeei a operação. Prendi e levei um bocado de comunistas lá para o quartel.

Quando entreguei essas anotações aqui no QG, este ano, havia nessa pasta aberta, assim como está, uma cadernetinha vermelha. Perdi a bendita. Calculo que tenha caído na rua. Quem a encontrou não deu valor nenhum, porque como ela está, não há como identificar coisa alguma. Nela eu tinha todas as minhas anotações do Movimento de 1964. Desde a senha que utilizávamos antes e durante a Revolução, até a relação de oficiais designados para prender os comunistas. Eu anotava sempre quem era o oficial porque conhecia o temperamento de cada um e o tipo de comunista a prender: este é violento, vou mandar o Fulano; aquele é mole, posso mandar o Beltrano. Ficou tudo perdido.

Voltemos ao assunto. Quando o Apodyr falou, fiquei horrorizado. Pensei comigo: "o Danton está agindo de bandido comigo, ou melhor, está me chamando de bandido". Entrei no gabinete dele de novo e disse:

– Danton, te arruma, vais para casa agora.

– Ué Marsillac, que caso é esse? Eu não quero ir para casa.

– Vais para casa agora. O automóvel está aí na frente, vais ver a tua família.

– Mas o que está havendo, Marsillac?

– O doutor Apodyr veio me dizer que tu estás fazendo...

Ele acabou me obedecendo e foi para casa. Fiquei aliviado, porque com isto o boato que corria na cidade ficou desmoralizado.

Ainda se falava em luta, a turma se agitava e não sabíamos se a situação estava consolidada. Tanto é que outro boato que correu lá em Pelotas – Graças a Deus desmentido – foi de que o Regimento de Cavalaria de Jaguarão estava contra a Revolução e iria marchar na direção da cidade. Mandei um oficial de confiança – nessa cadernetinha perdida estava o nome dele – em trajes civis, em seu carro particular, para verificar o que estava ocorrendo. Ele voltou dizendo que podíamos ficar calmos.

Depois disso morreu a Revolução em Pelotas, no sentido de que tudo se acalmou com a consolidação do Movimento. Anos depois, em 1969, voltei à cidade

para receber uma homenagem da Brigada Militar que, na época, sempre me apoiou com o Regimento de Cavalaria. Ganhei uma placa de prata que ostento com muito orgulho na minha sala.

Há ainda um fato que desejo relatar, pois não sei se ele é de conhecimento público. Quando o General Poppe de Figueiredo veio assumir o Comando aqui em Porto Alegre pediu o apoio do Regimento e de outras Unidades. Chegou escoltado por tropas, entre as quais o meu "Pelotar", na realidade apenas um pelotão operacional – o "Pelotar" mesmo surgiu depois. Então esse Pelotão reforçado entrou com o Poppe de Figueiredo aqui porque não sabíamos o que iria ocorrer na cidade.

Depois, alguém procurou denegrir a imagem do Poppe de Figueiredo e retruquei na hora: "Para mim, se ele falhou não foi no meu escalão." Sempre esteve presente no comando, até na hora do movimento revolucionário. E pelo que o Joaquim me falou, ele sintonizava conosco.

Quando o Poppe de Figueiredo assumiu o III Exército ele já sabia da razão de eu ter sido transferido para Pelotas. Então me trouxe para comandar o 18º porque o Comandante, Coronel Bandeira de Mello (Lauro Bandeira de Mello), que enchera o Regimento de comunistas notórios – os tenentes-coronéis Liberato (Liberato Vieira da Cunha), Quadros (Wilson Quadros de Oliveira), Palmeiro (Eduardo Palmeiro da Costa) e outros – tinha sido destituído do comando e preso;

O único fora do ninho daquela turma era o Nunes que servia no 19º.

O Regimento era um covil de comunistas. Então me trouxeram para comandá-lo; assumi o comando como Tenente-Coronel. A primeira medida que tomei foi pedir para retirarem do quartel os oficiais comunistas que estavam presos lá. Aleguei que não poderia ficar com aqueles oficiais que tinham servido lá, inclusive, comandantes de Batalhão. Fui atendido.

O senhor foi nomeado Comandante do Regimento?

Cheguei transferido, como a Unidade não tinha Comandante e eu era o mais antigo, assumi e fiquei no comando algum tempo.

Em que época o senhor veio de Pelotas?

Já vou dizer certo. Está tudo escrito nessas minhas anotações: minha apresentação no Regimento, sublevação dos sargentos da Aeronáutica, ação da Marinha junto aos marinheiros; fui escrevendo tudo enquanto as coisas iam acontecendo comigo.

Aqui as datas: 31 de março eclosão do movimento; 1º de abril, Brizola no comício do Largo da Prefeitura concita os sargentos a prenderem seus oficiais; 15 de abril, cumpri missões aéreas de vigilância na fronteira com o Uruguai para constatar possível permanência de Brizola na área da fronteira – por determinação do III Exército cruzei a fronteira com um avião teco-teco do aeroclube para buscá-lo em

uma fazenda. Fui todo armado, não consegui nada, ele não estava lá. E aqui está: no dia 17 de abril, em radiograma urgente, o Comandante do III Exército me transferiu para o 18º RI. Em 18 de maio fui desligado do 9º e dia 21 me apresentei. Em três dias saí de Pelotas e assumi o comando.

Talvez por causa da situação da Unidade.

Em junho chegou o Comandante efetivo. O Navarro (Geraldo Alvarenga Navarro). Era um grande amigo meu, tenho muita saudade dele. Fez toda a guerra, era oficial de motores do 1º Regimento de Infantaria, duro para "chuchu", não levava ninguém de compadre.

Fiquei muito feliz quando ele chegou. Passei o comando e ele de imediato começou falando daquela intimidade que tínhamos, pois fomos cadetes juntos – embora ele fosse duas turmas na minha frente – e tenentes também; era uma afinidade muito grande, inclusive amizade de família, pois nossas patroas se davam, servíramos juntos em Santa Maria. Então ele disse:

– Quando fui convidado para comandar o 18º impus uma condição: aceito desde que me dêem como subcomandante um oficial da minha confiança.

– Quem foi que tu indicaste? – perguntei.

– Eu te indiquei – respondeu secamente.

Fiquei muito feliz dele ter se lembrado de mim. Permaneci no Regimento e, daí por diante, não parei mais; seguidamente me davam missões extras. Não sabia por que um oficial que só foi *troupier*, que só viveu da tropa, estava sendo tão solicitado? E as missões eram "abacaxis", normalmente eu tinha que resolver tudo sozinho. Um exemplo: no dia 26 de outubro de 1964 me mandaram para Itaqui porque corria a notícia de que o então Comandante do 1º RC tinha se conduzido mal perante os oficiais durante a Revolução e havia uma dúvida sobre a sua conduta na época.

Fui, presidindo um Conselho de Justificação composto pelo Coronel de Infantaria Wilson de Azevedo e um engenheiro, a quem quero bem, o Garicochea (Paulo Garicochea Mata), julgar a conduta do oficial. Estava tranqüilo, porque era mais antigo que o comandante. Ele, de fato, mostrou conduta irregular, não teve energia, o que, aliás, ocorreu em muitas Unidades. Ficaram em "cima do muro", talvez por falta de informações, porque eu colocaria a mão no fogo por muitos desses companheiros.

Os comandantes, principalmente, muitas vezes vacilaram por falta de informações do escalão superior ou por temperamento. Há pessoas que precisam ser empurradas; é preciso encontrar o "jeitinho" de cada um para fazer as coisas. Talvez ele tenha se imaginado sozinho no Regimento, pensando que os oficiais estavam do outro lado e não teve aquela franqueza que eu e outros comandantes tivemos, de abordar os oficiais, e dizer-lhes: "Olha, estou com a Revolução, quem é que está comigo?"

Soube que houve isso em várias Unidades. No caso de Itaqui o comandante não estava envolvido em nada. Aí houve um desdobramento. Os oficiais começaram a citar vários civis que tramavam contra a Revolução. Era outubro de 1964 e estávamos em pleno Movimento. Comentava-se no meio civil e entre os políticos de Itaqui que o Comandante conversava muito com a sociedade local. Então comecei a trazer "testemunhas" da conduta do Comandante, mas pessoas que eram contra a Revolução, segundo indicação dos oficiais:

– Coronel, o senhor ouve o Fulano, o Beltrano e o Cicrano.

Resultou em um calhamaço de documentos, entregue com o relatório do Conselho de Justificação. Deve estar tudo arquivado na Segunda Seção, se não queimaram. E fiz a bobagem de não fazer uma cópia para mim. Depois aprendi.

Relatarei ainda apenas aquelas missões mais difíceis que cumpri. Eu era Subcomandante do 18º e às 11h da noite do dia 9 de dezembro de 1964, bate lá em casa o meu Comandante, o Coronel Navarro. A Dulce disse que eu estava dormindo e que na manhã seguinte me informaria do assunto da visita.

– Não, é urgente e é grave, é só com ele.

A Dulce me acordou, atendi o Navarro e ele disse:

– Marsillac, recebi ordem do III Exército para que tu estejas amanhã às 5h da manhã na Base Aérea quando receberás uma missão a bordo, dada pelo General Humberto, Comandante da ID.

Humberto de Souza e Mello?

Ele mesmo. O Assistente dele era o Coronel Fernando Vilhena Cordeiro, um baixinho. Comandou o 9º muitos anos depois da Revolução. Perguntei:

– Mas qual é a missão? Como vou sair de casa assim? E a minha família? Para onde me mandarão?

Já haviam me mandado para Itaqui de avião, então estava preocupado com o que iriam fazer comigo. A única coisa que o Navarro me disse foi:

– Vá preparado para cumprir qualquer tipo de missão e não diga nada de nada a ninguém, é tudo secreto.

Um parêntese. Brincando, eu conversava informalmente com os companheiros que o meu sonho era prender o Brizola no Uruguai, em uma operação semelhante à dos judeus naquela missão famosa. Pensei comigo: "será possível que eles vão me dar um presente desses?" Missão militar era fácil eu cumprir porque estava na "massa do sangue".

Como eu tinha uma boa variedade de armamento em casa, coloquei na mala tudo o que podia, fui bem armado para o aeroporto, porque eu não sabia para onde iria; fui até em trajes civis, ou seja, preparado para "qualquer tipo de missão".

Quando cheguei na Base Aérea, o General Humberto estava junto de um *beechcraft*, nariz de vidro, na pista. Ele pediu que o piloto desembarcasse, me fez subir no avião, sentamos em um assento daqueles e me deu a missão. Apesar de secreta e com a recomendação de não dizer nada a ninguém, a missão não era no Uruguai e sim em Cruz Alta, onde corria a notícia de que estava para eclodir um movimento de contra-revolução de sargentos e que possivelmente estaria envolvido o Coronel Comandante do 17º RI.

Eu iria cumprir uma das duas seguintes missões: fazer um inquérito, em que eu era Tenente-Coronel e o inquirido era Coronel ou assumir o comando do Regimento. A decisão seria dada pelo Comandante da Artilharia Divisionária da 6ª DI (AD/6), em Cruz Alta.

Fui no "nariz de vidro" da FAB e, em Cruz Alta, um jipe estava me esperando, com o General e seu Assistente, o Major Décio Barbosa Machado – hoje quatro-estrelas – que tinha sido meu cadete e éramos amigos. Levaram-me para o QG e repetiram o que o General Humberto havia me dito: ou eu assumiria o comando do Regimento ou faria um inquérito contra o comandante. Ponderei que, legalmente, estava impossibilitado de fazer o inquérito, porque o inquirido era um Coronel e eu Tenente-Coronel. Debatemos o problema e decidimos usar um artifício. Eu faria um inquérito para apurar um movimento que havia na Guarnição.

Eu iria ao 17º para sentir o ambiente da Unidade. E deu certo, pois o Coronel Comandante do Regimento soube que eu ia para lá e até preparou um quarto para mim, todo bem arrumado. Quando me apresentei, ele disse:

– Marsillac, temos um quarto de hóspedes para ti, vem para cá, é muito bom.

Eu não conhecia o Coronel, não era do "nosso Exército". Agradeci sua atenção. Sentia-me inibido em realizar um inquérito sobre o comandante, muito embora tudo dissimulado, aceitando uma hospedagem dele. Voltei para o QG e alertei o General:

– Não posso dormir no Regimento, mas não tenho dinheiro para hotel, porque vim às pressas, me colocaram em um avião e nem com a minha família deixei dinheiro.

Não te preocupes, mandarei arrumar tudo para ti.

Colocaram uma cama de campanha e passei a dormir no QG. Durante todo o tempo do inquérito fiquei lá. Nada foi apurado contra o Comandante do 17º; ele estava inocente.

Acredito que quem fazia transpirar esse boato era a turma que de fato integraria o movimento dirigido por sargentos. O líder era um terceiro-sargento da inteira confiança do Comandante do Regimento, mas ele não sabia. Esse movimento começou quando o General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos) abandonou a

6ª DI e foi para Cruz Alta com o então Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura) Chefe do Estado-Maior dele. Eles deveriam ser presos pelos sargentos quando chegassem lá, mas o movimento não se consolidou. Então ficaram preparando uma contra-revolução. Não sei se vocês têm esse dado.

Não, não. Esse é um fato novo e importante.

Esse inquérito está na 2ª Seção, porque embora tenha tirado cópia, naquele tempo não havia xerox, entreguei as duas vias; hoje me arrependo, pois teria o documento. O grande auxiliar que tive em Cruz Alta foi o Major Aita (Milton Londero Aita) Comandante interino do Grupo de Artilharia, porque a Unidade estava sem Comandante efetivo.

Todos os meus entendimentos eram feitos por intermédio do Décio. Quase não me liguei com o General Comandante. Quando havia uma inquirição eu sempre queria colocá-lo em dia com o que estava se passando, mas ele não se interessava em ouvir; invariavelmente dizia: "Conta para o Décio."

No fim eu só contava ao Décio. Dessa forma terminei o inquérito, que provou duas coisas: primeiro, o Comandante era inocente...

Então o senhor pode dizer o nome dele...

Não senhor. Ele era inocente, mas não se chamava "Inocente"; nem "Inocêncio". A outra prova foi que o movimento era para eclodir na chegada do General Adalberto em Cruz Alta, mas por alguma razão, não aconteceu, apenas continuou a crescer. No decorrer do IPM, pedi a prisão de alguns sargentos; ouvi vários civis, nenhum deles estava envolvido.

E Oficial nenhum?

Informaram o nome de um, mas, posteriormente, muito tempo depois, conversando informalmente, soube que era inocente. Disseram que esse oficial era muito correto e alguém quis criar uma dúvida sobre suas atitudes, mas ele demonstrou ser confiável, pois se conduziu bem na Revolução. Cometi uma certa injustiça no meu inquérito porque citei o nome dele como não gozando de total confiança, embora, na época, fosse uma obrigação, porque estávamos na fase de consolidação do Movimento.

Tínhamos que separar os verdadeiros revolucionários daqueles que vacilavam e com isso punham em risco a conquista dos nossos objetivos e daqueles que de fato eram contra nós. Cabia aos chefes, por outras medidas, apontar responsabilidades através de um outro inquérito.

A minha família só foi saber do meu destino dez a doze dias depois. Se o Coronel Cordeiro for ouvido, ele confirmará. Minha esposa vinha ao QG para saber notícias minhas e diziam que não sabiam. O chefe poderia tê-la chamado em particu-

lar e dito para ela: minha senhora, o assunto é reservado, não insista, só posso dizer que o seu marido está em Cruz Alta. Isso a tranqüilizaria.

Como guardei segredo que "poderia até ir para o Uruguai", ela não sabia onde eu andava; se estava morto, vivo ou preso. Até que em determinada oportunidade ela veio ao QG e falou braba – tem sangue italiano – que não se conformava, que estava com a família em dificuldades e queria saber onde eu andava. Aí concluíram que deveriam dizer a verdade. Fizeram um contato via rádio entre nós dois. Fui chamado à estação rádio e disse:

– Esteja tranqüila minha mulher, está tudo bem, estou comendo bem, já engordei alguns quilos porque não saio de noite, estou bem comportado.

Falei todas essas coisas para acalmá-la. Só aí ela tomou conhecimento onde eu andava. Terminei o inquérito e vim feliz, para Porto Alegre, na crença de que as minhas missões tivessem terminado, mas fui surpreendido no dia 13 de agosto de 1965 com um chamado no QG, quando fui designado para fazer um amplo inquérito sobre atividades comunistas no Sul do Brasil.

Não havia indiciados. Para mim um IPM pífio. A origem do inquérito partiu do atentado que intentaram no aeroporto daqui com um avião comercial. A Aeronáutica iniciou esse inquérito, em Canoas, determinado pelo então Comandante da Força Aérea na Região Sul e conseguiram descobrir que a operação fora montada por um civil de nome Lucas (José Lucas Alves Filho), que pretendia estourar um avião comercial.

Por razões diversas, interromperam o IPM e mandaram os documentos – havia um intercâmbio de documentos entre as Segundas Seções – para o III Exército. O então Comandante de Área achou necessário aprofundar as investigações e instaurou o IPM das Atividades Comunistas no Sul do Brasil.

De imediato entendi a atitude do então Comandante do III Exército. O meu inquérito foi aberto para que ele pudesse consultar aquelas pessoas envolvidas nos movimentos contra-revolucionários que ocorriam no País. Entendi assim. Por que aqueles dados sem citar indiciados? Tenho a impressão de que eu tinha razão nesse meu juízo porque vários indivíduos presos pelo DOPS e pela Polícia do Exército (PE) foram encaminhados para mim. Volta e meia chegava lá, encaminhado através de um ofício, um sujeito de que nem sabia a existência. E eu tinha que desenvolver um inquérito sobre as razões ali alegadas. Muitas vezes eram duas ou três linhas. Afinal resultou nesse inquérito monstro.

Consegui fazer um organograma detalhado das organizações de base de Porto Alegre, todas catalogadas por capítulo: um capítulo de generalidades; o grande suspeito Jomil Domingos Oltramare; o Partido Comunista do Brasil e suas linhas políti-

cas; Organizações dirigentes regionais; Organismos dirigentes em âmbito municipal; Organizações de Base de classes; Organizações de Base em empresas; e por aí afora.

Fiz um levantamento do Partido, das atividades comunistas que já se apresentavam, como terrorismo e sabotagens; organizações de publicidade, como o suplemento *Novos Rumos*. Acabei me estendendo a Santa Catarina porque surgiu uma organização – uma base de guerrilha na Serra de Cedro Alto – próximo a Criciúma.

O meu Comandante de Divisão – 6ª DI – era o General Aragão (Augusto Cezar de Castro Muniz Aragão). Antes de deslocar-me fui ao QG e o General perguntou se eu queria tropa para apoio. Eu já escolhera um cabo para ser o meu motorista, um sargento datilógrafo e o escrivão do inquérito, um grande oficial, Major Canrobert (Canrobert Lopes Costa), que me auxiliaria a montar as perguntas e gerenciar a parte administrativa. Respondi-lhe, então, que esses três auxiliares resolveriam os problemas básicos. Lá, se houvesse necessidade e precisasse de gente, ligaria-me às autoridades locais e pediria apoio.

Mesmo porque não queria fazer escândalo com a minha presença; queria chegar em sigilo. Apresentei-me no Batalhão de Tubarão; era mais antigo do que o Comandante, mas me apresentei para pedir apoio. Fui até à base da guerrilha, infelizmente os guerrilheiros não estavam mais lá. Foram presos posteriormente por uma patrulha do Batalhão de Tubarão com o auxílio do subdelegado de Cedro Alto, ocasião em que foi descoberto um bocado de armamento.

Requisitei tudo isso em Florianópolis porque a Secretaria de Segurança de Santa Catarina não queria entregar ao Exército. O Secretário, um Coronel companheiro de turma, Danilo (Danilo Klaes), autêntico revolucionário, não queria me entregar o armamento. Então disse a ele:

– Tu não tens que querer, quem está fazendo o inquérito do Partido Comunista sou eu, quem foi mandado para Santa Catarina desbaratar a guerrilha, fui eu. O armamento era dessa guerrilha e é a única prova de que disponho. Outra coisa, esses guerrilheiros já estão presos comigo – embora a ação não tenha sido minha.

Só então ele me entregou, sob protesto; tive até que assinar um documento de recebimento das armas. Trouxe um aviãozinho carregado de armamento.

Como é o nome do lugar em que estava a guerrilha?

Serra do Cedro Alto é o divisor entre as rodovias BR-116 e BR-101. Um local muito propício para guerrilha, porque podiam atuar tanto em um como no outro compartimento.

Sabe que sempre fui oficial de Segunda Seção e é a primeira vez que estou ouvindo falar em guerrilha do Cedro Alto.

Está aqui no inquérito, só não ouviu falar quem não leu o inquérito.

Mas nunca difundiram o documento.

Meu General, sinto que esse inquérito foi inútil. Porque apontei a existência dessas coisas e o Exército não tomou conhecimento. Eu e o Canrobert corremos risco de vida, e ninguém sabe de Cedro Alto.

Nunca foi difundido nada sobre isso.

A portaria reservada do III Exército que determinou a instauração do IPM tinha como único subsídio para início das diligências os documentos do A2 da Aeronáutica. Uma outra coisa interessante; a existência da Ação Popular (AP) aqui em Porto Alegre, foi revelada por mim. Quando ouvi a primeira citação da AP no inquérito, nem os comunistas sabiam o que era, porque eles mantêm os órgãos de base alheios uns aos outros, são todos estanques.

Uma característica dos subversivos; informações todas compartimentadas.

Era e é a segurança deles. Mesmo quando se descobria uma célula, nenhum dos integrantes sabia nada do outro nem de outras células. Então, quando deslindei a AP, comentei com o General:

– Estou preocupado porque alguém me informou que o bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Edmundo Kuns, está envolvido com a AP.

E eu acreditava nele, até ia à igreja para ouvi-lo. No 7 de Setembro ele falou com um espírito de nacionalidade que me comoveu. Diziam que ele era um dos ativadores da AP. Foi a primeira vez que eu vi a Igreja envolvida. O General só me disse o seguinte:

– Marsillac, tu já tens um abacaxi na mão, não te envolvas nisso. Se no decorrer do inquérito outros depoimentos conduzirem para essa frente, traga as informações para mim, que tomarei as providências.

Dei minha mão à palmatória; ele estava sentindo o abacaxi. E era uma frente nova e difícil porque íamos unir o político ao religioso. E assim concluí meu inquérito. Voltei do Paraná – onde fizera algumas diligências sobre denúncias da presença de supostos guerrilheiros na área – em 12 de novembro, entreguei meu inquérito, fui promovido e convidado para servir na 6ª DI, comandada pelo General Aragão, onde, com muito pesar encerrei minha carreira.

O Aragão sempre demonstrou que me apreciava, tanto é que fazia contatos comigo e me tratava com deferência. Quem conheceu o temperamento do General...

Eu o conheci bem porque fui comandado dele.

...sabe que quando ele gostava de um oficial, chegava a ser quase parcial; mas era honesto, podia errar no conceito, mas era sempre de boa-fé. Ele me convidou para ser Ajudante-Geral dele e aceitei. E ali encerrei a carreira, pois foi aprovada uma lei que acabava com a transferência para a reserva com promoção. Naquela época eu ainda estava entusiasmado pelo Exército, vivendo o dia a dia...

Mas até hoje o senhor está entusiasmado.

Calcula na época. Eu era Coronel e Graças a Deus gozando da confiança do meu chefe. Com aquela lei, fui protelando o meu requerimento, mas eu tinha prazo, pois ela estaria em vigor a 3 de outubro de 1966. Só cinco oficiais da minha turma não tinham ido para a reserva; quatro eram generais, e eu ficaria como Coronel o resto da vida. No final, joguei fora o soldo de General-de-Divisão porque, se eu tivesse ficado mais cinco meses na ativa, completaria o tempo para outra promoção, só que na reserva, mas ganharia o soldo.

Acontece que dou muito valor ao posto de General. Mesmo na reserva, nunca permiti que me chamassem de "general-de-pijama", pois considero o termo pejorativo. Sou General, mesmo sem ter o curso que me permitisse o ingresso no quadro de general, mas sempre procurei dignificar o posto, colocando-me na posição de um General pelas atitudes tomadas, pela forma como sempre me conduzi. Ainda que não tenha a cultura de um General da ativa, tenho a mesma formação militar de sentimentos. Quando requeri minha transferência para a reserva, o General Aragão disse assim:

– Marsillac, não vou encaminhar teu requerimento. O Exército precisa de ti.

– General – perguntei –, precisa de mim para quê?

Aprovaram uma lei me mandando embora, aliás, não a mim, pois foram embora mil e tantos oficiais, de todas as Armas e de todas as Forças. Na realidade, julgo que a finalidade daquela legislação foi remoçar as Forças Armadas, porque havíamos ingressado na Força tão cedo que não queríamos mais ir para a reserva porque achávamos que éramos úteis.

Eu era moço, tinha quarenta e nove anos, estava em plena forma física e praticava esportes. Em competições do Exército, conquistei, com o time da 6ª DI, a medalha de ouro de voleibol, e a taça daquele torneio. Mesmo desfrutando de um vigor físico muito bom, fui mandado para casa como descartável: eu e muitos companheiros. A minha resposta para o General foi a seguinte:

– Não, General, o senhor tem que encaminhar o meu requerimento. Não vou perder a minha promoção a General, somos só cinco na ativa, os outros poderão ser promovidos – como o Beckman (Henrique Beckman Filho), que foi a quatro-estrelas.

Ele não arredou pé:

– Mas eu não vou encaminhar.

– Só há uma condição para o senhor não encaminhar meu requerimento.

Ele me perguntou qual era a condição. Eu disse:

– Não sou homem para Quartel-General, para datilografar nota de Boletim; sou homem para viver no campo vendo meus Batalhões se desenvolverem nas coxilhas,

dando instrução, falando com meus oficiais. Se o senhor me conseguir o comando de um Regimento, eu retiro o meu requerimento, perco a minha promoção. Caso contrário vou para casa.

Ele me disse:

– Não posso te dar um Regimento.

Naquela época as Unidades já estavam começando a ser comandadas só por oficial com o curso de Estado-Maior. Então, na vaidade de querer ser General, não aceitei o convite e fui embora para casa. Esta pasta que tenho aqui me foi dada pelos meus companheiros da 6ª DI. Está velha, mas me acompanha. Fiquei muito feliz porque quando pensei que eu tivesse acabado, recebi dos meus companheiros de Pelotas esse rádio, que dedico aos meus filhos.

Seria interessante o senhor lê-lo, para ficar gravado na sua entrevista.

Talvez nem consiga ler.

"General Marsillac. Momento da sua transferência para a reserva, nós que em diversas Unidades e em situações difíceis pudemos sentir suas qualidades de chefe e amigo, transmitimos abraços. Consola-nos a certeza de que, no futuro, como no passado, mais uma reserva moral estará a serviço da Pátria. Tenentes-coronéis: Pessoa (João Pessoa Riograndense Moreira), Castro Neves (Eurico de Castro Neves) e Machado (Antonio Machado dos Santos); Majores: Oliveira (Paulo Maximiliano de Oliveira), Glauco (Glauco Penna de Oliveira), Centeno (Rubens Azambuja Centeno), Cid (Cid Scarone Vieira), Carneiro (Nilton dos Santos Carneiro); Capitães: Ben-Hur (Paulo Ben-Hur da Costa Jardim), Lisboa, Gelim (Gelim Francisco Poglia), Caubi (Caubi José de Amorim Damaso), Dutra (João Alberto Dutra); Tenentes: Colares (Wilson Uchoa Colares) e Dionísio (Dionísio Mendes Soares de Lima)."

A leitura desse rádio me comove hoje, como naquele dia, por isso o dedico aos meus filhos, essa pasta é deles.

Desejo deixar consignado aqui, já que é a história de uma parte da minha vida, uma relação de oficiais. E explico o porquê. Quando falava para os sargentos sublevados e fui surpreendido pelo apoio dos oficiais, gravei o nome de quem vi: os capitães Oliveira (Paulo Maximiliano de Oliveira), Schneider (Juarez de Albuquerque Schneider) e Moraes (João Carlos de Moraes) do QAO; os 1º-Tenentes Lopes (João Batista de Souza Lopes), Duro (Aramis Paretta Duro), Aurélio (Emílio Aurélio Maciel de Oliveira); o 2º-Tenente R2[5] Felipe Heitor Colnar e o Capitão de Cavalaria, Einloft (Oscar Carlos Einloft), o mesmo que depois me apoiou naquela hora difícil aqui no QG; esse me encheu de orgulho. Quando tudo isso se aquietou, cheguei no meu

---

[5] Oficial temporário, formado pelos Centros ou Núcleos de oficiais da Reserva (CPOR/NPOR)

gabinete, rasguei um pedaço de memorando – é esse papel que está aqui em cima da mesa e escrevi o nome deles. No dia seguinte já em casa, disse:

– Minha mulher, guarda com você essa relação, foi gente que estava comigo em uma hora difícil, não quero que esqueçam o nome deles.

E assim terminou a minha vida militar na ativa; na reserva continuo fazendo o que posso. Infelizmente, volta e meia ouvimos companheiros mais moços, sem a nossa experiência de vida, temerosos de que no momento não tenhamos chefes militares capazes de conduzir o nosso Exército. Já ouviu isso?

Realmente, de vez em quando ouvimos estas preocupações.

Estou sendo sincero. O Coronel Mathias (Mathias Moreira Matias) não queria que eu viesse falar, porque achava que eu não iria me conter e diria coisas impróprias. Rebati:

– Vocês estão enganados, o chefe só se revela no momento do perigo.

Sem falsa modéstia digo que nas ações que comandei, nos momentos difíceis, sempre me defini, nunca me omiti. Então acredito que hoje o Exército, e vou mais longe, as nossas Forças Armadas, possuem chefes capazes de conduzir os subordinados pelo bom caminho. Quem vai ditar o caminho deles é o povo brasileiro, como foi em 1964. Quem nos chamou para a rua foi a sociedade brasileira, as nossas famílias e amigos, as mulheres desfilando em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em todo o lugar em que íamos naquela época, em Pelotas, só ouvíamos:

– Vocês vão deixar? Vocês vão deixar?

E eu dizia para eles:

– Tenham calma, não estamos dormindo, quando vocês precisarem, estaremos presentes, como sempre estivemos, foi assim no passado e será agora.

É o que eu tinha para dizer. Acredito que hoje o nosso Exército tem chefes capazes. Assisto nosso chefe atual, General Gleuber (Gleuber Vieira), nos seus pronunciamentos. Ele tem traçado uma linha bem definida para o nosso Exército. Não posso dizer mais; aqui termino.

A sua entrevista foi de excelente qualidade, o senhor foi realmente uma das pessoas que mais se envolveram com o Movimento, não que fosse conspirador, o seu envolvimento aconteceu por uma questão de ideal. E muitos assuntos aqui abordados foram novidade para o nosso Projeto. Muito obrigado.

General-de-Brigada Ramão Menna Barreto

O General Menna Barreto é natural de Uruguaiana, RS, onde nasceu em maio de 1912. Ingressou no Exército em 08 de abril de 1931, ao ser matriculado no então Colégio Militar de Porto Alegre. Cursou a Escola Militar de Realengo e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 25 de janeiro de 1934, sendo classificado no 8º BC (8º Batalhão de Caçadores), com parada de sede em São Leopoldo-RS, onde foi promovido ao primeiro posto em agosto do mesmo ano. Ali vivenciou os dias agitados da Intentona Comunista no ano seguinte e galgou o posto de 1º-Tenente em setembro de 1936.

Em fevereiro de 1937, foi transferido para o 8º Regimento de Infantaria (8º RI) aquartelado em Cruz Alta, RS. Após três anos e meio de profícuo labor foi movimentado para o 27º BC, de Manaus-AM, onde recebeu a terceira estrela de oficial, em dezembro de 1941. Em conseqüência, retornou aos pampas, classificado no 7º RI de Santa Maria, Unidade que ainda o acolheu como tenente-coronel, quando comandou o 1º Batalhão e foi Subcomandante do Regimento e, posteriormente, de janeiro de 1965 a junho do ano seguinte, como Comandante do Regimento, período durante o qual assumiu interinamente, por diversas vezes, o Comando da Infantaria Divisionária da 3ª DI (ID/3), então já com parada de sede em Pelotas, RS.

Foi um dos organizadores da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) em Santa Maria, RS enquanto servia na ID/3 de março a agosto de 1946. Integrou o Estado-Maior da Divisão em diversas oportunidades. Inicialmente, antes de realizar o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no primeiro semestre de 1947; depois, como comandante da Companhia de QG da 3ª DI (Cia QG/3ª DI), desde o final de 1948 até meados de 1950. Retornou ao Estado-Maior da Divisão até ser promovido a major, por merecimento, quando foi transferido para o 3º Batalhão de Carros de Combate Leves (3º BCCL), enquanto se preparava para o concurso da Escola de Estado-Maior

(EEM). Embora sua permanência na Unidade tenha sido muito breve, já a conhecia, pois ali servira durante ano e meio, classificado por conclusão da EsAO.

Retornou à 3ª DI após seu estágio de oficial do Quadro do Estado-Maior da Ativa (QEMA) no Comando da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em sua terra natal, e ser promovido a major, em março de 1956.

Depois de servir no 7º RI, voltou à 3ª DI, quando vivenciou intensamente o episódio da Legalidade. Por força de sua promoção a coronel, por merecimento, foi transferido para o Comando da 1ª Região Militar (1ª RM), no Rio de Janeiro, RJ, em abril do ano seguinte, mas, seis meses depois, regressou para Santa Maria. Como Chefe do Estado-Maior da 3ª DI foi um dos principais articuladores da Revolução e comandou interinamente a Divisão, quando seu titular, General Mário Poppe de Figueiredo, assumiu o III Exército. Após deixar o comando do 7º RI, pela última vez retornou à chefia do Estado-Maior da 3ª DI.

Em março de 1967, em reconhecimento à sua brilhante carreira, foi promovido a general-de-brigada e nomeado comandante da ID/6. Ocupou este cargo até novembro de 1970, tendo assumido, neste período, o comando interino da 6ª DI.

Já na reserva, presidiu, por nove anos a Ação Democrática Renovadora e foi membro atuante da Liga de Defesa Nacional.

Em retribuição à sua extensa folha de relevantes serviços, foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas por nossas Forças Armadas e por órgãos e entidades civis.

Faleceu em 20 de dezembro de 2001.

Entrevista realizada em 14 de junho de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1º de Março de 1964 entrevista, hoje, o General Ramão Menna Barreto; naquela oportunidade, Chefe do Estado-Maior da 3ª DI. É considerado um dos elementos fundamentais na evolução do processo revolucionário no Rio Grande do Sul. Com a sua permissão, faremos as perguntas do roteiro e, ao final, se for o caso, será realizada uma complementação.

Seria ótimo.

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Julgo que existiram causas mais antigas e outras mais recentes. As mais antigas remontam à década de 1930, sendo a Intentona Comunista de 1935, com certeza, a primeira tentativa de comunizar o Brasil. Um movimento complicado porque o Luís Carlos Prestes, presumivelmente o chefe, não o era. O chefe verdadeiro era um russo que estava no Rio de Janeiro, tenho em casa uma fotografia e o nome dele. Havia outros quatro também especializados em subversão e que estavam no Brasil para a Intentona. Já na ocasião, Rússia e Estados Unidos – as duas grandes potências – viviam uma guerra ideológica e política. Então os russos tinham muito interesse no Brasil, porque se fôssemos comunizados, toda a América do Sul o seria.

Em 1935, o senhor servia no 8º BC de São Leopoldo. Observou a presença de elementos favoráveis ao comunismo?

Sim, senti na carne. Vou me espraiar um pouco no assunto. O BC era organizado a três Companhias: a Primeira Companhia de Fuzileiros, muito bem comandada pelo Capitão Cunha (Affonso da Cunha Mesquita); a Segunda Companhia de Fuzileiros, mal comandada pelo Capitão Agrippa (Agrippa José Gonçalves), muito idoso, já surdo. Com ele um primeiro-tenente, de esquerda, bem forte, o Mário Fonseca, filho de um antigo ex-prefeito de São Leopoldo, o Teodomiro Porto da Fonseca; e a Companhia de Metralhadoras.

Naquela época os comandantes eram mais experientes, mais idosos do que agora, e tinham muita facilidade na movimentação do pessoal. Aí classificaram no 8º BC o Capitão Agildo Barata (Agildo da Gama Barata Ribeiro), conhecido revolucionário de 1930, frio e impassível, acusado até de ter assassinado uma pessoa lá no Nordeste, vermelho até a última gota d'água. O Comandante, em vez de colocar o Agildo Barata como Ajudante do Batalhão, onde não havia tropa e estava junto dele, o colocou como Comandante da Companhia de Metralhadoras. Muito bem! Dias depois estávamos saindo para o almoço, descendo a escadaria da Companhia e o Agildo Barata me colocou nas mãos um calhamaço de papel e disse:

– Menna Barreto, leia isso, o Cascardo me mandou.

O Cascardo, eu sabia, era um oficial de Marinha, comunista. Na hora eu respondi:

– Capitão, eu sei o que é isso e sou contra.

Devolvi para ele. Aí começou a encrenca. Ele tinha um cabo ordenança, o Cardoso – acredito que de esquerda também – que era dispensado das missões de instrução militar para datilografar e fazer cópias de uns artigos selecionados de jornais que o Capitão trazia de casa. À noite, eles “panfletavam” o quartel. A situação foi em um crescendo e chegou a tal ponto que comuniquei ao Comandante.

Eu era 2º-Tenente e dentro do princípio de lealdade disse ao Agildo o que fizera. Instauraram um inquérito e no final ele foi preso por vinte dias com ordem para cumprir a punição no Rio. Chegou lá e como sabia que no 3º RI havia células comunistas muito fortes – inclusive quatro companheiros da minha turma estavam lá – passou a conversa no pessoal e acabou indo cumprir a punição naquela Unidade. Um fato interessante. Se no RI tivessem feito o que fizemos em São Leopoldo, com certeza não teria sido necessário destruí-lo. Por quê? Explico; mas não quero absolutamente passar por valente, pelo amor de Deus.

Assumiu o comando da Companhia o Capitão Gonçalino (Gonçalino Cardoso da Silva). Gauchão, muito bom, morava aqui em Porto Alegre e ia de ônibus todos os dias para São Leopoldo. Não sei por que – nunca me informei e me arrependo disso – na prontidão, o Gonçalino não apareceu e eu tive que responder pela Companhia. Éramos dois 2ºs-Tenentes, eu e um comissionado, o Ananysio (Ananysio dos Santos Fonseca), também excelente militar. Como tínhamos um serviço de informações eficaz, o que deve ser norma em toda e qualquer Unidade, eu sabia que tínhamos dois sargentos, três cabos e uns quatro soldados que eram do esquema do Agildo.

Mandei chamá-los e disse-lhes: vocês estão dispensados por dez dias, quem aparecer aqui no quartel mando prender. Assim, me vi livre deles. Colocamos três metralhadoras nas janelas e avisei às duas Companhias que, ao primeiro sinal de rebeldia, abriríamos fogo, não esperaríamos ordem do Comandante. Não íamos almoçar no Cassino, a refeição vinha para nós lá no comando, e nem saíamos do nosso alojamento. Com todas essas medidas os esquerdistas não puderam se mexer, ficaram manietados. Tanto a Primeira Companhia sob o comando do Cunha, como a de Metralhadoras sob o meu comando estavam prontas para abrir fogo.

Voltemos ao Rio de Janeiro. O 3º RI ocupava toda a Praia Vermelha de ponta a ponta; era um Regimento com um efetivo muito grande: trezentos sargentos e cerca de cem oficiais. E o Agildo circulava à vontade pelo pátio. Em torno da meia-noite daquela madrugada fatídica, o Comandante casualmente o encontrou no pátio e lhe perguntou:

– Capitão, o senhor acordado a essa hora?

– O senhor – ele retrucou –, que é mais idoso, acordado a essa hora?

Pois bem, daí duas horas ele estava levantando o Regimento, pelo menos parte dele. O Comandante colocara no ponto-chave que dominava os fundos das Companhias, o Primeiro-Tenente Leivas Otero (Francisco Antônio Leivas Otero), pois imaginava que, sendo aquele oficial sobrinho de um senador, era um homem de confiança. Foi ele que deu a primeira descarga marcando o início da Intentona. Só não obtiveram êxito porque duas Companhias dos flancos, uma comandada pelo Capitão Alexínio (José Alexínio Bitencourt), não aderiram à Intentona. A Companhia Regimental estava na mão de revoltosos.

O General Dutra (Eurico Gaspar Dutra) comandava a Primeira Região e logo estabeleceu seu Posto de Comando ali na Avenida Pasteur, mais ou menos em frente da atual Faculdade de Medicina, onde, inclusive perdeu um Capitão do Estado-Maior, morto com uma bala perdida. Em seguida dominaram o 3º RI e abafaram a célebre Intentona de 1935.

Então eu digo: erramos nós e os comunistas, só quem não errou foi o Governo. Nós, por causa dessas facilidades. A primeira aconteceu lá no Nordeste: dia vinte e quatro era um sábado, os oficiais tinham ido para casa, ficou só o oficial-de-dia, então os revoltosos tomaram conta, se apoderaram de três ou quatro cidades, até que foram dominados. E já havia algo no ar, então tinha que ter havido alguma precaução.

Em Recife não houve tanta surpresa mas também foi meio complicado. E na Praia Vermelha aconteceram as facilidades que relatei, então erramos nós. Erraram os comunistas porque superestimaram o seu poderio. O Prestes achava que, com o seu prestígio, iria levantar várias Unidades o que não ocorreu. Foi só em Natal, no Recife, na Praia Vermelha e no Campo dos Afonsos. Não errou o Governo. Por quê? O próprio Prestes achava que no dia 28 de novembro o Rio de Janeiro estaria conflagrado pelos trabalhadores. Amanheceu em uma calmaria danada. O Getúlio tinha uma polícia muito boa, comandada pelo Felinto Müller e, de manhã cedo, todos os cabeças dos sindicatos estavam na cadeia. Assim foi a Intentona de 1935, a meu ver, o início longínquo de 1964 que, por sua vez, foi a segunda barreira à tentativa de comunizar nosso país.

Vamos aos pormenores. Getúlio Vargas deu uma guinada na vida; no início do seu Governo era até favorável a Alemanha; depois mudou, adotou um estilo assim mais populista, aquele negócio das bases de Natal e tudo o mais. O Jango foi o herdeiro político do Getúlio, inclusive na maneira de governar. Claro que não tinha as qualidades do padrinho. Era um homem fútil, vaidoso, indeciso e muito autoritário, um homem complicado, tanto que não aceitou o parlamentarismo integral. E não seguiu certas orientações do próprio Getúlio. Não era competente para ser Presidente do Brasil.

David Nasser, em um dos seus artigos muito bons, escreveu: “o Jango olhava um boi e não errava o peso em um quilo sequer, mas o Brasil não era uma fazenda”. Outra feita, disse que o espírito do Getúlio apareceu para o Jango – coisa de escritor – e aconselhou: “Jango, está na hora de tirar a vaca do brejo: cuidado com os militares, porque antes de militares eles são brasileiros; e cuidado com os comunistas, porque antes de brasileiros eles são comunistas.” Como veremos adiante, o Jango não seguiu essa recomendação extratúmulo do Getúlio.

Falei apenas nas causas mais remotas que resultaram na Revolução de 1964. Agora vêm as mais recentes. Surgiu o problema Jânio Quadros. Em conseqüência, vagou a Presidência que caberia ao Vice-Presidente Jango, em viagem oficial pela China. Os ministros militares, preocupados, editaram aquela circular, informando sobre o que poderia acontecer no Brasil. Um jornal da época, *Hora Presente*, se não me engano, declarou que não tinha visto ainda uma observação tão penetrante como aquela declaração.

Como conseqüência teve início o desfile de tendências. O Brizola era o Governador do Rio Grande do Sul e desencadeou a campanha pela Legalidade. Punha a boca no telefone, no alto-falante e no rádio, dia e noite. Insultava todo o mundo e dizia coisas apavorantes como as que ouvi: “os postes de luz em Porto Alegre não seriam suficientes para pendurar os gorilas”. Hostilizava os militares, procurando desmoralizá-los, chamando-os de gorilas.

Um Comandante de Unidade no Rio colocou um braçal com o desenho de um gorila justamente para rebater essa onda de insultos sobre nós. Em seguida, o Brizola iniciou a formação dos “grupos dos onze” alardeando que aqueles grupos não eram para fazer crochê nem tomar chá, eram para lutar. Periodicamente, a Rádio Mayrink Veiga além de veicular a relação dos grupos, transmitia a seus integrantes as instruções e informações sobre os procedimentos revolucionários. São coisas da história e fatos da história que presenciei.

Por outro lado, em Pernambuco, o Julião organizava as “Ligas Camponesas” com o mesmo objetivo. Tanto assim que foram apreendidos vários documentos e uniformes oriundos de Cuba para o pessoal formar o Exército de Libertação. Já haviam assassinado uns quatro fazendeiros e muitas famílias estavam se mudando para a cidade com medo dos vermelhos, como diziam. O Governador Miguel Arraes, por sua vez, protegia isso tudo. O General Castello Branco, um homem respeitável e respeitado, que estava no comando do IV Exército, adotou umas medidas de contenção. Arraes reclamou com o Jango, dizendo que o Castello Branco estava atrapalhando o governo esquerdista dele e, em conseqüência, o General foi movimentado, tiraram o criador de casos lá de Pernambuco.

Eram dois focos nos extremos do Brasil. A subversão crescia dia a dia e os comunistas, muito habilidosos, viram no Jango a pessoa de que necessitavam. O Presidente deixou-se envolver, não pôde se livrar deles, porque eles o haviam ajudado muito na posse em 1961 e na antecipação do plebiscito que revogou o parlamentarismo.

Voltemos um pouco à época da Legalidade. As coisas se acirraram demais e vivíamos a iminência de uma guerra intestina muito séria pois as próprias Forças Armadas estavam divididas, alguns considerando que na obediência à Constituição estava a legalidade; não viam o perigo que se corria por detrás disso. Antes, o General Denys (Odylio Denys), querendo contornar a situação, pedira ao Deputado Santiago Dantas, muito amigo do Jango, que o convencesse a desistir do governo. O deputado telefonou para o Vice-Presidente que estava em Paris, retornando da China. Foi uma conversa tensa e, quando finalmente chegaram a um acordo, pois Jango já havia concordado, aqui no Brasil, o Juscelino Kubitschek entrou na sala, arrancou o telefone das mãos do Santiago Dantas e disse:

– Presidente não desista. Venha e assuma o Governo que nós faremos uma frente para apoiá-lo.

O Jango voltou atrás e veio. Então, a Revolução que eu vivi tem três nomes: revolução redentora, contra-revolução e revolução que poderia não ter existido, não fosse a presença e a ação inesperada do JK.

Redentora porque a Revolução de 1964 foi o óbice à segunda tentativa de comunizar este País, não há dúvida nenhuma. Temos várias declarações muito importantes sobre isso, ninguém pode negar. Em dois de junho daquele ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), constituída por pessoas gabaritadas e preparadas que, em função de sua responsabilidade, não saíam dizendo coisas desbaratadas, assim se manifestou: "Graças às Forças Armadas que nos tiraram das mãos do comunismo, agora podemos respirar livremente."

Outra declaração também importante foi a do General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, que tarde da noite de 31, talvez vinte e três horas, telefonou para o Presidente Jango dizendo-lhe que ele o apoiaria, desde que abandonasse os comunistas. Jango respondeu que não poderia abandonar as suas bases. Esse diálogo foi presenciado pelo Décio Freitas, atual colunista dominical da *Zero Hora*. Parece clara essa parte, redimimos o Brasil.

Contra-revolução porque está mais do que provada a pretensão de se instalar uma República Comuno-sindicalista. Dois relatos comprovam isso: no início de 1964, Adhemar de Barros confidenciou aos íntimos que Brizola lhe falara em uma República Sindicalista a ser proclamada no Brasil por João Goulart durante o discurso come-

morativo do 1º de maio – uma tradição trabalhista de Vargas. Em março do mesmo ano, o Adhemar procurou o Marechal Denys em sua casa e, muito agitado, disse-lhe:

– Vim agora mesmo do Palácio do Planalto onde o Jango me convidou para o golpe que dará.

E explicou como seria:

– No dia 19 de abril – aniversário de Getúlio Vargas – haverá um grande comício comemorativo em Belo Horizonte. Nele ocorrerão badernas de grandes proporções para justificar a intervenção em Minas Gerais e, no dia 1º de maio, será outorgada a constituição que implantará no País o regime sindicalista.

A situação estava nesse pé, avermelhando-se dia a dia e a nação assombrada. Nós, que vivemos aquela época, embora julgássemos que quase tudo estava perdido, continuávamos firmes na resistência. Um dia eu disse para o General:

– Se amanhã tivermos que sair para a rua só com um pelotão, vamos sair.

Era horrível, tal a propaganda espalhada. Felizmente o povo e principalmente as mulheres foram tomando consciência, ficando apavorados e organizaram as grandes passeatas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo que tiveram uma enorme influência nesse processo; milhares de pessoas espontaneamente na rua com o *slogan*: Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Sobre isso o General Cordeiro de Faria (Oswaldo Cordeiro de Faria) comentou o apelo de várias mulheres que chegavam a ele quase em tom de insulto:

– O que os senhores estão esperando que façamos, para saírem às ruas?

A situação atingiu tal ponto que as Forças Armadas resolveram, como é do seu feitio, sair em favor do povo que estava sofrendo. Em traços gerais são os antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964. Nada mais a acrescentar, podemos passar para o segundo item.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Eu diria que foram as duas coisas. Em parte foi coordenado porque o Estado-Maior do Exército (EME) publicava uns folhetos sobre a Guerra Revolucionária. Então os tenentes, capitães e mesmo outros militares de postos mais elevados nos indagavam:

– Coronel? Estamos na primeira ou na segunda fase?

Houve essa coordenação. Falando sobre isso temos o caso da nossa Divisão: ela foi *sui generis,* talvez no âmbito do Brasil, porque foi comandada pelo General Mourão (Olympio Mourão Filho) e temos que dar mérito a quem o tem. Sou testemunha porque fui seu Chefe do Estado-Maior. Ele já estava preocupado com a si-

tuação desde há muito, e todos os meses um oficial do Estado-Maior visitava as Grandes Unidades e Unidades subordinadas, às vezes de quinze em quinze dias, para verificar se estava tudo bem. O General fazia ligações com o Governador Ildo Meneghetti e com outras autoridades expondo sua preocupação. Foi o grande batalhador da causa.

Tentei servir no Rio, fiquei três meses lá e voltei para Santa Maria. No meu retorno, o General estava aborrecido com o Chefe do Estado-Maior interino, pois queria elaborar um planejamento revolucionário e o camarada estava relutando. Isso acontecera alguns dias antes da minha chegada. Assim que me apresentei, ele me falou sobre o assunto. Então me dediquei ao "Plano Junção" que, após ser desenvolvido, foi assinado. Era o seguinte: se fechassem o Congresso como prometiam – há provas irrefutáveis sobre isso – a 3ª DI sairia campo afora não sei para onde nem por onde, mas sairia.

Tempos depois o Mourão foi transferido para São Paulo e, ao passar pelo Rio, declarou que eu fora um Chefe de Estado-Maior leal e revolucionário. E era verdade. Agíamos muito, mas em sigilo absoluto, porque se algo transpirasse seríamos transferidos. O Adolpho João (Adolpho João de Paula Couto) foi transferido para uma Circunscrição de Recrutamento (CR), em Mato Grosso. Na CR de Santa Maria havia o Coronel Edmundo (Edmundo da Costa Neves) que depois foi promovido a general.

Eram mandados normalmente para uma CR.

Porque aquelas Unidades não dispunham de tropa.

Lembro que, em 1963, quase todas as CR eram comandadas por excelentes coronéis: heróis da FEB, oficiais do Estado-Maior, todos brilhantes.

Pois é, nós éramos transferidos e o pessoal que atuava no outro lado era protegido. Havia um sargento deputado – se não me engano de nome Antônio Garcia Filho – que percorria as Unidades falando e doutrinando os sargentos e subtenentes. Esteve em Santa Maria e entrou em duas Unidades. Naquela ocasião, eu comandava interinamente o 7º RI e fiquei sabendo. Ordenei que se ele aparecesse não o deixassem entrar e se por um motivo qualquer ele burlasse a vigilância, que o prendessem no xadrez. Não apareceu mais. O pessoal da esquerda era favorecido, haja vista o Castello Branco que foi removido de Pernambuco porque estava atrapalhando o Arraes.

A preparação da Revolução, na nossa Divisão – 3ª DI – foi coordenada. Depois, em São Paulo, o General continuou o mesmo trabalho, lá também com o apoio do seu Chefe do Estado-Maior, o Dalísio Menna Barreto (Sebastião Dalísio Menna Barreto), um parente meu. Como o Mourão continuou a bater muito, foi transferido para Minas Gerais, de onde deu a arrancada da Revolução.

Juiz de Fora?

A Revolução se iniciou por Belo Horizonte, não que o Mourão tivesse propriamente fraquejado. Ele esperava o pronunciamento do Governador Magalhães Pinto que atrasou muito. No meio de ordens e contra-ordens o General Guedes (Carlos Luiz Guedes), Comandante da ID/4 deu a arrancada, mas logo o Mourão se movimentou e constituíram a vanguarda revolucionária.

Nessa altura o Marechal Denys já estava em Minas?

O Marechal Denys fez um grande serviço coordenando tudo no meio das duas forças que iriam chocar-se e, com o prestígio dele, conseguiu aquelas adesões.

Inclusive o Coronel Raimundo (Raimundo Ferreira de Souza) que vinha comandando o 1º RI, integrante do Destacamento favorável ao Governo, era muito ligado ao Denys e conversaram ao telefone. Em conseqüência, o Raimundo mudou de lado e o Comandante do Destacamento, General Cunha Melo (Luiz Tavares da Cunha Mello), ficou sem gente, pois aquela Unidade era a peça-chave dele. O RI naquela época tinha um senhor poder de fogo, pois era organizado a três batalhões e tinha até peças de artilharia.

Retomando a abordagem sobre a preparação da Revolução, não tenho conhecimento de outro lugar que tenham feito a coordenação com a antecedência que fizemos. Em Santa Maria, há muito tempo, mantínhamos ligação com a 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC). Eu ia a Uruguaiana – minha terra – e lá, inicialmente, conversava muito com o General José Horácio (José Horácio da Cunha Garcia). Aliás, eram dois irmãos generais; um de cada lado político. O outro era o Ênio Garcia (Ênio da Cunha Garcia), meio getulista.

Depois, mantivemos um contato muito bom com o Coronel Sellmann (Luiz Serff Sellmann), Chefe do Estado-Maior da DC, que foi um grande impulsionador do movimento também. Como disse, não sei de outro lugar onde tenha havido essa preparação tão antiga. Dizem que o Marechal Denys mantinha ligação com o diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o General Manta (Antonio Adolpho Manta), mas nunca tivemos maiores informações sobre o assunto. Tínhamos contato com o Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen); ele nos ajudou muito.

Depois foi Secretário de Segurança, quando mais uma vez trabalhou muito bem; será um dos entrevistados.

A Divisão estava muito bem integrada e coesa desde o começo. Não tivemos problemas como os ocorridos na própria 2ª DC.

A 2ª DC?

Ela mesma, a do Sellmann.

O senhor se refere ao problema com o então Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes)?

Ele comandava o 5º Regimento de Cavalaria (5º RC), de Itaqui, RS. O Regimento fora mandado para Harmonia, mas os sargentos não aderiram e acabou saindo com os cabos e pouquíssimos sargentos. Em Bagé houve algo semelhante.

Em Jaguarão também houve problema...

E Porto Alegre? Aqui nem se fala...

A situação em Porto Alegre foi muito difícil.

Tudo podia ter sido diferente aqui. Inclusive o General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo) dissera que não passaria o comando para o General Ladário Pereira Telles, e acabou passando. Iam até prendê-lo quando desembarcasse, mas não o fizeram. A meu ver, facilitaram muito. Tivemos sorte porque havia um grupo de oficiais muito bons no Quartel-General (QG), que boicotavam a maioria das ordens do General: ele determinava um trem para cá, outro para lá e os trens nem se mexiam porque as seções correspondentes não executavam a ordem dada; foi muito complicado.

Ainda não entramos na área de Porto Alegre, vamos deixá-la para o fim porque aqui realmente houve uma grande confusão.

Tremenda confusão. Às 11h da noite de 31 me telefonou o Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), Chefe do Estado-Maior da 6ª DI, do General Adalberto Pereira dos Santos. Ele me perguntou:

– Menna Barreto, você tem gente para nos mandar? Estamos mal!

Respondi a ele que naquela hora também nós não estávamos lá muito bem, talvez no dia seguinte. Na Divisão, não tivemos problema nenhum. Um detalhe; em Santa Maria havia dois generais, o Newton Barra, na Artilharia Divisionária (AD/3) e o General Poppe (Mário Poppe de Figueiredo) que comandava a Divisão. Sabíamos que o Comandante da AD não iria aderir a Revolução, então designamos uma turma para prendê-lo porque o negócio era para valer.

Felizmente ele entrou em férias e viajou para o Rio ou São Paulo. Retornou ao Sul no avião do Ladário e permaneceu em Porto Alegre. No dia seguinte, quando soube da decisão, passou uma mensagem via rádio dizendo que em face da situação não viria para Santa Maria. Logo depois foi transferido para a reserva.

Até aquele momento ainda não havíamos feito contato com a 1ª DC, em Santiago, então comandada pelo General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva).

E ainda havia a 3ª DC de Bagé, sob o comando do General Garrastazu (Hugo Garrastazu). Também lá houve fortes confusões.

E como!

General, estou entrevistando vários oficiais de diversas Guarnições porque defendo a tese de que o desencadeamento da Revolução, aqui no Rio Grande do Sul,

não foi tão tranqüilo. Eu, por exemplo, estava em uma Unidade tumultuada e sei que em quase todas ocorreram problemas. Quem o Sr. indicaria para nos relatar os acontecimentos de Bagé?

Eu não mantinha relação com o pessoal de lá, só sabia o nome do Comandante; lembro que um oficial do Estado-Maior da DC foi a Santa Maria, mas não gravei o nome dele. O General Poppe estava naquela indecisão de "vai, não vai", então à noite marquei uma reunião de oficiais para às 8h da manhã seguinte, no gabinete do General; se ele não aderisse, iríamos prendê-lo. Na hora marcada, entrei no gabinete e o Comandante – com o Ajudante-de-Ordens ao lado – estava recebendo um telefonema do General Garrastazu, de Bagé. O nosso General dizia: "Garrastazu, você sabe que o coração manda na razão." Quando encerrou a ligação, disse:

– General! Está na hora.

Ele veio para o meio da sala, me aproximei dele e lhe disse:

– General, não dá para esperar mais!

Ele baixou a cabeça e respondeu:

– É, chega de subversão!

Quando ele disse: "chega de subversão", abri a porta e chamei os oficiais para ouvirem a decisão. Naquela ocasião estava ali junto – e eu não sabia – um tenente-coronel que viera de Bagé para saber como estava a situação.

Ligação entre Grandes Unidades vizinhas, ou melhor, entre Grande Unidade e seu Escalão Superior.

É isso. Ele fora de avião e aproveitamos o seu retorno para mandar um dos nossos oficiais a Santiago contatar o General Saraiva, Comandante da 1ª DC. Depois de ouvir o nosso emissário o General desabafou:

– Olha, sou anticomunista mesmo, mas antes de tudo sou muito amigo do Ladário. De maneira que não quero você nas minhas Unidades; pode ir embora.

Em conseqüência, organizamos uma proteção em face da 1ª DC. Pouco depois o General Saraiva veio para Porto Alegre, ficou por aqui e, pelo menos, não incomodou. O Estado-Maior e algumas Unidades da Divisão começaram a ligar-se com a 2ª DC, tanto que o Comandante de um Regimento da 1ª DC foi a Uruguaiana para contatos. Assim, penso que o único lugar tranqüilo foi a nossa Divisão. Tínhamos o Coronel Firmo (Alberto Firmo de Almeida) no 7º, que estava completamente isolado e vigiado. Em Pelotas, o Comandante era o Coronel Danton Duro (Danton do Amaral Duro), meu conterrâneo. Telefonei para ele e disse-lhe:

– Danton, há algum problema na tua área?

– Fique tranqüilo – ele disse – que não vou atrapalhar.

Quem estava respondendo pelo comando da AD/3 era o então Coronel Ruy (Ruy Paula Couto)...

O Ruy aderiu completamente à Revolução. Então não tivemos defecção. Agora, em todos os outros lugares, em uns mais, em outros menos, ocorreram problemas.

General, o senhor era Coronel Chefe do Estado-Maior. O pessoal mais novo – os tenentes da época – acha que a tensão em Santa Maria também foi muito grande. Havia Unidades que não gozavam da confiança e citam como exemplo o próprio 7º que poderia criar problema.

Não concordo. Eu conhecia muito bem a situação.

Até porque o senhor já servira no 7º?

E não sei por que, eles me seguiam muito. Como já referi, na época da Revolução, o Firmo era o Comandante, mas estava sob controle e não houve mal-estar nenhum. Outro exemplo, ali pelo quarto dia da Revolução apareceu no QG o Coronel Ito do Carmo Guimarães, Comandante do 3º BCCL. Chegou ao meu Gabinete e disse:

– Menna Barreto, o sargento Fulano...

Interrompi na hora:

– Não tem nada disso, vamos lá no teu Batalhão, reúne os oficiais e os sargentos que eu falarei porque a informação é muito útil.

Quando reuniram os sargentos e comecei a explicar do que se tratava, o que era, como era, vi que naquela turma havia uns três ou quatro que estavam com o olhar assim meio carregado. É a psicologia dos nossos anos de serviço que nos ensina a conhecer e decifrar o olhar e o caminhar dos nossos homens. No fim da minha explicação o olhar deles se abrandara um pouco. Pronto. Resolvida a situação. Ninguém criou problema.

Um parênteses para rememorar tempos passados no BCCL. Eu fora classificado lá por conclusão da EsAO. Foi um abacaxi danado, tive vontade de desertar. Ele estava acantonado ali no Boi Morto e fui designado Fiscal Administrativo. Encontrei inúmeras pastas numeradas, com despacho do Fiscal anterior para execução de serviços, determinando à Seção de Manutenção que: "fabrique-se, descarregue-se ou providencie-se". Nada havia sido descarregado, nem fabricado nem coisa alguma, acumulara tudo.

Comentei com o Coronel Comandante que necessitávamos de dois Fiscais Administrativos: um para cuidar do passado e outro do presente. Foi um inferno aquela fase no Batalhão de Carros de Combate.

Aquela Unidade foi extinta. Hoje o Vinte e Nove Batalhão de Infantaria Motorizado (29º BI Mtz) ocupa o aquartelamento.

Outro grande vexame aconteceu no BCC quando a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) foi nos visitar. O Batalhão desfilou como infantaria a

pé, pois os carros só davam a partida se estivessem em uma rampa. Ainda estavam com as carrocerias do tempo da guerra. O sistema de comunicações não funcionava e o pessoal com o curso de Motomecanização não entendia aquele mecanismo.

Era uma dificuldade total porque sobravam algumas ferramentas e faltavam outras, em função da nomenclatura diferente. Eu sei que fomos encontrando soluções, depois o BCC foi transferido, os carros foram recuperados e no 7 de Setembro o Batalhão já desfilou motorizado.

Eu servira no Batalhão de Carros, na Companhia do QG e no 7º RI. Só não servi na Artilharia. Então aquela turma toda já passara pela minha mão. Todos me conheciam e me seguiam, não tivemos problemas. O 7º não causou dificuldade alguma. Houve um problema com a Brigada Militar. Em Santa Maria tínhamos dois Batalhões: um comandado pelo Coronel Martins, oficial muito bom, revolucionário, mas o outro comandante andava querendo revoltar a Unidade dele contra nós. A missão deles abrangia uma área lá perto da Viação Férrea e nós, por precaução, fizemos modificações. Então os dois Coronéis foram ao QG e os encontrei conversando, meio aborrecidos. Aproximei-me e disse ao Coronel anti-revolucionário:

– Você sabe que, em tempo de guerra, a mentira é como a Terra, fica circulando, circulando e... estão dizendo que você está querendo revoltar a Unidade.

Foi a solução, não tivemos mais problemas. Ninguém está mais credenciado para falar sobre isso do que eu. Outro fato curioso aconteceu quando retornei do Batalhão de Carros. Ao chegar de volta no QG recebi uma reprimenda dos oficiais:

– Coronel, procuramos pelo senhor e não o encontramos. O senhor não pode andar sozinho por aí!

Na verdade eu tinha trânsito livre na Guarnição, porque aquele pessoal todo me conhecia desde a época em que comandara a Companhia do QG.

O senhor era mais antigo do que o Coronel Ito?

Ele é antigo, mas eu sou mais. Um bom oficial.

O Ito era um líder de primeira. Pelo menos aqui na Preparatória de Cadetes o pessoal gostava muito dele.

Finalizando, não tivemos preocupação com a nossa Divisão. Agora, em todas as demais Guarnições aconteceram problemas, e até violentos.

Onde aconteceu a maior resistência para a implantação da Revolução?

No âmbito da 3ª DI, foi em Quaraí, na área da 2ª DC.

Com o General Boscacci Guedes...

Quaraí já vivera um problema interessante, acredito que nem o Boscacci Guedes soubesse. O 5º RC era de Uruguaiana e foi transferido para Quaraí. Sabe por

quê? Nem aqueles que comandaram o Regimento sabiam. Eu era gurizote e naquela época havia muita politicalha, inclusive com o envolvimento de oficiais, o que era muito pernicioso...

A história para mim é fundamental. Há coisas interessantes que gosto de ouvir. Sempre digo que as lembranças de "praça velho" – e já me considero um deles também – é uma das grandes coisas que existem no Exército. Começo a contar para essa gurizada mais nova e eles não acreditam.

A maioria não quer nem ouvir.

Quando fui para a reserva tentei fazer umas palestras. Eu as chamava de "Forrest Gump", pela semelhança com o personagem do filme que tem esse nome e onde ele senta em um banco e fica conversando, contando as coisas como ele achava que tinham que ser. Continuemos...

O 5º RC era de Uruguaiana; o 8º ainda não estava acantonado lá. Parece que foi em 1923 com a história do Prestes, eu era meninote e vi bem, depois não me importei mais. Uns políticos se homiziaram no quartel e, conversa daqui, conversa dali, lá pelas tantas revoltaram o RC. O Comandante e os oficiais se exilaram em Libres[1], ficaram só dois tenentes. O Honório Lemes assumiu o Comando do Regimento. Eu tinha um contraparente lá, um coronel.

Chamaram os reservistas porque havia armamento e fardamento sobrando. À tarde saiu o 5º RC em direção ao Alegrete, com banda de música, ambulância e toda a tralha. E eu na esquina, olhando aquele negócio. Acontece que, em sentido contrário, vinham o Flores da Cunha (José Antonio Flores da Cunha), com um corpo provisório, e o Coronel Claudino (Claudino Nunes Pereira) com uma Unidade efetiva da Brigada Militar.

O encarregado da segurança do 5º não entendia nada do assunto, deixou luzes acesas enquanto pernoitavam em um descampado junto ao passo, no Guaçu-Boi[2]. O Claudino e o Flores da Cunha sorrateiramente cercaram o acampamento e, ao clarear do dia, o Claudino metralhou o pessoal do RC de tal forma que eles não podiam nem chegar perto dos cavalos. Sei bem porque tinha dois primos que eram sargentos no 5º.

Tiveram uma trégua, quando o Flores da Cunha, muito intempestivo, se colocou à frente das metralhadoras do Claudino que foi obrigado a parar o tiro. Então a turma correu, juntou a cavalhada e conseguiu fugir. Passaram em disparada lá por Uruguaiana, deixando tudo para trás; até hoje ainda encontram trombones, clarinetes e outros apetrechos na Sanga Guaçu-Boi.

---

[1] Passo de Los Libres, cidade argentina que faz fronteira com o Brasil junto a Uruguaiana.

[2] Sanga ou pequeno arroio (riacho) no município do Alegrete.

O populacho, vendo aquilo, tomou conta do quartel. Arrancaram portas e roubaram tudo, levaram o que podiam, inclusive máquinas de escrever. Quiseram arrancar até o portão do quartel, não puderam porque era imenso. Foi um vexame. Por causa disso ele foi transferido para Quaraí e para aquele aquartelamento foi o 8º RC. Pouca gente sabe. Esses casos deveriam ser recontados para os oficiais entenderem que política não pode entrar no quartel. O camarada pode ter suas idéias, mas em casa. Entrou no quartel, tem que fazer como Pasteur dizia: "Quando entro no meu laboratório, fecho meu oratório e quando entro no meu oratório, fecho meu laboratório." Essa é a história do 5º RC.

Só para constar: tenho um amigo que é neto do Honório Lemes. É tenente do QAO[3] *e tem o mesmo nome do avô.*

O senhor acha que esses antecedentes podem ter prejudicado a união da Unidade?

Não, porque esses fatos ocorreram em 1923, daquela turma de Uruguaiana só eu estou vivo. Em 1964, ninguém mais conhecia a história, nem os oficiais e nem o Boscacci.

Vamos adiante. O senhor nos falava onde aconteceram resistências para a implantação da Revolução.

Aqui em Porto Alegre, com certeza.

Mas em outros lugares as coisas também foram complicadas.

Aqui houve falta de comando do General Ladário, uma grande pantomima ou uma grande quixotada. No dia 2 de abril, estavam reunidos, na casa do Comandante do III Exército, o Jango, o Brizola, o General Ladário e outros três generais. Assim que resolvemos o nosso problema em Santa Maria, mobilizamos toda a Divisão. No dia 1º de abril demos ordens em texto claro – não usamos cifrado – a todas as nossas Unidades para que ficassem em condições de, mediante ordem, se deslocarem rumo a Porto Alegre a fim de, se necessário, atacarem a Guarnição da Capital.

O General Assis Brasil – o general do povo – Chefe da Casa Militar do Jango ouviu a nossa mensagem, porque a transmissão via rádio em texto claro fora de propósito. Na reunião, o Jango perguntou qual era a situação e o Assis Brasil disse:

– O senhor tem três horas para organizar a resistência em Porto Alegre.

O Jango decidiu entregar a Presidência e sair do País. O Brizola e o Ladário queriam resistir. O General disse que dispunha de cem mil armas em depósito para formar os batalhões de civis voluntários. Deram uma quixotada. Porque não se apresentariam cem mil, no máximo uns mil a dois mil homens e morreria civil como rato, pois não sabem aproveitar o terreno. Seria uma mortandade. Mas o Comandante do III

[3] Quadro Auxiliar de Oficiais.

Exército só faria isso com ordem do Presidente que, por sua vez, não desejava derramamento de sangue e foi embora, fez uma viagem de retirada normal.

Por causa disso o Brizola ficou de mal com o Jango, mas no final também fugiu para uma praia do nosso litoral. Passou em uma barreira, vestido de policial ou padre. Depois embarcou em um aviãozinho que o levou para o exterior. Agora, a verdade tem que ser dita. No Uruguai, o Jango nunca incomodou. Já o Brizola nos infernizou o tempo todo. No início de 1965 fui comandar o 7º RI. Alguns meses depois vagou o comando da ID/3 de Pelotas e, como eu era o coronel mais antigo, assumi. Passei um ano e três meses lá e foi uma chateação cuidar dos pombos-correio que iam ao Uruguai para confabular com o Brizola. Os políticos pelotenses mais influentes recebiam uns papeizinhos pedindo que aderissem à subversão. Iam ao QG para me mostrar e eu dizia a eles:

– Rasguem isso, ponham fora.

Fui contemplado com uma carta toda especial; lamento até hoje tê-la rasgado na hora. Era de um tal de Clarimundo Flores, jornalista uruguaianense, já curtido pelo envolvimento em confusões com os nossos elementos que lhe davam cada aperto estratosférico. Em Santa Maria foram presos militares e civis e, entre eles, esse Clarimundo. Depois acabou indo para o Uruguai. De lá me mandou essa carta onde no fim dizia: "Gorila miserável, o teu fim está próximo."

Para concluir quero comentar aquela incursão por Três Passos lá perto de Santa Catarina, liderada pelo Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Não sei como um coronel pode fazer uma burrice daquelas, "sem pé nem cabeça", pois a primeira coisa que se busca é o apoio da população. Mesmo não dispondo de efetivo suficiente, invadiram uma região de colonos que, para sorte deles, não queriam briga, não queriam nada. Assaltaram um posto policial e mataram um sargento. No final o Jefferson fez uma declaração muito severa contra o Brizola, dizendo que ele recebera dinheiro do Fidel Castro.

Dizem que o Fidel Castro chama o Brizola de ratón!

El Ratón. O Betinho, aquele sociólogo já falecido, foi o portador, o intermediário, entre o Fidel Castro e o Brizola e também fez alguma alusão a respeito. Um deputado de São Paulo, me parece que Coronel Erasmo Dias (Antonio Erasmo Dias), falou sobre esse caso na televisão, eu assisti. Desafiou o Brizola a processá-lo se não fosse verdade. Até hoje não aconteceu nada.

Como a Revolução foi recebida pela população? Nos relate o episódio da manifestação de solidariedade em Santa Maria.

Santa Maria sempre foi uma cidade onde o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) encerrava seus comícios, a cidade dos ferroviários trabalhistas que comandavam as greves. Há umas passagens muito interessantes sobre isso. As lideranças anticomunistas

já estavam preparando uma marcha semelhante à do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, mas atrasaram um pouco, eclodiu a Revolução e perderam a oportunidade. Depois fizeram uma que chamaram de Marcha de Agradecimento às Forças Armadas.

Eu estava no comando da DI porque uma semana depois da Revolução o General Poppe saíra para assumir o III Exército e fiquei interinamente no comando da Divisão. Vieram me consultar sobre as condições de execução da marcha e, como eu não acreditava em nada monumental, mandei arrumar um pequeno palanque na frente do 7º e até disse à minha mulher – que é contra essas coisas:

– Vai com tua vizinha para reforçar um pouco o evento.

Eu estava crente que seria uma marcha muito vazia e qual não foi minha surpresa. Eles se concentraram na praça da Rua Bozzano e quando a testa chegou na frente do palanque, a rua estava lotada. Cinqüenta mil pessoas na marcha cívica do agradecimento, no dia 17 de abril de 1964. Reportagem com fotos, como do jornal *A Razão*, mostra a rua lotada; fui surpreendido.

Ainda tive uma surpresa. No meio de uma enxurrada de discursos laudatórios, lá pelas tantas uns três ou quatro gritaram: "Queremos o Coronel Menna Barreto general." Fui promovido em praça pública.

E sua promoção ocorreu em seguida?

Dois anos depois fui promovido.

Isto é fantástico. Cinqüenta mil pessoas, em Santa Maria, que naquela época era uma cidade pequena. General, essa manifestação foi espontânea?

Sem dúvida alguma. Tanto assim que eu recomendei a minha mulher que engrossasse a turma de manifestantes. Ninguém forçou ninguém. Há uma diferença muito grande entre a concentração em frente à Central do Brasil e a concentração das mulheres. Esta, espontânea; aquela, obrigada, com o apoio de não sei quantos caminhões e um gasto em torno de quatrocentos mil cruzeiros.

Quem substituiu o General Poppe?

O Ollivier (Júlio Maximiano Ollivier Filho), um magrinho, e para a AD foi o Borges Fortes (Breno Borges Fortes). Uma coisa interessante. É até um pouco chato eu falar; o Breno e o Ollivier chegaram uns cinco dias antes dessa marcha. Então os promotores do evento foram falar com os dois para ver se a solenidade de passagem de Comando poderia ser adiada por uns dias, porque eles queriam que eu, ainda Comandante da DI, recebesse a homenagem durante a realização da marcha. Eles concordaram.

A população de Santa Maria ficou agradecida porque naqueles dias em que estive no Comando estabeleci medidas severas, porém tranqüilas. Por exemplo, no 31 de março prendemos uns seis civis que foram tratados com toda a regalia. Mandei chamar no QG mais uns 15 e lhes disse:

– Estamos em uma revolução; se vocês não incomodarem, tudo bem, caso contrário irão se arrepender.

Todos tomaram conhecimento dessas medidas e as cumpriram, o que tranqüilizou a sociedade sem traumatizá-la. Tanto que algum tempo depois apareceu lá em casa o diretor de uma faculdade com três formandos. O Brizola havia sido escolhido o paraninfo da turma; após a Revolução escolheram outro e foram me procurar preocupados com alguma represália durante a formatura. Eu escutei tudo e no fim disse:

– Não entendi; vocês não vão fazer uma formatura? Muito bem, façam-na e, se alguém quebrar o ritmo, vai para o xadrez com arminhos, becas e tudo.

Quando fui promovido a general, a sociedade toda fez um grande banquete. Eu não queria, mas tive que aceitar. E antes já haviam prestado aquela homenagem durante a marcha das cinqüenta mil pessoas.

Eu não fazia questão, nunca fiz. Tanto assim que – e aí vai um pouco de vaidade familiar – o clã dos Menna Barreto está retratado em dois livros: *Seis Gerações de Soldados*, o mais volumoso dos dois, que a Biblioteca Militar depois nunca mais editou, onde aparecem aqueles camaradas que o próprio Exército não conhece mais, homens aguerridos que protagonizaram muitas escaramuças nas fronteiras e deram sua vida pelo Império.

Um destes, o João Propício Menna Barreto, morava em São Gabriel e recebeu ordem do Império para organizar um destacamento do Exército e intervir no Uruguai. Ele estava muito doente e os médicos disseram que ele não poderia ir. Mesmo assim organizou sua tropa, foi, cumpriu a missão e voltou. Note-se que naquela ocasião nada era motorizado, tudo era a cavalo mesmo. No seu retorno ele disse: “Mesmo doentes jamais podemos negar nosso serviço à Pátria.”

Outro, o João Manoel Menna Barreto morreu no Paraguai, deu seu nome a essa rua próxima do QG, aqui em Porto Alegre; quase ninguém sabe disso. Há um outro que morreu em Rincão de Las Galiñas com 11 lançaços. O Comandante-em-Chefe da área mandara os Regimentos de Cavalaria guarnecerem o Rincão de Las Galiñas onde havia seis mil cavalos, mas o inimigo chegou antes. O Primeiro Regimento de Cavalaria chegou e debandou com comandante e tudo o mais. O 2º RC, sob o comando desse Menna Barreto, era todo formado de índios. Chegaram, os índios debandaram e ele ficou só com o Estado-Maior, pelejando. Morreram todos ali, ele com 11 lançaços. Nesse primeiro volume estão esses velhotes.

No segundo volume estão os “pica-fumos”[4] e nele eu estou. O autor pedia que cada um dos biografados colocasse alguns elogios e na parte superior uma fotografia. Coloquei este que considero o melhor, o mais significativo; é uma página inteira,

[4] Oficial(s) de posto(s) inferior(s) em um grupo.

formulada pelo Dr. Meirelles (Miguel de Andrade Neves Meirelles) naquele banquete referido, a pedido do prefeito Francisco Álvares Pereira, porque esse senhor – um civil – estivera em Santa Maria. Entre tantas ele diz: "Coronel Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior e Comandante interino, na Revolução fez, desfez, aconteceu etc. e tal. Terminada a fase crucial do movimento voltou para o seu lugar sem nada pleitear." E nada pleiteei mesmo. Então esse é o maior elogio que recebi. Dado por um paisano.

Ainda sobre a fase da preparação do Movimento, devo dizer que quando o Mourão foi para São Paulo, de vez em quando ele mandava a Santa Maria um engenheiro, porque lá havia um grupo de engenheiros revolucionários muito atuantes. Esse homem vinha uma vez por mês e levava informações de todo o Estado e também uma carta onde – como história de cobertura – constava que ele viera ver materiais afetos a sua área de trabalho.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Os novos governantes foram muito complacentes e se autolimitaram, eu diria até além da conta; uma conseqüência da nossa formação. Isso causou prejuízo à continuidade revolucionária.

Os próprios atos institucionais que foram considerados uma violência, na verdade eram autolimitados. Não havia razão para editá-los, porque uma Revolução não precisa de regras para ser implantada. Mas, como o senhor disse, é um princípio próprio da nossa formação.

Acho que eles se autolimitaram muito. Só isso.

O senhor considera que a escalada revolucionária e os atos institucionais foram uma conseqüência da atuação dos políticos e da ação do terrorismo?

Os políticos foram os motivadores. O Deputado Márcio Moreira Alves, por exemplo, foi um dos que motivaram o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), porque falou contra as Forças Armadas na tribuna da Câmara e o Legislativo se negou a puni-lo.

Foi a gota d'água. É verdade que já havia uma certa ebulição. Eu estava na ECEME e o Costa e Silva teve que ir lá para acalmar a turma.

Ele estava relutando, não queria baixar o Ato, mas a Guarnição da Vila Militar estava inquieta. E a grande massa de estudantes se agitando, em greves, protestos e passeatas tornou aquela época muito difícil, principalmente no início do Governo Médici que foi muito castigado por isso. Chamam o Médici de sanguinário. Mas ao contrário, em uma reunião com vários ministros e autoridades ele declarou:

– É uma guerra, os nossos estão morrendo, é justo que se reaja, quem não mata, morre; mas sou contrário – visceralmente contrário – à tortura. Proíbo que no meu Governo se torture preso!

Declarações do Médici perante muita gente. Um dos presidentes anteriores mandou o General Geisel verificar certas denúncias.

Lembro desse fato. Foi o Castello Branco que mandou o Ernesto Geisel ao Nordeste para averiguar.

E ele não foi sozinho, fez-se acompanhar de outras pessoas. E concluíram que não havia nada.

O próprio General Orlando Geisel, quando Ministro do Médici, baixou um ofício pedindo uma manifestação dos Comandantes de Área sobre tratamento de presos e o uso da violência na guerra contra a subversão e a guerrilha. Eu redigi a resposta do Comandante Militar do Planalto, General Dióscoro Vale (Dióscoro Gonçalves Vale).

Fiz um estudo e cheguei a uma conclusão um pouco forte. Disse que na ocorrência desse tipo de ação não poderíamos nos abster de violência. Porque violência gera violência. Ninguém pode prender um terrorista com um buquê de cravos na mão. O que não deveria ocorrer era a crueldade.

E o ofício seguiu. Já procurei inclusive os documentos do Ministro que eram muito bem-feito, pois ele tinha uma excelente equipe de redatores. Nunca mais os encontrei, não existem mais; eram preciosos, assinados pelo General Orlando Geisel recomendando que não se usasse violência.

Outra distorção diz respeito aos DOI e aos CODI[5]. Eram complicados, principalmente porque além do nosso pessoal, havia gente da Brigada, inspetores e delegados da Polícia Civil.

Realmente, nos CODI sentavam-se os representantes de cada Força e ficavam trocando informações. Nos Destacamentos de Operações de Informações de alguns Comandos de Área ocorreram certos abusos, isso temos que reconhecer.

É como eu disse: o Brasil é muito grande e abusos foram cometidos. Até concordo que houve problemas com a bomba no Riocentro, mas vamos reativar também o caso da bomba do Aeroporto dos Guararapes colocada pela esquerda e que poderia ter matado o Costa e Silva, onde morreu um Almirante e um jornalista e o Coronel Sylvio (Sylvio Ferreira da Silva) sofreu dilacerações.

Ninguém sabe disso, ninguém fala. Os presidentes se obrigaram a editar os atos institucionais porque a subversão queria retomar o Poder.

Foi uma escalada! Passemos para o item seguinte. Exponha sucintamente sua opinião sobre o ciclo dos presidentes militares.

O período do Geisel foi o "dodói". Ali todos erramos. Vamos conversar um pouco sobre por que faço esta afirmação. O Juscelino Kubitschek – endeusado porque construiu Brasília – na minha avaliação foi o precursor do grande erro nacional, pois

---

[5] Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna.

a nossa inflação é proveniente daquela época. O seu governo gastou milhões sem necessidade. Se a intenção era interiorizar a capital, que se aproveitasse Goiânia – já existente – e apenas a aperfeiçoasse.

Construíram uma cidade nova. Os primeiros materiais foram levados de avião e muito dinheiro se esparramou pelos contornos. Ali nasceu o fator inicial da nossa inflação. Ainda que os dois últimos governos militares tenham pensado grande, construindo obras até necessárias – Itaipu, Ferrovia do Aço, Tucuruí, Usinas Nucleares e outras – em tais empreendimentos também usamos dinheiro que não tínhamos. Foram empréstimos a juros flexíveis, endividando muito o Brasil, o que foi um erro, temos que reconhecer. Hoje os subversivos as chamam de elefantes brancos.

Faraônicas.

Faraônicas ou elefantes brancos, mas, por exemplo sem Itaipu, hoje estaríamos acendendo velas, com a falta de energia. Tolice mesmo foi a construção das usinas nucleares que, do plano inicial, restaram três e dessas, só uma que, "a pau e corda", gera alguma coisa.

O programa era muito interessante. Se o Brasil quiser dispor de algo nesse setor – não é ter bomba atômica – ele precisa dominar a tecnologia do trabalho e de todo o ciclo nuclear. Não tenho dúvida de que, lá pelo ano 2050, toda a energia do mundo será nuclear e não poderemos, mais uma vez, ficar para trás. Parece-me que a execução do programa foi muito malconduzida.

O Brasil tentou acordo com os Estados Unidos e não conseguiu como também não se acertou com a França nem com o Japão. Sobrou a Alemanha que, inclusive, nos usou, porque pelos tratados de paz, ela não poderia fazer enriquecimento de urânio em seu território. O acordo foi "sui generis" pois previa a realização de todo o processo no Brasil e, em contrapartida eles nos ofereciam a tecnologia; acho que não perdemos. Em termos comparativos, o Programa Nuclear custou menos do que a quebra de um banco desses.

Sobre os governos minha opinião é essa. Muitas realizações com alguns exageros. Embora fossem obras necessárias, na ocasião não estávamos ainda em condições de tanto. Claro que todo mundo erra.

Vivenciei fatos interessantes. Quem agilizou o acordo de Itaipu foi o Presidente Médici. Eu servia na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional[6] *e integrava um Grupo de Trabalho de Política Externa. Toda e qualquer documentação a respeito do*

---

[6] O Conselho de Segurança Nacional era um órgão ligado diretamente à Presidência da República, que prestava um assessoramento estratégico ao Presidente, na área de Segurança Nacional.

assunto sempre passava por nós. A negociação estava muito difícil e se arrastava, até que o Ströessner – que agora estão querendo mandar de volta – veio a Goiás pescar e caçar e marcou uma entrevista com o Médici. O Presidente acionou o Itamarati, que fez um estudo completo sobre todas as questões do acordo.

Em dois dias elaboramos todos os artigos do Tratado lá no Itamarati. Passei duas noites escrevendo, sem dormir. Entregamos a documentação para o Presidente e o tratado foi assinado. Agora esse deputado aqui do Rio Grande do Sul quer prender o Ströessner. Por que fazer isso com um amigo do Brasil! Não podemos esquecer certas amizades. Afinal, acolhemos o ex-presidente com o asilo, não é justo agora renegá-lo.

O trabalho de comunicação social foi a contento?

Penso que o trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira através da divulgação, tanto das realizações, como dos métodos empregados para derrotar o terrorismo foi difícil e entendo que não foi feito convenientemente. A democracia é, sem dúvida, a melhor forma de governo. Mas há um paradoxo. Se ela se abre demais favorece a infiltração do inimigo. É uma fortaleza que se enfraquece quando suas portas se abrem em demasia.

O inimigo sempre existe; se a democracia se abre, o inimigo se infiltra; se ela se fecha demais, pende para a ditadura. Como resolver o problema? Vejo uma só maneira: o bom senso dos políticos. É o que não tem acontecido no Brasil, inclusive depois de 1964 quando a incompreensão deles resultou na total falta de apoio à Revolução. No final, por várias razões, entre elas o seu amor próprio ferido, pois passaram vinte anos sem a mamata, todos ficaram contra o nosso movimento.

Em sua maioria, os políticos querem é o seu próprio bem-estar. Esse patriotismo tão exacerbado e irrequieto não me cheira bem, até porque sabemos de todos os casos havidos por aí. A mulher do Collor, por exemplo, desviou não sei quantos milhões e até agora é inquérito para cá e para lá e nada pode ser provado. Enquanto isso a Liga de Defesa Nacional, uma instituição quase centenária, criada por Olavo Bilac, não dispõe de pessoal. Por quê? Porque a meia dúzia de membros abnegados que ali labutam, não são remunerados, até pelo contrário, cada centavo gasto é desembolsado por um deles. Então ninguém quer trabalhar lá. E é assim. Logo depois da Revolução faltou e ainda falta um esclarecimento ao povo. Como fazê-lo, eu não sei. O certo é que não se pode ficar à mercê do que dizem e fazem as Organizações Não-Governamentais (ONG) de Direitos Humanos.

Como foi o desengajamento do Exército do processo político após o ciclo revolucionário?

Já falei sobre isso. Para mim o Exército se desengajou além do que devia, tanto que, no tempo do ministro Zoroastro...

O nome dele é Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, mas ele detestava o sobrenome. Às vezes colocavam o Zoroastro em um ofício, então ele dizia: "Volte, rebata isso e tire o Zoroastro."

Ele foi o único ministro que passou de um governo para outro, talvez porque não criasse caso, não sei. É interessante frisar que até então, em todo dia 27 de novembro, as Unidades recebiam uma ordem do dia dos ministros militares para ser lida na solenidade. Durante o período dele não houve ordem do dia.

Falando sobre a Intentona, no monumento aos mortos de novembro de 1935, no Parque Farroupilha, só havia um pequeno granito com uma plaqueta: "Homenagem aos que tombaram na Intentona Comunista." A intenção era fazer algo maior e mais significativo, mas a Prefeitura opôs muita dificuldade. No fim, conseguimos colocar mais dois granitos, ficaram até chamativos.

Eles são rústicos e mandamos incrustar uma placa em cada um que pode ser lida a cinco metros de distância. Na da esquerda está a seguinte frase: "Andante que por aqui passas, vai dizer a todos que morremos pela pátria, pela família, pela religião e pela liberdade." E na da direita os trinta nomes dos mortos, desde o coronel até o soldado.

Lembro que, durante o meu Comando na Região, o senhor andava angariando dinheiro.

Todo ano fazíamos nesse local uma solenidade, embora sem a ordem do dia do Exército. No ano passado, pela primeira vez, o Exército fez ali uma solenidade muito bonita, alusiva ao 27 de Novembro. Assisti e me convidaram para ajudar a apor a coroa de flores na base do granito com o nome dos mortos. Anteriormente, nem o Boletim vinha, descuidávamos muito dessas coisas.

Também discordo da realização de solenidade no interior do quartel. Por que não na rua, em praça pública? Tenho orgulho de ter sido o mentor do monumento ao Sampaio[7] aqui em Porto Alegre, tendo conseguido inclusive o dinheiro necessário. Monumento desse porte só existem dois no Brasil: esse aqui e na terra dele. O resto é busto. Contarei só o essencial da história.

Passaram aqui pelo III Exército dezenas, talvez centenas de generais oriundos de Infantaria e nunca foi feito nada. Logo que cheguei para comandar a DI, o General Breno (Breno Borges Fortes) me chamou e disse:

– Menna Barreto, quero que você faça o programa da Infantaria.

– Será algo que dure, que fique – respondi –. Não posso admitir que Porto Alegre – sede da Sexta Divisão de Infantaria – não tenha uma rua, praça, nada com

[7] Brigadeiro Antônio de Sampaio, patrono da Arma de Infantaria.

o nome do nosso Patrono. Daremos o nome de Sampaio a uma praça e faremos um monumento em sua homenagem.

Naquele mesmo ano conversei com o prefeito Thompsom Flores e depois de uma semana parlamentando com a Câmara de Vereadores – eles queriam outro lugar – consegui convencê-los e hoje consta no mapa da cidade a Praça Brigadeiro Sampaio. Esperei sete anos para desocuparem o então Depósito de Veículos do Governo do Estado que ali se instalara desde a época da guerra. No final eu já estava até na reserva.

Fui aos bancos, casas comerciais e entidades pedir recursos pois o Exército me deu muito pouco, quase nada. Nomeei uma comissão só por causa do dinheiro; eu queria que cada sargento e cada oficial descontasse o equivalente ao valor de uma passagem de ônibus, mas não consegui. Apelei então para os civis com o chapéu na mão e cada um doava cinqüenta, cem mil cruzeiros.

De Uruguaiana, trouxe o Acário de Carvalho, um escultor de mão cheia. O Exército colocou seis soldados à disposição que, durante um ano e meio, picotaram granito fazendo o monumento em um canteiro montado ali próximo. Eu ficava com o coração na mão, porque embora exigisse óculos de proteção, quando eu saía dali eles não os usavam e o meu medo era que uma lasca atingisse o olho de um soldado. O local ficou cheio de peças que foram erguidas com o uso de roldanas e cordas e eu continuava rezando para que uma pedra daquelas de cem quilos ou mais não caísse e ferisse um dos homens. Felizmente conseguimos chegar ao final sem problemas e se encaixou tudo certinho.

Fizemos uma solenidade muito bonita para a inauguração do monumento ao Sampaio – com a presença até do Governador do Ceará, nosso convidado. Durante alguns anos comemoramos ali a festa da Infantaria. Depois passou a ser nas Unidades, mas conseguíamos banda, som, palanque e uma ou outra coisa qualquer. Este ano fiquei muito aborrecido porque houve um problema sério.

Pela primeira vez houve uma embrulhada, não pude falar com o General Pinto (Francisco Pinto dos Santos Filho) em função dos preparativos para a reunião do Alto Comando do Exército, em Porto Alegre. O Comando do III Exército resolveu que a solenidade seria só no Dezoito (18º Batalhão de Infantaria Motorizado). Não haveria auxílio para ninguém. Nunca ocorrera isso em vinte anos de solenidades.

Fizemos a cerimônia no monumento. Disseram que foi muito boa. Consegui uma freqüência excelente com a presença até de pessoal da reserva que nunca comparecera antes. A Brigada Militar instalou o som e escoteiros segurando cordas delimitaram um quadrado que representava o palanque. Na apresentação eu disse:

– Hoje, as mãos juvenis e patrióticas desses escoteiros representam e delimitam simbolicamente, o palanque convencional de madeira, unindo o seu porvir às tradições heróicas do nosso Patrono.

Na noite anterior eu escrevera o que eu iria falar, mas pouco antes da hora mudei de idéia. Pensei comigo: "não vou ler isso, vou simplesmente conversar com o Sampaio". Disse que, ao clarear do dia eu havia sonhado que o Sampaio nos esquecera. Surpreso, eu acordara, dormira de novo e sonhara outra vez, só que agora nós é que o estávamos esquecendo. Então comecei a conversar com o nosso Patrono. Na verdade não sonhei nada, foi pura invenção. Dizem que ficou bom... Foi a primeira vez em vinte anos que o Exército praticamente não apoiou uma homenagem desse quilate.

Casualmente eu estava no CMS quando o senhor tentava falar com o General Pinto. Os quatro-estrelas estavam chegando para a reunião do Alto Comando. Estavam todos preocupados preparando a casa e percebi que houvera um mal-entendido.

Naqueles livros "Anos de Chumbo" e "Volta ao Poder" – uma pesquisa semelhante à que estamos fazendo – a maioria dos oficiais-generais diz que o Governo deveria ter sido entregue antes. Daí a razão da próxima pergunta. O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais conveniente?

A resposta é difícil porque quando o Governo foi entregue já havia grandes manifestações, o povo estava nas ruas...

Diretas Já! Eleição...

Havia uma agitação criando corpo e não podíamos deixar certas coisas acontecerem. O Gustavo Le Bon escreve sobre isso no seu livro "Psicologia das Multidões". A multidão é um ente complicado porque não tem individualidade, as pessoas se tornam amorfas uma massa poderosa e muito sugestionável. Estava havendo uma pressão muito forte e talvez o momento fosse aquele, mas tenho minhas dúvidas quanto à maneira como foi feita.

Vários entrevistados disseram que o Exército se prolongou demais no Governo. Deveria tê-lo passado no fim da gestão Castello Branco, quando muito por ocasião da doença do Costa e Silva ou, na pior das hipóteses, ao fim do Governo Médici. Sinceramente, nunca vi esse pessoal falando assim na época. Tínhamos era muito temor de passar o Governo. É a minha opinião.

No Governo Médici aumentou a agitação e os subversivos reapareceram. Passar o Poder, naquela ocasião, seria fazer uma Revolução para entregá-la no outro dia aos que a motivaram; um contra-senso. Mas também não poderíamos ficar eternamente. Assim, não há dúvida de que ao final do Governo Figueiredo foi a melhor hora de entregá-lo para os civis.

Julgo que houve erro apenas na forma como se concedeu a anistia que, embora tardiamente, não podia ser antes. Eu a teria concedido, porém sem direitos políticos por uns tempos, talvez um ou dois anos, até a situação se acomodar. Porque na forma

concebida os anistiados chegaram já falando em "revanchismo" – Brizola e companhia – toda aquela turma de dedo em riste, atacando as Forças Armadas e não reagimos nunca. Aí cometemos o segundo grande erro: nos encolhemos. Em momento algum fomos ao chefe da Nação para dizer: "Presidente, vamos ver o que se pode fazer e como esclarecer o povo, vamos dar um basta nessas acusações infundadas."

Não reagimos! Em conseqüência os anistiados estão com a marreta em cima de nós o tempo todo. Baixamos mais a cabeça e mais marreta, e cabeça mais baixa... Criamos um círculo vicioso que perdura até hoje.

Em 1935, o Comitê Russo se reuniu para examinar a causa do fracasso da Intentona e concluiu que seria impossível a conquista do Poder, no Brasil, através das Forças Armadas. Deveria ser através da mocidade – envolvendo especificamente as faculdades de Filosofia. E assim foi feito. Formamos centenas e centenas de professores já nesse padrão e até no clero aconteceu isso.

No meu entender não houve na Igreja Católica uma ala progressista, comunista. O próprio Papa reconheceu que não havia bispos e padres comunistas e sim, jovens já doutrinados no comunismo que foram colocados no seminário e se sagraram padres e bispos. O mesmo aconteceu com os quatro companheiros da minha turma que participaram da Intentona no 3º RI. Eles não se tornaram esquerdistas ou comunistas na Escola Militar, já o eram antes de ingressarem.

Esses "esquerdinhas" proliferaram muito após a Revolução. Quem estava no exílio voltou e já chegou de dedo em riste. Criticando e falando sobre os "anos de chumbo" com exigências descabidas. Anistia quer dizer perdão para que irmãos vivam como irmãos, esqueçam o passado. Mas os únicos que seguiram os ditames da anistia foram as Forças Armadas, quietas nos seus quartéis, escutando tudo, trabalhando sem dizer nada. Os outros inventam e publicam notas e editais na mídia todo o dia. Ultimamente as ONG de Direitos Humanos estão contestando a história oficial da morte do Juscelino e do Jango e inventaram relatórios sobre a Operação Condor.

Sugerem que todas aquelas figuras teriam sido assassinadas pelos nossos. Vendem essas notícias para a juventude que, não sabendo nada da história, fica contaminada pelas inverdades e meias verdades. Um exemplo: tenho uma filha que estuda Direito. Ela me disse que outro dia um professor foi defender as Forças Armadas e quase toda a sala foi contra. Estão mal-informados.

Se por um lado foi elogiável as Forças Armadas permanecerem caladas em seus quartéis, por outro – a meu ver – foi condenável, pois o seu silêncio, o seu não falar e não esclarecer, determinou que duas gerações ignorem os fatos realmente acontecidos. Isso é grave e hoje não temos como chegar em um jornal com a nossa versão, não conseguimos publicar uma nota sequer. Existem ótimos artigos como os

do General Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto), mas não permitem que sejam publicados.

Os generais Daniel (Daniel Lomando Andrade) e Adolpho João também escreveram e escrevem muito, mas nada conseguem publicar.

Não adianta, não deixam publicar e assim não conseguimos atingir a massa, que continua sendo trabalhada. Isso é muito grave. O nosso povo, politicamente, é muito ignorante e na sua simplicidade, é conduzido com facilidade. Tanto assim que, quando eu era major, houve um "buchincho" danado em todo o Brasil – fizeram até comício – porque um general lá do Norte declarou, na ocasião, que o voto dele não era igual ao de uma lavadeira...

General Ignácio José Veríssimo.

...e não era. A lavadeira poderia ser melhor do que ele em vários outros sentidos, mas politicamente... Até eu, por exemplo, que tenho curso superior, vivo lendo jornal e passei a minha vida toda estudando tenho dificuldade na hora de votar. Para presidente ainda escolho bem, mas para deputado ou senador já não sei escolher. Agora, como é que uma pessoa politicamente ignorante, que não lê nada, poderá escolher?

Aqui, um médico integrante da ADR (Ação Democrática Renovadora) – depois de muitos anos, lastimavelmente, tivemos que fechá-la –, que foi presidida pelo Adolpho João de Paula Couto, pregava que o voto deveria ser concedido apenas para determinadas categorias de cidadãos que soubessem escolher. Também penso assim, porque cidadãos politicamente ignorantes não sabem escolher e depois são conduzidos e engambelados.

Um exemplo disso aconteceu aqui no Estado com os dois candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), Tarso Genro e Olívio Dutra; o primeiro um homem preparado, não tão radical; o outro menos preparado, radical ao extremo, mas com certo carisma. Todo o povaréu votou no trotsquista Olívio Dutra.

Temos que tirar o chapéu para o PT, porque embora seja um partido comunista, é persistente. Ele trabalha sempre. Nós não, deixamos a coisa correr. Passem ali na esquina democrática que encontrarão uma mesinha do PT, com bandeirinhas, *bottons* e sua militância. Todos os filiados descontam um dízimo para o partido. Em qualquer reunião, comício ou passeata, pode não haver bandeira de mais ninguém, mas a do PT não falta. Eles são trabalhadores, militantes fanáticos. Temos que nos render a eles nesse sentido. E nós?

O nosso pessoal vive nas encolhas. Há uns dias, o Guilherme Socias Vilella, ex-prefeito da cidade de Porto Alegre pela antiga Arena, publicou no *Zero Hora,* jornal de grande circulação no Estado (Rede RBS), um artigo muito bom: "O povo está com medo", destacando a ação subliminar do Governo, agindo até nas escolas.

E que estou fazendo? Tirei cópias do artigo e, como não posso distribuir assim "a rodo", coloco na caixa do correio para um companheiro, dou para outro pessoalmente e peço para passar adiante. É a maneira de fazer circular.

O senhor acha que existe "revanchismo"?

Existe e muito grande. "Revanchismo" é isso que estamos vendo, o inconformismo e a ganância pelo Poder, principalmente dos militantes da esquerda. Vemos todos os dias nos jornais: "anos de chumbo", "ditadura militar", impregnando a nossa mocidade muito mal-informada e até mal-orientada – que amanhã será a nossa classe dirigente – com essas idéias de desprestígio às Forças Armadas, que crescem geometricamente.

Um exemplo é a cadeira de Educação Moral e Cívica – um programa formidável da Revolução – que não só não vingou como muitos professores a utilizavam para propalar a sua ideologia contrária. Outro dia o Antonio Carlos Magalhães, ex-governador e senador pelo Partido da Frente Liberal (PFL) da Bahia, teve a coragem de dizer que as Forças Armadas gastam muito, que poderiam ser aproveitadas no policiamento e mais não sei o que.

Felizmente, para surpresa de muitos – não nossa – ele concluiu que o resultado da última pesquisa sobre credibilidade aponta as Forças Armadas como a instituição mais bem classificada, inclusive na frente da Igreja.

Mais de 80%. Até fiquei um pouco preocupado com esse resultado porque como somos muito tímidos em relação à mídia, é provável que nos calemos mais ainda, para não provocarmos uma queda nesses índices. Então, para mantê-los... porque se reclamarmos, cairemos para 50%.

Outro exemplo importante; uma pesquisa feita por um engenheiro sobre tudo o que foi feito durante os governos revolucionários, mostrou que houve desenvolvimento em praticamente todos os setores. O único que não apresentou incremento foi o ferroviário.

Não há dúvida. Com o Andreazza (Mário David Andreazza) era só rodovia. Aspirante de quarenta. Dizem que era um excelente instrutor. Segundo o General Adhemar (Adhemar da Costa Machado) – que fazia dupla com ele na Escola de Estado-Maior – o Andreazza tinha uma grande facilidade de comunicação.

Eu o conheci bem. Também, um oficial muito trabalhador. Fui aluno dele na ECEME. O gringo trabalhou um bocado por essas estradas.

Quando eu estava no Rio, cursando o Estado-Maior, houve um boato de que ele era corrupto. Era tudo mentira.

Pois é. Um homem que morreu pobre.

O senhor sabe a razão dos boatos? Na ocasião, o frete marítimo era todo destinado para os armadores internacionais. Ele propôs uma nova legislação destinando metade das cotas para os brasileiros. As multinacionais do setor sentiram-se ameaçadas e montaram um esquema que até a mim iludiu. Era o seguinte: nos fins de semana mandavam uma pessoa da confiança deles aos plantões de vendas dos edifícios classe A, em construção. No local o enviado dizia que trabalhava para o Andreazza e que o Ministro desejava comprar a cobertura. Se a mesma ainda estivesse disponível, o suposto empregado perguntava qual era a área. Para qualquer resposta, ele alegava que não servia, pois o ministro desejava algo muito maior, uma cobertura espetacular.

Uma história muito prática e sutil, típica da realidade da política. Só que no caso do Ministro, sem um pingo de veracidade. Claro que ninguém é imune...

Ainda não chegamos a esse ponto.

Bem, acredito que discorri sobre todos os pontos de interesse deste assunto que, finalmente, a nossa instituição está dando a devida importância. Agradeço a oportunidade que tive de rememorá-lo e, mais uma vez, alerto, aqueles que quiserem me ouvir, sobre o momento atual.

Realmente, a sua entrevista esclareceu pontos fundamentais sobre aquela quadra importante de nossa história político-militar, período que, sem dúvida alguma, o senhor foi, não só um dos formadores de opinião, como também um dos principais vetores das ações então desenvolvidas. O nosso muito obrigado!

General-de-Brigada Arlênio Souza da Costa

O General Arlênio Souza da Costa nasceu em março de 1935 na Cidade de Dom Pedrito, RS, e ingressou no Exército em 1953 como aluno da Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA). Declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 19 de dezembro de 1958, além da Academia Militar das Agulhas Negras, realizou, ainda, ao longo de sua carreira, os cursos das escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Superior de Guerra (ESG).

Como oficial subalterno e capitão serviu no então 19º Regimento de Infantaria (19º RI), 6ª Companhia de Polícia do Exército (6ª Cia PE), 18º Regimento de Infantaria (18º RI) e 9º Regimento de Infantaria (9º RI). Vivenciou intensamente o movimento da Legalidade em 1961 e a Revolução de março de 1964.

Graças ao seu perfil de oficial de escol, foi sucessivamente convidado para ser instrutor do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e do Curso Superior da Academia de Polícia Militar/RS.

Como oficial superior serviu na 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz), em Pelotas, RS, no Comando da 6ª Divisão de Exército (6ª DE) e no Comando Militar do Sul (CMS), tendo desempenhado funções em todas as áreas de um Estado-Maior.

Comandou o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz), ex-19º RI, em São Leopoldo, RS. Promovido a general em março de 1991, foi nomeado comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz) em Cuiabá, MT, permanecendo naquele comando até sua transferência para a reserva, a pedido, em 1993.

É Engenheiro Civil, graduado em 1980, e membro dos Institutos Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE) e de Perícia e Engenharia de Avaliações do Rio Grande do Sul (IPARS), tendo trabalhado na área de avaliações entre 1995/1996.

O General Arlênio foi distinguido ao longo de sua carreira com inúmeras condecorações conferidas pelo Exército Brasileiro e pelos governos dos Estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso.

Entrevista realizada em 1º de abril de 2002.

É com prazer que o Projeto de História Oral do Exército recebe hoje o General Arlênio Souza da Costa, Aspirante-a-Oficial de 1958 e promovido a General em 1991. Na época da Revolução, estava classificado no Colégio Militar e no período da "Legalidade" servia no 19º RI, de São Leopoldo.

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Para mim a base de tudo foi exatamente a renúncia do Jânio. Em função da "Legalidade", a manutenção do Jango na Presidência desencadeou tudo o que sabemos de quebra da hierarquia e da disciplina, desrespeito generalizado à autoridade, violência na cidade e no campo; o Presidente da República propugnava por uma república sindicalista, como primeiro passo para a comunização do País. Não falo apenas hoje como general, pois já como 2º-tenente sentíamos – eu e os companheiros – o clima subversivo.

O Exército, particularmente aqui no Sul, posicionou-se favoravelmente à posse do Jango. Esse foi um dos motivos que redundaram na Contra-Revolução de 1964; não aceito a denominação de Revolução; para mim foi contra-revolução.

Aqui no Rio Grande do Sul a renúncia teve realmente uma repercussão muito forte no âmbito militar. Apreciaria que o General Arlênio dissesse mais alguma coisa sobre essa época em que estava no 19º, em São Leopoldo, principalmente porque se deslocou até Santa Catarina – a segunda fase daquele processo que se convencionou chamar de "Legalidade".

Na época da "Legalidade" eu era 2º-Tenente subalterno da 2ª Cia de Fuzileiros. O Coronel Ibá (Ibá Mesquita Ilha Moreira), Comandante do 19º, fora à Capital Federal receber a condecoração para o Estandarte do Regimento. No dia seguinte ou na noite do seu retorno de Brasília, recebeu a incumbência de deslocar a Unidade para Porto Alegre a fim de guarnecer o Morro do Menino Deus,[1] onde estavam localizados os paióis de munição e havia comentários sobre a possibilidade de serem bombardeados. A nossa missão era guarnecê-los. Ocupamos a área do 8º Batalhão de Saúde (8º BSau), que estava praticamente vazio – o morro fora literalmente esvaziado – e assumimos a guarnição e defesa de toda aquela área.

A missão principal era proteger os paióis?

Impedir a destruição ou a invasão e o roubo de munição dos paióis. Viemos, entramos em posição e fizemos a defesa do Morro. Dias depois soubemos que o 19º deslocar-se-ia para Lages, em Santa Catarina.

Na véspera do deslocamento, fomos chamados pelo Comandante e cada um foi indagado se desejava ir ou não; respondi que estava com o Comandante da Companhia.

---

[1] Bairro da cidade de Porto Alegre.

No dia seguinte retornamos ao 19º, tivemos uma hora para ir à casa e, no outro dia de manhã, já seguimos para Lages. Alguns oficiais, que não concordavam com a decisão do Comando, foram presos e não acompanharam o Regimento. Em conseqüência, eu, de subalterno, fui guindado a Comandante da Companhia de Comando do 1º Batalhão e S4 da Unidade. Chegamos, entramos em posição e só fomos substituídos por outro Batalhão depois de uma semana embaixo d'água, pois era chuva o tempo todo.

Essa posição era no eixo da BR/2?[2]

Não, nas proximidades da localidade de Índio e nas pontes próximas a Lages...

A missão seria barrar...

...a aproximação do Exército que vinha do Norte, impedindo que chegassem ao Rio Grande do Sul. Ficamos em posição nas margens dos rios.

Lembro-me que guarnecíamos a ponte sobre o Rio Caveiras que estava totalmente preparada para ser dinamitada. Uma das Companhias de Fuzileiros, se não me engano a 1ª, guarnecia o aeroporto e as outras estavam espalhadas. Para supri-las de gêneros e demais materiais, eu –como S4 do Batalhão – praticamente rodava o dia inteiro com um jipe e um caminhão distribuindo tudo – debaixo d'água o tempo inteiro.

Como funcionavam os ranchos? (cozinhas).

Tínhamos um rancho em cada companhia e como havia pessoal em posição, os demais almoçavam ou jantavam e substituíam os outros que vinham alimentar-se, sempre por faxina – sistema de alimentação mediante rodízio do pessoal.

Uma semana depois fomos substituídos pelo 2º Batalhão e logo em seguida...

Essa substituição foi em decorrência de quê?

Talvez porque já houvesse indícios de arrefecimento na crise...

E voltaram em seguida para Porto Alegre?

Ficamos ainda um tempo na Reserva. Ao término da operação, fomos recebidos pela sociedade de Lages e marcamos a nossa presença com um desfile na cidade. Depois retornamos para São Leopoldo e a vida continuou quase normal, pois lembro bem que o Exército do Sul foi extinto. Um exemplo é que fui promovido a 1º-tenente, e só diziam que eu havia sido comissionado naquele posto. Mais tarde aí sim a vida retornou ao normal...

Nos dê uma idéia do efetivo desse Destacamento.

Se a pergunta é sobre o destacamento em posição no terreno, então o efetivo era de batalhão. Caso se refira ao destacamento como um todo, a resposta é o 19º Regimento. Só ficou no Quartel um efetivo reduzidíssimo para a segurança do aquartelamento e demais instalações. Porém, se a pergunta é sobre a tropa do III Exército

---

[2] Única rodovia que ligava Rio Grande do Sul a São Paulo (hoje BR 116).

então o I Grupo do 6º Regimento de Obuses 105mm (I/6º RO 105) também entrou em posição, além de outras Unidades de que não tomei conhecimento na época.

Então o 19º recebeu reforços?

Todo o Destacamento deslocou-se para Lages; o 1º Batalhão entrou em posição, depois foi substituído pelo 2º...

O 2º Batalhão foi junto e inicialmente ficou na Reserva?

Isso. Ocuparam um ginásio que disseram ser o Círculo Militar...

O próprio Batalhão de Lages deve ter cedido alguma dependência...

Era no Batalhão...

No 1º BFv do Floriano Moller...

O Coronel Velloso (Hélio Bohrer Velloso da Silveira), fiscal do 19º RI, despachava em uma sala onde eu entregava os meus pedidos de gêneros. Vivíamos a situação vinte e quatro horas por dia. Eu dormia em uma poltrona na sala do coronel – ele dizia que era a minha cama. Não havia formalidade; colocava as necessidades de tudo o que precisávamos em uma simples folha de papel: cigarro, bala, feijão, arroz, carne, enfim toda e qualquer necessidade. Entregava o pedido para o fiscal e ia dormir enquanto carregavam o caminhão. Eram os momentos de descanso. Aproveitávamos também os deslocamentos para dormir, éramos quatro nos revezando na direção; o motorista e eu no jipe e o sargento encarregado e o motorista no caminhão; um dirigia e o outro dormia, porque não havia como fazê-lo em outras oportunidades. E o pior é que foi uma semana toda molhado dos pés à cabeça o tempo inteiro.

Era final de agosto e Lages é um lugar frio...

Muito frio. Mas graças a Deus tudo terminou bem.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram para a preparação do Movimento de 1964? Fala-se muito em conspiração, se bem que preparação não implica necessariamente em conspiração. Fiz a EsAO em 1963. Havia instrução sobre guerra revolucionária, leituras de boletins do Estado-Maior do Exército, ocasião em que esclareciam os oficiais mais modernos. Isso foi um preparo que surtiu efeito.

As principais contribuições foram de nossos chefes militares, alguns governadores de Estado, particularmente Magalhães Pinto, de Minas Gerais, não por acreditar nos nossos propósitos mas porque desejava ser o próximo Presidente da República, alguns empresários, grande parte da imprensa e parcela significativa da população cujo apoio foi fundamental ao êxito da Contra-Revolução.

Para mim, na época 1º-Tenente servindo no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), o principal articulador aqui no sul foi o meu comandante, Coronel de In-

fantaria Plácido (José Plácido de Castro Nogueira). Apesar de não ter tropa sob seu comando, sempre era consultado sobre os caminhos a serem trilhados. Nenhuma decisão era tomada sem o seu concurso, tanto que os presos militares foram recolhidos às dependências da Companhia de Comando e Serviço (CCSv) – antigo picadeiro, no final da Rua Santana – do CMPA e não para outro Quartel. Como conseqüência, o então Comandante do 6º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (6º Esqd Rec Mec), tirou seu esquadrão do quartel, no Bairro Partenon, para atacar as instalações da CCSv/CMPA, o que felizmente não veio a acontecer.

Pena que o Coronel Plácido esteja tão doente – seria um entrevistado obrigatório porque sabe de coisas que pouca gente conhece. A minha sensação era de que nada acontecia sem o aval dele.

Onde ocorreu a maior resistência à implantação da Revolução?

Nos grupos e adeptos do Brizola, Arraes, Prestes e outros políticos que tiveram seus interesses pessoais contrariados, particularmente aqueles com pretensões presidenciais; na imprensa comprometida com o comunismo internacional; entre empresários, professores e estudantes adeptos ou simpatizantes da mesma ideologia. Nas universidades – cursava o segundo ano da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – a preparação era diária e intensa.

Havia estudante que passava o tempo inteiro sempre no mesmo curso e no mesmo ano, não era aprovado nunca, conhecidos "estudantes profissionais", que freqüentavam as faculdades e escolas só para fazer proselitismo político. Os "estudantes profissionais" agiam livremente.

Era uma guerra, tínhamos que estar permanentemente atentos. Cansei de subir no tablado para denunciar mentiras propaladas por esse pessoal ou então para fazer propostas diferentes daquelas apresentadas por eles. Pela nossa atuação, outros oficiais e eu, conseguimos manter o Diretório Central de Estudantes (DCE) com uma diretoria não comprometida. Quando essa malta foi surpreendida pela Contra-Revolução passou a articular, velada ou abertamente, a resistência ao processo em curso.

Também fiz História e Geografia na Universidade do Paraná, em Curitiba, nessa época. Era terrível, porque uma minoria de ativistas manobrava com quase toda a Universidade.

E parte da culpa cabia a muitos professores também. As pessoas não se dão conta de que um tratamento diferenciado normalmente causa revolta. Lembro que alguns professores separavam os civis dos militares durante as provas. Colocavam os civis em quatro colunas, e, para cada uma delas, distribuía uma prova diferente para

que não houvesse possibilidade de cola. E nós militares éramos colocados em uma única fila com prova única. A garotada reclamava daquela situação discriminatória. O professor dizia taxativamente:

– Em vocês eu não acredito; já os militares têm palavra: eles dizem que não colam e não o fazem.

Até pedi a ele:

– Professor, nos misture com o pessoal, senão fica uma discriminação muito enjoada.

Esse tipo de ação provoca raiva e revolta; naquela época era um campo fértil para qualquer um chegar lá e dizer um monte de besteira como os guris diziam. No fundo não sabiam nada mesmo.

Em uma ocasião, quando me encontrava no Colégio Militar, fui nomeado escrivão de um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido por um Major professor. No decorrer do inquérito, fui encarregado de ouvir um universitário que morava em Belém Velho ou Belém Novo.[3] Como cheguei lá em uma viatura do Exército, os pais dele ficaram nervosos. Depois de ouvi-lo, concluí que o rapaz não sabia absolutamente nada de coisa nenhuma, fora citado porque a namorada dele estava envolvida e ele apenas queria ficar junto com ela. Assim como ele, até hoje, o número de "inocentes úteis" é impressionante.

Eu também fui de 2ª Seção e tive um caso muito semelhante. E o pior é que no meu, o rapaz estava muito enrolado, já na fase de inquérito e preso incomunicável. Fui conversar com ele e, no final de nosso diálogo, com sinceridade me disse: "Eu não desejo tirar nenhuma vantagem do que vou lhe falar, mas o meu envolvimento foi seguir uma moça que estava nesse negócio; agora ela está lá na Alemanha, usufruindo do bom e do melhor, e eu aqui preso." Era mais um "inocente útil".

E no meu caso nem ela tinha qualquer envolvimento; fora usada também, e o camarada estava apaixonado e aonde ela ia ele ia junto.

Esse IPM foi minha *avant-première* na área de informações. Só fui trabalhar realmente em 2ª Seção depois de oficial de Estado-Maior. Fui chefe interino em algumas oportunidades, no Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Pelotas, e adjunto, quando cheguei ao Comando da 6ª DE, tudo referente à 2ª Seção. Depois do comando do 19º, vim servir com o General Paulo Campos Paiva. O Comandante do III Exército me designou chefe da 1ª Seção, mas quando cheguei no gabinete do General Veneu (Antônio Luiz da Rocha Veneu), chefe do Estado-Maior, virei adjunto do Coronel Majerkowski (Estanislau Kostka Majerkowski) que chefiava a 2ª Seção.

---

[3] Bairros distantes do centro da Cidade de Porto Alegre.

Em seguida, fui designado chefe da seção e assim permaneci durante os comandos dos generais Édison (Édison Boscacci Guedes), Azambuja (Clovis Borges Azambuja) e Fajardo (Alberto dos Santos Lima Fajardo). Então fui promovido a general. Essa foi a minha vivência de Segunda, antes era só de banco escolar.

Como foi o desencadeamento em sua cidade ou estado?

Por volta das 14h do dia 31 de março de 1964, os oficiais foram reunidos no gabinete do comandante do CMPA, oportunidade em que o Coronel Plácido deu a notícia da Contra-Revolução e dos últimos acontecimentos. Em seguida, dirigiu-se a todos (os professores não participavam da reunião, salvo o decano dos mesmos) nos seguintes termos:

– Eu estou saindo para a CCSv. O Tenente Arlênio vai comigo. Quero saber quem mais me acompanhará? O Subcomandante e os professores ficarão, pois o Colégio continuará funcionando normalmente. Essa meninada (referia-se aos alunos) não pode ser prejudicada pela insanidade de maus brasileiros.

Os oficiais foram respondendo pela ordem hierárquica, sendo eu o único que não precisou responder. Nunca me passou pela cabeça indagar do Coronel Plácido as razões que o levaram a assim proceder; contudo, uma coisa era certa, todos sabiam – do comandante ao soldado mais moderno, passando por professores, oficiais, praças, alunos e funcionários civis – das minhas convicções. Talvez esse tenha sido o motivo de eu não ter sido consultado. Imediatamente após essa rápida consulta, o Coronel me fez a seguinte determinação:

– Arlênio! Vai para casa. Tens uma hora para comemorar o teu aniversário com os teus familiares. Informa-os que entraremos de prontidão e nada mais. Diz para o teu pai (eles foram colegas no Colégio Militar e em Realengo) que o nosso destino é a CCSv; mais ninguém, na tua família, precisa saber disso.

Fui e voltei de acordo com a ordem recebida.

Depois dos preparativos, o Comandante, 12 oficiais e eu deslocamos-nos para o picadeiro – ficamos conhecidos como os 14 do "Clube da Alfafa" (Anexo) – e lá adotamos as medidas militares de rotina para defesa de aquartelamento. Os demais oficiais permaneceram no exercício de suas atividades no Colégio.

Como já disse, mais tarde o quartel da CCSv recebeu os presos militares contrários ao movimento, sendo que do CMPA, o único preso foi o Coronel professor Osório (Roberto Riedell Osório de Pina). Todos sabiam ser ele um comunista, embora no Colégio não fizesse doutrinação entre os alunos, pares ou subordinados. Apesar de estar autorizado a continuar ministrando suas aulas, julgou-se na obrigação moral de apresentar-se preso depois de atuar ativamente, no Largo da Prefeitura, na mobilização de guerrilheiros.

De minhas alterações consta que a 10 de abril de 1964 fui elogiado pelo Coronel Plácido, nos seguintes termos:

"Pela maneira disciplinada com que se conduziu por ocasião da última crise política quando, acompanhando este Comando, deslocou-se para a CCSv, no dia 31 de março de 1964, às 17h30min. A atitude correta, ponderada e inteligente adotada em todos os momentos, demonstrando serenidade, patriotismo e noção exata de cumprimento do dever, permanecendo em seu posto de serviço as vinte e quatro horas do dia, durante as cinco jornadas lá vividas, é um exemplo dignificante de amor à Democracia, à Pátria Brasileira e às suas Instituições. Louvo, pois, este jovem oficial formulando um apelo veemente para que continue na trilha que o tem conduzido, com a mesma bravura e solicitude. (Individual)."

Eu não me lembro do Coronel Osório.

Creio que era professor de matemática. Na "Legalidade" fez uma conclamação, recrutando voluntários para as brigadas do Brizola. E em 1964 queria fazer o mesmo. Depois, desistiu e apresentou-se preso para mim porque eu estava de Oficial-de-Dia. Ele foi o único oficial do Colégio Militar a ser preso. Claro que aconteceram prisões de outros...

E nesses casos eram presos nas Unidades deles?

Não, todos foram recolhidos às dependências da Companhia de Comando do Colégio Militar. O Comando do III Exército concentrou todos lá.

Você falou que o Vargas esteve no Colégio?

O Capitão Nilton Cardona Vargas e o Major Liberato Vieira da Cunha – o Garotinho – que fora subcomandante de Batalhão no 19º. Esses dois e outros oficiais ficaram presos no Colégio Militar. O Liberato passava com um caderninho perguntando:

– Qual é o teu nome?

Quando se aproximou de mim e perguntou o meu nome respondi:

– Major, o senhor sabe o meu nome; servi com o senhor lá no 19º.

– É para eu ter certeza – disse ele.

– Então o senhor anote o nome completo porque existem dois Arlênios no Exército. O meu é Arlênio Souza da Costa. E na hora que o senhor resolver assumir o comando dos fuziladores do *paredón* e passar fogo em todo o mundo – que é idéia de vocês – o senhor não mata o outro.

O Clube da Alfafa tinha catorze oficiais, que foram manter a segurança do aquartelamento, pois eram mais de vinte oficiais presos.

Oriundos só da capital?

Acho que sim. Lembro que o último foi o Ourique (Newton Ourique de Oliveira).

Ele era Tenente-Coronel de artilharia...

Antigão! Nós estávamos lá e ele chegou no portão e disse:

– Quero entrar!

– Vou chamar o Comandante – respondi.

– Não, estou me apresentando preso.

E foi o que fez. Depois soube que fora estafeta do Brizola.

O meu Comandante de Unidade era o Coronel Guerreiro Brito (João Guerreiro Brito). Ele foi preso, mas acredito que ficou em casa. Também era antigão, quase general. O senhor teria condições de citar o nome de outros oficiais que foram recolhidos presos?

O grande problema é dar-lhe uma resposta positiva; não posso ficar no mais ou menos e, ao mesmo tempo, a minha antiguidade na época não me permitia ter uma visão abrangente nem o conhecimento de todos os nomes envolvidos

Eu não li nenhum documento da época que dissesse: foram recolhidos ao xadrez Fulano, Beltrano e Cicrano, não existe isso. Tudo foi meio empírico; talvez até de propósito, porque muita coisa foi feita por paixão momentânea. Então deixaram os companheiros esfriar a cabeça em casa e, no dia seguinte ou depois...

O Coronel Plácido queria assumir o comando do 18º; saímos da Companhia de Comando e fomos para lá; eu pedia para o Coronel não entrar enquanto o Comandante, Coronel Bandeira de Mello (Lauro Almeida Bandeira de Mello) não estivesse no quartel porque senão iriam dizer que fora um ato de covardia. Ele só desistiu de entrar no último momento. Depois ficamos sabendo que o comandante havia sido preso.

Preso, aqui no QG?

Preso aqui, onde se apresentara. Não fiquei sabendo sobre o destino posterior dele, se o mandaram reassumir o comando do 18º.

Nos Boletins Reservados do CMS que consegui, não existe nada escrito sobre isso.

É porque na verdade não aconteceu praticamente nada. O Comandante do 6º Esqd Rec Mec era o Capitão Kauffmann (Aécio Kauffmann Colombo da Silva). Ele queria porque queria fazer gato e sapato, atacar a Companhia para liberar os presos e não sei o que mais. Acabou não fazendo coisa nenhuma.

Aliás, tudo que aconteceu era mais ou menos previsível. Eu servira na Companhia de PE, de lá fui transferido para o 18º e depois para o Colégio Militar. Na época o Carlos Lamarca era oficial da Companhia de PE para onde foi levado preso aquele major-aviador, Daudt. Eu ainda alertei:

– Se não atentarem para o lugar onde ele está recolhido, quando o Lamarca estiver de Oficial de Dia facilitará uma fuga.

Não deu outra! Ele ficou preso em uma sala do Pelotão de Comunicações situada no último piso. Havia uma porta de madeira com uma janelinha de vidro e

um janelão gradeado voltado para o alojamento. Não havia por onde fugir, a não ser pela porta. Quando abriram, o major havia fugido. Subira pelo forro para o telhado da Companhia e, como a altura até a calçada era pequena, não teve dificuldade nenhuma, foi embora tranqüilamente. O Oficial de Dia era o Lamarca. Fora disso, muita conversa fiada.

Como a Revolução foi recebida pela população local, em seus primeiros tempos?

O Movimento foi muito bem recebido pela população, uma vez que ninguém mais agüentava a anarquia reinante no país.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Antes de mais nada, vamos deixar claro meu ponto de vista para que não pairem dúvidas: para mim não eram governos militares e sim governos de presidentes militares. Quantos advogados foram presidentes? E nem por isso tivemos o governo dos advogados. Assim, por que governo militar. O presidente, por acaso, era um militar.

O General Negrão (Raymundo Maximiano Negrão Torres) também disse a mesma coisa. Você o conhece? Embora discreto, é um estudioso do assunto e conhece muito sobre Revolução.

Quando cheguei na 8ª Bda Inf Mtz o Comandante era o General Ruy Leal Campello, herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Lembro que em um deslocamento de Pelotas para Porto Alegre surgiu o "papo" dos governos militares e um dos oficiais – não foi ele especificamente – me fez exatamente essa pergunta. Respondi:

– Nós já "bobeamos". O Castello Branco deveria ter entregue o Governo para um "paisano" e até logo!

O General ficou furioso comigo, pois pensava diferente. Diferenças a parte, até hoje gosto muito dele. Já o novo Comandante da Brigada, o General Murgel (Edmundo Adolpho Murgel) – infelizmente já faleceu – me perguntou especificamente o que eu pensava, e eu de novo respondi:

– Sou de opinião que o Castello Branco deveria ter entregue o Governo para um civil, para ficarmos em condições de, se necessário, novamente retornar ao Poder, e dar umas "palmadinhas" nesses políticos, para aprenderem a fazer a coisa certa.

Se necessário...

Ele não ficou brabo, mas não gostou muito da minha resposta. Ao longo dos anos continuei avaliando as diversas situações e até hoje não mudei de pensamento: realmente teria sido melhor passarmos o Governo para o primeiro civil, escolhendo sei lá quem, tudo para preservar uma alternativa. Ficamos encurralados, foi

um presidente militar após o outro e um bando de civis aproveitadores. O Aureliano Chaves, o Marco Maciel, o José Sarney e o Antônio Carlos Magalhães – os quatro cavaleiros do apocalipse da política brasileira – participaram de todos os governos, se eternizaram: o Sarney passou da extrema direita para a esquerda no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Marco Maciel que era não sei o que, hoje é de esquerda. Todos eles se posicionam apenas conforme os seus interesses, não tem coerência política. E nós só acompanhamos isso. Marchamos nessa! Fomos enganados!

Na verdade permanecemos tempo demais; servi cinco anos na Presidência – no Conselho de Segurança – então...

O senhor tem um conhecimento muito maior do que eu sobre o assunto.

Eu era pica-fumo,[4] *mas observava e percebia a situação. Os nossos tecnocratas da área econômica conquistaram muitos pontos, evoluíram, mas nós mesmos – os militares – não mandávamos quase nada. Tínhamos o poder da autoridade, isso não havia dúvida. E era impressionante como os políticos fisiológicos se moldavam aos golpes recebidos; assemelhavam-se a boxeadores: não afobavam, absorviam bem e continuavam usufruindo da posição. No entanto lembro bem de uma qualidade nossa que considero muito válida: não tivemos continuísmo. Os presidentes se sucederam, embora isso não tenha sido assim tão fácil, porque ao terminar um período de governo, víamos um trabalho solerte, muito forte, na tentativa de que houvesse uma reeleição. Ninguém queria entregar o Poder.*

Uma briga por reeleição ou entre os próprios militares. Eu considero aquela situação horrível. Um desgaste desnecessário.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Depende de qual terrorismo estamos falando. As ações no campo militar foram adequadas mas não surtiram a eficácia desejada. O terrorismo nos demais campos do Poder não foi combatido, ao contrário, os métodos empregados foram totalmente ineficientes. Para que se tenha uma rápida idéia do que afirmo, até catecismo subversivo foi distribuído pelos padres salesianos às crianças católicas.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento?

O trabalho de comunicação social não existiu. Foi um fracasso total e absoluto. Alerto o nosso pessoal há muitos anos sobre esse problema. A esquerda domi-

---

[4] Militar com hierarquia inferior em um grupo.

na tudo; não ganhamos nem concurso. Pode ser o tema ou área que for: de frase, de poesia, de conto; só a esquerda ganha. Qualquer concurso. E não é só no Brasil, até internacionalmente.

Só uma vez vi a revista *Veja* publicar uma reportagem queimando a língua e dizendo exatamente isso. Não havia como dizer ao contrário; tentaram encobrir uma pesquisa que alguém fizera, mas a notícia vazou e mostrou que o patrulhamento existia em todo o mundo. Desde o Prêmio Nobel da Paz, aqui, ali, acolá é sempre a mesma coisa; dominam e detêm tudo; têm os meios de comunicação na mão; jornais, revistas, rádio, televisão, todos. Ninguém mais fala, e se fala não é ouvido, e se escreve não é lido. Não só aqui, isso acontece em qualquer parte do mundo. E lá fora, inclusive, organizaram comitês, frentes ou grupos cujo único propósito era difamar o Brasil. Eles tinham vez, nós não conseguíamos nada.

Lembro que enquanto chefiei a 2ª Seção, volta e meia eu falava para o comandante:

– Comandante, está difícil continuarmos nessa situação. Temos que dar uma resposta.

– O que vem debaixo não me atinge – limitava-se a dizer, o general.

Nunca fomos capazes de dar resposta oportuna. Diga-se de passagem, continuamos mudos e até escondidos. De falta de resposta em falta de resposta, hoje estamos levando pontapé e sendo atingidos na cara; nada vem mais debaixo. E a televisão está aí, veiculando histórias sobre os "anos de chumbo" e não sei mais o que, sempre a mesma coisa. No momento, a discussão é sobre os filmes premiados no Rio Grande do Sul; os laureados com certeza enaltecem a esquerda ou nos denigrem. E agora esse pretensioso sem-terra...

O Mário Lill.

Levou o movimento dos sem-terra até o Arafat. Deu apoio e recebeu notoriedade mundial. Nós nunca fizemos absolutamente nada. Ultimamente alguns companheiros estão escrevendo...

O Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto) esteve aqui lançando seu livro e eu comentei com ele:

– Todos estão elogiando muito a sua obra, está bem escrita. Você tinha que sair do guarda-chuva da Biblioteca do Exército e realizar lançamentos pelos menos nas grandes metrópoles. O pior que pode acontecer é ninguém comprar. O que duvido muito, desde que haja uma boa divulgação.

A resposta dele foi interessante:

– A nossa situação perante a mídia é crucial: entreguei o livro para um desses repórteres de renome nacional – ele não me disse o nome – pessoa de alto nível. Ele

leu e me disse que é exatamente como ele pensa mas se recusou a tomar qualquer iniciativa, dizendo: "Não vou entregar a minha carcaça aos urubus."

O único que hoje ainda consegue falar é o Olavo de Carvalho. Ele já foi do outro lado e agora é um dos maiores críticos a nos alertar sobre os perigos dessa política esquerdizante.

Tínhamos dois gênios que falavam e ninguém tinha competência para contestar: o Roberto Campos como político e o Nelson Rodrigues na ficção; realmente o pessoal os respeitava.

Fora esses mais nada. É o que o Del Nero falou; eles estão aqui, inoculando "a grande mentira". Tudo sendo repetido há doze anos, mentindo, e será que todos estão acreditando? Doze anos em Porto Alegre; mentindo descaradamente. O Dilamar Machado foi meu colega de ginásio lá em São Gabriel; tempos atrás me encontrei com ele e perguntei:

– Meu rapaz, você está sumido da política?

– Olha, sempre combati vocês, mas agora já começo a dar o braço a torcer. Não agüento mais esse pessoal. É mentira de todos, todo dia – ele me respondeu.

– Mas vocês ajudaram a mentir! – retruquei.

Concluindo. Fomos e somos um fracasso em termos de comunicação social. A história é a que eles querem que seja contada e pronto. Ninguém sabe absolutamente nada diferente; a não ser que se interesse e vá procurar. Esses são poucos. Muito poucos. Poucos mesmo.

A última edição da revista Veja *noticiou o lançamento de uma nova versão da Guerra do Paraguai (*Maldita Guerra *– Doratioto, Francisco Fernando). Antes, o professor Chiavenatto (Júlio José), escreveu o livro:* Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai, *quando inverteu a história daquele conflito, revanchismo puro. Agora, a* Maldita Guerra *é um pouco diferente.*

Vou aproveitar o seu comentário para relatar um fato ocorrido em 1992 com um escritor mato-grossense. Conversei com ele na ocasião que lançava um livro, na Assembléia Legislativa do Mato Grosso, destruindo documentalmente todas as inverdades apresentadas na obra *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Isso aconteceu há dez anos e até hoje a mídia exerce um férreo patrulhamento sobre esse escritor mato-grossense, fazendo com que o livro do Chiavenatto seja o mais comentado sobre a Guerra do Paraguai.

E com isso esse pessoal combativo fica esquecido.

Há necessidade inclusive de nos precavermos documentalmente. Reescrever, por exemplo, a história do Duque de Caxias, dizendo em que lugares esteve, o que fez e o que não fez, em cada uma de suas campanhas, tudo "amarradinho". Infelizmente

não temos a necessária competência para fazer essas coisas; não temos! Sobre essa história dos livros, eu me lembro – já como oficial mais antigo e mais influente – de uma conversa que tive com um chefe, quando lhe disse:

– Gastamos tanto dinheiro em besteira, por que não contratamos um desses escritores famosos no Brasil e lhe fornecemos todas as informações para ele escrever a história oficial da Revolução. Com certeza resultaria uma história atrativa e vendável.

Não fizemos. Enquanto isso vem dinheiro de fora para pagar a versão deles. Há gente só para escrever contra. E não é só aqui, há até comitê internacional para difamar.

E quem seria o grande inimigo? O Exército brasileiro? O Ocidente? Os Estados Unidos?

Em última instância os Estados Unidos...

E por incrível que pareça, quando um militar brasileiro fala com um companheiro americano nesses termos elevados, ele não consegue entender o que estamos falando. Impressionante! Em 1964 ou no ano seguinte, quando estávamos começando a desengajar, vi uma discussão do Jarbas Passarinho – ele era Ministro da Educação – com um major americano, adjunto da aditância, sobre democracia. O Passarinho teve que dizer para ele:

– Você não pode comparar o Brasil com os Estados Unidos!

E ele não entendia. No final, o Ministro, que é um homem fino, delicado, ainda teve que apelar:

– Rapaz, você está sendo deselegante. Está falando com um Ministro, criticando o meu governo; eu seria incapaz de criticar o seu governo por problemas raciais, domínio da economia mundial, arrocho no nosso programa de energia nuclear durante toda a vida, e por tantas outras coisas. Você tem que entender que não são falhas; é a nossa maneira de ver as coisas.

Antes de abordarmos outro aspecto, gostaria de comentar o exemplo da solenidade de comemoração do 31 de Março do corrente ano. Uma solenidade escondida no fundo do CPOR/PA (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre), com uma tropa de 5 (cinco) pelotões, para um público interno reduzidíssimo, cuja duração, tão rápida, apenas traduzia uma vontade de que terminasse antes mesmo de começar.

Quem estava lá? Os mesmos. Não adianta falarmos só para nós. A solenidade durou vinte minutos. Se tanto! Devíamos fazer uma comemoração aberta, para todos verem. A repercussão da solenidade do ano passado lá no Parcão[5] foi estu-

---

[5] Parque Moinhos de Vento (área verde situada no Bairro Moinhos de Vento na Cidade de Porto Alegre e carinhosamente apelidada de Parcão).

penda. Os comentários se prolongaram por um longo tempo: "Eles estão de volta!" E começam a nos procurar.

Como foi o desengajamento dos governos revolucionários do Poder?

A imprensa dizia: a volta do Exército aos quartéis! Nós nunca saímos do quartel! Apenas alguns poucos militares ficaram envolvidos e esse percentual era tão insignificante que considerar o Exército engajado é obra de ficção da esquerda; seja ela nacional ou internacional.

Quando eclodiu a Contra-Revolução, a maioria do Exército esteve engajada, mas bem rápido se desengajou. Depois, maus brasileiros persistiram intentando a implantação de um regime contrário à democracia e uma parcela muito pequena do Exército trabalhou para que isso não fosse possível. Nesse segundo caso, o Exército não esteve engajado.

O que acha do "revanchismo"?

"Revanchismo" segundo o novo dicionário Houais da Língua Portuguesa é o ato pelo qual alguém busca desforrar-se de ofensa ou agressão recebida ou a tendência para a desforra especialmente em certos meios políticos.

Não ofendemos nem agredimos, ao contrário respondemos as agressões e ofensas feitas à democracia, logo essa camarilha dita revanchista nada mais é do que um bando de comunistas derrotados duas vezes nas suas pretensões de tomada do poder pela luta armada, mas que hoje, infelizmente, comanda os destinos do Brasil graças ao emprego inteligente da "grande mentira".

Nós somos culpados pela onda revanchista pois não tivemos competência para impedi-la ou evitá-la. Transformamo-nos na maioria apática e silente ante uma minoria caluniadora, ativa e vociferante. Hoje continuamos insensíveis e mudos, porém minoria, e os ex-derrotados permanecem atuando, caluniando e berrando, contudo maioria.

O Coronel Avolio (Armando Avolio Filho) foi impedido de ir para a Inglaterra e o General Fayad (Ricardo Agnese Fayad) quase proibido de exercer a medicina por terem, ambos, atuado naquela pequena parcela a que me referi antes e que não caracteriza o Exército. Hoje o ministro da justiça (com minúsculas) é um dos ex-guerrilheiros revanchistas que conduzem o nosso País para o caos.

Vejo muito companheiro que pagou um tributo grande e injustamente. Gente que nada deve. Outro exemplo foi o caso do próprio Coronel Andrade Neves (José Eurico de Andrade Neves Pinto), no comando do Colégio Militar. Ele fora meu assistente aqui no Comando e lhe fiz quatro ou cinco visitas. Uma pessoa simples, adorado

pelos alunos. Eu não sei se eu como Comandante teria apagado o nome do Lamarca. Mas ele mandou apagar, e daí?

Afinal o Lamarca desonrou e traiu aquilo que temos de mais sagrado: a lealdade.

Acabaram pisando em cima do Andrade Neves de uma maneira violenta. Um retrato do tamanho de uma página A-4,[6] *com bigode, e embaixo a manchete classificando-o como nazista. Que coisa impressionante! Retratos dele e do Hitler lado a lado no* Jornal do Brasil. *Imaginem: o* Jornal do Brasil *falar sobre o comandante do Colégio Militar de Porto Alegre.*

O *Jornal do Brasil* também publicou uma fotografia minha de braços abertos ministrando uma aula de informações para o curso de correspondente militar. Dizia a manchete: "Coronel com voz empostada diz que o Exército continua pesquisando" e não sei o que mais. Não era nenhuma pesquisa, e sim uma pergunta sobre como se faz informação?

No dia seguinte o repórter que repassou a informação foi chamado por todos os companheiros de curso que estavam presentes e instado para que se desculpasse. Para mim não havia mais nada a comentar. O General Kraemer (João Edie Kraemer), Chefe do Estado-Maior do CMS já havia tomado as providências necessárias inclusive chamando o repórter envolvido.

Concluindo: o "revanchismo" se manifestou em todos os campos. Um exemplo do que falo, embora sem citar nomes. Logo que cheguei na 2ª Seção, apresentou-se a nós um camarada que trabalhava na subversão e, não sei por que cargas d'água, resolvera ser informante, aliciando inclusive outros colegas. Anos depois entrou com pedido de indenização e recebeu o dinheiro. Tudo isso é conduzir a situação do jeito que eles bem entendem, com indenização só para o lado deles...

Apenas para ficar bem claro: ele pediu indenização por ter sido perseguido pela Revolução por ser subversivo e terrorista?

Indenização para terrorista subversivo.

Não foi uma indenização trabalhista por ter trabalhado como informante...

Nada. Indenização porque fora terrorista.

É importante ficar bem claro porque é tão absurdo que...

Indenização por ter sido terrorista e não por ter trabalhado. E as famílias do nosso pessoal continuam desassistidas, ninguém recebeu absolutamente nada enquanto um bando de sem-vergonhas recebe horrores.

É, estamos vivendo uma fase muito difícil. Acredito que a Alta Administração de hoje busca minimizar estas ações, haja vista a iniciativa deste Projeto. Todos nós, com certeza, empreenderemos o máximo de esforços para revertermos o quadro atual.

O Projeto História Oral do Exército agradece a sua colaboração.

---

[6] Uma das dimensões padrão da folha de papel: é 21 x 29,7cm.

Anexo

OS 14 DA ALFAFA

(O Cmt CMPA e os 13 oficiais que, das 17h30min de 31 março 1964 às 17h de 5 abril 1964, permaneceram nas dependências da Companhia de Comando e Serviços do Colégio Militar de Porto Alegre, para salvaguardar a integridade física dos alunos deste Estabelecimento de Ensino.)

Coronel de Infantaria José PLÁCIDO de Castro Nogueira
Capitão de Infantaria Adahil da Silva TAVARES
Capitão de Infantaria José ÍNDIO Machado
Capitão de Cavalaria NASCIMENTO
Capitão de Infantaria João Pessoa Riograndense MOREIRA
Capitão de Infantaria Vladyr Damasceno FRÓES
Capitão QOA ORFELINO
Capitão de Artilharia ABRANCHES
Capitão de Infantaria Waldstein Iran KÜMMEL
1º-Tenente de Infantaria Cláudio Netto DI PRIMIO
1º-Tenente de Infantaria Fernando Ruy Soares de Vasconcellos CHAVES
1º-Tenente de Infantaria Alcy VILAS BOAS
1º-Tenente de Infantaria ARLÊNIO Souza da Costa
1º-Tenente de Infantaria Carlos Fernando de Carvalho CHAVES

Coronel Hélio Lourenço Ceratti

O Coronel Hélio Lourenço Ceratti é natural de Santa Rosa, RS, onde nasceu em janeiro de 1928. Ingressou no Exército em 17 de março de 1943 quando foi matriculado na então Escola Preparatória de Cadetes (EPC) em Porto Alegre e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 17 de dezembro de 1948.

No decorrer de sua carreira militar cursou as Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1958, de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) entre os anos de 1962 e 1964, Nacional de Informações (EsNI) em 1968 e a Superior de Guerra (ESG) em 1987.

Serviu no 8º Regimento de Cavalaria (8º RC), nos postos de Tenente e Capitão, nos períodos de 1949/1952, 1954/1958 e 1959/1961.

Mercê de suas qualidades profissionais, ainda como 1º-Tenente serviu no Comando da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), em Uruguaiana, RS, retornando àquela Grande Unidade em duas outras oportunidades, como Capitão e depois Tenente-Coronel do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), cujo estágio ocorreu no Comando da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé, RS.

Após concluir o Curso de Informações, serviu por dois anos na agência carioca do Serviço Nacional de Informações (SNI) e posteriormente por mais dois anos na agência gaúcha do mesmo órgão de assessoramento estratégico à Presidência da República. Solicitou sua transferência para a reserva em dezembro de 1972.

Já no convívio do meio civil, foi diretor da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) durante 11 anos. Em seguida passou a assessorar a presidência das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) até 1994. Foi Diretor da Companhia de Seguros G. B. Confiança (Grupo GBOEx) e membro do Conselho Deliberativo do referido Grupo. Desde 1995, integra o Conselho Executivo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Seção do Rio Grande do Sul (ADESG-RS), e há dois anos exerce o cargo de Delegado (diretor) do referido Conselho.

Ao longo de sua carreira militar foi agraciado com inúmeras condecorações concedidas por nossas Forças Singulares em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 27 de dezembro de 2001.

Temos a satisfação de entrevistar o Coronel Hélio Lourenço Ceratti, Oficial de Cavalaria da Turma de 1948, que emprestará a sua colaboração para o trabalho de História Oral do Exército na Revolução de 1964, que ora realizamos. Com a palavra o Coronel Ceratti.

Vou ser bem objetivo ao abordar os antecedentes imediatos e a preparação da Revolução. Inicialmente me reportarei ao Movimento de 1961: a Legalidade. Na época, era fiscal administrativo do Comando da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), comandada pelo General Ênio (Ênio da Cunha Garcia). Presenciei e participei dos acontecimentos que, em agosto e setembro de 1961, se desenrolaram na Guarnição de Uruguaiana.

Após o ato da renúncia do Jânio, o comando da 2ª DC ressentiu-se de informações sobre o que estava ocorrendo. Tanto é que o Comandante da DC mandou um oficial do nosso Estado-Maior a Porto Alegre, em um aviãozinho do aeroclube, em busca de esclarecimentos. Seguraram-no na capital e ele não retornou. Continuamos sem nenhuma informação.

O nosso general era simpático à posse do Vice-Presidente João Goulart e manobrou de modo a neutralizar as ações do seu Estado-Maior, cuja totalidade dos oficiais era contrária à posição do comandante janguista.

Os rádios recebidos eram decodificados e ele, por volta de onze horas, reunia o seu Estado-Maior e começava a sondar a opinião dos oficiais chefes de seção. À certa altura da reunião, constatando que todos os assessores eram legalistas, mas não aceitavam a posse do Vice-Presidente João Goulart, pelos perigos que tal fato poderia representar para o País, o General Ênio, dando uma desculpa de oficial de Cavalaria, deixava a decisão para depois do almoço e encerrava o encontro. Nesse meio tempo (soubemos depois), ele telefonava para o Brizola e transmitia a posição da 2ª DC.

Isso se repetiu por uns três ou quatro dias e nós sem informação alguma. Até que uma daquelas fortalezas B-36 da Força Aérea Brasileira (FAB) sobrevoou Uruguaiana e inundou a cidade, principalmente os quartéis, com panfletos que diziam que os oficiais eram pelegos e pediam a revolta dos graduados e soldados sob o argumento de que a oficialidade que os comandava era toda comunista.

A falta de informações e a agressiva panfletagem levaram o Estado-Maior da DC, com a aquiescência e a alegria do seu comandante, a aderir a posse de Jango. A decisão foi adotada por toda a Guarnição de Uruguaiana, independente das manobras escusas do Comandante da Divisão, sabidamente comprometido com o Brizola. Mas a maioria dos oficiais, já naquela época, reconhecia que o presidente a ser empossado não teria condições de bem governar o País.

O Chefe do Estado-Maior da DC era o então Coronel Pelegrini (João Jacobus Pelegrini), e faziam parte do EM os majores: Bischoff (Nelson Bischoff), Corrêa Neto

(Jonas de Moraes Corrêa Neto), Rondon (Rondon de Oliveira Guimarães), Prado Lima (Omar do Prado Lima) e Schmitt (Gilberto Oscar Miranda Schmitt). Este último foi o oficial que veio a Porto Alegre em busca de informação e só retornou depois do movimento. Era da Turma de 1945, muito inteligente, duas coroas. Mais tarde foi prefeito de Uruguaiana. Já morreu.

O que houve em 1961 foi isso. Toda aquela confusão, para mim, caracteriza a principal causa da Revolução de 1964: a falta de confiança no Governo do Jango, devido a sua incapacidade.

À semelhança da 1ª DC, a 2ª DC recebeu alguma missão? Houve deslocamento de tropa?

Não. A Divisão ficou aquartelada aguardando ordens.

Ocorreu alguma dissensão na área da DC?

Houve um pequeno problema com o Coronel Futuro (Carlos Alberto Soares Futuro), Comandante do 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo (4ºGA75 Cav), de Uruguaiana. Em razão da falta de informações do que acontecia ao seu redor, seja na cidade, seja na Divisão, logo no início ele se manifestou contra a posse do vice e passou a considerar todos como seus inimigos. Apontou as peças para o 8º Regimento de Cavalaria (8º RC) cujo quartel é contíguo ao 4º Grupo. O Comandante do 8º, Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), reclamou na 2ª DC contra o procedimento do seu vizinho artilheiro. Quando recebeu ordens para recolher as peças, o Coronel Futuro passou o comando do Grupo ao Major Rolim (Heronildes Sobreira Rolim) e se apresentou preso ao Comandante da Divisão. Mandaram-no recolher-se à residência mas ele não aceitou. Teimou em ficar detido no quartel e continuou criando caso. Ele era contra a posse do Jango e a maneira de protestar era complicar a vida do general, um janguista assumido.

Todas as Unidades da DC acompanharam o General Ênio no que respeita à posse do vice. Eram legalistas como nós, sem serem janguistas ou brizolistas. Note-se que a carência de informações era geral. Se no QG ela era sentida, imagina nos quartéis das outras cidades. Naquela época tínhamos muitas dificuldades nas comunicações.

No fim do ano de 1961 fiz exames para a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e, graças a uma boa preparação, fui aprovado. Em conseqüência, em 1962 saí de Uruguaiana e fui para o Rio de Janeiro. O primeiro e o segundo ano do curso correram quase sem novidades, mas no fim de 1963 o Governo Jango já enfrentava grandes problemas.

No início de 1964, começaram a surgir na ECEME alguns conspiradores inconformados com as tentativas governistas de desagregar as Forças Armadas e comunizar o País. Eu participava desse movimento e integrava um grupo chefiado pelo então Coronel Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo) tendo como subchefe o Tenente-Coro-

nel Medeiros (Octávio Aguiar de Medeiros) que, depois, foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Recebemos a missão de, nas férias do segundo para o terceiro ano, contatar com os companheiros do interior, informando-os, na medida do possível, do movimento que se esboçava no Rio de Janeiro. No retorno devíamos levar para os chefes de grupo uma avaliação sobre a posição dos companheiros.

Fui para Uruguaiana, onde passei minhas férias e fiz meus contatos com o pessoal da 2ª DC.

Ainda havia na Divisão remanescentes do tempo do senhor?

Não havia quase mais ninguém do meu tempo. Aliás, é bom lembrar que os oficiais mais renitentes contra a posse do Jango foram transferidos, por "castigo", para funções burocráticas, particularmente nas Circunscrições de Recrutamento (CR). Lembro do Rondon que foi para a 13ª CR de Bauru, em São Paulo. Alguns dos que eram mais simpáticos à corriola do governo acompanharam o General Ênio para Brasília, onde foi designado Secretário-Geral do Exército. O novo Comandante da DC era o General Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha). Falei com os então majores Floriano (Floriano de Aguilar Chagas), Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto), Ney (Ney Riopardense Rezende), meu colega de turma e que concluíra a ECEME um ano antes, com o Campedelli (José Campedelli), o E-2 da DC, e com o Coronel Raposo (Amerino Raposo Filho), Comandante do Grupo de Artilharia.

Relatei para o pessoal do QG o que estava acontecendo na ECEME e trocamos informações. Tanto eu como meus companheiros de Uruguaiana pensávamos da mesma maneira e achávamos a situação política que vivíamos extremamente grave.

Voltei para a Escola e iniciamos o novo ano letivo. A aula inaugural, no início de março, foi proferida pelo General Castello Branco e o tema centrado sobre o papel das Forças Armadas na estrutura do País. Ele nos deixou uma mensagem segundo a qual as instituições militares defendem o governo e não a pessoa do presidente. Na turma houve muitos comentários sobre aquele pronunciamento, porque o General Castello Branco ocupava o importante cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército. Nas conversas informais foi lembrado que até então estes assuntos não eram debatidos no âmbito das nossas escolas. No ano anterior havíamos tido uma palestra sobre segurança interna – também um tema inédito na Escola – e todos os oficiais que participaram da montagem e difusão daquele trabalho foram transferidos da ECEME.

Nunca tinha ouvido falar deste fato. Os instrutores foram transferidos porque ministraram um exercício sobre Segurança Interna?

Exatamente! Continuando, lembro que no dia 26 ou 27 de março fiz parte de um grupo de oito ou dez oficiais da ECEME convocados para a missão de garantir a segurança pessoal do Chefe do Estado-Maior, General Castello Branco, no sexto an-

dar do Palácio Duque de Caxias, onde estava situado o seu gabinete. Chegamos pela manhã e ficamos sabendo que havia o temor de uma ação do pessoal do gabinete do Ministro Jair (Jair Dantas Ribeiro), para prender o Chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Um coronel nos entregou o armamento, e por volta de doze ou treze horas ouvimos barulho de carros-de-combate na Avenida Presidente Vargas. Ficamos preocupados, mas, para alegria nossa, os carros se posicionaram de costas para o edifício como se para defendê-lo. Passamos o dia todo no prédio do Ministério. Mais ou menos às cinco horas da tarde um outro coronel, ao nos liberar, disse:

– O General Castello Branco agradece a cooperação. Os senhores estão dispensados e podem seguir para as suas residências, só tenham cuidado porque a PE está prendendo os que estão com uniforme de instrução. Como se pode ver, esta missão de segurança era uma afronta ao Ministro do Exército.

No dia 30, mais ou menos às 8h30m da manhã, o nosso diretor de ano, Coronel Cesário (Luiz Cesário da Silva), pai do General que hoje chefia o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), chegou a nossa sala e suspendeu a aula em curso. Informou que a Escola estava rebelada e que a partir daquele momento só obedeceria as ordens do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco.

Só para confirmar, a data é importante, este posicionamento da ECEME ocorreu no dia 30 de março?

Confirmo, foi no dia 30 de março de 1964. Quem estava ministrando a aula interrompida pelo Coronel Cesário era o Paiva Chaves (Carlos Alfredo Malan de Paiva Chaves). No fim da reunião chefiada pelo Coronel Cesário, os oficiais, sabidamente ligados ou simpáticos ao Governo do Jango, foram convidados para uma conversa no gabinete do diretor de ano. Eram uns quatro ou cinco colegas que não mais retornaram ao nosso convívio.

Os que permaneceram na sala foram distribuídos em vários grupos, com missões específicas. Uns foram ocupar os Fortes da Zona Sul, onde só atuariam para assumir o comando de Unidades ou dar assessoramento aos comandantes revolucionários. O encargo de um desses foi o de coordenar a segurança do Governador Carlos Lacerda no Palácio das Laranjeiras.

O meu grupo foi chamado à noite ao apartamento do Major Pasquali (Sérgio Mário Pasquali), nosso colega que também morava no edifício da Praia Vermelha, para receber missão. Pediram-nos para fazer algo meio esquisito: atacar a Base Aérea de Santa Cruz. Segundo um dos colegas, iríamos pelos próprios meios até a Praça Duque de Caxias e de lá alguns civis nos levariam de caminhão até Santa Cruz. Esta reunião aconteceu por volta de onze e meia, meia-noite. Diante de uma missão tão esdrúxula, começaram a surgir os questionamentos. Eu, por exemplo, perguntei:

– Onde está situada a Base Aérea de Santa Cruz?

O Major de Infantaria Cavalcanti (Gilberto Bezerra Cavalcanti Soares), um colega de grupo, homenzarrão conhecido pelo apelido de Gigi, também interveio:

– Não existe pelo menos um croqui da área onde vamos atuar? Se eu faço uma progressão, com este meu corpo e sem saber para onde ir, acabo conquistando a porta de alguma privada!

Continuamos discutindo a situação até que o Major Ludwig (Rubem Carlos Ludwig) – o Rubão – que era do grupo, levantou uma dúvida importante:

– E quem são esses civis?

Então nos foi revelado que os "civis" eram aqueles oficiais da Força Aérea que tinham participado dos levantes de Jacareacanga e Aragarças no tempo do Juscelino Kubitschek. A bronca foi geral:

– Com esse pessoal não dá, eles já fizeram duas revoltas e fracassaram.

– Esperem um pouquinho – interveio o Major Pasquali –, vou me comunicar com o Tenente-Coronel Medeiros, subchefe do grupo, para saber qual a opinião dele sobre esta missão.

Contatou e não havia nada de concreto. Fora apenas um mal-entendido que redundou em uma reunião sem objetivos definidos.

Em conversa com alunos da ECEME daquela época ouvi falar que na entrada da Praia Vermelha fizeram até barricada. Houve isto?

No dia 31 de manhã os boatos eram de que a Escola estava na iminência de ser atacada pelos Fuzileiros Navais. Para surpresa e preocupação de todos, apareceu um ônibus deles na Avenida Pasteur e permaneceu estacionado na área do bondinho. Foi quando ficamos sabendo que, desde a antevéspera, um capitão-tenente e mais oito ou dez fuzileiros navais estavam no Morro da Urca operando uma estação de rádio. Um dos nossos elementos tentou dialogar com o oficial que estava lá em cima mas ele não quis saber de conversa.

A esta altura dos acontecimentos o bondinho do Pão-de-Açúcar já estava desativado e a ligação com o morro era só pelo telefone. Essa foi a causa do dispositivo de defesa. Só que dispúnhamos apenas de um ou outro armamento individual e quase nenhuma munição. Eu, por exemplo, tinha um revólver 45, mas só com três balas. Até uns oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME) também participaram da barricada. Conseguiram mais armas, algumas inclusive do curso de Engenharia de Armamento. Para se ter idéia da situação, apareceu um tenente com uma pistola 22.

Nessa mesma manhã, por volta de onze horas, o pessoal de uma caminhonete nos entregou várias metralhadoras INA e alguma munição – armamento fornecido

pelo Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. O grande problema era impedir que as famílias, principalmente os nossos filhos, descessem à rua ou à praia. Mais ou menos às quinze e trinta, a TV Rio, cujos estúdios situavam-se no antigo Cassino Atlântico, em frente ao Forte Copacabana, passou a transmitir notícias da Revolução já em andamento.

Um grupo de oficiais da ECEME, sob o comando do Coronel Montagna (César Montagna de Souza), foi ocupar o QG da Artilharia de Costa, no Posto Seis. Outros alunos seguiram para os Fortes do Leme e São João e para o Grupo de Artilharia de Costa, no Leblon. Todos os comandantes daquelas Unidades eram revolucionários, e nossos oficiais limitaram-se a colaborar como assessores. Os alunos restantes receberam missões diversificadas.

No dia 1º de abril fiz parte de um grupo que ocupou o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), uma espécie de SNI daqueles anos, que funcionava nos altos da Casa da Borracha, esquina da Rua Uruguaiana com a Avenida Presidente Vargas. Montamos uma operação para ocupar aquele órgão mas quando chegamos lá não encontramos nada, ninguém. As gavetas dos birôs estavam abertas e vazias, restavam apenas recortes de jornais. Depois de uns quatro ou cinco dias apareceu um coronel com todos os fichários do SFICI: ele os havia levado para casa.

As aulas do 3º ano foram suspensas e nós só retornamos à escola em fins de julho. Durante esse período participamos do levantamento de dados para a Comissão-Geral de Investigação (CGI), viajando por todo o Brasil.

Os instrutores participaram também das ações revolucionárias?

Das ações físicas, não. Mas o grupo dirigente foi o corpo de instrutores da ECEME. Éramos os executantes. Um exemplo pessoal: na noite de 31 de março para 1º de abril, uma das tarefas que me deram foi ficar na escuta da Rádio Guaíba de Porto Alegre pois um dos sinais convencionados para a eclosão da Revolução seria a eventual prisão do Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, na capital gaúcha. Eu estava na escuta quando em torno de meia-noite, talvez um pouco mais, ouvi, com surpresa, a notícia de que o Governador Meneghetti, em vista dos acontecimentos ocorridos no centro do País, havia viajado para Passo Fundo.

Quando contei o que havia escutado para o meu chefe, Tenente-Coronel Áttila (Áttila Viana), instrutor da ECEME, ele não acreditou:

– Ceratti, espera um pouquinho. Foi isto mesmo que tu ouviste? Tens certeza de que não estavas dormindo?

Convidei-o para ir pessoalmente ouvir a emissora, que continuava, repetidas vezes, noticiando a viagem do Governador Ildo Meneghetti para o interior do Estado. Confirmada a informação que lhe passara, ele revelou a razão da sua preocupação:

– Nos nossos estudos de situação não tínhamos levantado esta alternativa de fuga do Governador. Vou conversar com o pessoal, mas acredito que já estamos em plena Revolução.

Vitorioso o movimento, como já mencionei, passei à disposição do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação. Viajei muito pelo Brasil coletando dados para subsidiar os inquéritos em andamento. Nos primeiros dias de maio, recebi a missão de buscar a declaração de renda do ex-Presidente João Goulart na Delegacia da Receita Federal de Uruguaiana.

Ainda estava naquela cidade providenciando os documentos solicitados, quando recebi nova missão: ir a São Borja ouvir o advogado Taufik Saad, assessor do Jango. Eu e o Major Ehlers (Jaime Ehlers), da 2ª Seção da 2ª DC (Uruguaiana), seguimos para lá no dia 10 de maio. Para surpresa nossa toda a Guarnição de São Borja estava aguardando informações e ordens, e a tendência da maioria era a de solidariedade e apoio a Jango e não a Castello. Quarenta dias após a Revolução e praticamente não havia nenhum revolucionário por lá.

Afirmo isso porque ficamos hospedados no 2º Regimento de Cavalaria, inicialmente na condição de detidos pelo Comandante da Guarnição e do 2º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Coronel Hélio (Hélio Nunes). Nós o conhecíamos porque ele era casado em Uruguaiana e servira muito tempo naquela cidade. Ele logo suspendeu a nossa detenção e nos confidenciou:

– Aqui somos pela legalidade e ainda temos esperança de que o Presidente Jango reassuma a Presidência.

O Serafim Dornelles Vargas ainda estava no comando do RC?

O Coronel Serafim, irmão do Presidente Getúlio Vargas, não estava mais no comando do Regimento de Cavalaria. Respondia pelo comando o Major Ary (Ary Wenholz de Araújo), da Turma de 1946, duas na minha frente, um oficial relativamente moderno. Mas o Serafim Vargas continuava quase dono do Regimento, vivia no quartel. Lembro de uma vez que ele passava pelo pátio, e o Ary apontou-o comentando:

– Olha, ali vai o nosso ex. Todos os dias ele vem aqui fazer a barba com o barbeiro do Regimento.

Os capitães mais antigos da Unidade foram unânimes em dizer que ninguém recebera informação ou ordem oficial para aderir ou não à Revolução. Naquele tempo havia um Pelotão de Fuzileiros Navais em São Borja. Fizemos um contato com o comandante do destacamento, e ele nos disse:

– Aqui, o único revolucionário sou eu. O restante da cidade é hostil a nós. Vou provar isto para vocês.

Nos mostrou uma das paredes do prédio do Pelotão, toda picotada de bala. Era muito tiro. E o tenente fuzileiro complementou a sua informação:

– À tardinha nossos "inimigos" passam aqui em frente ao destacamento atirando contra nós. Fechamos e trancamos todas as portas e janelas e o pessoal permanece aqui dentro para evitar a invasão do quartel.

Depois destas surpresas fomos trabalhar. Ouvimos o Dr. Taufik e conseguimos estabelecer uma ligação entre os Fuzileiros e o Regimento de Cavalaria, o que melhorou a situação dos defensores da Revolução em São Borja.

O importante e curioso de tudo isto é que os fatos narrados ocorreram quarenta dias depois da Revolução.

A Guarnição de São Borja era subordinada a que comando?

À 1ª DC, cujo QG era em Santiago do Boqueirão. Na época da Revolução, com o afastamento do General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva), a DC ficou sendo comandada interinamente pelo Coronel Montarroyos (João Augusto Montarroyos), Chefe do Estado-Maior da Divisão.

Enquanto estava em São Borja recebi a missão de ir a Itaqui verificar se realmente havia um campo de prisioneiros, com arame farpado e tudo mais que compõe este tipo de prisão. Fomos lá e constatamos que apenas haviam aproveitado as instalações do Aeroclube, ao lado do quartel do 1º RC, para isolar alguns agitadores daquela região. De campo de concentração, só encontramos a cerca de arame farpado em torno de um hangar do aeroclube onde três ou quatro pessoas estavam detidas. Entre elas estava o Gil Marques, político e um dos grandes fazendeiros do município – tempos depois foi prefeito de Itaqui. Nós o encontramos com o busto nu, apanhando sol. O tal campo de concentração fora uma invenção, ou alguma denúncia infundada, que chegara ao Rio.

Trabalhei no Conselho de Segurança até fins de julho, quando todos retornamos para concluir o ano letivo.

O senhor tem alguma idéia das missões atribuídas aos outros alunos?

Repito que após o dia 31 de março os alunos da ECEME constituíram ou reforçaram os Estados-Maiores de todos os Comandos de Grandes Unidades do Rio de Janeiro e de algumas Unidades isoladas. Lembro de colegas que foram para o Grupamento de Unidades-Escola, outros para a Divisão Blindada, e assim por diante. Alguns oficiais que haviam servido em Unidades do Rio de Janeiro antes de ingressar na ECEME, foram assessorar os comandantes substitutos daqueles chefes, exonerados por serem ligados ao governo deposto.

Algum oficial recusou cumprir a missão?

Uns poucos alunos assumiram claramente posição contrária à Revolução. Quando o diretor de ano suspendeu as aulas, dois deles foram fazer parte de um grupamento

que saiu do Rio e subiu a Serra para barrar as tropas que vinham de Minas, inclusive um muito conhecido, o Major Granja (Alirio Granja), Oficial de Infantaria que participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Profissionalmente era muito bom, mas comunista convicto. Lembro que durante as manobras que fazíamos no campo, o Granja não comia a etapa de ração dele. E quando a meninada se acercava do acampamento pedindo sobras de comida, ele a distribuía toda, justificando:

– É um absurdo que existam brasileiros passando fome.

Algum aluno ou instrutor foi cassado?

Instrutor, não me lembro. Houve algumas cassações de alunos. O Granja foi com o grupamento comandado pelo General Cunha Mello (Luiz Tavares da Cunha Mello) enfrentar os revoltosos do General Mourão (Olympio Mourão Filho) e como não tiveram êxito na missão, apresentou-se na Escola e, de imediato, requereu o seu desligamento e transferência para a reserva. Era um sujeito correto, e por isto teve sorte. Os esquerdistas que não se anteciparam, inclusive um colega do segundo ano, responderam a um inquérito. Tentaram negar qualquer ligação com a subversão, mas acabaram sendo cassados.

Já falei da reunião do 3º ano da ECEME, da suspensão das aulas, da obediência ao General Castello Branco e da convocação de alguns oficiais para irem ao gabinete do coronel diretor de ano. Outra observação sobre o comportamento da Escola: tínhamos colegas egressos diretamente do gabinete do Ministro Jair Dantas Ribeiro. Chamávamos esse pessoal de "viúvas do Jair", mas respeitamos aqueles que não eram esquerdistas. Um exemplo foi o Patrício (Armando Patrício), da minha turma de Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da ECEME, que viera do gabinete do ministro. Um excelente profissional, nunca foi molestado e chegou, merecidamente, a General-de-Divisão.

O meu grupo de estudo no terceiro ano era constituído por quatro oficiais: o Freitas Almeida (Carlos Arcoverde de Freitas Almeida), o Fernandes (Francisco Rodrigues Fernandes Júnior (Chiquinho), o Burmann (Clóvis Jacy Burmann) e eu. O Freitas Almeida morava em um apartamento bem amplo na Praia Vermelha, e nós sempre nos reuníamos lá para estudar. No final do mês de março, as equipes revolucionárias já estavam constituídas e conspirando, mas o Burmann ainda não participara de nenhuma reunião. Talvez ele não tivesse sido sondado para evitar constrangimento, porque tinha irmãos políticos no interior do Rio Grande do Sul, sabidamente ligados ao grupo do Brizola.

Um dia falei para o Freitas Almeida e para o Chiquinho que deveríamos conversar com o alemão. Eles não aceitaram a minha proposta, achando que era bom aguardar melhor oportunidade. Não concordei e avisei aos dois da minha intenção

de não esperar mais. Eu me dava bem com o Burmann, pois já servíamos juntos desde Uruguaiana. Ele não me "dedaria"! Era meu amigo e um homem correto. Fiz como o prometido, conversei com o alemão:

– Tu não te apercebeste ainda de que está havendo uma deterioração das instituições do nosso País com essa tendência esquerdista do governo, a crise econômica e o comprometimento da disciplina nas Forças Armadas? O Brasil está sendo comunizado e não podemos assistir a este desastre sem reagir! Estamos formando equipes para, se necessário, atuarmos contra este estado de coisas. Mandaram-me te convidar para participar. Pense bem e me dê uma resposta até amanhã na primeira aula.

Na ECEME, antes do início das aulas, tínhamos por hábito tomar um cafezinho de balcão no corredor. Eu cheguei, me aproximei dele, tomamos o cafezinho juntos, conversamos, e nada de resposta. Isto aconteceu na véspera da suspensão temporária do ano letivo.

Entramos para a sala, cujos lugares dos alunos eram fixados e determinados de acordo com a Antigüidade; como eu era mais antigo, sentava na frente do alemão. Quando se iniciou o período, ele me tocou nas costas, fez um gesto de aprovação com o polegar, e falou:

– Ceratti, sobre aquele convite de ontem, estou com vocês.

Parece que a decisão foi de encomenda. Quando suspenderam as aulas no dia seguinte e começaram a distribuir as tarefas, o alemão foi designado para fazer parte do grupo que iria assessorar a defesa do Palácio do Governo do Rio de Janeiro. Ele não gostava do Lacerda... O chefe do grupo era o Godofredo (Godofredo de Araújo Neves), um colega de turma de Cavalaria. Passados os primeiros momentos, perguntei:

– Godô, como vai o nosso amigo Burmann na missão?

– O homem trabalhou mais do que todo mundo.

Fiquei satisfeito. E não poderia ser diferente, o Burmann era o tipo do companheiro que, por suas qualificações, todos gostariam de ter ao seu lado. Com muita justiça foi promovido a general, chegou a quatro estrelas, e na reserva do Exército vem ocupando, até esta data, a presidência da FHE-POUPEx (Fundação Habitacional do Exército). É um cidadão e um militar excepcional!

Com este relato sobre alguns aspectos da Legalidade na Guarnição de Uruguaiana e da Revolução na ECEME dou por concluída a primeira fase do meu depoimento. Estou à disposição para as perguntas.

Como a Revolução foi recebida na fronteira?

Nas minhas andanças como observador da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional constatei que a população civil apoiava o movimento, cooperando

com entusiasmo, aceitando e cumprindo as medidas impostas pelo Governo sério e austero do Marechal Castello Branco. O serviço público melhorou e a situação econômica dava sinais de recuperação.

Em 1965, concluída a ECEME, fui classificado na 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé. Estagiei como chefe da 1ª Seção da DC e recebi a tarefa de elaborar um planejamento sobre "A Missão da Divisão de Cavalaria no Combate ao Contrabando". O pedido justificava-se porque as Forças Armadas participavam da repressão ao comércio irregular e, como estávamos na fronteira, a Divisão de Cavalaria deveria atuar, por ordem do escalão superior, nas ações repressivas contra o contrabando organizado na área lindeira com o Uruguai, difícil de ser combatido por causa da fronteira seca. Quando o nosso jipe apontava na coxilha, de alguma casa sempre saía um gurizote a cavalo para avisar os contrabandistas que os "milicos" estavam chegando. O êxito do nosso trabalho neste setor foi mínimo.

Em 1966 fui transferido para a 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana. Naquela época já começávamos a sentir contra nós a reação de uma parte da população. Os mais críticos eram os fazendeiros que, com o tempo, sentindo os seus interesses particulares prejudicados pela rigorosa fiscalização do Exército, começaram a se voltar contra o regime. A maioria deles era taxativa e se queixava a todo o momento de que "não fora para isso" que haviam apoiado a Revolução. A causa da contrariedade era a repressão ao contrabando de gado em pé, carne, lã e trigo, na fronteira do Uruguai e da Argentina, atividade, até então considerada normal. No momento em que começamos a reprimir a contravenção, perdemos os falsos aliados.

Com a abertura do comércio, o contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul praticamente desapareceu. Tanto isto é verdade que os grandes contrabandistas sumiram de Uruguaiana. Um deles, contraventor famoso, apelidado de "General", trocou Uruguaiana pela Cidade do Cabo, na África do Sul, e depois foi para os Estados Unidos onde passou a promover a entrada clandestina de mexicanos naquele país. Quando o FBI ameaçou prendê-lo, voltou para Uruguaiana.

E o "General" ainda está vivo?

Faleceu agora em setembro. E nunca mudou de profissão, continuava contrabandista. Mas, para satisfação nossa, nenhum destes contraventores enveredou para o narcotráfico, apenas se tornaram fazendeiros, plantadores de arroz, e continuaram atuando no contrabando.

O que os brasileiros mais esperavam dos novos governantes?

Esperavam principalmente o combate à corrupção. E nesta área cometemos alguns erros. Naquela época o nosso entendimento de corrupção era distorcido.

Lembro que no Conselho de Segurança trabalhei um tempo levantando a vida de um reitor de Universidade, porque ele era considerado um dos grandes corruptos da República. E sabem qual foi a única coisa provada contra o professor? Ele recebia o equivalente a um salário mínimo da época, de cinco ou seis fontes diferentes, mas por cargos que realmente exercia. Atualmente, isto seria encarado como corrupção de um homem público? No começo fizemos muita bobagem, não conhecíamos este filme e erramos bastante. Éramos ingênuos nas nossas análises da coisa pública.

Considero louvável o posicionamento do Exército de hoje, empenhado apenas nas suas atividades militares. Os tempos mudaram, é lógico!

Durante o período em que os alunos da ECEME ficaram no SFICI, qual era a missão dos senhores?

Nos primeiros dias de abril permanecemos lá como simples mão-de-obra. Após a escolha do General Castello Branco para Presidente, os dois oficiais – um tenente-coronel e um major – que considerávamos efetivos na chefia da Seção do Conselho de Segurança onde trabalhávamos nos surpreenderam dizendo:

– Está decidido que o General Castello Branco será o Presidente da República, e nós não pertencemos ao grupo dele. Vocês aguardem aqui que à tarde devem se apresentar outros oficiais para assumir a Seção. – Retornaremos para o Exército.

Deduzimos que os colegas que se afastavam eram do grupo do Costa e Silva.

Mas isto ocorreu logo nos primeiros dias da Revolução?

Na primeira semana! O General Castello ainda não havia assumido a Presidência. Lembro-me do oficial que se afastou, era o Tenente-Coronel Confúcio (Confúcio de Paula Avelino), depois saiu general e comandou a 16ª Brigada de Infantaria, de Santo Ângelo.

No dia seguinte o Tenente-Coronel Newton Cruz (Newton Araújo de Oliveira e Cruz) assumiu a chefia da minha Seção, já como elemento pertencente ao grupo do novo Presidente, o General Castello Branco.

O Coronel Portella (Jayme Portella de Mello) era o Chefe do SFICI – o SNI da época. Trabalhávamos no prédio da Casa da Borracha e tínhamos uma Seção de Operações na Avenida Presidente Wilson. Quando foi exonerado, após a indicação do Castello, levou junto todo o pessoal do grupo do Costa e Silva. Aliás, estranhei a maneira de atuar dele. Era um homem instável e as decisões que tomou nos primeiros dias da Revolução, quando a situação ainda estava confusa, foram, no mínimo, esdrúxulas.

Certa ocasião, quando um Pelotão de Carros aproximava-se pela Avenida Presidente Vargas, o coronel achou que iríamos ser atacados. Mas os carros passaram e foram embora. Aliás, nos primeiros dias da Revolução aparecia carro-de-combate a toda hora e de todos os lados. Ninguém sabia o motivo das incursões. Atacar um

escritório no Centro do Rio de Janeiro, certamente não seria a razão da andança de tantos blindados pela cidade.

Relatei estas histórias da Casa da Borracha para mostrar a existência de grupos, a rivalidade entre eles, e a insegurança e confusões nos primeiros momentos da Revolução.

Depois do cumprimento destas missões revolucionárias o que aconteceu com o pessoal da ECEME?

Voltamos à Escola e terminamos o curso. Os concludentes, na sua maioria, foram designados para servir em Brasília e no Rio de Janeiro. Aqui para o Sul, só havia seis vagas: duas em Santa Maria, duas em Santiago, e duas em Bagé, para onde fui porque tinha interesses por aqui. E para o Norte abriram oito ou dez vagas.

Quais os motivos do endurecimento da Revolução?

Não podemos esquecer o seguinte: em 1965, embora o Jango e o Brizola estivessem exilados, começaram a formar-se aqui dentro do País os embriões dos movimentos subversivos, todos ainda ligados aos dois caudilhos gaúchos. Eu estava em Bagé quando se descobriu na 3ª DC uma célula subversiva constituída por oficiais ligados ao Brizola. Suspeitou-se, mas não foi confirmado, de que eles teriam alguma vinculação com o movimento que surgiu por volta de junho ou julho daquele ano, liderado pelo Coronel de Artilharia Jefferson (Jefferson Cardim de Alencar Osório).

Nessa época, os pára-quedistas, sob o comando do Coronel Teixeira (Jorge Teixeira de Oliveira) – o "Teixeirão" – muito conhecido no Exército, estavam executando treinamento de saltos na área da 3ª DC e chegamos a cogitar o emprego deles para combater o Jefferson. Então, já em 1965 havia reação armada contra a Revolução.

A prática do terrorismo, segundo o meu entendimento, foi uma iniciativa deles. E a combatemos com uma contra-ação defensiva. Quem começou este confronto de violência foram os esquerdistas.

Tenho uma passagem na minha vida que cito como exemplo da agressividade dos subversivos. Em 1968 ou 1969, eu era analista do SNI do Rio e, como o chefe da Seção fora fazer um curso de especialização na Inglaterra, fiquei durante quatro ou cinco meses respondendo pela Seção de Operações da Agência, considerada uma das melhores do sistema. Certa vez, acompanhei uma operação em que o Tenente Perdigão (Freddie Perdigão Pereira), agente do Centro de Informações do Exército (CIE), tentaria fazer contato com uma pessoa na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Nossa incursão era apenas para tentar conversar com uma moça, denunciada por outro preso. Quando descemos do táxi no "ponto" fomos recebidos à bala. Graças

a Deus não fui ferido mas o Perdigão recebeu um tiro na femoral e só não morreu porque nós o levamos às pressas para um hospital, felizmente, bem próximo do local do atentado. Eles estavam mais preparados para a violência do que nós. Essas ações, próprias de terroristas, aprendemos com eles mesmos, e fomos obrigados a reagir também com o mesmo rigor.

Qual a sua opinião sobre os diversos governos militares?

Considero ótimo o desempenho do Presidente Castello Branco. Não há nenhuma restrição a fazer ao seu período de governo. Foi um grande homem, um excepcional presidente, um estadista.

Classifico o Costa e Silva como um Presidente menos preparado, nem tanto ele, mas alguns elementos que o cercavam. Além da doença, enfrentou uma cisão no grupo que desencadeou e defendeu a Revolução de Março.

Quanto ao Médici, não me julgo elemento indicado para qualquer avaliação, pois fiz parte da sua equipe. Era um homem simples, desapegado do Poder, bem intencionado e popular. Em razão dos seus êxitos, passou a ser sistematicamente contestado pela mídia esquerdista. A declaração dele: "O governo vai bem, mas o povo vai mal", mostra claramente as suas preocupações com os problemas sociais e a sua coragem de dizer que não concordava com alguns aspectos da sua administração.

Vale ressaltar que as ações do seu governo obstaram a expansão do comunismo internacional que se esvaziou na América do Sul. E nada foi feito simplesmente para agradar os americanos, como muitos dizem. Até pelo contrário, os enfrentamos em várias áreas de interesse, como, por exemplo, na fixação dos limites do mar territorial em duzentas milhas. O Embaixador Menezes Côrtes, quando esteve em Porto Alegre contou-nos a pressão que o Brasil sofreu por parte dos americanos devido a nossa decisão. Ameaçaram bloquear a nossa rádio-base na Ilha das Cobras. Através de uma espécie de "guerra eletrônica" iriam desmontar o frágil sistema de vigilância do nosso mar territorial que fazia o rastreamento dos navios e submarinos no Atlântico Sul.

Qual a sua opinião sobre o Governo do Presidente Geisel?

Foi um presidente atuante, criativo e austero. A "crise do petróleo" interferiu no seu Governo. Dentro do possível preparou o País para a redemocratização.

Que achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Penso que os métodos foram normais. Estávamos diante de uma guerra suja, para a qual não nos encontrávamos preparados. Aprendemos muito com o inimigo e com os nossos próprios erros.

Nosso trabalho de comunicação social foi realizado a contento?

Foi bom. Lembro do Rubem Ludwig, um bom comunicador que assessorou o Governo nesta área quando assumiu a chefia da Casa Militar. A principal mensagem de marketing na Revolução: "Brasil, Ame-o ou Deixe-o", não era agressiva nem mandava matar, mas foi muito criticada por parte da mídia e julgada pelas esquerdas como violenta e fascista. Não concordo com este enfoque dos esquerdistas.

Ainda sobre comunicação social, quero destacar que depois do advento da chamada "Nova República", as Forças Armadas têm sido criticadas sistematicamente pelo que fizeram ou deixaram de fazer durante o período do regime autoritário. Sei que é difícil polemizar com a mídia, mas acho que devíamos contestar as mentiras e meias verdades veiculadas contra nós. Sempre que replicamos as inverdades sem fundamento, eles se calam. Um exemplo: quando houve aquela onda na imprensa sobre a Operação Condor fizeram uma série de acusações contra nosso colega Ponzi (Carlos Alberto Ponzi). Ele contestou as calúnias revelando o que realmente ocorrera na época em que era chefe da Agência do SNI de Porto Alegre. Não se falou mais no assunto.

Penso que é uma falha não explorar as pesquisas que apontam índices favoráveis à credibilidade das Forças Armadas. Temos que aproveitar a opinião dos que estão do nosso lado, seja ele quem for, e produzir artigos que esclareçam aqueles pontos nos quais ainda somos alvos de crítica. Sei que hoje em dia o espaço na mídia, por vezes, só se consegue na base do dinheiro. Talvez fosse o caso de colocarmos algum recurso para trabalharmos esses dados positivos e explorá-los a nosso favor.

Quais as dificuldades para melhorar nosso conceito na opinião pública internacional?

É um problema complexo, com várias facetas. Um dos aspectos a considerar é a potencialidade do Brasil. Nossas possibilidades de crescimento, e conseqüente invasão de áreas econômicas, cria uma expectativa de inveja entre os pequenos e preocupação com uma futura concorrência entre os grandes.

Os norte-americanos aceitam, e talvez até desejem, o nosso desenvolvimento, desde que não comprometa os interesses deles. Quem mais cria dificuldades são as empresas multinacionais que buscam a máxima privatização da economia de um país emergente.

Como o senhor avalia a forma do desengajamento dos militares do Poder após o ciclo revolucionário?

Para mim a "abertura" foi normal e oportuna. Apenas considero que o Exército abriu mão e se desinteressou demais – quase que totalmente – pelas atividades ditas

de inteligência. Foi um erro de avaliação marginalizá-las. Reconhecido o erro, aos poucos volta a trabalhar no setor, embora sem a intensidade que havia na época revolucionária. É muito importante lembrar que a dinamização das informações, termo usado à época, foi fator decisivo para vencer a subversão. Esta é a única restrição que faço sobre a maneira como se processou o nosso desengajamento do Poder.

Muitos acham que os militares ficaram tempo demais no Governo. Outros reclamam que foi pouco e que só deveríamos entregá-lo depois que o Brasil estivesse totalmente desenvolvido. Considero que alguns até defendiam o continuísmo só para não perder os cargos que ocupavam graças à Revolução.

Há "revanchismo" contra os militares?

O "revanchismo" está aí, incluso na tomada do Poder pelos derrotados na guerra suja. Esta vindita era previsível, mas é tremendamente injusta para conosco. As Forças Armadas deveriam reagir, inclusive apoiando e incentivando estes grupos da reserva (Guararapes, Inconfidência, Quero-Quero e outros) a continuar defendendo as nossas instituições. Até a própria Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), que eu dirijo no momento, poderia ser um instrumento útil para enfrentar o "revanchismo". Outro dia mandamos um e-mail para o Deputado Júlio Redecker cumprimentando-o pelo seu pronunciamento na imprensa sobre aquele episódio ocorrido em Bagé, quando o Coronel Fontoura (Carlos Joaquim da Fontoura Rodrigues) impediu o arriamento da Bandeira nacional pelos arruaceiros do MST. O referido parlamentar fez algumas observações interessantes sobre os militares, assegurando que nós não temos interesse em assumir o Poder, que fomos sempre ordeiros etc. Será que alguém mais o cumprimentou?

Com estas interessantes idéias sobre alternativas para o combate ao "revanchismo" dos vencidos, encerramos o depoimento do Coronel Hélio Lourenço Ceratti sobre a Revolução de 1964. O relato da sua participação como aluno da ECEME na eclosão do Movimento e depois como oficial do Estado-Maior nas diversas Grandes Unidades e, finalmente, como integrante da área de informações, enriqueceu o nosso trabalho com valiosos subsídios históricos.

Coronel Roberto Monteiro de Oliveira

O Coronel Roberto é carioca, nascido em julho de 1926. Ingressou no Exército ao matricular-se na Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), hoje Colégio Militar, em 30 de março de 1946.

Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 14 de dezembro de 1950 e classificado no Regimento Floriano, Unidade que o acolheu novamente no biênio 1955/1956, quando galgou o posto de Capitão, em março de 1956.

Como oficial subalterno realizou os cursos de Manutenção Orgânica de Material Moto, na Escola de Instrução Especializada (EsIE), e o de Artilharia de Costa, na escola de mesmo nome. Serviu nos Fortes Tamandaré (Forte da Laje), Coimbra (1ª/6º GA Cos) e, como Capitão, no Imbuí (1ª/1º GA Cos M), de onde, em 1958, foi transferido para o 1º Grupo do 5º Regimento de Obuses 105mm (1º/5º RO 105), na Lapa, PR, dali se afastando temporariamente para cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), em 1960.

Integrou, a convite, o corpo de instrutores do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), em 1962 e, no ano seguinte, aprovado em concurso, ingressou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), onde vivenciou a eclosão da Revolução, em 31 de março de 1964. Em 25 de dezembro daquele mesmo ano foi promovido, por merecimento, ao posto de Major. Realizou o estágio de oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) como E4 do Comando da 2ª Brigada Mista, sediada em Corumbá, MT.

Comandou a 1ª Bateria do 4º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos (1ª/4º G Can AuAAé), hoje 32º GAC, em Brasília, DF, durante 1967/1968, sendo então transferido para o Estado-Maior do Exército (EME) e designado para a 4ª Seção (Logística e Administração de Material) da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM).

No ano de 1969, assumiu a chefia da Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (SNI), permanecendo naquela função por mais de três anos, período du-

rante o qual foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel em abril de 1970. Retornou ao Paraná em 1973, classificado no QG da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército (5ª RM/DE) e designado E2 daquele Grande Comando.

Nomeado, em 1975, Comandante do 5º GAC AP (5º Grupo de Artilharia de Campanha Auto Propulsado), sediado em Curitiba, naquela Unidade foi promovido a Coronel, por merecimento, em dezembro de 1975. Após entregar o comando, voltou ao Norte do Brasil ao aceitar o convite para ser o Chefe do Estado-Maior da 8ª RM em Belém, PA, retornando em 1978 ao EME, como Assistente do 3º Subchefe.

No desempenho da função de Adido Militar à nossa Embaixada no Peru, no período de 1979/1981, representou o Brasil nas negociações do cessar-fogo entre os exércitos do Equador e Peru. No seu retorno do exterior, exerceu a chefia da Seção de Legislação da 4ª Subchefia do EME, até ser transferido para a reserva em 1984.

Nos dois anos seguintes, chefiou o Setor de Segurança da Petrobrás no Rio Grande do Sul (SEREG/7) e, no biênio 1987/1988 o Escritório Regional do GBOEx-Previdência Privada, em Curitiba.

Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas, Seção do Paraná (ASMIR/PR). Exerceu a Direção Técnica do ITN (Instituto Tancredo Neves) em 1993 e do CEPES (Centro Paranaense de Estudos Sócio-Econômicos) em 1994.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, outorgadas por nossas Forças Armadas e pelo Exército e Governo Peruanos.

Entrevista realizada em 21 de agosto de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército tem o prazer de ouvir o Coronel Roberto que tem uma longa vivência na área de informações e foi indicado para ser um dos entrevistados por outro grande conhecedor do assunto, o General Negrão (Raimundo Maximiano Negrão Torres).

Minha contribuição foi modesta, vista do ângulo de um oficial subalterno e capitão, nos antecedentes e no período imediatamente após o 31 de março de 1964.

Participei de reuniões de conspiração, que se aceleraram desde o início de março de 1964, quando cursava o segundo ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Em determinada ocasião, fui convidado pelo Tenente-Coronel Newton Cruz (Newton Araújo de Oliveira e Cruz), a participar de um grupo de combate, com cinco integrantes, para determinadas missões de caráter excepcional. Segundo ele nos deu ciência, este era o primeiro grupo de cinco membros a ser organizado, e outros estavam em formação. O chefe desse grupo era o Newton Cruz e dele participavam o então Capitão Oliveira (Argos Gomes de Oliveira), o Capitão Einar Walter Berg – o famoso alemão Berg – o Capitão Ronaldo (Ronaldo Celso Lima), da turma de 1950, eu, Roberto Monteiro de Oliveira e um Major, também de Artilharia, que era do terceiro ano da ECEME, e só me recordo de seu sobrenome Oliveira.

Tínhamos, como os outros grupos, a incumbência de cumprir missões especiais. Uma delas já estava definida: uma vez iniciado o movimento (ou mesmo antes) receberíamos ordem e iríamos calar a TV Rio, através de um golpe de mão ou explodindo a geradora dessa televisão que se situava na área do cais do Porto. Fizemos até mesmo reconhecimentos dessas instalações.

Havia também a possibilidade de outras missões mais complicadas e delicadas, que poderiam ser extremamente perigosas para os executantes, mas que deveriam ser cumpridas, mesmo com extremo risco de suas próprias vidas. Mas tudo ficou no campo das hipóteses, porque a Revolução caminhou favoravelmente, e esse grupo de combate foi praticamente dissolvido sem realizar nenhuma dessas missões.

Dois dias antes do 31 de março de 1964, um pequeno grupo de alunos do segundo ano da ECEME, do qual eu participava, recebeu ordem de reconhecer o gargalo da península da Urca – linha do Iate Clube, aproximadamente na antiga Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Unirio –, onde deveríamos mobilizar uma linha de Postos Avançados de Combate (PAC). Fizemos esse reconhecimento e, a partir da noite de 31 de março, passamos a realizar fisicamente a defesa da península da Urca, revezando-nos na fiscalização de carros e outros veículos, quando julgávamos necessário. O QG dessa defesa ficava na ECEME.

Fazíamos parte dessa primeira linha de defesa que foi organizada, porque estávamos conscientes de que, tanto fuzileiros navais como tropas da Vila Militar – e

talvez até mesmo do Forte do Leme (Forte Duque de Caxias), comandado por um oficial sabidamente favorável ao João Goulart – poderiam nos atacar.

A ECEME, sob o Comando do General Jurandyr de Bizzaria Mamede, em ligação estreita com o Chefe do Estado-Maior do Exército General Castello Branco, era um dos centros de onde emanavam as idéias da Contra-Revolução. O equilíbrio e a capacidade de liderança desse comando quase informal contribuíram, talvez decisivamente, para o rápido sucesso do Movimento, no Rio de Janeiro.

Ultrapassada essa fase – em data próxima de 10 de abril de 1964 – todo o segundo ano recebeu a incumbência de fazer inquéritos policiais militares (IPM) em algumas repartições da então Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. O meu grupo foi incumbido de fazer uma investigação sumária na Delegacia do Ministério da Agricultura, no Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, em função de boatos de subversão e corrupção supostamente existentes. As investigações duraram cerca de um mês e nada se comprovou.

Ao contrário do que se pensava, fomos efusivamente recebidos por algumas pessoas daquele órgão, sendo que o próprio delegado titular da função abriu todas as pastas de documentos e, literalmente, nos ajudou a fazer as investigações e interrogatórios. Ao final, concluímos que não havia um nível de subversão que justificasse qualquer medida revolucionária. Constatamos apenas indícios de administração irregular em repartições subordinadas à Delegacia Federal e também na Secretaria Estadual de Agricultura, anomalia muito comum nas repartições civis brasileiras naquela quadra da vida nacional. Tão-somente lacramos o cofre da Delegacia e de uma outra repartição subordinada e, em nosso relatório final, requeremos que se fizesse uma auditoria a respeito.

Não acompanhamos a seqüência desse nosso trabalho, mas depois de algum tempo, lemos na imprensa que o titular fora substituído por um técnico muito bem qualificado e conhecedor dos problemas da agricultura do Estado do Rio. Uma decisão, a nosso ver, até apropriada que deveria ter sido adotada desde o começo: um técnico à frente daquela delegacia de natureza essencialmente técnica.

Terminado meu curso da ECEME, em dezembro de 1965, fui para Corumbá (Cmdo 2ª Bda Mista), onde não havia absolutamente nada de subversão. Corrupção provavelmente havia, pois fazia parte da rota de entorpecentes. Em março de 1966, fui convidado para comandar a 1ª Bateria de Canhões Automáticos 40 mm Boffors (1ª/4º G Can Au 40), em Brasília. Durante os quase três anos de comando tive alguma atuação indireta. Como tudo lá em Brasília, as instalações da Unidade destinadas às prisões disciplinares eram muito amplas.

Quando houve o episódio da revolta dos estudantes dentro da Universidade de Brasília, no início de 1968, o Comando Militar do Planalto (CMP), com o

emprego da Polícia Militar do DF, invadiu e prendeu os supostos responsáveis e foi instaurado um IPM. Muitos dos detidos foram levados para a minha Unidade. A maioria ficou apenas poucos dias, mas aproximadamente uns quinze deles permaneceram presos à disposição do encarregado do Inquérito cerca de 50 dias e só foram soltos mediante alvará de soltura concedidos pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Não sei exatamente porque, mesmo antes da conclusão do IPM e sem saber se o preso seria indiciado, ele recebia um alvará de soltura. Isso aconteceu com vários dos detidos, alguns deles tornaram-se conhecidos, como o Honestino Guimarães, líder estudantil na Faculdade de Geologia da Universidade de Brasília (UNB). Quando ele foi solto, mediante alvará, conduzi-o pessoalmente até o portão da Unidade, para me despedir ostensivamente dele. Hoje, dizem que está desaparecido, e se supõe que tenha sido morto na Argentina. Naquela época, a contaminação ideológica dele e da maioria dos demais era quase superficial.

Para minha surpresa, Honestino e vários outros, principalmente os mais jovens com quem dialoguei, não conheciam "nada de nada". Alguns nem mesmo eram capazes de enumerar os Estados do Brasil e suas Capitais, e assim foi fácil demonstrar-lhes que estavam idiotamente bancando uns dons quixotes. Rigorosamente, nada conheciam dos problemas brasileiros e pretendiam participar de um movimento para depor os militares do Governo e substituí-los por "socialistas" cuja ideologia – diga-se a bem da verdade – não conheciam com suficiente profundidade, limitando-se a repetir *slogans* e palavras-de-ordem que lhes haviam sido ensinados e que não sabiam explicar, muito menos justificar. A rigor, não tinham uma idéia clara dos propósitos secretos desses seus "líderes".

Muito jovens e incultos, mas intoxicados pelos *slogans* pregados *ad nauseam* pelos Órgãos de Comunicação de Massa (OCM), eles se diziam adeptos do "socialismo", em verdade autênticos idiotas úteis perseguindo a implantação de um "comunismo" que lhes haviam pregado com argumentação superficial, utópica e edulcorada. Portanto, muito longe dos perversos propósitos e dos sinistros e cruentos fatos históricos que caracterizaram sempre a tomada do Poder pelo comunismo marxista-leninista – os grandes massacres de populações inteiras.

A ignorância deles em matéria ideológica era gravíssima. Mesmo sem eu ser "ainda" muito entendido no assunto, era fácil mostrar-lhes que aquela militância não os levaria a nada. No começo, alguns deles desistiram. Lembro de um professor maranhense que, por causa da conversa que mantivemos, acabou retornando para o seu Estado. Na época do Natal mandou-me dois perus; fiquei até com medo de comer... porque ele continuava indiciado no IPM. Mas saiu fazendo muita festa para mim.

Foram muito bem tratados; todos os dias eu ia visitá-los, convidava um ou outro para tomar café comigo no cassino[1] dos oficiais e lá conversava com eles. Levava revistas para eles, e até pedia aos tenentes e sargentos que também o fizessem, mesmo sendo velhas, para ocupar as suas cabeças e assim impedir que acabassem sendo levados a qualquer indisciplina pelo ócio. Todos aceitavam, prazerosos, essas revistas já usadas.

Houve um exemplo de preso ideologizado e radical, o Walter Tesch. Ao recebê-las, examinava página por página, tentando encontrar propaganda a favor do capitalismo internacional, e redigia na própria revista uma contra-propaganda, alardeando as benesses do socialismo e apontando as incoerências do "capitalismo". Lembro-me bem, porque ele não tinha a mão direita. Inclusive recebi a recomendação de mantê-lo separado dos demais. Uma ocasião lhe perguntei

– Como é que você perdeu a mão direita?

A resposta foi direta:

– Fui colocar uma bomba na Thomaz Jefferson e...

A Thomaz Jefferson era um curso similar ao Instituto Brasil-Estados Unidos que funcionava em Brasília. Resolveram colocar uma bomba lá como um protesto contra a influência dos americanos no Brasil. A bomba explodiu antes e ele perdeu a mão direita.

– Quem mandou você colocar essa bomba?

– O partido! – mais uma vez a resposta foi imediata.

– Esses elementos do partido são uns irresponsáveis. Você teve alguma instrução sobre explosivos? E teve algum ressarcimento? – perguntei.

– Não, e também não recebi nada a título de seguro – respondeu.

– Mas você perdeu uma das mãos por irresponsabilidade deles.

A conclusão dele foi patética:

– Ainda tenho a outra mão para dar para o partido!

Nunca mais conversamos. Diante de uma lavagem cerebral desse porte não se tem diálogo possível. Anos depois, lendo um jornal, soube que ele estava integrando as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), naquele país.

Como Comandante da Unidade, às vezes, acompanhava o encarregado do inquérito, Major de Artilharia José Leopoldino e Silva; todos o chamavam de Macarrão. Ofereci-lhe a sala de reunião anexa ao meu Gabinete de Comando para que ele conduzisse os interrogatórios. Ele ficava sentado horas a fio, fazendo perguntas para cada um daqueles presos. Eu, às vezes, até ria bastante da paciência dele, com argumentos firmes, conduzia o interrogado à contradizer-se, no confronto com depoimentos an-

[1] Refeitório e sala de estar/recreação de um quartel.

teriores, um verdadeiro *expert* em interrogatórios. Delicado, oferecia cafezinho e outras facilidades e mordomias permitidas para o preso; com isto conseguia arrancar coisas do "arco-da-velha" deles. Que categoria, que técnica de interrogatório! Essa foi minha participação no pós-Revolução, portanto também superficial.

Depois de entregar o Comando servi, durante pouco mais de um ano, na Inspetoria Geral das Policias Militares (IGPM), então um órgão do Estado-Maior do Exército. Em seguida, aceitei o convite para chefiar a Agência do SNI, em Manaus. Fui nomeado em 22 de agosto de 1969, cheguei no Amazonas uns quinze dias depois, e saí de lá em 23 de dezembro de 1972. Fiquei, portanto, três anos e quatro meses.

Não havia subversão na Amazônia Ocidental. Nossos "subversivos" da época eram o Amazonino Mendes, depois governador por dois mandatos; o Serafim Corrêa, um dos "líderes estudantis" da Faculdade de Economia; o jornalista Mário Antônio Nusmann, estudante de direito, e o Gilberto Mestrinho, ex-governador, que já se mudara para o Rio de Janeiro.

Há um detalhe curioso sobre o Governador Mestrinho: mesmo tendo sido cassado, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) acolheu um projeto dele para implantar uma fábrica de tintas e vernizes sintéticos em Belém. Aprovou, liberou a primeira parcela do financiamento e ele começou a desenvolvê-lo. Assim foi a nossa Revolução.

Na Amazônia Ocidental – área sob a minha responsabilidade como Chefe da Agência do SNI de Manaus – só tivemos três episódios que podem ser focalizados como subversão.

Um foi o de um candidato a vereador do município de Tarauacá, no Acre. Havia uma recomendação para verificarmos os antecedentes políticos, ideológicos, sociais etc., enfim, os dados biográficos de todo o cidadão que se candidatasse a um cargo eletivo. Uma ocasião, o chefe da Seção de Política e Administração Pública (S1) da Agência me trouxe a seguinte situação:

– Na nossa lista de procurados consta um Fulano de Tal. Entre os candidatos inscritos a vereador em Tarauacá aparece também esse nome. Será a mesma pessoa? O da lista está sendo procurado pela Auditoria de Marinha do Rio de Janeiro. Não informaram porquê; mas está condenado a um ano de prisão.

– Solicite à Auditoria de Marinha os antecedentes e os dados biográficos dele, e peça ao Núcleo da Agência de Rio Branco – tínhamos um núcleo naquela capital – que verifique e cheque essas mesmas informações.

Poucas semanas depois: "bingo!" Era o mesmo cidadão. Informamos à Auditoria de Marinha do Rio de Janeiro e ela nos pediu que ele fosse recambiado para lá. O Comando Militar da Amazônia (CMA) colocou-o em um avião da Força Aérea Bra-

sileira (FAB) que o levou para o Rio. Leram a sentença dele – fora condenado a um ano de detenção – e o advogado entrou com um pedido de *sursis*. Concedido imediatamente, ele foi solto e voltou para Tarauacá. Não tive a curiosidade de verificar se ele se elegeu. Assim foi a nossa Revolução.

Outro episódio envolveu um tal de João Ramalho, integrante do Movimento de Educação de Base (MEB), movimento subversivo que teve a sua origem no Pará, e tinha um de seus focos em Marabá, mas que foi, praticamente, desmontado pela ação individual do Arcebispo de lá, Dom Gaudêncio Ramos. Ele era anticomunista e quando viu o que estava acontecendo na área de Marabá, se encarregou de denunciar os envolvidos. Então, na Auditoria de Belém correu um processo no qual esse João Ramalho foi indiciado.

Posteriormente, recebemos informes de pessoas de Tefé segundo os quais, não sei como nem por que, ele aparecera naquela cidade. Verificamos e informamos à Auditoria de Belém que nos pediu para recambiá-lo até lá, a fim de ser processado. O CMA o levou e o entregou à Auditoria da 8ª RM[2] e nunca soubemos se foi ou não condenado.

A subversão que houve naquela época na Amazônia Ocidental foi rigorosamente essa. Qual seja, zero. O então estudante Serafim Corrêa, líder estudantil da Faculdade de Economia, cujo diretor era o atual Senador Jefferson Peres – que nunca fora político, agora é que se candidatou e foi eleito. Conversava muito com o Dr. Jefferson Peres a respeito do Serafim, pois alguns oficiais do CMA e vários sargentos meus freqüentavam a Faculdade e me diziam que ele só falava mal dos governos militares, nada mais. Como os próprios que o ouviam, rebatiam, discutiam e mostravam a realidade da Revolução, não se caracterizava realmente nenhum crime. Ele era apenas um falastrão que reclamava contra os governos militares, ditadura militar etc., mas a consistência do que dizia era zero.

O jornalista Mário Antônio Nuzmann, por exemplo, escrevia no jornal *A Crítica* contra o Governador João Walter de Andrade, um Coronel de Engenharia, com o curso do IME (Instituto Militar de Engenharia). O Coronel João Walter fora chefe da CRO/12,[3] onde teve uma atuação muito eficiente nos planos de obras da 12ª Região e, na época da Revolução, o colocaram como o primeiro interventor do porto de Manaus – função que pouco depois passou para um Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha do Brasil de nome Aristides. Ambos acabaram candidatos à governador e o Coronel João Walter foi eleito, indiretamente, pela Assembléia Legislativa.

---

[2] 8ª Região Militar: Grande Comando Administrativo abrangendo os Estados da Amazônia Oriental.

[3] Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar – abrangia a Amazônia Ocidental.

Estava fazendo um governo abaixo de medíocre, com alguns indícios de favorecimento de terceiros oriundos da área do Estado de Sergipe, de onde era natural. E o Mário Antônio Nuzmann, como jornalista, "sentava o cacete" nele. Mas tudo o que ele escrevia era verdade. Acontece que participavam das reuniões do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), o Secretário da Segurança, Coronel Nardi (José Jorge Nardi de Souza), excelente companheiro, um homem da mais alta estirpe moral, e o comandante da PM (Polícia Militar) o Coronel de Infantaria Paulo (Paulo Figueiredo Andrade de Oliveira), também excelente companheiro e ótimo comandante da PM, depois promovido a general. Pois bem, esses dois defendiam o Governo do João Walter e faziam carga cerrada contra o Nuzmann. Dois homens puros que aceitavam como verdade o que o Governador lhes afirmava.

O Paulo é da turma de 1948?

1948, exatamente! Achavam que aquilo era subversão, mas eu e o E2, Tenente-Coronel Ruy (Ruy Vieira do Rego Monteiro), conhecíamos muito bem a Lei de Segurança Nacional (LSN). Rigorosamente, ele só poderia ser processado por difamação ou calúnia contra o Governador ou por crime de imprensa e nada mais. Não havia crime perfeitamente tipificado contra a Segurança Nacional. Em 1969, a LSN era muito fácil de ser interpretada, e muito dura.

Compartilhavam dessa opinião o E2, eu e, também, o então Chefe do Estado-Maior do CMA, General Espírito Santo (Sylvio Octávio do Espírito Santo), que sempre chefiava as reuniões do CODI. Fomos contra a instauração de IPMs indiciando o Mário Antônio Nuzmann, o Serafim Corrêa e ainda o Amazonino Mendes. Eu, pelo menos, os considerava uns idiotas úteis, uns pés-de-chinelo que não representavam rigorosamente nenhum risco para a segurança interna, menos ainda quanto à subversão. O Serafim Corrêa até hoje é um falastrão. Já foi candidato a senador, governador e prefeito. Agora mesmo é candidato novamente a prefeito. A rigor, tudo o que se relacionava com subversão era da total competência do CMA; a agência do SNI/AM era apenas um mero membro da comunidade de informações.

Terminado o meu tempo, pedi para retornar para o Sul. Foi um desgaste muito grande viver três anos e quatro meses em Manaus, chefiando atividades em uma Agência do SNI, o que nos obrigava a responder, durante cada trimestre, a mais de 30 Informações Necessárias (IN) do Plano Nacional de Informações (PNI), de periodicidade mensal; uma verdadeira loucura. Para não dizer que era impossível, tínhamos que trabalhar a pleno vapor quase que ininterruptamente. Era um trabalho muito bonito e importante, porque estávamos desvendando a Amazônia, exatamente na hora que era necessário desvendá-la. Há episódios interessantíssimos que eu poderia contar; direi apenas o indispensável porque não se refere ao tema central.

Por exemplo, a Agência do SNI de Manaus impediu a concretização de uma das grandes falcatruas que estavam sendo tramadas. Vou citar e*n passant*, bem rápido, para não sair do tema. Atuamos mediante pedido de busca da Agência Central, aprofundando uma análise a respeito do projeto da Mineração Rio do Norte, subsidiária da ALCAN do Brasil S.A., que por sua vez era subsidiária da ALCAN (Aluminium Limited of Canadá S.A.), que queria nada mais nada menos do que a aprovação pela Sudam de um projeto para fazer a lavra – extrair, lavar e secar – e exportar três milhões de toneladas da melhor bauxita,[4] do planeta Terra, na área do Rio Trombetas, com um teor metálico acima de sessenta por cento, sendo uma parte metálica e outra refratária; esta, aliás, cara e rara. E quais as concessões que seriam feitas para esse projeto?

1ª: isenção de imposto de renda por dez anos;

2ª: a posse da maior jazida conhecida do planeta com aquele teor metálico;

3ª: autorização para colocar no mercado de capitais do Brasil cinqüenta milhões de dólares; e

4ª: ainda, nada mais nada menos do que, um financiamento equivalente a um quarto do saldo do Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) – que agora tem outro nome.

Era o tipo de negócio que eu também gostaria para mim. Ganho a maior e melhor jazida de bauxita – maior do que aquelas da Jamaica e com teor metálico acima de sessenta por cento – com isenção de imposto de renda por dez anos. Coloco no mercado de capitais cinqüenta milhões de dólares em ações para me capitalizar, utilizando aquele mecanismo da Sudam que financia mediante recebimento de ações preferenciais – nem ações ordinárias eram – e ainda me dão uma quantia tal que era aproximadamente um quarto de todo o Fidam, na época. Ora, isso até minha mãe gostaria de ter!

Fruto dessa investigação houve uma reunião de seis Ministros com o Presidente Médici e ficou estabelecido que a exploração dos metais não ferrosos – tal como já acontecia com os ferrosos – só seria permitida para empresas concessionárias constituídas com cinqüenta e um por cento de capital nacional. Guardei uma cópia dessa informação, porque realmente foi um trabalho digno de orgulho profissional.

Essa era a constante de nossa atuação. A subversão era praticamente zero. O trabalho era todo voltado para os ilícitos na área de comércio exterior, com subfaturamento das exportações e superfaturamento nas importações. Delitos fis-

---

[4] Rocha com aparência de argila, principal fonte de alumínio e matéria-prima para a fabricação de sulfato de alumínio, cimento aluminoso e refratário aluminoso.

cais. Além de acompanhar o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e da área da Sudam, todos eles objetos das INs do PNI. Assuntos inteiramente distintos da área de subversão. Aprendi muita coisa, mas em relação à subversão, muito pouco.

Depois, durante um ano e três meses fui E2 da 5ª RM (abrange os Estados do Paraná e Santa Catarina). Vim para cá porque queria comandar na área do Paraná e também porque estava há três anos e quatro meses na chefia da Agência e me sentia cansado. O General Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura) achou razoável e conseguiu me classificar no QG da Região e o General Tourinho (Ayrton Pereira Tourinho) me designou para a 2ª Seção da RM/DE.

Aqui nada acontecia, porque era uma área – segundo estávamos informados – de refúgio ou de passagem. Quando as coisas esquentavam em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Sul, os subversivos se refugiavam no Paraná e em Santa Catarina. E os contatos eram muito poucos, alguns até conhecidos, mas não havia consistência para promover a responsabilidade criminal de nenhum deles, pelo menos dos personagens que conhecíamos.

Para não dizer que não houve nada na área da subversão, prendemos, por ordem do Centro de Informações do Exército (CIEx), uma ex-freira de nome Cristina casada com um ex-seminarista de nome Simeão. Foi um escândalo terrível porque, simplesmente, o ex-seminarista era sobrinho-neto do General Mário Carneiro Portes, na ocasião Secretário de Segurança, circunstância que só descobrimos depois que ele foi preso.

Veio uma equipe do CIE e os levou para São Paulo onde estavam indiciados em um IPM sobre a criação do Partido Comunista Brasileiro Rural. Esta facção ou dissidência subversiva foi uma iniciativa que não teve vida longa; não conseguiu sobreviver em função desse inquérito que estava ocorrendo lá. A ex-freira e o marido dela (o ex-seminarista) ficaram em São Paulo um dia e retornaram. O encarregado do inquérito era o famoso delegado Fleury (Sérgio Fernando Paranhos Fleury). O Simeão e a Cristina saíram daqui em uma madrugada, no carro do CIEx; na mesma manhã, cedinho liguei para São Paulo:

– Delegado Fleury, aqui é o Tenente-Coronel Roberto Monteiro de Oliveira, etc. e tal. Os presos referidos seguiram viagem, passaram na minha mão tantas horas, estão incólumes e ela disse que está grávida. Peço ao senhor que tome cuidado com alguma coisa que possa ocorrer.

Ele falou bem assim:

– Coronel, isso que falam de mim é onda. Não faço nada com ninguém.

No final da tarde ele me ligou:

– Coronel já confessaram tudo, vou mandar uma cópia para o senhor. De fato eles tiveram ligações com o PCBR etc. etc...

E deu as linhas gerais da confissão que eles assinaram lá, no mesmo dia. No dia seguinte estavam aqui, sob a tutela da prelazia, dando entrevistas sobre os maus tratos que haviam recebido e dizendo que tinham sido torturados. Em conseqüência, Dom Albano Cavalim, Bispo Auxiliar, foi falar com o General Tourinho, Comandante da Região. Como o General tinha uma grande confiança em mim, recomendou ao Bispo:

– O Sr. suba ao 4º andar, fale com o Roberto e verá que nada disso é verdadeiro.

Conversei com Dom Albano Cavalim e lhe mostrei que tudo era a mais deslavada mentira. Primeiro, passaram presos aqui algumas horas e em São Paulo outras poucas também, onde confessaram.

Outro episódio aconteceu quando recebemos uma informação, através do General Milton (Milton Tavares de Souza) Chefe do CIEx, dizendo que o Joaquim Pires Cerveira viria aqui clandestinamente, para restabelecer contatos com o cunhado, a família etc., e que deveríamos nos posicionar para tentar prendê-lo. Montamos duas equipes, uma junto à casa e negócio do cunhado e outra nas proximidades da casa da mulher dele.

Cada equipe era composta de duas turmas: uma turma era nossa – eu me revezava com o Tenente-Coronel Camargo (Rômulo Nunes Camargo), meu adjunto – e outra era chefiada pelo Dr. Ozias Algauer Chefe do Departamento de Ordem política e Social (Dops), pois só eles tinham equipamento Motorola.[5] As duas equipes mistas ficaram se revezando 24 horas, coordenadas pelo rádio, durante quase 10 dias. Ele não apareceu, nada aconteceu, foi um "chabu".

Em outra ocasião recebi também ordem direta do General Milton para prender um uruguaio que trabalhava em uma empresa de engenharia chamada A Murada, que participava da construção da estrada de ferro Central do Paraná. Tudo aconteceu porque, volta e meia, ele viajava no trecho Curitiba/Montevidéu/Curitiba e – para azar dele – trabalhava na mesma empresa um indivíduo que, embora fichado por ter sido trotskista, estava inativo. Não havia nada demais, a não ser que trabalhavam juntos. Isso dava uma certa veracidade ao informe de que o uruguaio seria pombo-correio entre os tupamaros e a nossa área.

Prendi o homem e mandei levá-lo para o CIE. Passados uns 40 dias, o General Milton ligou e me disse:

– Realmente, não procedem aquelas informações que chegaram ao nosso conhecimento. Estou devolvendo o homem a você e ele se queixa de que perdeu o emprego. Então, através de contatos pessoais com os diretores da empresa, tentei recolocá-lo no mesmo cargo, porque realmente nós o prejudicamos com o que fizemos.

---

[5] Rádio portátil para intercomunicação

– Mas General, por favor, eu prendi o homem; agora o senhor quer que eu arranje o emprego dele de volta. Que Revolução é essa? – brinquei com o General.

O comentário dele foi interessante:

– É, mas essa é a nossa Revolução!

Liguei para a empresa, falei com um Fulano que não me lembro mais o nome, expliquei que fora um erro e que nós, para reparar o mal que fizéramos, pedíamos a ele que readmitisse o empregado na empresa.

– Coronel – eu era Tenente-Coronel na época – não haverá problema, nós estamos precisando de gente, ele está readmitido.

Mais tarde, esse cidadão apareceu na Seção com a mulher dele – uma uruguaia tinhosa – que "largou a língua" em cima de mim por ter prendido o marido dela e o mandado para o CIE no Rio. Lá pela tantas perdi a paciência e lhe disse:

– Veja só que interessante. A senhora vem aqui, recebe um cafezinho, conversa, ou melhor, xinga o "torturador", que se preocupou em restabelecer o emprego do seu marido e nada lhe acontece. Na sua terra ele já estaria morto... a senhora está consciente disso?

Falei daquela maneira porque já sabíamos que lá no Uruguai e na Argentina as conversas eram diferentes. E prossegui:

– Então a senhora erga as mãos para o céu e agradeça a Deus estar no Brasil. Nós aceitamos denúncias contra o seu marido que se mostraram inverídicas e, em conseqüência, nos preocupamos em corrigir o erro que cometemos. Ele será recolocado no antigo trabalho.

Como ele queria ir para Recife, arrematei:

– E ainda vou falar com a diretoria da empresa para conseguir a transferência dele para o Recife, se é isso que ele quer.

Esse foi o meu papel durante um ano e pouco como E2 aqui na Região. Rigorosamente zero. Depois, durante o biênio 1974/1976, desengajei desse problema ao voltar para a tropa, a fim de comandar o 5º GAC AP no Boqueirão. Em seguida fui convidado para chefiar o Estado-Maior da 8ª RM, em Belém. Lá, na Capital do Estado, as coisas não eram muito diferentes dessas daqui, mas existira nos anos anteriores a guerrilha de Xambioá, na região de Marabá, uma área de muita complexidade.

Recém-neutralizada – há um ano e pouco –, ainda existiam elementos remanescentes esparsos na área. Tanto é verdade que ocorreram dois episódios de grande ensinamento para mim e todos os que participaram deles. Um foi o famoso massacre dos Davis. As pessoas que não viveram esse episódio, talvez não se lembrem mais dele. Nós, que o vivemos, ficamos traumatizados durante um bom tempo.

A história é mais ou menos a seguinte. No Sudeste do Pará havia conflitos pela posse da terra; digamos litígios possessórios, ou seja, posseiros contra "proprietários". Isso mesmo. Tudo começou quando o Presidente Médici decidiu implantar a Transamazônica. A propaganda alardeava que era um projeto com o objetivo de assentar "homens sem terra nas terras sem homens".

A abertura daquela rodovia trouxe levas de retirantes do Nordeste, de Minas e do Espírito Santo. Essas foram as três áreas que mandaram mais pessoas em busca das "terras sem homens". Então, começaram a haver conflitos fundiários – este é o nome correto – na área. Ainda não existia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e "reforma agrária" era uma expressão pouco usada.

O General Euclides (Euclides de Oliveira Figueiredo Filho), Comandante da Região, e eu chegamos lá em 1976. Chefiava o Estado-Maior e, como tal, era o chefe do CODI, que se reunia a cada quinze dias e onde o que mais se comentava era exatamente os litígios possessórios. E, para adensar os conflitos fundiários na região, sofríamos a influência de Dom Alano Penna na prelazia de Marabá, de Dom Estevão Cardoso em Conceição do Araguaia e, lá embaixo, em São Félix do Araguaia, de Dom Pedro Casaldáliga. Era uma linha reta de três bispos extremamente radicais, a favor dos posseiros na questão agrária. A estação de rádio de Conceição do Araguaia colocava no ar, entre outras, as seguintes expressões:

– Os tubarões têm direito a vinte, trinta mil hectares! E você não tem direito a nada. Se você estiver em uma área que tomou posse há mais de um ano, não saia dela, a não ser mediante mandado de reintegração de posse exarado pelo juiz da Comarca.

Acontece que o juiz era do lado deles. Então o dono da terra, que tinha o título de propriedade, entrava com um pedido de reintegração de posse e a justiça não despachava. E aquilo foi se arrastando, se avolumando e a tensão cada vez era maior.

Bem no meio do Pará havia uma importante estrada de terra batida – PA-70, depois mudou para PA-150 – que interligava Marabá, Vila Rondon e o chamado "ponto zero", o entroncamento da Belém-Brasília com essa PA. Ela cortava terras – vi o título de propriedade – que o Estado do Pará havia vendido para um americano chamado – se não me engano – John Davis. Ele fora piloto voluntário da RAF (Força Aérea Britânica) na Segunda Grande Guerra, um militar orgulhoso de ter pertencido à Força Aérea de Sua Majestade. Um homem muito decente, chefe de uma família cristã-presbiteriana: marido, mulher, quatro filhos, cunhado etc.; foram para lá e compraram quatrocentos mil hectares de terras do Estado do Pará.

O Sr. Davis foi lá no QG várias vezes e mostrou os títulos registrados em Cartórios de Imóveis: a escritura de compra e venda feita pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará) e o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Absolutamente regular.

O Governador Alacid Nunes (Alacid da Silva Nunes – Coronel da Reserva), em conversa comigo sobre isso, garantiu:

– O americano comprou! Nós vendemos! O Instituto de Terras do Pará pode confirmar isso.

E aí começaram as invasões a cavaleiro da PA-70 ou 150. Vila Rondon era um vilarejo situado no meio das terras dos Davis. Não eram invasões de cinqüenta ou cem hectares; eram quatrocentos, até mil hectares. Em uma área mais ao Norte, um invasor, que nunca conseguimos chegar até ele, ocupou três mil e quinhentos hectares. Quando mandamos um emissário dizer que queríamos conversar, ele simplesmente respondeu:

– Não vou; se quiserem, venham me buscar!

Eram invasões pelas quais você não podia ter nenhuma simpatia. Uma das conseqüências foi a emboscada que armaram para a família do americano, quando mataram dois dos rapazes e deixaram o velho agonizante. Qual foi o objetivo daquele horror, que aconteceu no dia 3 de julho?

No dia seguinte, 4 de julho, aniversário da independência dos Estados Unidos, a imprensa internacional publicaria a manchete. E foi como saiu no *New York Times*, no *Finacial Times*, no *Washington Post:* "Massacre da família Davis no Pará".

Quando soubemos, o general acionou o Destacamento de Operações de Informações (DOI). Fomos ao local, prendemos todos e os levamos para Marabá. Descobrimos que tudo tinha sido coordenado por um tal de João Baiano, oriundo do Espírito Santo. Pedimos inclusive os antecedentes dele à polícia capixaba que nos informou ser ele um conhecido militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Então, havia uma dupla motivação. Os homens da base queriam ficar com as terras que tinham invadido. E aceitaram a liderança de alguém que sabia o que estava fazendo. E o fazia por uma motivação ideológica. O plano foi o seguinte: na véspera, o João Baiano reuniu o pessoal e estabeleceu itinerários diferentes de maneira que eles chegassem mais ou menos à mesma hora no local onde deveriam destruir as cercas da gleba. Uma verdadeira operação de guerra. Mandou uma equipe dizer para o Davis:

– Vá lá porque vão derrubar todas as tuas cercas.

E ele foi com todos os filhos. A filha escapou da chacina porque, ao chegarem na região onde os invasores tinham preparado a emboscada, ele pediu para a mocinha ir à Vila Rondon e trazer de lá uns soldados, para impedir que derrubassem as cercas.

Os invasores estavam todos tocaiados, foi tiro para lá e tiro para cá. Depois que dois dos rapazes estavam agonizantes, um dos emboscados encostou uma espingarda doze e explodiu a cara de um deles; um outro, também com uma espingar-

da de chumbo, estufou o peito do segundo filho. O pai, já todo baleado, recebeu ainda um tiro de trinta e oito que se alojou na coluna vertebral e foi a causa da sua morte. Ele foi levado em um avião da FAB para Belém. Já no hospital, onde ainda viveu alguns dias, cheguei a conversar com ele. Fiquei muito penalizado com aquele terrível massacre.

Como o Exército ainda tinha poder de polícia naquelas questões que feriam dispositivos da Lei de Segurança Nacional, instauramos um IPM. Depois a legislação foi modificada e essa atribuição passou para a Polícia Federal – medida lamentável em um governo militar. O João Baiano montou realmente uma minioperação militar; teve até o cuidado de escolher evangélicos, a mesma religião do Davis, para organizar a equipe que foi chamar o americano. Depois perguntei para um deles:

– Como é que vocês puderam fazer uma coisa dessas?

– Ninguém me disse que seria assim. Se eu soubesse que era para matar, não teria ido. Porque ele é meu irmão de crença etc. etc.

O próprio invasor estava traumatizado. Claro, não adiantava mais, pois de qualquer maneira, os Davis estavam mortos, o que ocasionou uma gritaria que teve repercussão internacional.

Embora fosse uma área complicada, em 48 horas estávamos com todos os participantes presos. Levamo-los para Marabá e começamos a fazer os interrogatórios. O general e eu fomos até lá para dar apoio ao E2, Major Diniz (Diniz Esteves), na época um oficial inexperiente, mas muito bom, tanto que anos depois foi instrutor da Escola Nacional de Informações (EsNI). Ocorreram alguns episódios curiosos; um deles com o João Baiano. Diante de todos – nós ficávamos ouvindo o interrogatório – ele apenas dizia:

– Não sei... não sou eu... isso aí não é verdade...

Mas quando ficava sozinho com o Major Diniz ele dizia baixinho:

– Quando eu sair daqui vou matar você.

Bom, no final resultou em um inquérito com quase quatrocentas páginas. Verificamos até a situação de um padre italiano – depois fiquei bastante penalizado – que atuava na Vila Rondon, onde fazia a mesma pregação que ouvíamos na estação de rádio de Conceição do Araguaia: “A terra é de Deus, sendo assim, é de todos. Como é que esses tubarões podem ter 10 a 20 mil hectares, e você não pode ter a sua terrinha?”

Durante as investigações descobrimos que ele estava em situação irregular no Brasil, pois vivia há vários anos na Vila Rondon com visto de turista. Entregamos o caso para a Polícia Federal. Ele chegou a ir ao QG para negociar com o General, que não quis nem recebê-lo. Conversamos e ele até chorou bastante. No final eu lhe disse:

– Olha, às vezes vocês nem percebem como é grave o que fazem, estão incitando a luta pela terra com o uso da violência, um crime enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Naquela época ainda era a "lei dos três ministros militares", que cominava pena de morte ou prisão perpétua para incitamento com morte. Era essa a pena. O padre acabou apenas expulso.

O inquérito se estendeu por aproximadamente uns quatro ou cinco meses e, em conseqüência, fomos obrigados a liberar todos os detidos. A maioria dos indiciados estava em Marabá, apenas os principais em Belém. Ainda assim foi difícil, porque era muita gente, 42 pessoas.

Até a Procuradoria-Geral da Justiça Militar mandou um Procurador especial para acompanhar esse inquérito. Ele fez um adendo ao relatório do Major Diniz, não me lembro em que base. Remetemos o IPM através da Auditoria Militar de Belém. A Procuradoria-Geral da Justiça Militar não o acolheu como crime político contra a Lei de Segurança Nacional; devolveu e mandou entregá-lo à Justiça Estadual tipificando o crime como homicídio qualificado.

Quando fui transferido, no começo de 1979, ainda não havia sido formado o tribunal do júri para julgar esses 42 indiciados e mais o João Baiano como o mandante. Aliás, ele deve estar por lá, andando para baixo e para cima, porque possuía mais de mil e quinhentos hectares naquela área.

Esse foi um dos episódios.

Os problemas fundiários eram a "dor-de-cabeça" do E2, do general e minha, somados, é claro, às dificuldades naturais daquela região. Estávamos sempre com um problema fundiário. Ainda bem que o Superintendente do Incra, Elias Seffair, bom administrador e político, era nosso amigo, favorável às ações do Governo revolucionário e, também, preferia negociar. Como havia muita terra devoluta por lá, quando surgia um problema fundiário, um litígio possessório, sempre buscava uma solução conciliatória:

Situava-se naquela área a famosa Colônia do Brasil Central, uma imensa gleba de terras daquela região do Araguaia que, na década de 1940, o Getúlio Vargas mandara lotear e vender, em uma tentativa de colonização e ocupação daquele vazio no Brasil Central. Lembra dessa Colônia?

Com esse nome, não!

Pois até hoje ainda me vem à lembrança aquele mapa grande do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na escala de um por um milhão.

Planejaram um assentamento em uma gleba, sem levar em conta a geografia da área. Eram linhas poligonais geodésicas, inclusive as linhas divisórias entre os

lotes. É interessante frisar que a maioria dos compradores era de São Paulo – lembro muito bem que uns 15 lotes, com cerca de 1.500 ha cada um, pertenciam aos Mori (nisseis).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) observou que ali o Rio Araguaia faz uma longa alça e que se traçasse uma determinada poligonal naquela área da Colônia do Brasil Central, quem estivesse a leste daquela linha estaria em terras devolutas. E a maior parte dos invasores – entre aspas – estava realmente nessa área da alça.

Então, o problema que envolvia – não lembro mais o número exato – vamos dizer 2.500 famílias, passaria a envolver no máximo quatrocentas, o que simplificaria completamente a questão. Para as outras duas mil e poucas famílias que ficavam em terras devolutas, o próprio Incra prometeu que não seriam removidas. Receberiam um título de posse provisória da terra. E ainda seria possível negociar, colocando as quatrocentas famílias de "invasores" em terras devolutas.

Não sabemos até hoje quem foi, mas resolveram impedir que essa poligonal fosse traçada, por certo porque perceberam que se isso acontecesse, o problema fundiário se esvaziaria; o litígio possessório desapareceria completamente. O que fizeram? Cercaram a turma de engenheiros geodésicos do INCRA que estava demarcando a poligonal, quebraram os teodolitos e demais aparelhos e ameaçaram matá-los da próxima vez que eles aparecessem.

Assim que o General soube do ocorrido chamou o Coronel Dirceu (Dirceu Bittencourt de Sá), Secretário de Segurança, e o Tenente-Coronel Moreira (Carlos Alberto Moreira), Comandante da Polícia Militar (PM), e determinou que um pelotão dos bons desse cobertura a essa equipe do INCRA. Era preciso continuar o trabalho de demarcação da poligonal, para eliminar aquele problema fundiário.

O Coronel Moreira mandou selecionar um sargento e trinta soldados, para fazer a segurança da equipe técnica que estava trabalhando na implantação da poligonal. Depois soubemos que foram montadas três emboscadas para esse grupo que estava fazendo o trabalho. Por circunstâncias aleatórias, as duas primeiras falharam, não ficamos sabendo nem o porquê.

Na terceira vez, encurralaram o pelotão da PM, mataram dois soldados e feriram gravemente outros dois. O pessoal técnico largou tudo e foi embora. O sargento e os outros soldados ficaram escondidos na floresta; mais tarde o sargento foi até submetido a um Conselho de Disciplina porque se mostrou covarde em ação.

Quando tomamos conhecimento, fomos de avião para a região e determinamos a ocupação da área com uma Companhia do 2º BIS (2º Batalhão de Infantaria de Selva), sediado em Belém; outra Companhia do 51º BIS, de Marabá, e uma terceira

Companhia, esta do 50º BIS, de Imperatriz. O comando da operação foi dado a um Major que tinha sido instrutor de guerra na selva. Ficamos praticamente com um Batalhão naquela área, porque – segundo notícias depois confirmadas – as emboscadas haviam sido feitas por mais de quarenta posseiros. Então, havia realmente o risco de um confronto e nós não poderíamos perder.

Acabamos prendendo os suspeitos com uma certa facilidade, porque um indicava o outro, este um terceiro e, no final, prendemos em torno de quarenta. Entre eles, um padre chamado Maboni. O General me chamou e disse:

– Roberto, você que é "papa-hóstia" – sou católico praticante – cuide desse padre, porque se disserem que o torturamos, seremos muito "prejudicados".

Ele não disse essa palavra, mas uma semelhante.

Aprendêramos com a experiência anterior, quando a necessidade daquele vai e volta de avião resultou na falta de condições da FAB de nos atender a contento. Nesse segundo episódio a sede também foi Marabá, mas os principais líderes logo foram levados para Belém, a fim de serem interrogados. Seguiram três agentes pastorais e uns cinco líderes, entre eles um tal de João de Deus que, curiosamente, era casado com uma senhora cuja beleza e porte nos levavam a concluir que ela era oriunda de outra região do Brasil.

Durante os interrogatórios repetiu-se novamente toda aquela lengalenga:

– Estava lá, mas atirei para cima... Não atirei, o outro é que atirou...

Sabiam que nós não admitimos o engodo, a mentira e a dissimulação, já eles...

E você tinha que provar que o Fulano atirou e que a bala da arma dele é que matou o Beltrano. Essa é a interpretação jurídica. E mais: o crime de multidão é de autoria indeterminada. Outro aspecto interessante do crime de multidão: o ônus da prova é sempre de quem acusa. Embora tenhamos recolhido todas aquelas armas, ficou difícil, para não dizer impossível, mesmo baseado em uma perícia balística, caracterizarmos que o tiro da arma "X" ou "Y" matou o soldado "Z", porque quase todas elas eram espingardas que utilizam cartuchos de chumbo e cujos canos não são raiados, não deixando, portanto, vestígios. Foi fácil identificar o dono de cada arma.

O inquérito foi feito em Belém e também veio um procurador militar de Brasília para nos orientar – Procurador Manes Leitão. Resultou em uma parafernália de quatrocentas páginas, mas acreditávamos que tudo fora bem feito. O Major Diniz já passara a chefia da 2ª Seção para o Tenente-Coronel Hernani (Hernani Guimarães Teixeira), de Infantaria. Depois do seu despacho, o General entregou o inquérito na mão do E2, que o remeteu para a Auditoria Militar de Belém e de lá o Procurador especial o levou para a Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília.

A Justiça Militar de Belém acolhera como crime contra a Segurança Nacional. Acontece que o Procurador Manes Leitão nos traiu e no seu despacho conclusivo disse que não era crime contra a Lei de Segurança Nacional e sim homicídio qualificado. O relatório foi feito de acordo com o que queria o Procurador-Geral da Justiça Militar que não desejava padres e bispos enquadrados na LSN, por considerá-la muito dura.

O General e eu ficamos indignados com ele porque, afinal de contas, privara da nossa intimidade e depois, rigorosamente, nos traiu. Novamente tudo foi considerado crime comum, entregue à polícia e à justiça estadual. Até eu sair de lá, não haviam formado o tribunal do júri na Comarca de Conceição do Araguaia. O juiz já não era mais o mesmo, e o substituto temia as conseqüências se determinasse o julgamento para enquadrar os indiciados. De maneira que eles estão todos soltos.

A única coisa que conseguimos foi enviar uma cópia do relatório para o Núncio Apostólico. Direto! O General Euclides pediu para ele ver o que poderia fazer com Dom Estevão Cardoso que – prática muito rara – acabou sendo transferido para Uberlândia. *A posteriori*, o padre Maboni foi indiciado como cúmplice, mas posto em liberdade. Dom Alano Penna não foi indiciado porque as acusações contra ele eram sumárias, não tinham consistência suficiente para caracterizar qualquer delito.

O crime de Dom Estevão era claro: incitamento à luta entre as classes sociais com o uso de violência, da qual resultou na morte de soldados no cumprimento do dever. Quando encaminhamos como crime contra a Lei de Segurança Nacional, o arcebispo Dom Gaudêncio Cardoso Ramos assinou um artigo no jornal *O Liberal*, lamentando que os militares, tanto tempo depois – mais de ano e meio – do problema da guerrilha na região de Xambioá, onde morreram dezenas de pessoas, solucionado através do IPM conhecido como "de Perdidos", alusão ao povoado de Boa Vista de Perdidos, onde os militares foram emboscados, próximo a uma das bases dos guerrilheiros, venham novamente perseguir, etc. etc.

O General me encarregou de redigir um artigo, como sendo a resposta dele, ao Dom Gaudêncio e que foi publicado, inclusive, na primeira página da *Folha de São Paulo*. A partir daquela data ele nunca mais compareceu às solenidades para as quais era convidado e, quando encontrava o General, evitava qualquer aproximação. De amigo que era, e o era realmente, passou a inimigo. Também lamentei, pois morreram dois soldados no cumprimento do dever e Dom Gaudêncio queria que deixássemos os autos no limbo das coisas insolúveis, dos crimes cometidos e nunca julgados, como ocorrera no caso dos Davis. Se ele fosse medianamente inteligente e sensato, saberia que o Comando Militar não poderia deixar de encaminhar o IPM, considerando crime contra a Lei de Segurança Nacional, como o fez.

Além dessas duas passagens, houve apenas um ou outro incidente. Durante o período em que o General Dilermando (Dilermando Gomes Monteiro) comandava o II Exército, foi "estourada", em dezembro de 1976, uma célula do PC do B em São Paulo, quando morreram muitas pessoas. O Exército e a Polícia Federal tentaram prender os suspeitos, eles resistiram e morreram, inclusive um dos irmãos Pomar. Nesse sentido, foi o último acontecimento ocorrido durante o governo militar.

Os dois irmãos Pomar que estavam envolvidos nesse episódio eram oriundos da nossa região. Acontece que durante o tempo que eu estive lá – quase três anos – o E2 sempre acompanhou tudo e tinha informantes; eles pouco atuaram na área. Pelos menos nós não tomamos conhecimento. Então a subversão lá não era como aqui, em 1973, praticamente uma guerra declarada, mas também não era como na Amazônia, rigorosamente nula. Isto porque os elementos remanescentes da guerrilha de Xambioá, que permaneceram na área da 8ª RM, apoderaram-se de bons pedaços de terra e certamente não haviam perdido a sua contaminação ideológica.

É o que eu poderia dizer a respeito da minha participação no Movimento de 1964, ou seja, praticamente irrelevante, exceto, talvez, algumas idéias que podem ser aproveitadas dentro de um contexto mais amplo e relevante.

Vamos às perguntas. Aqui no Paraná havia conspiração contra os governos militares?

Entre 1973/1974, período em que fui E2, não tivemos conhecimento de nenhuma ação que pudesse ser enquadrada como conspiratória. Os comunistas conhecidos eram acompanhados em suas atividades pelas seções de operação dos outros órgãos da "comunidade", e eles não cometeram, pelo menos nada soubemos, ato que pudesse tipificar crime contra a LSN. O E2 que me substituiu, quando fui comandar o 5º GAC AP, o então Tenente-Coronel Rômulo Nunes Camargo, hoje General, também não teve muito trabalho nesse sentido.

Antes de 31 de março, a conspiração que havia lá na Lapa, onde eu servia, era exatamente no sentido de prepararmos uma Revolução contra os subversivos e corruptos – aliás, nada mais do que o Exército fazia em todo o território nacional.

Éramos uma trinca famosa: o Capitão Argos Gomes de Oliveira, o Capitão Jovaldo Ferreira Dias e eu; fazíamos as nossas tramas por lá. Até aconteceu um episódio curioso: o Jovaldo era muito gordo e, numa ocasião, estava pregando cartazes em um poste, desequilibrou-se, caiu e quebrou a perna; numa baixa em combate.

O chefe do grupo era o Argos, uma alma belíssima, um democrata puro. À época da Revolução ele vibrou com a escolha do Castello Branco – unanimidade no Exército Brasileiro – pois todos sabíamos ser um homem sem restrições, sem mácu-

las e que seria um êxito como governante. Três ou quatro meses depois ele já queria derrubar o Castello Branco porque o Presidente estaria muito brando.

O Comandante da Unidade, lá na Lapa, era o famoso Niltinho (Nilton Freixinho), na época, rigorosamente um bom comandante. Era um homem de bem, um oficial brilhante, estudioso dos problemas brasileiros.

Qual a sua avaliação, que pode ser sintética, sobre os governos militares?

O Governo Castello Branco foi excepcional; interpreto como uma escolha da Providência Divina. Podemos nos orgulhar. Um homem talhado para aquela quadra histórica. Fez rigorosamente tudo o que era necessário. Entregou o Governo nas mãos do General Costa e Silva, um homem de bem, um militar que amava o Exército e o País, mas de competência política duvidosa. Foi um Governo fraco.

No entanto, quando se deparou com a exacerbação do movimento subversivo, editou corretamente o Ato Institucional nº 5 (AI-5), a maneira encontrada para retomar o pulso contra a subversão que estava se ampliando e novamente colocando em risco a Segurança Interna. Depois do problema de saúde que teve, quando os três ministros militares assumiram o Governo, houve realmente um endurecimento proporcional à subversão que se instalara.

A Junta, em 1969, aprovou nova Lei de Segurança Nacional, muitíssimo mais dura, com pena de morte e prisão perpétua. Entendo que o Governo dos três ministros militares foi duro, mas profilático, necessário para aquele momento, muito embora a minha preferência seja por uma democracia social porque, como católico praticante, tenho uma preocupação com justiça social.

Uma justiça social apoiada nas encíclicas *Rerum novarum, Quadragésimo ano, Mater et magistra* e a *Octogésimo adveniat*. A partir desta, em boa parte das novas Encíclicas, já não se reconhece mais a voz do “meu pastor”; são produtos de uma corrente ideológica dentro da igreja católica. A *Pacis in terrae* é pior ainda; apenas a *Laborem exercens*, do Papa João Paulo II, é “meia-boca”, pois “dá uma no prego e outra na ferradura”.

Considero ideal uma democracia com fundamentos sociais da doutrina de São Tomás de Aquino, ou seja, a favor da propriedade privada e da livre iniciativa, que ele considera, inclusive, um direito natural, associado ao livre arbítrio, portanto não modificável pelo Estado porque foi imposto pela Providência Divina.

Não vou me alongar no exame das Encíclicas, mas temos que estudá-las para interpretá-las com precisão. Na realidade, continua prevalecendo o direito natural da propriedade privada, o direito à livre iniciativa, como anexo ao livre arbítrio, e o direito de se usufruir dos bens que licitamente lhe pertencem. Essa é a minha

doutrina social, não a Teologia da Libertação, do famoso padre Gustavo Gutierrez, o homem que a inventou e a quem conheci lá em Cuzco, no Peru, quando fui Adido Militar naquele país.

Li vários artigos escritos por ele, inclusive comprei o primeiro livro sobre a Teologia da Libertação, além de artigos de jornais e revistas. Acabei conhecendo um pouco a Teologia da Libertação. Uma igreja contaminada pela ideologia não é mais a Igreja Católica Apostólica Romana. O papa atual tem lutado contra isso, inclusive conseguiu livrar a Polônia do socialismo.

Retomando a avaliação dos governos da Revolução, ficou bastante claro que os chefes militares não queriam se perpetuar no Poder. Todos os presidentes militares tinham a intenção de democratizar o Governo. Uma preocupação que foi interpretada como fraqueza deles. Mas, no momento adequado, editou-se o AI-5.

O Presidente Emílio Médici continuou cumprindo, muito equilibradamente, no campo institucional, exatamente o que prescrevia a LSN. Um fato que provavelmente poucos sabem: o Médici não cassou nenhum direito político! Nenhum!

A Revolução de 1964 é um fenômeno onde você vê com clareza a Providência Divina atuando de mil maneiras. Primeiro quando escolheu os nomes que deviam chefiar aqueles governos de salvação nacional, porque o Brasil, sendo a maior nação cristã do planeta, é importantíssimo para os planos Divinos. Então Ele – Deus – se fez presente naquele momento em que a Revolução aconteceu, porque foi – na minha opinião – um acontecimento com ares realmente de milagre. Nossos inimigos eram os donos de todos os dispositivos, inclusive militares, e conseguimos reverter aquela situação sem lamentarmos uma morte sequer, de lado a lado.

Livramos o Brasil do mais terrível flagelo da História da Humanidade: o marxismo-leninismo, e isso não tem preço! Se analisarmos qualquer manifestação onde estava sendo tentada a instalação de um regime socialista-marxista, encontraremos um nível sobrenatural de violência.

Quando exercia a função de Adido Militar no Peru, um jornal comunista de Lima, por ocasião das comemorações de um dos aniversários do famoso episódio conhecido como "Bogotazo", publicou uma reportagem alusiva, inclusive com a fotografia do jovem Fidel Castro, na época, presente em Bogotá. O motim na Capital colombiana desencadeou-se com o assassinato do candidato do Partido Liberal às eleições presidenciais. Foram 4 dias de violentos distúrbios urbanos.

O jovem Fidel Castro, então com vinte e poucos anos, era convidado dos liberais. Nos conflitos morreram quarenta mil pessoas. O confronto entre as correntes liberais e conservadoras continuou ao longo do tempo e ficou conhecido como *La era de la violência*. Foram 4 anos e morreram aproximadamente quatrocentas mil

pessoas de lado a lado. Liberais e conservadores matando-se mutuamente, até na zona rural; e com requintes de perversidade.

A "Síndrome de Caim" é uma realidade. Se fizermos o mesmo estudo na Hungria, no período da Bella Kun e Rosa Luxemburgo, veremos que eles mataram um milhão de húngaros, um milhão. Lá no Laos mataram mais de dois milhões. Então, a "Síndrome de Caim" é uma maldição terrível que acompanha os movimentos marxistas-leninistas. No caso dos brasileiros, na verdade muitos deles eram inocentes úteis; ou, como dizia Kruschev, idiotas úteis, pois, normalmente, eram levados de roldão pela cúpula que os usava e os descartava depois. Isso ocorre até hoje.

De qualquer maneira, o Presidente Costa e Silva falhou em subavaliar o perigo que estávamos correndo e deixou a subversão crescer demais. Realmente, se ele tivesse agido antes, editado o AI-5 mais cedo ou modificado um pouco a LSN, o futuro teria sido diferente. Aquela legislação sempre foi muito branda com a subversão; desde a primeira LSN. Em 1964, ainda estava em vigor aquela lei discutida e aprovada pelo Congresso, no Governo do Dutra, voltada para os crimes cometidos pelo Partidão – PCB – com penas de seis meses a um ano, sendo que a acusação precisava provar que o movimento era financiado pelos estrangeiros.

O Senhor já estava comentando o Governo Médici.

O Presidente Médici, como disse, não fez mais do que cumprir rigorosamente a legislação. Não cassou ninguém, mas demitiu muitos, a maioria por corrupção; pelo aspecto moral, poucos por subversão. No Itamarati, onde proliferavam os "esquerdinhas", muitos foram atingidos, por vários motivos. Estive ligado aos diplomatas, quando Adido Militar à embaixada do Brasil em Lima.

Passei dois anos convivendo com eles e, inclusive, conheci uma secretária que passou 5 anos na Rússia e era apaixonada pelos russos. Nós, os adidos militares, normalmente fazíamos os Relatórios Periódicos de Informações (RPI), abrangendo os quatro campos do poder – político, econômico, psicossocial e militar – e também o subversivo. Quando íamos, informalmente, cotejar nossos RPI com os documentos parecidos produzidos pelos Secretários da Embaixada para o Itamaraty – "trocar figurinhas", como se diz na comunidade de informações –, a referida secretária sempre estava em desacordo com nossas conclusões e a favor da subversão.

O peso maior no Peru era a subversão. Havia várias tendências, todas marxistas-leninistas. Praticamente, assisti o nascimento do S*endero Luminoso,* aquele movimento guerrilheiro radical. É possível que, para a 2ª Seção do EME, eu tenha sido uma das mais importantes fontes sobre aquele movimento, literalmente "terrível".

Então, o Médici realmente fez o que devia fazer. E apesar de ser tão odiado pela esquerda, ele conseguiu conter os movimentos contestadores, como o começo de

guerrilha aqui no Vale da Ribeira, onde o Lamarca esteve presente e assassinou um 2º-Tenente da Polícia Militar de São Paulo (Alberto Mendes Júnior) e depois Caparaó, que também não deslanchou porque os mineiros, moradores da área, desconfiaram e rapidamente levaram ao conhecimento das autoridades militares. Finalmente houve Xambioá, na região do Araguaia, com um desenvolvimento razoavelmente grande.

Você sabe que em 1969 recebemos um informe sobre pessoas estranhas naquela área?

Em 1969, meses antes de assumir a chefia da Agência do SNI de Manaus, eu estava estagiando na Seção de Coordenação das Informações da Amazônia, da Agência do SNI de Brasília, chefiada pelo então Coronel Salgado (Luciano Salgado Campos). Quando recebemos esses informes a que o senhor se referiu, não tínhamos condições de apurá-los, então os remetemos para o Comando da 8ª RM verificar; foi o que fizemos.

O Comandante da Região era o General José Horácio da Cunha Garcia, oriundo de Cavalaria; ele não acreditou muito e mandou fazer apenas uma Ação Cívico-Social (ACISO) naquela área, que nada conseguiu confirmar. Se ele tivesse determinado a implementação dos devidos pedidos de busca, talvez pudéssemos ter impedido o progresso da guerrilha que estava se instalando e que tanto trabalho nos deu.

Muito bem. Voltemos a falar sobre os Governos militares.

O Presidente Médici, na minha opinião, foi muito feliz porque ele tinha uma virtude típica de cavalaria: identificar as coisas principais e deixar em segundo plano as secundárias. Todas as medidas de impacto do governo dele, como por exemplo, mar territorial de 200 milhas, Transamazônica, Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Programa de Redistribuição da Terra e de Estímulo Agroindustrial do Norte e do Nordeste (Proterra) e outros programas agrários foram excelentes.

Sobre a alteração da largura do mar territorial brasileiro, esse documento foi gerado pela Secretaria do Conselho; era um limite para se negociar no futuro, até porque o Peru e o Equador tinham adotado aqueles valores. O Médici endureceu com o Itamarati, que queria algo mais brando, aliás, eles sempre preferem soluções que não dê desgaste político. Fui ao Itamarati e entreguei a documentação para o Chefe de Gabinete do Ministro. Ele olhou a proposta e de pronto disse que seria melhor reestudar o problema. O Ministro falará pessoalmente com o Presidente.

Existia uma espécie de norma, no Itamarati, que determinava o seguinte: todo diplomata, depois de 5 anos de missão no exterior, permanece 3 anos no Brasil. Não sei se continua em vigor, mas, às vezes, isso não acontece, e torna os embaixadores desligados da realidade nacional. Arrisco dizer até que alguns deles perdem a sensibilidade a respeito do que seja soberania, independência, integrida-

de territorial e interesses nacionais. Tenho esta impressão! Porque, de onde vem todas as ameaças em relação à soberania nacional, esses novos conceitos de soberania relativa, interdependência dos países?

No meu entender, os diplomatas vão abrandando seu nacionalismo e acabam ficando com um viés internacionalista. Por isso o Fernando Henrique mobiliou os principais postos de sua confiança com diplomatas. Ele é ligado, desde a fundação, ao diálogo interamericano, criado pelo Congresso dos EUA, para controlar a política externa americana em relação à América Latina.

O Presidente Médici teve grande sensibilidade quanto à nossa soberania e integridade territorial. A Transamazônica e a Perimetral Norte foram impactantes nesse sentido. Foi a maneira de dizer: "Isto aqui tem dono!"

Trechos dessa estrada ainda hoje são transitáveis, com um movimento razoável.

Houve um desmonte político, financeiro e administrativo proposital, extremamente inteligente e perverso. Posteriormente, teve-se o mérito de iniciar a implementação do Projeto Calha Norte, a fim de ocupar o enorme vazio ao Norte da calha principal do Amazonas/Solimões.

Os governos posteriores também o abandonaram. O Exército fez o que tinha que fazer, criou alguns dos pelotões (Surucucus, Maturacá e outros) e as projetadas aldeotas anexas, e só ele está lá. Os outros ministérios se omitiram completamente.

O Calha Norte não seria ocupação militar. Era um núcleo onde teríamos, escola, posto da Funai, posto de saúde, armazém e outros órgãos necessários.

O Exército era uma das peças. Seria todo o Estado, consubstanciado na presença dos ministérios das Minas e Energia, Interior, Saúde, Educação etc. Esses órgãos ficariam distribuídos no pavilhão de terceiros. Um envolvimento global. Criava-se ali a semente de uma futura cidade do Brasil.

Exatamente.

O Presidente Ernesto Geisel assumiu em uma situação de crise de natureza econômico-financeira, porque em dezembro de 1973, às vésperas da passagem de Governo do Médici para ele, houve o primeiro choque de petróleo. O preço do barril de petróleo quadruplicou. E, em 1979, aumentou em 300%; chegou a 41 dólares no mercado *spot* e 39 dólares no mercado da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Em decorrência, o Brasil queimava quase metade de sua receita de exportação para importar petróleo.

Então, na realidade, o Médici passou o Governo em uma posição ótima, e com uma perspectiva excelente – tínhamos 13 bilhões de dólares de dívida externa e um saldo na balança cambial de 6,5 bilhões, portanto nossa dívida externa líquida era de apenas 6,5 bilhões de dólares, posição cômoda e perfeitamente administrável. A dívida interna era irrelevante e nem se falava nela. O Presidente Geisel, porém, por

influência do Ney Braga (Ney Aminthas de Barros Braga), escolheu mal o seu Ministro da Fazenda, o Dr. Karlos Rischbieter.

Ele pertence ao segmento social judeu brasileiro, cujos vínculos com o macro capitalismo financeiro internacional são por demais conhecidos. Permaneceu seis meses, talvez, no ministério e foi substituído pelo Dr. Mário Henrique Simonsen, também ligado ao sistema financeiro internacional, tanto que logo em seguida à sua exoneração do Ministério da Fazenda, o Simonsen foi ser Diretor Internacional do Citycorps. Sem comentários!

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Respondendo sumariamente, foram os mais adequados à realidade nacional, local e ao inimigo.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento? (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento à posição de 8ª economia mundo etc.)

Perdemos a batalha da informação por completa incompetência dos nossos principais chefes, inclusive dos Presidentes – exceção feita ao General Médici que, com as várias medidas de impacto já referidas, conseguiu conquistar a opinião pública nacional. Os Presidentes Geisel e Figueiredo foram péssimos quanto a esse aspecto.

Somente para ilustrar o que poderia ter sido feito – e ainda pode sê-lo – menciono este Projeto que o Exército está fazendo, divulgando todas as imensas realizações da Revolução de 1964. Trouxe uma compilação de alguns dados, publicados pela Associação dos Militares da Reserva do Paraná (ASMIR/PR), que ilustram o verdadeiro "milagre brasileiro" (Anexo).

O que o senhor acha do revanchismo?

Abominável! O mais lastimável é que ninguém da Ativa tem nos defendido, e teria sido muito fácil fazê-lo, pois nós cumprimos rigorosamente nosso dever de ofício, como mandavam as leis existentes; prendendo, processando e condenando os comunistas que haviam violado as leis em vigor, principalmente a Lei de Segurança Nacional. O Exército tinha legalmente poder de Polícia e, por óbvio, era obrigado a cumprir as leis existentes. Se a lei era boa ou má, isso é uma discussão estéril e interminável.

Aqueles "democratas" que foram atingidos pelos Atos Institucionais, estavam cometendo delitos vários – nenhum deles era realmente democrata, querendo

combater a ditadura. Isso que estou esboçando, pode muito bem ser desenvolvido com uma argumentação imbatível.

Como foi o desengajamento do Exército, após o ciclo revolucionário? O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado?

Talvez pudesse ter sido entregue antes, pois o Governo João Figueiredo foi muito medíocre. Ele era o anti-herói, pelas suas atitudes e falas absolutamente inconvenientes.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos em face dos ideais da Revolução de 1964?

Não! Mil vezes não! Fernando Henrique Cardoso desestruturou, desnacionalizou e descristianizou o nosso estado nacional soberano, tarefa que Lula está completando e aprofundando. Encaminha-nos para o seu modelo socialista, em verdade criptocomunista, ameaçando fragmentar a nossa integridade nacional. Temos que detê-lo o quanto antes, para o bem da Pátria – *Salus Patriae Suprema Lex*. Mas quem colocará o "guizo no rabo do gato?"

Anexos

1. ÊXITOS DOS GOVERNOS MILITARES

Ao final de 1983, apesar dos dois choques do petróleo, o Brasil já havia completado o seu longo ciclo de industrialização através da substituição das importações. Um parque industrial complexo, integrado e com reduzida dependência das importações fora montado em pouco mais de 30 anos com a política da substituição das importações. Sem dúvida, uma performance admirável, singular na história da economia do mundo.

A seguir, estatísticas que contêm dados que embasam esta tese:

VARIAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA
(Dez/1963 – Dez/1983) (Excerto)

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Dados demográficos (mil)	77.531	127.500	60%	–
Expectativa de vida (anos)	55	63	23%	–
Água municipal tratada	30%	80%	2,6 vezes	266%
PNB (US$ bilhões)	25	290	14,5	1.450%

DADOS ENERGÉTICOS

Itens	Dez/1963	Dez/1983	Aumento	% aprox.
Potência instalada (MW)	4.480	35.000	9 vezes	800%
Potência em instalação (MW)	1.000	16.000	16 vezes	1.600%
Reservas. Petróleo (milhões barris)	320	1.900	6 vezes	600%
Consumo petróleo (1.000 b/dia)	327	1.000	3 vezes	300%
Capacidade refino (1.000 b/dia)	300	1.400	5 vezes	500%
Custo petróleo importado (milhões de US$)	176	6.800	39 vezes	3.900%
Prod. de petróleo (1.000 b/d)	98	340	4 vezes	400%

PRODUÇÃO DE METAIS E FERTILIZANTES

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Aço (1.000 ton)	2.800	18.000	6 vezes	600%
Alumínio (1.000 ton)	17.6	340	20 vezes	2.000%
Estanho (ton)	2.084	12.000	6 vezes	600%
Chumbo (ton)	15.643	35.000	2 vezes	200%
Cobre (ton)	10.000	114.000	10 vezes	1.000%
Níquel (ton)	–	9.500	95 vezes	9.500%
Petroquímica (1.000 ton)	150	2.500	17 vezes	1.700%
Fertilizantes (1.000 ton)	545	1.452	3 vezes	300%
Hematita (milhão ton)	11,2	100,0	9 vezes	900%
Manganês (1.000 ton)	1250	10.100	2 vezes	200%

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Itens	Dez. / 1963	Dez. / 1983	Aumento	% aprox.
Navios (ton de deslocamento)	42.800	200.000	5 vezes	500%
Automóveis (unidade)	174.125	800.000	5 vezes	500%
Cimento (milhões ton)	4,35	25,0	5 vezes	500%
Aviões (n.º)	–	128	–	–

COMÉRCIO EXTERIOR

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Exportação (bilhões US$)	1,4	21,9	15 vezes	1.500%
Importação (bilhões US$)	1,4	19,4	17 vezes	1.700%
Expo. minério de ferro (milhões ton)	8,2	70,0	9 vezes	900%
Frota mercante (milhões TPB)	1.440	9.000	6 vezes	600%

COMUNICAÇÕES

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Telefones (milhões apar.)	ND	10	10 vezes	1.000%
Municípios c/ telefones	ND	3.500	3.500	35.000%
Municípios c/ DDD	0	2.500	2.500	25.000%

TRANSPORTES

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Automóveis (milhões)	0,3	9,6	32 vezes	3.200%
Rodovias paviment (1.000km)	19	75	3,9 vezes	390%

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Grãos (milhões ton)	19,4	55,0	2,8 vezes	280%
Capac. Armazen. (milhões ton)	5	57	10 vezes	1.000%

ENSINO SUPERIOR

Itens	Dez. /1963	Dez. /1983	Aumento	% aprox.
Universitários (1.000)	124	1.300	10 vezes	1.000%
Crianças de 7 a 14 em escolas (milhões)	5	9	0,8 vezes	80%
Habitações financiadas BNH (mil unid.)	100	4.200	42 vezes	4.200%

Fonte: Dados IBGE – (extraídos de uma conferência pronunciada pelo Eng. GLYCON DE PAIVA, em dezembro de 1984, na Associação Comercial do RJ).

Sem sombra de dúvida, uma performance magnífica, sem similar na história econômica do planeta, obtida por intermédio da "política de substituição das importações", institucionalizada por Juscelino Kubitschek e diligentemente perseguida pelos Governos militares.

2. SÍNTESE

Em dezembro de 1984, as esquerdas criticavam os 20 anos dos chamados Governos militares, porque o Brasil acumulara uma dívida externa de 104 bilhões de dólares. A dívida interna nem era mencionada, tão pouco expressiva ela era. Mas a "enorme" dívida externa, na época, era considerada impagável, no dizer de vários economistas e políticos.

Os "militares" justificavam esse encargo financeiro que haviam gerado, ressaltando terem propiciado ao País uma indiscutível fase de 20 anos de acelerado progresso em todos os campos do poder nacional, embora admitissem ter sido também um período de involução institucional, considerados os nossos ideais democráticos.

Apontavam, orgulhosos, como obras dos governantes desses 20 anos as seguintes realizações, inquestionavelmente importantes, implementadas em um período relativamente curto de tempo, considerada a História, e a despeito das dimensões continentais do País:

– construção das duas maiores hidroelétricas do planeta, Itaipu e Tucuruí; além de mais de uma dezena de hidroelétricas, algumas delas de megaproporções, como: o Complexo de Urubupungá (Ilha Solteira e Jupiá), Furnas, Estreito, Paulo Afonso (II), Sobradinho, Boa Esperança etc., responsáveis pelo aumento, nesse período, de quase 800% da potência elétrica instalada no País que, de 4,8GW em dez/1963 passou para 35GW em dez/1983; além de várias hidroelétricas em adiantada fase de construção e instalação, com previsão para gerar mais 16GW, entre elas Itaipu, inaugurada ao final do ano de 1984;

– implantação de dois metrôs: Rio e São Paulo;

– construção de quase 60.000km de estradas asfaltadas, mais do que a soma do que foi construído em todos os outros governos desde a Monarquia;

– criação do mais moderno e extenso sistema de telecomunicações existente no mundo, à época (1984);

– a monumental Ponte Rio–Niterói que tornou possível a unificação dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, conveniente e necessária sob os pontos de vista político e econômico;

– o financiamento e/ou a construção, em parceria com a iniciativa privada, de algumas dezenas de fábricas de produtos petroquímicos e de fertilizantes, em três

complexos industriais petroquímicos diversificados: Pólo de Camaçari (BA), Pólo de Cubatão (SP) e Pólo de Triunfo (RS);

– aumento em quase 500% na capacidade de refino de petróleo que, de 300 mil barris/dia passou para 1,4 milhão de barris/dia;

– ampliação das reservas de petróleo em quase 600% passando de 320 milhões para 1,9 bilhão de barris, as maiores delas em nossa plataforma submarina, com desenvolvimento de sofisticada tecnologia de ponta para pesquisa e extração de petróleo em águas profundas;

– aumento em mais de 300% na produção de petróleo nacional que, de 100 mil passou para 340 mil barris/dia;

– ampliação em mais de 800% na produção anual de aço que, de 2 milhões, passou para 18 milhões de ton/ano; etc. etc.

Tudo isso, a despeito de terem enfrentado dois choques nos preços do petróleo importado que, ao início de 1974, de 2 dólares cresceu subitamente para 4 dólares (100%), depois para 8 dólares, até chegar a 19 dólares o barril em 1979; e, em seguida, cresceu novamente até atingir 39 dólares por barril em 1981, o que obrigava o Brasil a consumir a média de 40% de todas a suas receitas de exportação somente para importar e queimar petróleo.

E note-se que esses êxitos extraordinários dos Governos militares também foram reconhecidos pelo *O Globo*, em um editorial em 7 de outubro de 1984, intitulado Julgamento da Revolução. Embora alguns desses dados de *O Globo* estejam equivocados (para menos) servem-nos como testemunho insuspeito de um dos órgãos de comunicação que mais denigrem e caluniam os Governos militares.

No entanto, o feito mais notável da Revolução de 1964 foi ter conseguido nos livrar da caminhada do mundo para o socialismo marxista-leninista, a utopia que se proclamava o "Fim da História", mas que trouxe à Humanidade quase 100 anos de imensas tribulações e deixou uma contabilidade macabra com a perda de milhões de vidas humanas, muitas delas vítimas da fome durante a implantação do sistema de produção coletiva na URSS; outras tantas exterminadas pelo "Exército Vermelho" de Trotsky com requintes de crueldade; e muitas outras assassinadas nas prisões tipo Lubianka ou mortas de inanição, doenças e maus tratos nos campos de trabalho forçado dos Gulags comunistas, que proliferavam nos países dominados por este maligno regime que nos prometia a "Justiça Social perfeita", mas que hoje seria melhor definido como uma "síntese de todos os erros": políticos, econômicos e sociais.

Certamente, este foi o mais importante feito e o maior saldo positivo dos Governos militares, hoje chamados de "anos de chumbo". E como vamos chamar os anos de Governo da Nova República que nos deram os dois Fernandos?

Em comparação com os "anos de chumbo", o que terá o Governo FHC realizado, construído, implementado, fomentado ou produzido, para justificar o aumento, "em pouco mais de cinco anos", de nossa dívida interna líquida que saltou de R$ 87,8 bilhões, em dezembro de 1994 (25,13% do PIB), para R$ 638,8 bilhões, em maio de 2000 (62,86% do PIB), crescendo mais de R$ 550 bilhões; nossa dívida externa que ultrapassou os 100 bilhões de dólares; resultando uma dívida total (interna, externa, pública e privada), que atingiu R$ 886,9 bilhões (87,27% do PIB) sem ter feito uma única obra ou melhorado nenhum índice social, pois (pasmem amigos!) saímos de um PIB de 543,1 bilhões de dólares, em 1994, para 45,1 bilhões, em 1999, isto é, o nosso PIB praticamente estacionou durante esse Governo apátrida e xenófilo!

E, apesar desse gigantesco aumento de nossas dívidas, incompreensivelmente, o Governo FHC tem pago a título de juros, nesse período, mais de R$ 100 bilhões anualmente, ao Sistema Financeiro Nacional e, por intermédio deste, à banca internacional.

De fato, agora sim, somos governados por um "Tirano Sedutor" que se dizia "socialista", mas cujo governo nos levou a uma indigna e repugnante submissão ao FMI *et caterva* e está literalmente destruindo o Brasil

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, apressai-Vos em socorrer nossa Pátria, senão perecemos! Até quando, Senhora?!

DIRETORIA DA ASMIR/PR

Coronel Pedro Américo Leal

Nascido no Rio de Janeiro, RJ, em junho de 1924, o carioca Pedro Américo Leal ingressou no Exército em 30 de abril de 1943 como aluno da Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), hoje Colégio Militar de Fortaleza. Cursou a Escola Militar de Resende e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 17 de dezembro de 1948.

Classificado no 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), em São Leopoldo, RS, galgou o primeiro posto em 25 de junho de 1949. Logo após realizar o Curso de Transmissões, foi transferido para a 1ª Companhia de Guardas (1ª Cia Gd), em Porto Alegre. Serviu naquela Subunidade até 1952 quando, mercê de suas qualidades profissionais e já 1º-Tenente, foi nomeado Auxiliar de Instrutor da então Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA), hoje Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

Promovido a Capitão em 25 de dezembro de 1953, foi matriculado na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), de onde retornou em 1955 para o 19º Regimento de Infantaria (19º RI), ex-8º BC.

Durante os anos de 1957/1958 foi Ajudante-de-Ordens sucessivamente dos Generais Armando Cattani e Nestor Souto de Oliveira, comandantes da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), naquele período. Após cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1959, comandou a 1ª Cia Gd, onde vivenciou intensamente o episódio da Legalidade.

Promovido a Major por merecimento em 25 de abril de 1962 foi, em seguida, nomeado Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA), ali permanecendo até o limiar da Revolução de 1964. Ainda naquele ano realizou o Curso de Classificação de Pessoal, no Rio de Janeiro.

No ano seguinte, retornou a Porto Alegre, desta vez classificado no Quartel-General da 6ª DI. Um ano depois, transferido para a 3ª Região Militar (3ª RM), foi designado Chefe da Seção de Relações Públicas, última comissão como oficial da

ativa, pois aceitou o convite para ser Chefe de Polícia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que desempenhou, já como Tenente-Coronel, desde 25 de dezembro de 1967, até o final do ano seguinte, quando foi transferido para a reserva. Ainda na área do Governo do Estado, foi professor e diretor da Academia de Polícia Civil e professor da Academia de Polícia Militar.

É doutor em Psicologia Clínica, livre docente em Psicologia e lecionou Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

Em 1970, elegeu-se deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) gaúcha, reelegendo-se por mais três legislaturas. Após uma breve interrupção, retorna à política em 1992, elegendo-se vereador de Porto Alegre, mandato que mantém até os dias atuais, mercê de duas reeleições sucessivas.

Atua intensamente na mídia, especialmente na televisão, defendendo e divulgando, prioritariamente, temas ligados à segurança pública, saúde e educação.

No decorrer de sua vida profissional tem sido agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas pelas Forças Armadas e por órgãos e entidades civis, em retribuição aos seus relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 19 de julho de 2000.

O Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964 tem o prazer de ouvir hoje o Coronel Pedro Américo Leal, Aspirante-a-Oficial de Infantaria da turma de 1948. O nosso entrevistado também é um senhor poeta, destacando-se...

"O Velho Borzega" e "A Bota Velha".

Na época da Legalidade era Comandante da 1ª Companhia de Guardas. Foi Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria do CPOR/PA, onde contribuiu para os preparativos da Revolução. Ainda como oficial da ativa foi Chefe de Polícia e Secretário Substituto de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Após sua transferência para a reserva, dedicou-se à política, sendo eleito deputado estadual por quatro vezes e há três legislaturas é vereador de Porto Alegre. A palavra é do nosso entrevistado.

Após concluir a EsAO, em 1959, fui nomeado Comandante da 1ª Companhia de Guardas. O momento incerto, como o atual, procurei aprontar a tropa, para cumprir a missão de uma Companhia de Choque. Governava o Estado do Rio Grande do Sul o vibrante Leonel de Moura Brizola, com suas idéias de esquerda, e o Comandante da 3ª Região Militar (3ª RM) era o General Décio Escobar (Décio Palmeiro de Escobar), do qual me tornei amigo de verdade.

A Companhia deveria estar preparada para, eventualmente, ocupar Porto Alegre. Não durar na missão, mas ocupá-la por 24 horas. Anos depois, escrevi um artigo para o jornal *Zero Hora*[1], tratando desse assunto. Eram 212 soldados escolhidos por mim em um universo de cinco mil jovens que se apresentaram no Posto de Recrutamento (PR). Eu controlava o pessoal até fora do quartel: no colégio, em casa; a qualquer hora eu sabia onde cada um se encontrava. Se necessário, em cerca de meia hora a Companhia de Guardas estava mobilizada, todos armados de metralhadoras ou submetralhadoras. Os meus homens eram bem preparados fisicamente e treinados em judô e jiu-jitsu.

E ia mais longe. Fazia manobras, visando apenas objetivos militares, ocasião em que ocupava pontos nevrálgicos – a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e as Estações de Tratamento de Água, do Departamento Municipal de Águas e Esgoto (DMAE) – a cada dois ou três meses, durante toda uma noite. Também postávamos homens em edifícios selecionados dos quais ficávamos até com a chave da portaria.

Acompanhava-me nessas jornadas noturnas o médico da Companhia, Samuel Mayer – morreu o ano passado – que improvisava um consultório. Prestávamos assistência médica e, também, distribuíamos refeições; naquele tempo o Exército podia fazer isso. Tínhamos provimentos, uma ótima cozinha, o meu sargento do

---

[1] Jornal integrante do sistema RBS (Rede Brasil Sul), conglomerado de jornais e emissoras de rádio e televisão.

rancho[2], o Osmar (chefe da turma de cozinheiros), providenciava comida quente para todos. Os funcionários daquelas estatais já estavam acostumados com a presença da Companhia e era um regozijo geral, quando chegávamos. Era uma Ação Cívico Social (Aciso) para todos os setores críticos da cidade.

Isso não está nos arquivos, são preâmbulos para que se entenda a conjuntura da época. Há trinta anos, a Companhia de Guardas estava tão preparada quanto uma tropa especial o está nos dias atuais. Guardo até reportagens feitas – não que eu as pedisse – mostrando uma Companhia guerreira, preparada para uma ação de choque em Porto Alegre. O Brizola sabia disso, porque éramos visitados continuamente pelos nossos amigos da Brigada Militar, com quem tínhamos uma boa convivência. Só não posso adiantar se era uma preocupação do Governo do Estado saber como estávamos.

Quem era seu comandante na época?

Como já referi, o Comandante da 3ª RM era o General Décio. Depois da Revolução, ainda no mês de abril, no Rio de Janeiro, acompanhei as reuniões dele com o General Malan (Alfredo Souto Malan) e o "Cacau" – o Barros Nunes (Antônio Luiz de Barros Nunes), mais tarde chefe de Relações Públicas da Petrobrás – pois o General Décio também estava sendo cogitado para ser o Presidente da República, mas abriu mão em favor do Castello Branco; era um homem fabuloso. Até hoje, o incluo nas minhas orações de todos os domingos, tamanha a minha admiração pelo cavalheiro e soldado que foi.

Na EsAO, o senhor teve alguma preparação sobre Guerra Revolucionária? Houve alguma orientação?

Muito pouco, e não foi uma preparação específica. Como hoje, naquela época não havia uma visão do que acontecia. Atualmente, estamos em um Estado socialista e só não vê quem não quer. Sou político e mais do que ninguém posso dizer isso, porque me relaciono bem com toda a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT). Por ser mais velho, ter mais experiência, até os previno para não se precipitarem, porque o Poder afoga. E eles me ouvem. O Brasil é um Estado socialista e culto.

O senhor falou Brasil, não seria o Rio Grande do Sul?

Fiz uma pequena confusão. O Estado do Rio Grande do Sul é socialista. Pelo menos o Governo é socialista, não digo o povo. Este é atrevido, culto e destoa do restante da Nação, porque é uma miscigenação muito grande de alemães, italianos, polacos, portugueses e gaúchos oriundos do interior – de "guascas"[3] como se diz – mas que resultou em um temperamento bastante acirrado e belicoso. E hoje em dia a

---

[2] Local onde são preparadas e servidas as refeições de cabos e soldados (cozinha e refeitório).

[3] Homem da roça do interior do Rio Grande do Sul, especialmente da região da campanha.

prefeitura da Capital, as de alguns municípios do interior e o Governo do Estado estão nas mãos do PT. Preparam-se para um avanço, ninguém tenha dúvida disso. E têm pretensão de aumentar o número de prefeitos e vereadores.

Voltando à Legalidade, hoje o Exército não está tão preparado como estava a Companhia de Guardas. Se ainda sou entusiasmado, há trinta anos era muito mais, uma verdadeira obsessão. Tive o concurso de grandes homens: dos irmãos Ruy e Adolpho João de Paula Couto, do Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), do Lauro Rieth (Lauro Melchiades Rieth), do Moreno (Jayme Moreno) – não sei o que é feito dele – do Zipin (Raphael Zipin). Todos me auxiliaram neste adestramento da Companhia de Guardas.

Esta sala onde estamos agora faz-me recordar dos preparativos para recepcionar o Presidente Jânio Quadros, que viria a Porto Alegre na tarde de 25 de agosto, dia de sua renúncia. Fui designado e estive nesta sala, porque ele iria despachar daqui – terceiro andar, ala da 3ª Região Militar. Ele ficaria alojado na casa do Comandante do III Exército, não sei se é ainda no mesmo lugar, perto do Hospital Militar.

É ali.

A minha equipe cuidou de todos os aspectos ligados à segurança da visita, entregue à Companhia. O Governo da República constituíra Subchefias da Casa Militar da Presidência, em alguns estados. Os majores Moreno e Rieth eram daquele órgão, em Porto Alegre, e por várias vezes foram me visitar para saber o que eu estava planejando fazer, a fim de acertarmos os detalhes. A Subchefia da Casa Militar coordenava a preparação para acolhermos o Presidente. Sobre essa preparação vale a pena citar uma curiosidade: planejara colocar cães na guarda da casa, mas o Jânio não gostava de cachorro; o que ele apreciava mesmo era um bom vinho e sempre pedia que tivesse um estoque selecionado. São detalhes que a gente guarda.

Depois de uma preparação de cerca de duas semanas, para recebê-lo, no dia previsto desloquei a Companhia, inclusive com elementos à paisana, porque eu via necessidade dessa descaracterização. Havia, é claro, um pouco de técnica policial. Coincidência ou não, tempos depois fui Chefe de Polícia e respondi pela Secretaria de Segurança do Estado. Na verdade você tem que imaginar tudo o que o inimigo pode fazer e se antecipar aos acontecimentos, senão você é surpreendido, o que é indecoroso para um militar. Assim, tínhamos carrocinhas de cachorro-quente e de pipoca.

Quando chegou a notícia da renúncia que surpreendeu a mim e ao Brasil inteiro, fiquei sem saber o que fazer. Esperava o Presidente à tarde e, de repente, em vez de ele vir para cá, vai para São Paulo.

Só um esclarecimento. Essa visita do Jânio seria...

Não seria visita. Ele viria para governar o Brasil daqui. Imaginem a minha surpresa. Comuniquei-me com o Coronel Ibá (Ibá Mesquita Ilha Moreira), Coman-

dante do 19º Regimento de Infantaria (19º RI), de São Leopoldo, que era muito meu amigo, uma espécie de padrinho que eu tinha. Ele e o Poty Medeiros confiavam muito em mim e me distinguiram com a amizade e a confiança. Perguntei-lhes o que fazer e a resposta foi a perplexidade de ambos.

O Comandante do III Exército na época era o...

Recém-chegado Machado Lopes (José Machado Lopes).

Quando estive nesta sala, lembro até que aquelas torres com os sinos me preocupavam, porque de lá qualquer um teria visão direta sobre o Presidente. Eu tinha que prever tudo isso, era responsabilidade minha. Ele estaria seguro e garantido pela Companhia, isso não havia dúvida. Claro, ele nem sabia que eu existia. Militar cumpre a missão recebida da melhor maneira possível, com os meios de que dispõe.

Assim, tudo estava disposto e pronto aqui e na casa do Comandante do III Exército, esperando o Presidente da República em uma visita oficial para, do Rio Grande do Sul, atender ao Brasil inteiro. Iria ficar uns dois ou três dias, não era mais do que isso. Guardas, isso e aquilo, todo o aparato e, de repente, o homem não veio. O Jânio, segundo a história conta, aguardou durante várias horas, lá no aeroporto em São Paulo, que o reconduzissem à Presidência com poderes maiores, quase ditatoriais, e nada aconteceu. O Brasil ficou na expectativa. E eu perplexo, não sabia o que fazer.

A partir daí se desenrolou a “Legalidade”, liderada pelo Brizola, Governador do Estado, que era e é um homem corajoso, atrevido e guerreiro, ninguém o segura. O Garotinho que o diga, lá no Rio de Janeiro. É um homem disposto e era moço, naquela época. Mobilizou o povo gaúcho, com muita habilidade e ambição, para que o seu cunhado, o Vice-Presidente João Goulart, naquela ocasião em viagem à China, fosse levado à Presidência da República.

Os oficiais da Brigada desapareceram da Companhia. Antes era um trânsito enorme, quatro ou cinco oficiais almoçando e jogando conosco diariamente. Não sei se a Brigada entrou em prontidão – deve ter entrado – mas desapareceram. Tínhamos o que fazer e nos rearticulamos para o episódio da Legalidade.

O Comandante do III Exército, General Machado Lopes, mineiro, de Engenharia – não há nenhuma crítica nisso...

Fora o Comandante do Batalhão de Engenharia da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O seu primo, Paulo Nunes Leal, foi o oficial de Engenharia de maior destaque, segundo seus colegas.

Foi brilhante. Recebeu a medalha *Silver Star*, do Exército americano, por ato de bravura. Meu primo-irmão e querido amigo. Mora na Figueiredo Magalhães, em Copacabana; é conhecido como Paulo Bala porque era velocista, corria 100m.

Bem. O Machado Lopes recém-chegado, sem a esposa – não conhecia, ainda, o Rio Grande – se afeiçoou à Companhia de Guardas e nos fazia muitas visitas. Era um *gentleman*, um homem notável; nos tornamos amigos. Aliás, os generais que conheci, se acostumavam à Companhia de Guardas, iam lá para almoçar ou jantar – a comida sempre muito boa – e se sentiam bem, no meio daquela empolgação da juventude.

Machado Lopes chamou-me para uma reunião em seu Gabinete e me perguntou sobre as possibilidades da Companhia. Disse-lhe que a Companhia estava em condições de ocupar os pontos nevrálgicos de Porto Alegre, mas não poderia durar na missão. Ocuparia durante 24 horas e depois teria que ser substituído por outra tropa.

Expliquei-lhe que não seria uma improvisação, porque os homens estavam preparados e, até certo ponto, deveria ser fácil, pois todo o pessoal dos pontos críticos é nosso amigo. Relatei-lhe da assistência dispensada pelo médico da Companhia e do apoio sistemático do "rancho". Porto Alegre está "na mão". Ninguém a escurece, corta o telefone ou mexe na água. Sugeri a ocupação desses pontos.

O General ouviu tudo o que eu disse, mas vetou qualquer ação e me dispensou. Na verdade, se eu tivesse feito a ocupação, teríamos evitado todos os problemas decorrentes. De madrugada, altas horas da noite, me chamou novamente. Dedico um dos meus artigos àquela madrugada. Esse QG estava em polvorosa. Havia oficiais e parcela da tropa defendendo as idéias do Brizola, isto é, favoráveis à posse de Jango.

Lembro-me de que foi difícil sair da Companhia, pois os tenentes eram muito entusiasmados e estavam preocupados com a possibilidade de eu ser preso pelos legalistas. Eram 2h da manhã quando cheguei. Subi e me apresentei ao General. Interessante – coisas que não esquecemos jamais – ele usava uniforme de "guerra" e estava de japona, com as duas mãos nos bolsos. Ele me disse que ia tirar o Brizola do ar; a Cadeia da Legalidade seria interrompida e eu estava designado para realizar a missão com a minha Companhia.

Novamente propus ao General Machado Lopes ocupar Porto Alegre e ele me cortou, dizendo:

– Capitão, cumpra as ordens! Apenas tome a Ilha da Pintada[4] e tire o cristal da Guaíba[5]!

Ainda lembro que fiz um comentário sobre o possível enfrentamento com o efetivo da Brigada Militar na ilha e ele, simplesmente, disse:

– Capitão, cumpra a missão!

---

[4] Uma das ilhas do estuário do Rio Guaíba.

[5] Emissora de radio difusão, integrante da Companhia Jornalística Caldas Júnior (Correio do Povo) escolhida por Brizola para gerar e liderar a Cadeia da Legalidade.

Sabedor que ele não conhecia o Rio Grande, tinha que ajudá-lo no que fosse possível, esclarecendo tudo.Vi que não devia insistir. Não estava recuando da ordem que ele me dera. Sabia que poderia redundar em um choque com o efetivo da Brigada Militar que havia na Ilha da Pintada; presumia-se o equivalente a uma Companhia.

Estávamos em pleno fragor da Legalidade. Mas a supremacia era da minha Companhia, uma força adestrada. Dispunha de 17 cães pastores alemães – uma iniciativa do meu amigo e antecessor na Companhia, hoje General Denys (Rubens Bayma Denys), sempre visitado por mim quando vou ao Rio de Janeiro. Eram 10 tenentes, na Companhia: o Pachaly (Ivo Pachaly), que depois foi Ajudante-de-Ordens do Médici; o Gobatto (Piero Ludovico Gobatto), também Ajudante-de-Ordens e chefe de segurança do Presidente Médici e mais tarde General; o Simões (Roberto José Porto Simões), que posteriormente foi supervisor do Colégio Militar; o Volnei (Volnei Pedro Vieira da Rocha); o Cordeiro (Fernando Vilhena Cordeiro), depois comandou em Pelotas; o Ramos (Carlos Fernandes Ramos), que comandou o 18º RI; o Gelim (Gelim Francisco Poglia), o Conde (Luiz Alberto Gomez Conde); o Lucas (Lourenço Adalberto de Castro Lucas), o intendente Aloysio (Aloysio de Azevedo Coutinho), campeão de pentatlo do Exército. Que equipe! Era uma Companhia guerreira e como tal foi preparada, nada foi inventado.

O Major Álcio (Álcio Barbosa da Costa e Silva), filho do General Arthur da Costa e Silva – que fora meu instrutor – foi designado para fazer a operação técnica de retirada do cristal. Ele era engenheiro de Comunicações formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), meu amigo pessoal. Seria uma espécie de operação comando, bem rápida.

Planejava avançar utilizando gás lacrimogêneo, porque a Brigada não dispunha deste recurso. Seria o desencadeamento da primeira operação militar do Exército contra outra tropa, ainda que da Brigada, mas por certo iria acarretar uma escalada muito perigosa. Por isso escrevi, anos depois, o artigo "Uma madrugada que mudaria a História" porque o cumprimento daquela ordem redundaria em baixas e aí estava acesa a fogueira no Brasil.

Segundo vários historiadores, inclusive o próprio Ministro Jarbas Passarinho (Jarbas Gonçalves Passarinho), aquele foi o momento, nessas últimas décadas, em que o Brasil esteve mais próximo da guerra civil. Mais do que na Revolução.

Concordo. Eu sentia isso. Eu tinha apoio e tinha vontade, quer dizer, um Capitão com 28 anos, quer briga mesmo. Briga leal, briga militar. Mas senti a responsabilidade do momento. O que ocorreria? Tínhamos submetralhadoras, duzentas e tantas metralhadoras, munição, rádio, ou seja, a Companhia estava equipada; não podia durar na missão, mas daria um susto. E eu conhecia a Brigada Militar,

eles não dispunham de armamento com o mesmo padrão do nosso. O general ouviu o meu alerta e disse:

– Capitão, cumpra a missão!

Ele me chamou de Capitão e não de Leal, como costumava fazê-lo. Dito isto, se deslocou para o gabinete lá no fundo. Ainda lhe perguntei:

– General, sua ordem é verbal? Não é por escrito?

– É verbal – disse.

– Pois bem, eu cumpro a ordem.

Uma dúvida. O General que lhe chamou foi o Machado Lopes, Comandante do III Exército?

Ele mesmo. Pois bem, quando eu saía, às 2h30min da manhã, encontrei, inopinadamente, o Floriano Maya D'Ávila e o Lauro Schuck, não esqueço mais disso. O Maya D'Ávila era instrutor da Escola de Polícia comigo, função para a qual eu fora indicado pelo Exército no início dos anos 1950. Ele era também Procurador-Geral do Estado e o Lauro Schuck o Auditor de Guerra; ambos me conheciam. O Lauro Schuck estava com um pala bege caído – detalhe que nos chama a atenção nesses momentos importantes e não o esquecemos mais. O general aguardava os dois. Eles me cumprimentaram:

Eu telefonara, naquela madrugada, para que o sargento Elói – o sargento responsável pelo adestramento dos cães, um grande cinófilo e também um homem muito estranho, dado a investigações, mas bom profissional – fizesse um reconhecimento na Ilha da Pintada. Mobilizei a Companhia e estava saindo quando, repentinamente, o Maurão (Mauro dos Santos Braga) grande praça, um nortista excepcional, meu amigo de Infantaria e pára-quedista, da turma de 1949, não sei onde ele anda.

Todos o conhecem por Maurão. A última notícia que tive dele, estava em Fortaleza.

Acredito, porque ele é de lá. Ele telefonou e me disse:

– Olha Leal, é para suspender a missão.

– Maurão, não reconheço tua ordem por telefone, estou saindo – disse de pronto –. Se tu quiseres, vem cá pessoalmente.

Qual a função do Maurão?

Ele era Ajudante-de-Ordens do meu querido amigo Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy), que morreu há pouco tempo. Não demorou e o Maurão chegou no carro preto, entrou correndo – ainda vestindo o uniforme de passeio com alamares, meio assustado – e transmitiu a ordem do Muricy de cancelamento da missão.

Como duvidar dele, se era o Chefe do Estado-Maior do Machado Lopes embora um exacerbado adversário de todas aquelas idéias de posse do Jango. Ordem

é ordem, suspendemos a operação. Em conseqüência, o sargento Eloy e mais dois ou três homens ficaram me esperando, lá na Ilha da Pintada, sem comunicação comigo, tal o desencontro. Pela manhã ele apareceu vestido de pescador e nos disse:

– Eu vi tudo, há uma Companhia de Polícia da Brigada Militar.

Tempos depois soube de um fato triste que, se verdadeiro, é para se lamentar; coisas de soldado. O Capitão da Brigada Militar, que guarnecia a ilha, ouvira a minha ordem para a execução da operação, porque a transmitira via rádio, em texto claro; quem quisesse e pudesse, a escutaria e dizem, não sei, que ficou meio desequilibrado.

Aconteceram muitos casos...

É, desequilibrado, porque não gosto de dizer louco; sou psicólogo e não posso dizer que um homem, diante de um fato daqueles, um trauma que produz um problema emocional tão grande, tenha ficado louco. Ele apenas teve uma emoção muito grande e, não podendo contê-la, extravasou o psiquismo e se desequilibrou, se desajustou. Não soube de maiores detalhes do referido oficial, nem sei se é verdade. Afinal ele ficou esperando a madrugada inteira eu atacar a Ilha da Pintada.

O senhor sabe o nome desse Capitão?

Não sei. A Brigada poderia dizer, mas eu nunca quis saber.

O Comando da Brigada Militar articulou-se, nessa operação?

Acredito que sim. Eu não sabia quem estava lá para resistir, mas o Capitão me conhecia, porque devia ser daqueles trinta a quarenta oficiais da Brigada que conviviam conosco e acompanhavam nossos ardorosos treinamentos. A missão dele era defender os cristais da Rádio Guaíba na ilha da Pintada. Era soldado, ficou nos aguardando. Viveu cinco horas de terror. Não sabia quando e como iríamos; apenas quem iria e que seríamos capazes de tudo. Então se preparou para lutar contra nós.

Éramos uma tropa que se aprontara, estava adestradíssima. Os soldados admiram muito isso e vibram com a ação dos companheiros. Aprontei a Companhia com professores da Escola de Polícia que eu levava lá, estávamos adestrados também em judô, pois os sargentos Conde, Natal, Delamare, Osvaldo, Nascimento e o Gil eram judocas de primeira.

Um detalhe; eu tinha meus homens como um gabarito, um exemplo, mas descobri que não era bem assim. Havia um pequeno grupo “ideologizado” – brizolista – ainda acredito que movido pelo nacionalismo, porque as Forças Armadas são, na verdade, o único grupo nacionalista do País e digo isso sem medo de errar. E, também, sem que soubesse, se constituiu um outro grupo, vejam só, de soldados para me dar proteção. Sabemos que no meio da tropa há coisas que o comandante não conhece. A soldadesca sabe, os cabos sabem...

O cabo velho então é brabo. Cabo antigo sabe de tudo.

Em conseqüência pedi a abertura de um inquérito na minha Subunidade e descobrimos quem eram os homens; chegamos a dois sargentos, profissionalmente ótimos – na realidade um Subtenente e um Sargento.

O senhor lembra os nomes deles?

Não, não lembro. Vejo-os na memória. O Subtenente é fácil saber porque só havia um e o Sargento também não seria difícil. Como disse, eram ótimos profissionais. Segundo foi apurado – até escrevi isso em um dos meus artigos – os soldados montaram uma guarda para não deixar acontecer nada comigo. Aí se vê que, por melhor que esteja adestrada uma tropa, ela sempre estará sujeita a idéias contrárias.

Respeito muito o militar nacionalista, pois também o sou. E não posso negar aos meus companheiros de escalões inferiores essa chama que os empolga. Na verdade, muitas vezes eles não se informam sobre as verdadeiras intenções destes grupos que comandam o País. Agora, por exemplo, o Presidente da República criou o Ministério da Defesa mediante a extinção dos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e transformou a Casa Militar. O que falta extinguir? O que ele pensa fazer? Creio que ele deseja apagar a chama nacionalista e opiniática das Forças Armadas. Aliás, venho denunciando isso há oito anos e ninguém acredita. Agora estão vendo a realidade.

Aqueles homens, meus subordinados, naquele momento acreditavam no Presidente da República; não tinham conhecimento do peleguismo, do sindicalismo louco que cercava o Presidente e que nos iria levar de roldão para o marxismo. Não viam isso, tinham outra visão que não a minha; eles eram – na minha opinião – de um nacionalismo ingênuo.

Ao amanhecer daquele dia, veio o famoso apoio do Machado Lopes ao Brizola, marcado pela visita ao Palácio Piratini. Nesse instante, o III Exército se aliou ao Governo do Estado. Passaram a agir contra o Denys (Odylio Denys) e contra as tropas do Rio de Janeiro, deslocando o 19º RI para Lages – município catarinense na divisa com o Rio Grande do Sul. Eu estava sempre em contato com o Ibá no Regimento e sabia também o que se passava no 18º RI, no Colégio Militar e no Esquadrão do 2º R Rec Mec (2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado) comandado pelo Capitão Einloft (Oscar Carlos Einloft), que apoiava o 18º. Por uma rara felicidade não se chegou ao enfrentamento.

Permanecemos na expectativa e caímos em um certo marasmo. A Companhia continuou de prontidão. Mandei fechar todas as ruas que permitiam acesso ao quartel.

Que ruas foram fechadas?

Aquelas que passam na frente da Companhia, a Vieira de Castro e a Olavo Bilac; elas fazem um "T" e mandei fechar as três cabeceiras. Resolvi fechá-las até que se dissolvessem os Batalhões da Legalidade. Naquele momento eles estavam se constituindo na Praça da Redenção, recrutando até gaúcho de bombachas e cada um recebia uma arma. Aconteceram cenas interessantes; me lembro de um "cabo antigão", mas moço ainda, que desejava se apresentar para brigar. Em vez de ir à Redenção, furou o dispositivo, entrou na rua e veio para a Companhia. Eu disse a ele que não estávamos alistando voluntários, que ele deveria ir lá para a Praça.

Eram duas ou três gerações se apresentando, sem um serviço de recrutamento organizado. Uma confusão, a todo o momento queriam passar e se juntar a nós, por isso fechamos as ruas. Fui criticado pelo QG, especialmente por um Coronel do Estado-Maior que morava ali perto. Embora considerasse uma medida acertada, recebi ordem para reabrir as ruas.

Em princípio, permanecemos leais ao Comandante do III Exército que se aliara ao Governador do Estado. Ficamos na expectativa, como disse, aguardando o resultado daquela aliança. Estávamos contra quem admirávamos – o Souto de Oliveira, o Denys, enfim, o outro lado – mas presos também por uma admiração grande ao Machado Lopes.

Nessa ocasião, o Muricy decidiu ir para o Rio e me deixou uma carta. Fiquei com os cachorros, os trastes e tudo o mais que ele tinha. Ao contrário do Jânio, ele gostava de cães. Só mais tarde despachei a mudança. Foi se juntar à tropa do Denys. Não sei por que, uns dez anos depois, ele me pediu para declarar, e o faço agora oficialmente, que foi dele que partiu a ordem para eu não atacar a Brigada Militar. Pediu que eu escrevesse um artigo para a *Zero Hora*, dizendo da sua posição. Mas eu não quis mais reviver aquela história.

Muricy foi se apresentar no Rio de Janeiro para combater o Brizola.

Exatamente. Tenho a impressão de que ele não queria passar por um acendedor de fogueira, inconseqüente. Era uma situação de indefinição e ele saiu daqui de supetão, de automóvel...

Tempos depois, no Rio Grande do Norte, o Brizola quase criou um problema quando chamou o Muricy de "gorila".

Em Porto Alegre, houve momentos de muita dificuldade. Volta e meia éramos chamados ao Quartel-General. Lembro-me de uma reunião, quando o então Tenente-Coronel Marsillac (José Mattos de Marsillac Motta) – radicalmente contra o Brizola e a Legalidade – e o General Moraes e Barros (José Maria de Moraes e Barros), que substituíra o General Muricy na chefia do Estado-Maior do III Exército, discutiram muito sobre o que fazer em função daquela situação. Foi um problema sério. Ficou um ambiente muito desagradável.

Ouviremos os dois e, também, o Coronel Plácido (José Plácido de Castro Nogueira), que apesar de estar comandando o Colégio Militar, dizem que foi uma figura importante na Revolução.

Assim, concluímos essa exposição cheia de dados importantes, na qual o Coronel Pedro Américo Leal nos deu uma visualização interessante do que foi o movimento da Legalidade em Porto Alegre. Para a maioria dos estudiosos desse assunto ela foi uma das causas mais fortes do próprio Movimento de 1964 que, por esta razão, teve alguns problemas para sua implantação aqui no Sul. Agora faremos as perguntas sobre a Revolução propriamente dita.

O senhor destacou a Legalidade como uma das causas que resultaram na Revolução de 1964, se quiser acrescentar alguma coisa...

Outra causa foi a sindicalização de forma abrupta e defeituosa feita pelo Jango. Embora sendo um homem de temperamento bondoso – meço o General pelo seu Ajudante-de-Ordens e o do Jango era o Ernani (Ernani Correa de Azambuja), o Cocota, esse seu apelido, meu amigo e um sujeito muito bom – o Presidente estava cercado por pelegos e indivíduos que queriam “comunizar” o País. Depois da vitória da Revolução fugiram, se esconderam, a maior parte foi para o exterior. Hoje dizem que foram perseguidos, expulsos do País; na realidade, a decisão foi deles.

Então o senhor considera que a causa principal foi...

Sem dúvida, foi o peleguismo.

E com uma ameaça de caráter marxista.

Claro, vejam o comício das lavadeiras – porque só havia tanques e trouxas – na frente do Ministério da Guerra e da Central do Brasil. Era um mar de bandeiras do Partido Comunista. E quem estava lá? O Jair (Jair Dantas Ribeiro), Ministro da Guerra.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa, ou o seu desencadeamento foi espontâneo?

Não tenho condições de falar sobre este ponto, tampouco se tudo aconteceu espontaneamente, só posso dizer o que vivi. Quando cheguei no CPOR, transferido da Companhia de Guardas, no final de 1962 ou início de 1963, fui procurado pelo Capitão Leivas Job (João Oswaldo Leivas Job), que posteriormente foi da Segunda Seção do III Exército e Secretário de Segurança do Amaral de Souza. Eu era Major Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria e ele instrutor do Curso de Artilharia. Eu não o conhecia, antes.

O nosso primeiro encontro aconteceu no vestiário, quando ele me fez uma pergunta sobre o momento nacional. A partir daquela ocasião, comecei a me reunir

com um grupo de oficiais do CPOR decidido a reagir. Por isso fui afastado, movimentado para Ipameri, GO, e até ameaçado de ser submetido a um Conselho de Justificação. Fui expurgado do CPOR, nem ao baile de formatura pude ir. Na verdade, após nove meses de trabalho fiquei imobilizado, anulado. Tudo isso porque depois da aproximação com o então Capitão Leivas Job, comecei a trabalhar para impedir que o País caísse na esparrela comunista.

Esses seriam fatos da fase conspiratória?

Exatamente.

Prossiga e, se possível, nos fale sobre os companheiros mais ativos nessa área.

A partir de então, concluímos que era necessário dispormos de uma instituição ou sociedade que nos possibilitasse ter autoridade junto a oficiais da reserva e de um local confiável para as reuniões. Além de batalharmos pela criação e ativação do Clube das Escolas Militares, que reuniria a maioria da oficialidade de Porto Alegre, concluímos que o Círculo Militar se enquadrava nos nossos propósitos e, por isso, decidimos conquistá-lo, isto é, vencer as eleições, e nos preparamos para o embate. Foi importante porque se tornou a base de operações para o Movimento revolucionário de 1964. Eu não pertencia a nenhum Estado-Maior nem a qualquer grupo que estivesse planejando a Revolução. Pressentíamos que o Brasil não podia continuar como vinha porque senão iria tudo ladeira abaixo. O artigo “O começo da reação” resume bem o nosso sentimento de então.

Quero caracterizar muito bem aquele momento porque ele foi, agora me apercebo, uma junção, uma pinguela, uma comunicação entre a Legalidade e a Revolução de março. Hoje em dia posso dizer isso. O Exército estava se recompondo, entrando na normalidade, mas e essa normalidade nos convinha? O Brizola governador e depois deputado; o Jango, Presidente da República; com ou sem parlamentarismo?

O Leivas Job era muito ativo e planejara me colocar na presidência do Círculo Militar. Não concordei, porque não me considerava com titularidade para tal. Indiquei o General Ibá e me dispus a convidá-lo. Concorri a primeiro vice-presidente e o Etchegoyen a segundo vice-presidente e conseguimos o apoio irrestrito do Lauro Rieth. Derrotamos a chapa apoiada pelo Jair. As eleições foram realizadas na sede da Praça da Alfândega, no mesmo prédio do Grande Hotel, que depois foi destruído por um incêndio. Hoje se ergue ali um edifício compartilhado pelo GBOEx-Grêmio Beneficente e pelo Rua da Praia Shopping.

A nossa vitória foi decisiva porque passamos a ter como quartel-general o Círculo Militar de Porto Alegre, um bastião da resistência ao Jair e àquele movimento de comunização que, embora predominantemente de civis, envolvia perso-

nalidades militares. Sobre aquele momento, "quase histórico" versou mais um dos meus artigos: "Círculo Militar: O QG da Resistência."

O Exército tomava certas atitudes, mas não se expressava perfeitamente contra o movimento; os civis é que manobravam tudo. Procurei o Arlindo Pasqualini, famoso "major", para que voltasse a escrever os célebres artigos na *Folha da Tarde*. Depois daquele infeliz e explosivo radiograma[6] do Jair, dizendo que não tinha condições de apresentar resistência, não tinha forças para impedir as manifestações...

Por ocasião do plebiscito em torno do parlamentarismo.

Aquela decisão do Jair foi totalmente rechaçada por nós. Um dos nossos aliados foi o então Capitão Gusmão (Alberto de Azevedo Gusmão) artilheiro, que atualmente mora em São Leopoldo...

É redator ou editor de um jornal.

Exatamente. Eu estive com ele há uns três ou quatro meses, na passagem de Comando da Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército (AD/6ª DE).

Já conversamos também. O Gusmão é muito meu amigo, fizemos a EsAO juntos. E desde aquele tempo ele atuava forte, era um elemento que se articulava no Rio de Janeiro. Uns dias antes da Revolução soube que ele estivera em Vacaria onde eu servia, a minha procura, talvez porque na EsAO havíamos participado de algumas reuniões que, embora não fossem conspiratórias, serviram para alguma troca de informação. Mas eu estava destacado – no mato – então não teve tempo de ir a mim; ele queria trocar idéias.

Esse era o trabalho do Gusmão, um volante, correu o Estado todo, procurando...

Isso é interessante, porque não existe registro dessa parte. O senhor citou o Etchegoyen e o Gusmão...

Havia ainda o Derly (Derly Garcia Xavier) que, tempos depois, trabalhou comigo na Polícia. Hoje em dia está na reserva e é advogado.

Mas era militar?

Sim. Foi um dos diretores do GBOEx.

Com o nosso "quartel-general" a coisa mudou de figura, porque dispúnhamos de algum dinheiro, tínhamos representatividade, local para nos reunir e podíamos fazer propaganda, o que nos foi muito importante – creio que até fundamental para a Revolução no Rio Grande do Sul. Para a nossa luta, além dos diretores já citados, contávamos também com oficiais da Aeronáutica. Até me lembro que naquela época morreu um Tenente ou Capitão, dando um rasante em um treinamento de bombardeio, o que nos chocou muito.

---

[6] Mensagem telegráfica transmitida via rádio.

Outros nomes citados...

Sim, o Manta (Antônio Adolpho Manta), o Sommer de Azambuja (Luiz Augusto Sommer de Azambuja).

Esse eu não lembro...

Foi vereador. Volto a destacar o nome do Marsillac, um homem importantíssimo. Ele trabalhou comigo, tomou posições radicais dentro desse QG durante a Legalidade. Enfrentou o General Moraes e Barros – que apareceu e desapareceu como estrela cadente. Novo Chefe do Estado-Maior do III Exército, chegou, tentou conciliar as coisas, mas não conhecia nem o Rio Grande.

O senhor já fez referência a esse general, mas eu não tenho lembrança dele.

O Marsillac por certo se recordará. Sei que ficou apenas alguns meses. Ele entendia muito menos de Rio Grande do que o Comandante do III Exército, meu querido amigo Machado Lopes.

Fora do Exército, quais as organizações ou pessoas que estavam conspirando?

Uma organização que nos ajudou muito foi a "Educando para a Democracia", cuja história retrato no artigo "O acordar dos militares". Cortamos todo o Rio Grande pregando Democracia para os estudantes do 3º grau. Era uma linha intelectual que reunia homens como: o Galeano Lacerda, desembargador, hoje está aposentado; o Hugo di Primio Paz, professor da UFRGS; o Clóvis Stenzel, psicólogo e advogado, foi líder da Arena no Congresso; a Ecilda Haenzel, advogada, cujo marido, o médico José Mariano Haenzel, já morto, foi quem me possibilitou não embarcar para Ipameri e ficar resistindo aqui. Um colaborador de peso foi o José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que nos possibilitou organizar a "Educando para a Democracia", que nasceu dentro da PUC.

Em São Paulo houve um apoio muito forte dos empresários.

O João de Souza Jardim, que foi também Secretário de Estado e o Paulo, ambos da COPAGRA, nos apoiaram intensamente. Não procurávamos muito os empresários. Talvez porque no nosso escalão – Capitão e Major – não tivesse ainda um relacionamento mais intenso com esses homens.

Mas entre os industriais e os intelectuais, havia alguma liderança destacada que pudesse agrupá-los, assim como no Exército, planejando um movimento revolucionário?

O pessoal foi grupado através da "Educando para a Democracia" e, posteriormente da "Ação Democrática Renovadora". Eu, por exemplo, viajei bastante pelo interior: estive em Rio Grande, fui até Caxias onde conversei com o Victor Faccione que naquele tempo era líder estudantil e hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A próxima pergunta, na realidade, o senhor já respondeu. Onde houve a maior resistência ao Movimento revolucionário, no Rio Grande do Sul?

No CPOR houve grande resistência. Tanto o Comandante, Coronel Alcy (Alcy Souza Palmeiro), como o Subcomandante, Tenente-Coronel Danilo (Danilo Marques Paiva), eram contra mim, mas é preciso frisar que aqueles homens não estavam propriamente contra as minhas idéias, eles tinham as idéias deles, achavam que para o Brasil seria melhor do jeito deles. Tanto assim que na última eleição o Alcy telefonou para mim e me disse:

– Quero lhe dizer, meu coronel, que vou votar no senhor.

É a comprovação da minha tese. Tivemos até militares como o Agildo Barata (Agildo da Gama Barata Ribeiro) e o Luís Carlos Prestes, que eram convictamente marxistas. Mas esses homens de quem estou falando apenas acreditavam noutra verdade e não na minha.

E há mais um fator a acrescentar; por formação, o militar é legalista.

O Alcy, por exemplo, me surpreendeu. Não tive nem tempo de lhe dizer muito obrigado, mas foi um gesto bonito dizendo que votaria em mim. O que fiz para mudar a opinião dele? Talvez eu nunca venha a saber os reais motivos.

Vamos em frente. Como foi o desencadeamento da Revolução aqui em Porto Alegre e, de uma maneira geral, no Rio Grande do Sul?

Sempre me correspondi com o General Mourão (Olympio Mourão Filho), meu ex-comandante e tão amigo que esteve no meu casamento. Era viúvo e ficou muito traumatizado quando perdeu um neto, em Santa Maria, no início do ano de 1962.

Atropelado por um carro.

É, aquilo o perturbou muito. Quando vinha a Porto Alegre, em geral tomava café comigo lá em casa, ali na Rua Casemiro de Abreu, 610. Ele tinha uma mágoa muito grande, porque foi acusado de ter sido um dos autores do plano Cohen e não cansava de dizer que aquilo tinha sido uma artimanha do Estado-Maior do Exército (EME) e do Getúlio. As idéias dele me empolgavam e me colocavam em ebulição; trocávamos informações, principalmente depois que conquistamos o Círculo Militar, pois ficamos mais fortes e passou a haver uma coordenação natural. Mas não havia outros planos. Eram só as forças locais, aqui e lá, conforme escrevemos em "A reserva e a ativa: juntas". Havia um camarada – hoje já falecido – o jornalista Thadeu Onar; de importância fundamental para os nossos propósitos. Este homem era um amigão e nos municiava de informações do mundo civil.

Logo depois que eu fui afastado do CPOR, o pessoal passou a me evitar; fiquei zanzando por aí, apoiado pelo Mariano Haenzel. Eu era tido como um sujeito muito

extremado e vivia os meus dias sem fazer nada. Os meus próprios companheiros evitavam me procurar porque eu era um camarada visado.

Uma pergunta: a sua transferência para Ipameri foi política?

É evidente que foi. Inclusive fui ao Ministro buscar uma explicação. Consegui uma carona em um avião da FAB, nem sei como deixaram eu ir. Cheguei ao Palácio Duque de Caxias (PDC) e expliquei a situação a um Tenente-Coronel de Artilharia, que me possibilitou a audiência. Depois descobri que ele era o oficial de gabinete. Às 7h30min da noite, já era tarde, entrei na sala do Ministro, General Jair. De pé, na frente do Ministro, indaguei o motivo. Ele respondeu:

– O senhor é um oficial político.

– Só porque estou combatendo os marxistas e os comunistas no meu Estado? – retruquei.

Repetiu isso quatro, cinco, nem sei quantas vezes. No meu artigo "1963 – Ofensiva do Sistema" faço um retrato falado de toda aquela situação, inclusive deste diálogo com o então Ministro.

Naquela visita ao Ministro, não houve a reversão da transferência? Como ela aconteceu? O senhor disse que permaneceu em Porto Alegre.

Fiquei em Porto Alegre, em licença para tratamento de saúde do meu filho por obra e graça do marido da Ecilda, o médico Mariano Haenzel, e do Bruno (Bruno de Araújo Ribeiro), o médico presidente da Junta de Saúde; um homem muito bom que me deu apoio total – já é falecido.

Os "janguistas" me anularam, mas me vigiavam. Sabiam que eu tinha proteção da Junta, através do seu presidente e do Mariano Haenzel, que emitiu um atestado para meu filho – na verdade ele sempre foi profundamente asmático. Tudo isso era uma articulação e logo depois que iniciei a Licença para Tratamento de Saúde da Pessoa da Família (LTSPF), senti que fui esvaziado.

Eu, o Léo Etchegoyen, o Lauro Rieth, o Sommer de Azambuja e o Comandante do 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, o Admar Borges Fortes da Silva; nós cinco fomos transferidos. O Sommer de Azambuja e o Lauro Rieth solicitaram transferência para a reserva; não sei se o Etchegoyen chegou a ir para Santo Ângelo; eu não fui e o Coronel de Cavalaria, irmão de um jornalista do *Correio do Povo*, não sei o que se passou com ele. Fiquei uns dois ou três meses completamente isolado, porque quem falasse comigo era identificado e ficava marcado.

À 1h30min de 1º de abril de 1964, recém-chegado do Círculo militar, recebi em casa o Capitão Darvin (Darvin Cardias Szechir), companheiro do CPOR, acompanhado de um senhor de idade, cabeça branca, com uma boina preta. Quase irreconhecível pela indumentária, entrava o General Souto Malan, seu sogro, recém-

chegado do Rio de Janeiro, o qual tinha sido surpreendido pela partida do General Mourão no comando da tropa revolucionária de Belo Horizonte e Juiz de Fora, antecipando o início do movimento em dois dias em relação ao acerto deles.

Desconhecia toda aquela articulação e ignorava se os grupos aqui do Sul sabiam de algo, porque eu me separara deles; estava completamente anulado. O General Malan me colocou a par do que estava ocorrendo e me disse que precisava de ajuda. Com meu amigo Darvin – ele e a Elenita, filha do Malan, estiveram comigo há pouco tempo na minha casa em Torres –, concluímos que o general precisava ficar oculto e municiado de informações.

Hoje conto o milagre e revelo o santo; ainda que eu fosse considerado um homem perigoso, naquela madrugada escondi o General Malan na Vila Manreza, dos Jesuítas, sob a proteção do padre Nunes, que me deu todo o apoio durante alguns dias, enquanto procurávamos contato com os generais da área – o Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos), o Floriano (Floriano da Silva Machado) e o Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo) que depois veio de Santa Maria.

E o General Malan permaneceu todo o tempo em Porto Alegre?

Sim; municiado de informações por mim em todos aqueles momentos que antecederam a decisão final no Estado do Rio Grande do Sul e que foram cruciais porque o único General – dos que estavam em comando – que permaneceu na área foi o Floriano, comandante da 3ª Região. Vim ao QG com o Capitão Darvin para estabelecermos as primeiras negociações. Posteriormente o General Malan foi até a minha casa onde se fardou e viemos todos para o QG em um carro particular. Ele entrou comigo, fomos recebidos pelo Azambuja (Clóvis Borges Azambuja) – mais tarde General Comandante do III Exército; em seguida o General Floriano nos recebeu e relatou ao Malan a situação reinante no Rio Grande do Sul. O Poppe de Figueiredo estava chegando.

Esses fatos aconteceram após a vinda do Brizola com o General Ladário (Ladário Pereira Telles)?

Só fui saber dessa história quando eu era Chefe de Polícia. Mas a vinda daqueles dois não teve muita repercussão até porque a turma toda debandou logo depois. E soube também de um fato curioso: nesse deslocamento para o Rio Grande do Sul todas as fardas do general ou foram esquecidas ou roubadas. Queria apenas deixar registrado o que escrevi sobre a atuação do então Deputado Leonel Brizola no seu desesperado intento de resistência à Revolução.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Jamais deveríamos ter aceitado o tardio “pacote” do Geisel. O Nordeste tinha que ser tratado, politicamente, como o restante do País, pois todos os prejuízos

que viessem, teriam sido menores do que esta fórmula esdrúxula de conduzir a política nacional que até hoje nos prejudica. Há mais de quinze anos falei que as bancadas não poderiam ser constituídas como o são. Se vocês procurarem nos anais eternos da Assembléia Legislativa, lá está o meu pronunciamento veemente contrário ao "pacote de abril" de 1977.

Descuido ou intencionalmente, a bancada de um Estado como Sergipe – eu o cito por ser o menor da Federação – se antepõe à do Rio Grande do Sul. Os Estados do Norte e Nordeste, menos populosos, garantiram uma boa representação no Congresso. E até hoje somos governados de uma maneira completamente errada. Não podemos continuar com esse Congresso artificial. As bancadas têm que ser proporcionais à população. Ninguém tem coragem de mexer. Basta contar o número de deputados de cada região. E onde está o maior PIB? E onde ferve a política? Aqui! E lá? É aquela política de sempre, capitaneada por líderes como o Antonio Carlos Magalhães e Jáder Barbalho, que estão brigando entre si.

Quer dizer, são dois brasis, temos que reconhecer isso. E nós continuamos marcando passo. Esta é a verdade nacional. Há cinqüenta anos conheci o Nordeste em uma viagem que durou setenta dias. Fui e voltei por terra. O que eu vejo hoje em dia na televisão é a mesma coisa. Aquelas zonas que visitei não mudaram nada – Salgueiro, Quixadá e tantas outras. E o que havia lá? Nenhum recurso, só casas de adobe (barro e esterco), o solo fendido, povo miserável, sem escola, luz, televisão, saneamento. E por quê? Porque convém aos políticos que essa turma permaneça nessa cegueira, para votarem a comando e eles continuarem influindo no Congresso. Estamos pagando o preço dessa falta de objetividade das Forças Armadas no momento do "pacote de abril".

O senhor acredita que a atuação do terrorismo influenciou na escalada revolucionária?

Uma das nossas grandes bobagens foi termos misturado alhos com bugalhos. A experiência me dizia que não devíamos enclausurar delinqüentes junto com políticos. Nós enfurnamos em presídios eminentes políticos que nos contestavam, mas homens inteligentes, que pela sua conduta causavam surpresa àquele mundo carcerário e, pelo longo tempo que lá permaneceram, acabaram doutrinando os presos. Houve uma união dos criminosos, não de todos, é claro, com certos políticos. E disso resultou a eclosão de assaltos a bancos e o seqüestro de embaixadores. Foi um erro nosso.

E erramos também no Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Dez dias antes da edição do AI-5 recebi um telefonema de Brasília – do Capitão Protásio (Protásio de Paiva Bueno), assistente do Costa e Silva – me assuntando (sondando) sobre o assunto.

Disse que seria uma asneira e falava porque era um professor no assunto; desde 1957 estava com a Polícia na mão e era instrutor da Brigada há uma porção de tempo. Discordei, e por isso saí da Chefia de Polícia. Sabia que não haveria como você controlar o que estava se passando na ponta da linha. E não deu outra.

Houve, na verdade, uma falta de previsão total das conseqüências dessas duas ações, quais sejam: a mistura de criminosos com políticos que permitiu uma formação diferenciada de subversivo – o criminoso-político e o político-criminoso – e uma série de medidas drásticas que o AI-5 regularizou, cuja prática incontrolável, até hoje nos macula em certos setores.

A Revolução foi um sucesso e eu sempre a defendo na mídia – e ninguém me enfrenta. Por que não me enfrentam? Porque sabem que eu distingo a Revolução dos excessos que ocorreram de ambos os lados. Você não pode justificar nunca a tortura. Se na guerra você não a permite e, se nós primamos por certos princípios, como vamos permiti-la quando agimos contra nossos inimigos. Não podemos.

Exponha de maneira sintética a sua opinião sobre o ciclo dos presidentes militares.

Eu sou castellista e fã incondicional do Médici, de quem fui sempre muito amigo. Tenho até uma passagem interessante: o Poty Medeiros tinha absoluta confiança em mim e foi um homem muito importante na minha vida. Quando ele morreu, foi velado aqui no Tribunal de Contas; fui ao velório e estava na terceira ou quarta fila quando, de repente, senti que alguém me enlaçava por trás. Uma atitude um tanto esquisita em um velório. Olhei para as mãos da pessoa e vi uma aliança de ouro e prata de cinqüenta anos de casamento. Ao mesmo tempo todo mundo começou a olhar para o camarada que estava me abraçando. Não fiz nada, deixei-o assim como estava. Era o velho Médici. E sabemos que ele não brincava com ninguém, pois era um basco, um homem sério. Considerei aquele abraço até um elogio que eu estava recebendo.

Ele já havia deixado a Presidência?

Já, mas sem dúvida era um homem diferente para mim.

O senhor citou o General Castello Branco e o General Médici. E os demais?

O Costa e Silva se deixou levar muito pela turma dele e do Portella (Jayme Portella de Mello), a dos bons amigos. Na verdade ele não pode ser comparado ao Médici nem ao Castello Branco. Eu não simpatizava com o Geisel, apesar de considerá-lo um homem extremamente correto, muito certinho. Mesmo sendo só um deputado estadual, sempre lutei pela melhoria dos vencimentos das Forças Armadas, discutindo o reajuste através de contatos com a Casa Militar do Palácio do Planalto, sugerindo valores para o soldo de almirante-de-esquadra, como também apa-

rando arestas porventura surgidas no âmbito político estadual. Apesar de muito amigo do Denys, eu era malvisto pelo Geisel porque ele achava que eu não tinha nada que me meter.

O senhor não falou do Figueiredo.

Eu estive afastado do Figueiredo por uns dois anos. Tudo aconteceu quando ele era o Chefe da Casa Militar. Antes de ser deputado fui chamado pelo Coronel Telmo (Telmo de Oliveira Sant'Anna), Chefe da 2ª Seção do III Exército. Meu grande amigo cavalariano manobrava tudo e me designou para montar uma emissora de televisão aqui no Sul. Até hoje tenho todos os documentos guardados. Foi publicada a concessão e recebi o Canal 13 de televisão, que teria a missão de levar o sinal até o Uruguai e a Argentina, objetivo um tanto quando nebuloso para aquela época.

Eu dividiria a superintendência com os dois donos da Rádio Princesa. O Banco do Brasil emprestaria um milhão de dólares para colocarmos a emissora no ar. Encomendei o projeto completo, fui a Brasília e ao Rio para falar com o Nestor Jost, presidente do Banco. Lembro que era ano de eleições, e aquela empreitada prejudicou a minha candidatura a deputado, mas fui em frente e cumpri a missão que me fora imposta por indicação dos irmãos Adolpho João e Ruy de Paula Couto.

Fizemos todo o programa e na hora do Presidente aprovar, o Figueiredo, Chefe da Casa Militar, não sei qual o motivo, se não estava avisado ou se era contra, me tratou mal. Ora, vou a Brasília cumprir uma missão e sou maltratado pelo meu amigo. Não entendi. Deixei de procurá-lo até o momento do reajuste dos vencimentos dos militares quando ele, como Presidente, me apoiou muito. O Gobatto – tinha sido meu Tenente na Companhia de Guardas – pediu que eu fosse a Brasília porque o Presidente queria falar comigo. Ponderei:

– O General é meio brabo e eu o conheço bem. Pode haver problema, sou um homem casado e com filho, não quero ouvir besteira. Sou líder do Governo, ele está brigado com o Jair, as conseqüências poderão não ser boas.

Brigado com o Jair?

Houve um ruído qualquer entre o Governador Jair Soares e o Presidente. Depois de muita resistência fui e até levei o Airton dos Santos Vargas – deputado estadual – comigo. Cheguei, nem tinha audiência marcada, mas o Gobbato conseguiu agendá-la para o dia seguinte. Eram 2h da tarde quando entrei e o Figueiredo estava me esperando; ficamos em conversa até quase às 5h. No início da reunião ele não estava junto da mesa de despachos – sentara-se de costas para o jardim – o que me permitia descortinar todo o imenso ambiente da área verde do Palácio. Ele me olhou e disse:

– Como vai àquele "f d p" do Jair?

Pensei comigo: “vai ser brabo, o que vou fazer? Afinal, o homem é o Presidente”. Fui ao encontro dele que estava sentado, escarrapachado, como fazia sempre e disse:

– General, o que o senhor faria se fosse deputado e ouvisse do Presidente o que eu ouvi?

– Ó Leal, eu sou um “m” mesmo – respondeu –. Senta e vamos conversar.

Este era o Figueiredo, um Presidente da República capaz de dizer ao outro que ele era isso. Um homem simples, puro, espontâneo e verdadeiro. Vivíamos aquele momento da vitória do Maluf (Paulo Salim Maluf) sobre o Andreazza (Mário David Andreazza) na disputa pela indicação do candidato da Arena à Presidência, que no fim resultou na eleição do Tancredo Neves.

Então ele chorou, eu chorei, foi uma emoção danada e não houve mais audiência no Palácio. Entraram o Venturini (Danilo Venturini) e outras figuras palacianas. No final da reunião ele acabou até assinando um documento que eu levara em mãos, sobre a redução da idade para aposentadoria dos policiais civis. Mandou inclusive fazer uma lei complementar. Depois saiu da sala. Na verdade o Figueiredo era um emocional, mas um homem bom. Um milico transformado em Presidente, cargo que ele nunca quis. Queria mesmo era ser Comandante do III Exército, tanto que ele sempre dizia:

– Olha, vou largar tudo para o Walter Pires (Walter Pires de Carvalho e Albuquerque), que era o Ministro do Exército; vou pegar o boné e ele que responda.

Realmente, ele falava muito: “Vou chamar o Walter Pires.” Apenas um comentário: em termos de desapego ao Poder, que não gostava de ser Presidente, mas que foi um grande...

O Médici.

Ele detestava ser Presidente da República.

Nunca expressou uma queixa sequer, nenhuma lamúria, nada. E, para mim, foi o maior Presidente do Brasil; ele não hesitava, sempre tomava posição. Apesar de eu ser “castellista” e achar que o Castelo não teve o tempo suficiente para realizar o que desejava.

O grande pecado do Médici foi ter muita sorte. E a mídia nunca perdoou isso.

O Brasil ganhou até o campeonato mundial de futebol.

Hoje qualquer presidente, qualquer político, que vá a um estádio e seja anunciado, será vaiado. E ele foi aplaudido. Tinha carisma e sorte.

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Penso que comprometeram muito a nossa imagem. Hoje a mídia só veicula o nome das vítimas que nós fizemos e se cala quanto ao nome dos nossos mortos. Eu

já coloquei na TV e nos jornais o nome de todos os nossos que foram vitimados pelo terrorismo. Mas o que adianta isso? Eu coloco uma vez, eles boicotam dez e continuam a matraquear duzentas, trezentas vezes. Porque a mídia é na verdade muito bem conduzida pelos esquerdinhas de "calcanhar sujo"[7].

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi feito a contento?

Não. O militar não sabe se comunicar, não faz relações-públicas e nem publicidade.

O desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário foi oportuno? Deveria ter sido antecipado ou poderia ter sido postergado?

Foi bem-feito. Com anistia geral e tudo o mais que se esperava. Depois, os militares se deixaram envolver pelos governos civis e, paulatinamente, estamos contemplando o nosso esvaziamento com o ápice agora na era Fernando Henrique Cardoso. O que nos restará? Onde está a nossa opinião nacionalista? E a Amazônia? Tudo relegado a segundo ou terceiro plano. Ontem – a TV Câmara dos Vereadores, Canal 16, veicula hoje – acusei o Governo pelo esvaziamento da opinião nacionalista das Forças Armadas. Baseado em quê? No artigo do Carlos Chagas, jornalista e articulista civil da Revista do Clube Militar.

O Senhor acha que está havendo "revanchismo"?

Sem dúvida, e o pior é que estamos inertes, sem reação. As Forças Armadas foram consideradas, há pouco tempo, como a instituição de maior credibilidade. A opinião pública nacional nos é muito favorável. Mas existem setores profissionais, conjugados com as manobras do Governo, que cuidam deste cons-tante patrulhamento. As verbas de publicidade – que são enormes no Governo Federal, particularmente na Presidência da República – influenciam estes setores que nos desmerecem.

Até em jornais tidos como mais ou menos independentes, como...

Logo depois que é veiculada uma demonstração de grande prestígio das Forças Armadas surge uma página com episódios do passado: buscam e encontram sargentos, tenentes, capitães ou coronéis, que se dizem arrependidos de terem praticado tortura, esbravejando uma *mea culpa, máxima culpa*, no mínimo extemporânea. Sempre coloco este assunto na pauta, sem que ninguém me aparteie. Sou um eterno defensor da nossa Instituição. A última matéria foi sobre o Jango e o Juscelino Kubitschek.

---

[7] Repórteres novatos, designados para cobrir os fatos na "linha-de-frente".

Morreram ou foram mortos por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI)? Fui à tribuna e desmascarei a farsa, pois se tivéssemos qualquer intenção teríamos matado o Brizola, o mais ativo e um dos mais inteligentes.

Esta última pergunta, praticamente, já foi respondida ao longo de toda sua entrevista. O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira? Ou carecem de aperfeiçoamento em face dos ideais da Revolução de 1964?

O momento atual está um pouco distanciado dos ideais da Revolução de 1964. Só não deixamos que o Brasil se comunizasse. Ao longo desse tempo, aprendemos muitas coisas que não sabíamos. O País estava todo desarrumado e não o víamos assim. Hesitamos em adotar medidas ou fomos muito comedidos. Deveríamos ter fechado o Congresso o tempo necessário para arrumar o Nordeste e o Norte do País e imposto à Nação as mudanças necessárias para erradicar aquelas barbaridades, que até hoje continuam lá. O que conseguimos melhorar? Nada! Não fizemos o dever de casa. Agora é tarde, Inês é morta!

Nos resta esclarecer um último ponto. O senhor participou, no Rio de Janeiro, de reuniões que trataram do Movimento de 1964 e das quais participaram vários conspiradores. Nos fale sobre aquela época e aqueles acontecimentos.

Na realidade, saí de Porto Alegre logo depois da eclosão do movimento, que fora antecipado em dois dias com a partida do Mourão de Minas Gerais. Eu havia sido afastado do CPOR e resolvi aceitar a sugestão do General Malan; fui para o Rio de Janeiro fazer o Curso de Classificação de Pessoal (CCP), pois assim não interrompia a minha carreira militar. Viajei com o General para o Rio de Janeiro, onde passei o restante do ano de 1964 todo e tive a oportunidade de me encontrar com os grandes nomes do processo revolucionário na casa do Malan, na Rua Otávio Corrêa, 221, na Urca. Ali se reuniam os Barros Nunes – o Heleno, o Antonio Luiz e o Adalberto – o Meira Mattos (Carlos de Meira Mattos), o Golbery (Golbery do Couto e Silva) e outros. Conheci toda essa gente, eram todos generais e eu um simples major.

Nessa época o senhor já estava servindo no Rio?

Freqüentava o Curso de Classificação de Pessoal. A título de curiosidade, naquela época encontrei o filho do Malan que estava voltando para a Escola da Aeronáutica – ele havia trancado matrícula. Estou fazendo essa referência, porque coincidentemente, anos depois, ele foi o piloto que se envolveu no acidente com o avião do Castello Branco.

Chegaram a falar que teria sido algo intencional.

O Alfredinho voltou para a Escola da Aeronáutica, saiu Aspirante e mais tarde foi até Ajudante-de-Ordens do Délio Jardim de Mattos quando ele comandou a Zona Aérea de São Paulo. Tempos depois houve o acidente que derrubou o avião do Castello Branco. Sou testemunha do grande constrangimento que o assunto provoca, dentro da casa do Malan. Lembro que, em um jantar, me referi ao acidente e foi um silêncio absoluto.

Eles eram muito ligados.

Se não me engano o garoto era afilhado do Castello Branco, por nome, ou por distinção.

Pois bem, então tive várias oportunidades de encontrar o Grande Colegiado, não posso dizer que fosse uma *Sorbonne*, seria meio hipotético ou talvez presunçoso, mas os grandes homens da Revolução reuniam-se freqüentemente na casa do...

Eram sempre os mesmos ou esse pessoal se alternava?

Alternavam-se muito.

E era sempre na casa do Malan? Ou variava...

Eu, pelo menos, só ia lá, até porque éramos amigos, tanto que fui à posse do Castello em Brasília, convidado por ele, que já estava designado para comandar a Escola Militar.

O senhor ficou quanto tempo no Rio de Janeiro?

Um ano. Só mais um pequeno detalhe. Na verdade, às vezes, as reuniões eram na casa do General Décio Escobar, mas lá não iam aquelas pessoas todas, porque ele era um homem reservado, tanto que não integrava o grupo, mas era simpático a todos e o respeitávamos muito. Eu me dava muito com o General porque eu comandara a Companhia de Guardas quando ele era Comandante da 3ª RM.

Lembro até que na casa dele foi decidido qual seria o destino do General Jair, porque ficou muito mal explicada a razão que o levou a afastar-se de repente do Ministério da Guerra. Há quem diga que, na última hora, ele concordou com a Revolução. Lembro perfeitamente que o General Décio defendia muito o ex-Ministro da Guerra. Naquela época o Ministro era o General Costa e Silva.

Além das reuniões na Rua Otávio Corrêa eu me ligava muito com o Antônio Luiz de Barros Nunes – o famoso "Cacau" – relações públicas da Petrobrás e homem de confiança do Geisel. Essas eram as minhas ligações com todo aquele grupo castellista. Claro que tínhamos também amigos como o Andreazza e o próprio Costa e Silva na outra turma, onde havia homens intransigentes como o General Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), que tinha opinião definida e radical. Mais tarde houve uma separação entre os grupos, o que nos causou grandes transtornos.

Sem dúvida! Realmente havia duas tendências: o Castello era um homem extremamente legalista e democrata. A outra corrente preconizava modificações mais

drásticas e as duas entraram em conflito. Falava-se, entre os colegas que serviam em Brasília, que na mudança de Governo do Castello Branco para o Costa e Silva, o processo de afastamento dos castellistas foi mais violento do que quando o próprio Governo do Castello assumiu a Presidência da República. Depois tive a oportunidade de assistir – eu já estava na Secretaria do Conselho de Segurança – à passagem do Governo do Costa e Silva para o Médici. Ocorreram poucas modificações, porque na realidade era uma equipe de transição e havia uma certa convergência de idéias. Mas quando o Médici passou para o Geisel retornou todo aquele pessoal do Castello, e todos eles de certa forma ressentidos com o outro grupo.

Esse prolongamento da Revolução significava a vitória da linha costista sobre a castellista e foi um grande prejuízo para todos nós.

Eu sempre mantive muito contato com o General Mourão, desde a minha época de 2º-Tenente quando ele foi meu Comandante no 19º RI. Ao longo dos anos essa amizade continuou e se consolidou, mesmo depois da Revolução que teve nele um dos principais artífices. Tenho uma carta do Mourão em que ele externa em que condições sua tropa partiu de Minas Gerais. Em princípio diz o seguinte:

"Leal, como é que o movimento poderia ter sido planejado se eu estava avançando com soldados que não sabiam nem atirar? Fico pasmo de ter acontecido uma Revolução com uma tropa tão bisonha. A maioria dos soldados tinha só dois meses de instrução e estavam ainda no período de adaptação."

A carta está lá para quem quiser ver. Foi o que aconteceu. O precursor da Revolução comandando uma tropa que não sabia atirar.

Realmente é de surpreender. Ainda bem que praticamente não houve reação. Acredito que houve muito mais risco de confrontação na Legalidade.

Há um outro episódio envolvendo o Mourão e que merece ser relatado. Eu sempre lhe dizia:

– General, o senhor errou em ter esperado, o senhor deveria ter assumido o Exército. A sua tropa que permaneceu no Campo de Santana ficou desiludida. Se eu estivesse consigo, o senhor não faria isso.

Ele sempre negava, nunca admitia que havia bobeado. Continuo pensando que ele deveria ter assumido o Ministério da Guerra. Não tem conversa fiada, quem faz uma revolução e a vence, com tropa bisonha ou não, tem que se apresentar como chefe. Tempos depois nos encontramos no Rio de Janeiro, onde seríamos recebidos em audiência pelo Costa e Silva. Estavam presentes, ele, os generais Malan e Justino (Justino Alves Bastos) e eu, o "bagrinho"[8]. O Coronel Fontoura era o Chefe-de-Gabine-

---

[8] Militar de posto ou graduação bem inferior aos demais integrantes de um grupo determinado.

te. Já estávamos há meia hora na sala de espera quando o Mourão me disse uma coisa que eu guardei:

– Leal, você tem razão, eu não deveria ter passado aquele Comando, nem desmobilizado a tropa. Eu deveria era ter assumido o Ministério.

Ele achou que esperar meia hora para ser recebido pelo Ministro era uma afronta. Afinal, ele tinha feito a Revolução e estava ali plantado à toa todo aquele tempo. Só então o Fontoura nos mandou entrar. Já naquele momento, sem que percebêssemos, estavam estabelecidas duas linhas revolucionárias: a castellista e a costista. E essa divisão comprometeu a Revolução. Essa história eu não ouvi, eu a vivi com o Mourão. Ele me escrevia sempre e esteve ainda uma vez aqui em Porto Alegre quando era presidente da Fábrica Nacional de Vagões, não lembro se antes ou depois de ir para a Petrobrás. Nunca mais o vi. Depois, recebi um bilhete de incentivo aos meus eleitores. Só o vi no velório, quando ele morreu naquele hospital em Copacabana.

Seria uma crítica indireta ao desempenho do General Costa e Silva? Ou um problema pessoal?

Nunca perguntei, aliás, não voltei mais ao tema. Ele mesmo se antecipou ao assunto naquela ocasião. Mas acho que foi uma crítica diante das afrontas que ele estava recebendo.

Parece que havia um interesse de grupos ou pessoas de se livrarem do General Mourão que era tido como um homem de atitudes muito abertas.

É, ele era um indivíduo bastante incontido e resoluto. E este homem, depois de esperar por meia hora, extravasou o seu inconformismo em um momento de desilusão. Coisa que eu não previa.

Vamos adiante. Passei o restante daquele ano de 1964 no Rio, acompanhando a distância o comando do General Souto Malan na Escola Militar e em contato permanente com o Barros Nunes. Foi o ano inteiro de reuniões a respeito dos novos rumos e também o ocaso do Lacerda que se desiludiu com a turma.

Esses grupos que o senhor freqüentou já se reuniam antes do Movimento de 1964? Eles foram conspiradores?

Acho que sim! Nunca perguntei...

O General Manta nos disse que não houve conspiração. Apenas conhecia todo mundo e saiu pregando o Movimento.

Ele era Tenente-Coronel do Quadro do Estado-Maior e exercia um cargo diferente. Talvez na Casa Militar ou uma outra função não relacionada com o Exército.

Acredito que o Movimento não foi uma coisa espontânea.

Eu esqueci de dizer algo. Logo no momento seguinte à Revolução, dois nomes foram cogitados para a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul: o meu e o do

Léo Etchegoyen. Foi um dos motivos que me fizeram ir para o Rio de Janeiro. Por quê? Porque eu representava a linha castellista e o Etchegoyen era mais cercado pelos homens do Costa e Silva – na realidade nenhum de nós havia percebido essas correntes. Ele foi o escolhido e então achei que devia me afastar do Rio Grande do Sul.

O próprio General Manta cita o Léo como uma pessoa importante na montagem da Revolução.

É um homem muito firme, seguro, crente e sério. Foi bem escolhido.

O Nei Messias, advogado e professor, e o delegado Delmar de Araújo Ribeiro, pai do Deputado Odone, foram à minha casa fazer-me o convite. Depois fui designado Chefe de Polícia. E entre 1967 e 1968 assumi interinamente a Secretaria.

Em uma época difícil!

A preferência pelo Léo – muito justa porque era um homem entrosado naquele processo – já delineava as linhas castellista e costista. As duas correntes já se definiam.

Naquela época não usavam esses nomes. Eram os legalistas e os da linha dura. Os que queriam levar o governo mais ou menos dentro do que existia de democracia e os radicais. Eu era Capitão e me lembro.

Podíamos traduzir assim. A linha castellista era mais branda. E talvez até não tivesse admitido o AI-5 como tal.

Possivelmente. Se bem que é tudo conjectura nossa.

Tal como ele veio foi justamente o resultado da linha da inconformidade e envolveu o Exército em uma empreitada que até hoje ele está respondendo. Porque, fora de dúvida a Revolução, o regime militar – ontem eu disse na televisão – marcaram a melhor época do Brasil: as maiores realizações, economia crescendo, tudo.

E até de reformas em áreas que os socialistas refutam como só eles sendo capazes de fazer: o Fundo de Garantia, o incremento do ensino...

... e o Estatuto da Terra. Então, o AI-5 acabou nos prejudicando, porque na verdade o regime já era excepcional. Uso a televisão com muita freqüência onde falo para o Brasil inteiro sobre este assunto na *Rede Vida*, e nunca me refutaram. Não sou um profissional da mídia, faço esses programas para manter minha opinião no ar. E sempre afirmo que foi durante o período do regime militar que o Brasil se tornou a oitava economia do mundo. No entanto, nós mesmos fornecemos o argumento para esses neófitos nos criticarem, porque entregamos o comando de certas operações de informações para pessoas que não estavam convenientemente preparadas e elas acabaram empanando as ações do governo com a prática isolada, clandestina e esporádica de torturas.

Eu considero que foram exceções, foram acidentes de...

De percurso que deixaram marcas profundas.

Muito bem aproveitadas pelos ideólogos do comunismo que detêm a manipulação do Poder e estão trabalhando na área da mídia...

Onde eles são especialistas e nós simples aprendizes de feiticeiro.

E nessa guerra temos que reconhecer que eles são feiticeiros de verdade...

Profissionais togados. Isto é o que eu tinha que acrescentar ao relato.

Quando o senhor voltou do Rio, foi servir em que Unidade?

Fui classificado na 6ª Divisão de Infantaria.

6ª DI! E quem era o Comandante?

Era o Aragão.

General Augusto Cesar de Castro Muniz Aragão, um homem simples, mas de uma personalidade muito forte. No momento da Revolução, falou no rádio à noite para os antigos cadetes e disse mais ou menos o seguinte: "Vocês me conhecem, sabem que sou um homem sério, não se deixem levar." Ele estava em Curitiba e fez um apelo para que o pessoal do Sul...

Não tangenciasse...

Porque ele se responsabilizava pelo que estava dizendo. Foi uma fala muito bonita. E a maioria do pessoal que na época era Major, Capitão ou Tenente, tinha sido cadete dele. Fora Instrutor-Chefe do Curso de Cavalaria na Escola Militar e depois – no meu tempo – foi Comandante do Corpo de Cadetes.

O General Figueiredo, Presidente da República, foi Comandante de Esquadrão quando ele era Instrutor-Chefe e eu era cadete.

Em 1948?

Isso mesmo. Ele foi uma grande personalidade.

Um homem confiável. Para onde ele ia, sabia-se que levava muita gente.

Permaneci na Divisão de Infantaria com o Aragão até ser transferido, por influência do Médici, para a região militar, onde chefiei a Seção de Relações Públicas.

Em 1967, fui convidado e aceitei substituir o Lauro Rieth na Chefia de Polícia do Governo do Rio Grande do Sul. Posteriormente, quando o meu amigo Ibá, então Secretário de Segurança, adoeceu, passei a responder por aquela pasta.

Com essa conversa agradável, relembrando os tempos que não foram comuns, mas muito parecidos, encerramos a entrevista com o Coronel Pedro Américo. Agradeço mais uma vez a sua colaboração, que corroborou o seu elevado espírito militar e o seu inveterado gosto pelas coisas bem-feitas. Fico muito agradecido.

Quero que minhas últimas palavras sejam de louvor ao General Alfredo Souto Malan pela grande amizade que nos uniu e com quem privei durante todo o ano de

1964. Ele me aconselhou muito para que eu não deixasse o Exército. Isso me fez muito feliz e hoje me regozijo em saber que o filho dele foi Chefe do Estado-Maior aqui da 6ª DE.

Se Deus quiser, ele atingirá o generalato. Inclusive a Engenharia lhe deve muito porque foi o principal mentor da ativação do Batalhão de Engenheiros, à semelhança da Confraria de Cavalaria e do Grupo Santa Bárbara. Hoje temos o nosso Batalhão – ele fez todo o trabalho e me entregou o comando.

Ah, meus parabéns! Só para deixar registrado: ele é primo do Ministro da Fazenda. Até uma próxima oportunidade.

Tenente-Coronel Ernani Corrêa de Azambuja

O Tenente-Coronel Ernani Corrêa de Azambuja é natural de Jaguarão, RS, onde nasceu em janeiro de 1928. Ingressou no Exército como aluno da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, RS, em 23 de fevereiro de 1945. Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 15 de dezembro de 1949, sendo classificado no 13º Regimento de Cavalaria (13º RC) aquartelado em sua cidade natal.

Em 1953, freqüentou a Escola de Equitação do Exército e depois de servir no Centro Hípico de Remonta e no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG) – Dragões da Independência, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Comandou o 1º/20º RC (1º Esquadrão do 20º Regimento de Cavalaria), sediado em Passo Fundo, RS, durante o ano de 1960. Em fevereiro de 1961, foi convidado pelo General José Públio Ribeiro, Chefe do Estado-Maior do Comando do III Exército, para ser seu Ajudante-de-Ordens. Acompanhou aquela autoridade, quando de sua movimentação para o Rio de Janeiro, ao ser matriculado na Escola Superior de Guerra (ESG).

Após o episódio da Legalidade, o já Presidente João Goulart convidou o então Capitão Azambuja para ser seu Ajudante-de-Ordens, função na qual permaneceu até a eclosão da Revolução de Março de 1964.

Ainda naquele ano foi classificado na 15ª Circunscrição de Recrutamento (15ª CR), de Curitiba, PR, onde em abril foi promovido a Major, por merecimento. Transferido para o Hospital Geral de Porto Alegre (HGePA), no ano seguinte, voltou ao corpo-de-tropa em 1967, indo servir no 6º Regimento de Cavalaria, no Alegrete, RS.

Retornou à capital gaúcha na situação de adido ao Comando do III Exército e, após sua promoção a Tenente-Coronel, solicitou transferência para a reserva remunerada em junho de 1969.

É engenheiro civil, graduado pela UFRGS em 1971, e inscrito no Conselho Regional de Administração, RS, como Técnico em Administração. Trabalhou até 1994 na COURHASA (Construção, Urbanização e Habitação S.A.), tendo inclusive exercido a Direção Técnica daquela empresa.

No decorrer de sua carreira militar foi agraciado com diversas condecorações outorgadas por nossas Forças Singulares, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 8 de maio de 2002.

Temos a satisfação de receber o Coronel Ernani Corrêa de Azambuja, oficial da Arma de Cavalaria da turma de 1949, que prestará seu depoimento sobre a Revolução de Março de 1964. Tendo em vista a função que o Coronel Ernani exerceu e algumas dúvidas que surgiram nos depoimentos de outros oficiais que entrevistamos, vamos fazer algumas poucas perguntas sobre assuntos que talvez só ele possa nos esclarecer.

Aqui tem se falado muito sobre a época da Legalidade, em 1961. É interessante saber onde o senhor estava naquela ocasião?

No primeiro semestre de 1961, como Ajudante-de-Ordens do General-de-Brigada Públio (José Públio Ribeiro), que à época cursava a Escola Superior de Guerra; minha situação era de adido a ESG, como se efetivo fosse. Já no segundo semestre daquele ano, quando o General assumiu a Chefia do Estado-Maior do I Exército, eu o acompanhei, continuando como seu Ajudante-de-Ordens.

Então, não estava na área na época?

Estava mais do que na área, fazia parte do contexto.

Em cumprimento à determinação verbal do Exmo Sr. Ministro da Guerra, em 31 de agosto de 1961, foi organizada a Divisão Cruzeiro sob o comando do General-de-Divisão Theóphilo (José Theóphilo de Arruda) constituída pelos destacamentos: "Alfa", Comandado pelo General-de-Brigada Souza Aguiar (Raphael de Souza Aguiar); "Beta", Comandado pelo General-de-Brigada Lisboa (Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa); "Delta", Comandado pelo General-de-Brigada Públio (José Públio Ribeiro) e "Gama", Comandado pelo General-de-Brigada Ulhôa Cintra (José Pinheiro de Ulhôa Cintra). Eu fazia parte do destacamento "Delta", como Ajudante-de-Ordens do General Públio.

A missão da Divisão Cruzeiro era impedir a posse de João Goulart na Presidência da República. Esta foto ilustra o fato.

Conheço todos: os Generais Castro (Sebastião José Ramos de Castro) e Bulcão (José Luchsinger Bulcão), que serviu comigo no Conselho de Segurança; o senhor e o Coronel Edmundo (Edmundo Pereira dos Passos); o General Lima Netto (José Pereira Lima Netto; o Lannes (Lannes de Souza Caminha), que é um nome conhecido; o Demócrito (Demócrito Corrêa Cunha), com o qual eu já servi. Isso ocorreu em 1961? Essa foto foi lá no Rio?

Foi durante a Legalidade, no Aeroporto do Galeão. O incrível de tudo é que eu fazia parte...

Dos dois times...

Não posso aceitar essa insinuação de que "eu faria parte dos dois times...". Respondendo dentro dessa mesma ótica eu diria que "meu time era um só, o Exército", é a ele que sempre servi.

Por circunstâncias do destino vivi essas situações esdrúxulas e antagônicas: em 1961, integrado às forças destacadas para impedir a posse do então Vice-Presidente João Goulart à condição de Presidente; depois, por uma contingência funcional, fui nomeado Ajudante-de-Ordens desse mesmo Presidente da República. O que desejo enfatizar é que minha conduta, em ambas as situações, foi estritamente profissional, leal e apolítica.

Encerrado o cerimonial da posse do João Goulart, desfeita a cadeia da Legalidade e tendo as tropas regressado aos quartéis, o General Osvino (Osvino Ferreira Alves) foi designado Comandante do I Exército e o General Públio o Chefe do Estado-Maior daquele Grande Comando.

Em outubro de 1961, o General Públio chamou-me ao seu gabinete e disse:

– Azambuja, chegou um rádio, consultando se abro mão de meu Ajudante-de-Ordens para desempenhar a mesma função junto ao Presidente da República. O que faço?

– Estou tomando conhecimento disso agora. O que o senhor decidir será muito bem recebido por mim.

– Mas tu não o conheces?

– Não, não o conheço.

– Eu não posso deixar de concordar.

O General concordou. E assim fui para Brasília, nomeado Ajudante-de-Ordens do Presidente da República. A designação foi publicada no Noticiário do Exército Nº 1041, de 11 de outubro de 1961.

Nessa oportunidade, tomei conhecimento que fora indicado pelo Major de Cavalaria Acioli (José Henrique da Silva Acioli), Aspirante da turma de 1940, que tinha sido Ajudante-de-Ordens do Presidente Getúlio Vargas e na época desempenhava a função de Chefe do Serviço de Segurança do Presidente João Goulart.

Segundo o Major Acioli me disse, o Presidente, por ter pouco contato com a classe militar, deixou a seu encargo essa escolha. E como éramos amigos, pois havíamos servido juntos nos Dragões da Independência – 1º Regimento de Cavalaria de Guardas –, no Rio de Janeiro e ele sabia que eu era solteiro – logo sem maiores problemas para deslocamentos – lembrou-se do meu nome e me indicou.

Permaneci na função de Ajudante-de-Ordens, como Capitão, até o fim do Governo do Presidente João Goulart. Na época da Revolução de 1964 eu ainda era Capitão. Estava no quadro de acesso, e tinha muitos pontos para promoção, pois desde 1961 servia na Presidência da República e isso contava mérito como serviço relevante. Houve um problema qualquer e quando saiu a relação dos promovidos a major da minha turma, sem qualquer justificativa meu nome fora omitido, deixando de constar do boletim que publicou as promoções.

Não constou nenhuma observação no Boletim?

Nada. Nem uma justificativa. Quando constatei a falta do meu nome nessa relação dos promovidos, procurei o então Coronel Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). Eu o conhecia de longa data e sempre fomos grandes amigos. Levei a ele a minha situação, pedindo que apurasse o que realmente havia contra mim e porque meu nome não constara da lista dos promovidos.

Ele assim o fez e foi informado que efetivamente nada constava que me incriminasse ou oficialmente justificasse essa exclusão. A desculpa foi que teria havido apenas uma omissão. Diante disso, por interferência direta do Figueiredo, fui reincluído na relação e promovido, ainda em 1964.

E foi promovido por antiguidade?

Não, por merecimento. Como não havia nada de desabonador contra mim ou envolvimento político meu na função de Ajudante-de-Ordens, e como nada fora definido até então sobre minha situação funcional, decidiram seguir o que estava escrito, ou seja, considerar válidos os pontos que me haviam sido atribuídos pelos serviços relevantes prestados. Aliás, constou textualmente no Boletim Interno Nº 89, de 15 de maio de 1964, do Departamento de Pessoal da Ativa (DPA): "Foi público que, por decreto de 27 de abril de 1964, DO de 29 de abril de 1964, o Presidente da República resolve promover por merecimento ao posto de major, o Capitão de Cavalaria Ernani Corrêa de Azambuja, de acordo com os Art 7º e 8º e § 5º do Art 37 da Lei Nº 2657, de 1º de dezembro de 1955, a contar de 25 de abril de 1964 (republicado por ter saído com omissões no DO de 25 de abril de 1964)."

Nenhum colega lhe insinuou que você era infiltrado e que ajudara a derrubar o Jango? Outros devem ter reclamado porque foram promovidos por antiguidade e você por merecimento.

Acredito que alguns, sem razão, por prejulgamento ou má informação, devem ter feito cara feia ou até não ter gostado. Agora, pessoalmente para mim, nunca ninguém falou ou insinuou qualquer coisa a esse respeito.

Já a promoção a Tenente-Coronel foi por antiguidade. Nem poderia ser de outra forma, pois nesse período não exerci qualquer função que somasse pontos. Além do mais, depois de promovido a major passaram a me transferir seguidamente, mesmo sem haver completado tempo mínimo de Guarnição e na maioria das vezes para funções do QSG.

Bem, aí já começa a contar o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Que não me permitiram cursar, impedindo-me de fazer o exame da forma mais constrangedora e irregular possível.

Estava cursando a faculdade de engenharia civil da UFRGS quando fui promovido a Tenente-Coronel e classificado na Circunscrição de Recrutamento (CR) em Macapá. Aí pedi transferência para a reserva e fiquei adido ao Comando do III Exército.

Isso foi em que ano?

Em setembro de 1968 eu entrara em seis meses de licença especial e em abril de 1969 fui promovido por antigüidade a Tenente-Coronel. Em 28 de maio desse mesmo ano fui classificado na 28ª CSM, sediada em Macapá. No dia imediato, 29 de maio, já o boletim publicava que eu deixava de ser desligado, permanecendo adido ao Cmdo/III Ex, por haver requerido transferência para a reserva.

O Médici era o comandante do III Exército e o Figueiredo era o chefe do Estado-Maior.

Isso mesmo. Vou contar um episódio que aconteceu comigo naquela ocasião. O III Exército tinha um Centro Hípico em regime de comodato localizado na Sociedade Hípica do Rio Grande do Sul. Houve um desvio de forragem e andaram acusando o sargento responsável pelo Centro. Como eu freqüentava a Hípica e jogava polo por lá, não deu outra: designaram o Major Ernani Azambuja para fazer o inquérito. Aí ponderei com o oficial que me designara:

– A minha transferência para a reserva deve ser publicada já, já.

A resposta foi desanimadora:

– Se publicar, você permanecerá adido aguardando o fim do inquérito. De mais a mais, tem que ser você, pois é o mais folgado na escala.

Como eu era "peixe" do General Figueiredo até debaixo d'água, fui falar com ele:

– General Figueiredo, aconteceu isso assim, assim e assim.

Ele chamou o oficial que controlava a designação dos encarregados de inquéritos e, sem maiores delongas, determinou:

– Olha aqui, designa outro para o inquérito. O Azambuja pediu transferência para a reserva e já vai para casa.

– Mas General, não será possível porque não existe outro; senão alguém terá que dobrar, porque...

– Eu não estou perguntando se tem que dobrar ou não. Se não houver mais ninguém me designa como encarregado e pronto! O Azambuja não será. Tira ele e, se não conseguir mais ninguém, eu faço o inquérito.

– Ok, o senhor manda, General.

Tornaram sem efeito a minha nomeação e designaram outro.

E chegou a ir para Macapá?

Não, não cheguei a ir.

Uma pergunta. Pode até nem responder ou só respondê-la sem citar nomes. Depois da Revolução – e foi um movimento forte dentro do Exército – notou algum tratamento diferente dos amigos ou o pessoal continuou lhe considerando como um companheiro?

Não, eu sempre fui muito considerado. Nunca tive problema. Inclusive, após o 31 de março de 1964 estando servindo na 15ª CR em Curitiba, PR, por ocasião de uma viagem de estudos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, recebi em minha residência a visita de uma turma de alunos daquela escola que lá foram prestar sua solidariedade a mim e minha família. Convém ressaltar que essa turma era a que eu fizera parte no "curso do Coronel Flamarion" de preparação para a ECEME.

Não houve aquele distanciamento? É evidente que um ou outro passou a desviar-se na rua...

A única coisa que aconteceu, teve seu início antes do Jango ser deposto. Grande parte do pessoal que estava na Escola de Estado-Maior era da minha turma; como mencionei, até mesmo pertenci a uma das equipes que se preparara para o exame. Era a turma dos então Capitães Gay (Alzir Nunes Gay), Meirelles (Paulo Meirelles), Mey (Edson Alves Mey), Zenildo (Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena), Freitas de Almeida (Carlos Arcoverde Freitas de Almeida)...

Naquela época só se conseguia financiamento da Caixa Econômica Federal para aquisição da casa própria com o aval do Presidente da República. Então, a turma da ECEME, por intermédio do Gay, solicitou meu apoio. O Presidente João Goulart despachou a papelada, autorizando em caráter excepcional a concessão do empréstimo para o pessoal da Escola.

Isso foi um ou dois meses antes dele cair. E aí, a partir de abril, muitos colegas me procuravam para saber se existia alguma relação dos contemplados, preocupados com a possibilidade de terem a carreira militar prejudicada porque seus nomes constariam de uma relação endossada pelo Presidente deposto. Tranqüilizei-os, dizendo que não haveria problema, uma vez que tal procedimento era uma exigência legal e obrigatória, na época. Fiz uma comparação com o fato das promoções nas Forças Armadas serem válidas após o referendo do Presidente da República. Será que esses militares poderiam ser perseguidos. Claro que foi só um comentário com a finalidade de despreocupá-los.

Você afirmou que o Jango não tinha problema no trato com os militares.

O problema não era do Jango com os militares, mas ao contrário, pois desde a posse de João Goulart, aceita a contragosto, os integrantes da ala mais radical das Forças Armadas começaram, francamente, a conspirar contra o regime. Não se conformavam ante o fato consumado. Da parte do Presidente João Goulart posso

afiançar que não havia nenhum problema no trato com os militares. Sobre isso vou contar um outro fato que ocorreu.

Essa sua informação é importante. Este fato é anterior ao já narrado?

Uma história um pouquinho anterior. Vivíamos aquela situação crítica dentro do Exército, aqueles movimentos de 1963, crise em cima de crise, greve e mais greve. O programa de reformas preconizado pelo Presidente João Goulart assustara muita gente que, embora pouco politizada, temia o processo de comunização do País.

Como a revolta dos sargentos em Brasília.

Que aconteceu em setembro de 1963, quando "praças" da Guarnição militar de Brasília insurgiram-se contra a cassação dos mandatos eletivos dos sargentos pelo Supremo Tribunal Federal. Pois bem, o Capitão Gay que estava cursando a ECEME e era um fraternal amigo, lá pelas tantas, em um de nossos encontros, me disse:

– Meu amigo, esse teu Presidente é um sacana!

– Por quê? – retruquei:

– Porque só recebe gente da esquerda, só sindicato e pelegos.

– Este é o seu pensamento. Garanto que, se você organizar uma turma da Escola de Estado-Maior, ele a recebe.

– Duvido!

– Duvida? Se ele marcar, vocês irão?

– Iremos.

Falei com o Presidente João Goulart:

– Presidente, aconteceu isso assim e assim".

– Vai lá na tua Escola e diz que a audiência está marcada".

Levei a informação aos companheiros da ECEME. Foi uma correria danada. Ninguém queria ir. O primeiro a dizer não foi o General Mamede (Jurandyr de Bizarria Mamede), Comandante da Escola.

– Não, não vou porque antes tenho que solicitar autorização do Ministro.

Retruquei que não havia com o que se preocupar, pois era um convite do Sr. Presidente. O General Ênio (Ênio Gouvêa dos Santos) – Coronel na época – também não quis ir. A comissão acabou composta apenas pelo Coronel Figueiredo, instrutor da ECEME, e pelos Capitães-Alunos Gay e Meirelles.

Os três de Cavalaria.

Sim, todos de Cavalaria. A dificuldade para constituir a comissão foi bem maior do que a minha de marcar a audiência. O encontro foi realizado no Edifício Chopin, situado na Avenida Atlântica, ao lado do Hotel Copacabana Palace.

O Presidente deixou dois ministros e um cardeal esperando, enquanto conversava com o grupo que estava representando a ECEME, mantendo o tempo todo aquela

sua perna apoiada em uma banqueta. Deixou-os bem à vontade, quebrando a rigidez do ambiente. O Coronel Figueiredo foi o primeiro a falar:

– Olha, Presidente, eu quero de antemão lhe alertar que a nossa conversa não vai ser nada agradável. Tenho muita mágoa do Governo.

Era um assunto mais ligado ao Getúlio, época em que o pai do Figueiredo esteve exilado, parece que em Buenos Aires.

A resposta foi imediata:

– Mas isso é justamente o que eu quero. Podes dizer o que tu tens vontade.

O Presidente Jango era muito dado, ele não tinha cerimônia e deixava todo mundo à vontade. Ficaram ali batendo papo durante umas duas horas. O Figueiredo recordando que o pai fora perseguido pelo Getúlio e ficara foragido. Colocaram as conversas em dia: falaram sobre reajuste de vencimentos, que os militares estavam ganhando mal e não suportavam mais o arrocho. E eu, em pé, junto à porta, ouvindo. Em um dado momento o Jango dirigindo-se ao Coronel Figueiredo, perguntou:

– Como é Coronel, já estão conspirando?

O Figueiredo respondeu que não sabia de conspiração alguma, mas tinha como certo de que ela acabaria começando, a menos que o Presidente repudiasse o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

No final o Jango falou:

– Azambuja, leva essa turma em casa.

Quando saímos lá no portão o Figueiredo me disse:

– Cocota – era meu apelido – para ser inimigo desse homem não se pode deixá-lo falar. Que cara simpático!

Bom. Três meses depois – nem me lembrava mais da reunião – eu estava na minha sala no Palácio e tocou a campainha do Presidente. Fui atendê-lo e ele me disse:

– Azambuja – era época de promoção para General e o ministro estava despachando – como é o nome daquele coronel que tu levaste lá em casa?

– Coronel? – não estava ligando o assunto – Aonde? Lá no Torto?

– Não, lá no meu apartamento. Tu levaste aquele pessoal do Estado-Maior lá no meu apartamento.

Aí lembrei:

– Ah, o Coronel Figueiredo!

– Esse mesmo.

E voltando-se para o Ministro arrematou:

– Ele é o meu candidato.

Eu o alertei:

– Mas esse o senhor não pode promover a General porque ainda é Tenente-Coronel. Se ele for o promovido o senhor cai no outro dia.

– Então eu não tenho candidato – disse o Presidente.

Ele queria mesmo era promover o Coronel Figueiredo.

Realmente é um fato histórico interessantíssimo.

Fato real; eu presenciei o acontecido. O equívoco mencionado deve-se ao costume de, normalmente, dizermos "coronel" quando nos referimos a um tenente-coronel, como pode facilmente ser verificado nos textos acima. A etiqueta militar dá ao tenente-coronel esse tratamento. Quando me refiro ao Figueiredo sempre o chamo de coronel, tratamento muito usual, tanto que era comum ao chamarmos alguém de coronel vir imediatamente a indagação: *Full*?

Reconheço ser bem provável ter sido eu o principal responsável por esse fato inusitado que bem mais tarde veio a germinar. Aproveito a oportunidade, para esclarecer, a bem da verdade, uma notícia equivocada publicada no *Jornal do Brasil,* em 17 de julho de 1977, sob o título "O duro encontro com Goulart", com o seguinte texto: "Dias depois, Goulart, através do mesmo Ajudante-de-Ordens, enviava a Figueiredo um convite para um posto extremamente cobiçado."

Eu era o Ajudante-de-Ordens. Houve apenas um encontro no edifício Chopin. Nunca levei nenhum convite "para um posto extremamente cobiçado", bem como não houve uma resposta que eu não pudesse transmiti-la a Goulart.

O primeiro e único encontro realizado foi assistido por mim, Capitão Ernani Corrêa de Azambuja e pelos Majores Gay e Meirelles. Essa notícia tendenciosa deve ter tido origem na pseudopromoção aventada, dentro do gabinete do Presidente da República.

Pouco tempo depois da publicação no jornal, recebi um bilhete do Raul Ryff – Assessor de Imprensa do Ex-Presidente da República – no seguinte teor:

"Meu caro Comandante, não creio assim. O Ajudante-de-Ordens que a nota se refere só pode ser o então Capitão Azambuja. Gostaria de conhecer tua opinião a respeito, isto é, a verdadeira versão. Um abraço do Ryff."

Voltemos aos episódios com o Presidente. Em outra ocasião, foi o caso do Coronel de Cavalaria Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva) que, sendo amigo pessoal de Jango, deixou de constar na relação para a promoção expedida pelo Alto Comando. O Presidente Goulart não se conformou, devolveu a relação para que o nome do coronel fosse nela incluído, e o promoveu.

Pelo que me recordo o Saraiva foi promovido em detrimento de um coronel que já desempenhava funções de General, aguardando sua promoção que era tida como certa. No momento a memória falha e não lembro o nome desse Coronel.

Depois, à época da Revolução, o General estava aqui em Porto Alegre, e naquela famosa reunião falou para o Brizola:

– Não se preocupem, vou subir com a minha DC (Divisão de Cavalaria) e entro pelo oeste de Santa Catarina.

Dizem que o Brizola teria dito:

– Se todos os generais fossem assim a guerra estava ganha para nós.

Contam isso e também que, após a reunião, ele seguiu de avião para Santiago. No meio do caminho entrou em contato com o seu QG avisando:

– Olha, estou chegando no avião...

– É bom não descer do avião, pois aqui o senhor será preso.

O pessoal do Estado-Maior dele era todo a favor da Revolução. Muitos entrevistados disseram que apesar de vários generais serem ligados ao Jango e ao seu staff *– Osvino, Ladário (Ladário Pereira Telles) e Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil) – o Estado-Maior de cada um deles estava muito trabalhado. Eu fiz a EsAO em 1963 e, na época, tivemos muita aula sobre Guerra Revolucionária. Esse pessoal e os que concluíram a ECEME reagiram muito. Em Uruguaiana, Santiago e outros QGs houve isso.*

Desconheço todos esses pormenores relatados; só sei que uma das Guarnições que não acompanhou a Revolução foi Jaguarão.

O que houve lá?

O ocorrido lá foi *sui generis*. O Comandante do 13º RC (13º Regimento de Cavalaria) era o Coronel Fontoura (Heitor Fontoura de Morais). É casado lá e ainda mora em Jaguarão. Para todos os efeitos, a 3ª DC (3ª Divisão de Cavalaria), de Bagé, comandada pelo General Garrastazu (Hugo Garrastazu) estava apoiando o Jango.

Este Coronel Fontoura mais tarde foi chefe do escalão avançado lá em Brasília e depois saiu General.

Pois bem. O Coronel Fontoura fez uma reunião com os oficiais, falou sobre o que estava acontecendo e pediu a opinião de cada um. Todos deram a mesma resposta.

– Estamos com o Presidente. Para nós ele deve continuar.

– Muito bem. A minha opinião também é esta – anuiu o Fontoura.

Saiu e, em seguida, foi chamado a Bagé. Após conversar com o Comando da DC voltou, reuniu-se com seus oficiais e, de novo, perguntou:

– Eu os reuni novamente para vocês me confirmarem se continuam me apoiando?

– Sim senhor – resposta unânime de todos.

Nesse momento o Major Alcino (Alcino Silva da Silva) indagou:

– Com licença Coronel, posso lhe fazer uma pergunta? O senhor continua com a mesma idéia de quando saiu daqui?

Então o Fontoura revelou:

– Não, agora sou contra o presidente.

– Pois nós continuamos fiéis a ele.

Resultado: o Alcino foi cassado. Nunca fora político. Só fizera a pergunta porque todos estavam crentes que o Coronel tinha ido e voltado com a mesma opinião. Bastou uma pergunta indiscreta e...

Mas o próprio Garrastazu também mudou depois. Houve uma indecisão dele...

O General Garrastazu só renegou o Jango depois. Ele era muito ligado ao General Kruel (Amaury Kruel) e aguardou a decisão daquele chefe militar.

O Jango também confiava no Kruel.

A adesão do General Kruel ao movimento revolucionário foi a gota d'água. Posteriormente tomei conhecimento que inúmeras Guarnições aguardaram com ansiedade a decisão que ele tomaria. Penso que se ele tivesse confirmado o apoio, a história poderia ter tido outro desfecho.

Inicialmente eu acho que o Kruel foi solidário ao Presidente. Mas depois ele aderiu à Revolução. Voltemos ao Garrastazu; ele não foi cassado, mas também encerrou a carreira ali. Ele era primo do General Médici (Emílio Garrastazu Médici).

Aproveitando a oportunidade: quais foram os chefes da Casa Militar? Eu lembro do Albino Silva... Você só serviu com o General Assis Brasil no Gabinete?

O primeiro foi o General Kruel, posteriormente o Albino Silva e, finalmente, o Assis Brasil, indicado pelo Governador Brizola. O Assis Brasil era um homem muito inteligente, mas seu prestigio junto ao Exército não estava a altura do cargo.

O pessoal gostava dele, diziam que era muito simpático e bonachão. As restrições são aquelas conhecidas; uns dizem que ele era de esquerda, outros que não era.

Ele era de esquerda; uma esquerda meio festiva.

Aliás, na turma dele de Escola Militar, muitos pensavam mais à esquerda: o Cunha Mello (Luiz Tavares da Cunha Mello), o Rocha Lima (Anfrízio da Rocha Lima)...

Falando de esquema militar, em minha modesta opinião, os equívocos do Presidente João Goulart nesta área foram o afastamento do General Kruel de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e, posteriormente, do Ministério da Guerra e a nomeação do General Assis Brasil para a Chefia da Casa Militar.

Tenho plena convicção de que, se o General Kruel fosse Ministro da Guerra, o Presidente João Goulart completaria seu mandato integralmente. Eu não via o General Assis Brasil com prestígio no meio militar para fazer funcionar qualquer esquema, logo eu não acreditava em nada nesse sentido.

Sim, entendo. Ele seria um homem mais do Brizola do que do Jango.

Justamente. Aliás, o Assis Brasil foi indicado pelo Governador Leonel Brizola.

Talvez a origem, a causa desta ligação remonte à Legalidade. O Assis Brasil estava no Rio Grande do Sul, na época. Foi ele que indicou vários oficiais para serem transferidos, porque eram elementos perniciosos. E foram transferidos mesmo. O Décio (Décio Barbosa Machado) foi para Cruz Alta, o Marsillac (José Mattos de Marsillac Motta) foi para Pelotas...

Ao menos nessa época mandavam para mais perto. A mim eles me mandaram para João Pessoa, Curitiba, Porto Alegre, Alegrete e Macapá.

Quer dizer que o "famoso" esquema militar não existiu?

Absolutamente nada. Quando eclodiu o movimento militar de março, a primeira falha aconteceu nas comunicações. Não entrávamos em contato com ninguém, quase não conseguíamos falar ao telefone; estavam na maioria cortados. As comunicações, que deveriam ser um elemento prioritário.

Quando começou o movimento a equipe do Jango estava em Brasília?

Eu estava com o Presidente no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Na manhã do dia 1º de abril, o General Moraes Âncora (Armando de Moraes Âncora Filho) sugeriu ao Presidente que deixasse a cidade, pela falta de segurança. Na viagem até a Base Aérea do Galeão, o carro foi apenas com o Jango, o Eugênio Caillar Ferreira – seu secretário particular – e eu; o Presidente não determinou nenhuma providência especial no sentido de sua segurança pessoal.

Na Granja do Torto discutiu-se duas linhas de ação: abandono de Brasília e constituição de um núcleo de resistência no Rio Grande do Sul ou permanecer em Brasília porque, mesmo admitindo que a Capital Federal não apresentava condições de segurança, era importante preservar o caráter da legalidade do Governo. A opção foi pela primeira linha de ação e à noite, após vários boatos, inclusive a versão de sabotagem ou defeito no Coronado da Varig, viajamos para Porto Alegre, parece que em um Avro da Força Aérea Brasileira (FAB).

E o Ladário veio junto?

Não. Penso que o General Ladário veio para o Rio Grande do Sul após a Semana Santa, porque ele fora nomeado Comandante da 6ª DI e, como General mais antigo, passara a comandar o III Ex, pois o General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo) assumira o Estado-Maior do Exército. Tudo isso ocorrera porque o então Comandante da 6ª DI, General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos) e o General Castello Branco não mereciam mais a confiança do Governo; havia informações que eles conspiravam.

Quando os senhores chegaram aqui foram direto para...

Ficamos na residência do Comandante do III Exército, localizada na Avenida Cristóvão Colombo, próximo ao Hospital Militar de Porto Alegre.

Cite alguns nomes que estavam na reunião que houve na residência do Comandante do III Exército? O Brizola estava?

O Brizola não. Estavam presentes os Generais Ladário e Floriano (Floriano de Silva Machado), seu Chefe de Estado-Maior, além de outras pessoas que não me recordo. Discutiram a possibilidade de reagir, porque haveria tropas – inclusive Jaguarão – que não haviam aderido ao levante militar. Lembro das palavras do General Ladário – um guerreiro – para o Presidente:

– Se nós iniciarmos a reação, isso se alastra e o Rio Grande do Sul se torna uma nova Legalidade.

– Uma pergunta só – ponderou o Presidente Jango –. Vai correr sangue?

– Ah, vai! – respondeu o General de modo taxativo.

– Então eu não concordo.

Mais tarde o General Ladário referindo-se ao fato, comentou:

– Bah! O Presidente esqueceu que tivemos o Antônio João que morreu abraçado ao mastro defendendo a Bandeira e a Pátria.

Lembrei do que ele falou porque agora o Fontourinha (Carlos Joaquim da Fontoura Rodrigues) também se enrolou na Bandeira para não entregá-la aos sem-terra. Já virou símbolo da coragem utilizar-se da Bandeira para reagir a uma situação adversa.

Desde que houvesse a possibilidade de derramamento de sangue entre irmãos, Jango não queria a constituição de um núcleo de resistência no Rio Grande do Sul, para preservar o caráter de legalidade do Governo. Ele era da Paz.

E ele saiu daqui para o Uruguai?

Não, daqui fomos para São Borja. Ficamos na Rancho Grande mais uns dois ou três dias. A permanência naquele local era uma temeridade. A segurança inexistia e constava que o Regimento sediado em São Borja recebera ordem para cercar a fazenda. Então ele foi para um rancho de sua propriedade às margens do Rio Uruguai. A comitiva que o acompanhara permaneceu na fazenda Rancho Grande, de onde, por ordem do Presidente, retornou para Porto Alegre. Ele, após alguns dias, seguiu para o Uruguai em um avião particular, sob o comando de seu piloto Manoel Soares Leães, vulgo Maneco, que morreu há pouco tempo.

Você estava com ele?

Como já referi, por determinação dele retornamos para Porto Alegre. Aqui fomos presos e nos mandaram para Brasília. Cerca de dois dias depois, nos embarcaram para o Rio de Janeiro. Não me deram tempo para fazer nada, nem para arrumar as malas. Minha esposa permaneceu em Brasília, tratando da mudança, só mais tarde viajou para o Rio de Janeiro onde nos reencontramos. Tudo aconteceu com tal

rapidez que fomos obrigados a deixar nosso carro em Brasília. Posteriormente um amigo – Roberto Godinho, genro de João Tamer, radicados na capital federal – o levou ao Rio para mim.

Eu tive sorte porque tinha onde morar, pois quando fui convidado pelo Presidente Jango eu era solteiro – casei em agosto de 1963 – servia no Rio e alugara um apartamento na Rua Professor Gastão Bahiana, que mantive comigo nos anos seguintes. Alguns companheiros tiveram que entregar o apartamento funcional a toque de caixa, não tinham nem lugar para onde ir...

No Rio, vocês foram designados para alguma comissão? Ficaram presos? Dormiam no quartel?

Ficamos apenas adidos ao I Exército à disposição dos vários inquéritos instaurados para verificar o comprometimento com a subversão.

Não ficamos presos. Dormíamos em casa e nos apresentávamos todos os dias no Ministério da Guerra. Depois de algum tempo a paciência deles se esgotou e passaram a exigir uma apresentação semanal. Mais tarde só nos exigiam uma apresentação no fim do mês a fim de recebermos os vencimentos.

E depois que terminou essa fase de inquéritos, foi transferido para alguma Unidade?

Classificaram-me na 23ª CR (Circunscrição de Recrutamento) sediada em João Pessoa, hoje 23ª Circunscrição do Serviço Militar (23ª CSM). Eu brincava dizendo que fora mandado para o Centro de Recuperação (CR).

O Capitão de Cavalaria Condotta (Raul Bohrer Condotta) – meu cunhado, hoje falecido – era Ajudante-de-Ordens do Amaury Kruel e comentou com o General a minha situação de recém-casado e mandado para João Pessoa. Como o Kruel era muito amigo e da mesma turma do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, telefonou para o Ministro e intercedeu por mim. Foi uma confusão danada, não queriam retificar. Acabou prevalecendo a voz da autoridade maior e fui classificado na 15ª CR, com sede em Curitiba, PR.

Local só para os peixes!

Lá, no decorrer do ano, freqüentei o curso do Coronel Reynaldo Mello de Almeida – posteriormente foi Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e depois parece que foi até ministro do STM (Superior Tribunal Militar) – me preparando para prestar exames a ECEME que, no final, não me permitiram fazê-lo. Fui retirado da sala no dia da primeira prova por determinação de um rádio do Estado-Maior do Exército.

Durante a sua preparação estava em função na CR?

Sim, e havia outro "pseudo-subversivo" lá, o Tenente-Coronel de Cavalaria Bernardino (Bernardino Duarte da Silva), da turma de 1944, o Subchefe da CR. Atual-

mente, mora próximo ao Parque Moinhos de Ventos (Parcão). Digo, "pseudo" porque sempre nos consideramos legalistas, os que derrubaram o Presidente, sim, podem e devem ser rotulados de subversivos.

E o Chefe quem era?

O Chefe era o Coronel de Infantaria Cruz (Ruy José da Cruz), que substituiu o também Coronel Bezerril (Haroldo Barbosa Fontenelle Bezerril).

Quando indeferiram a minha inscrição para o concurso à ECEME, entrei com um requerimento, dirigido ao General Décio Escobar (Décio Palmeiro de Escobar), chefe do Estado-Maior do Exército, solicitando reconsideração de ato. O regulamento do Estado-Maior determinava que o chefe desse o despacho antes da data da realização do exame, que normalmente acontecia em novembro ou dezembro.

Poucos dias antes das provas, como o despacho sobre o meu requerimento não chegava nunca, o Comandante da 5ª RM, General Carmo (Álvaro Tavares Carmo) me chamou e disse:

– Olha, tu vais fazer os exames porque o regulamento manda dar o despacho antes da realização das provas. Se eles não deram é porque...

No dia da primeira prova, eu estava sentado aguardando o início, quando chegou o Major de Engenharia Margus (Margus Ferreira Pinto) com um rádio, no qual informava que eu não poderia prestar os exames, uma vez que o meu requerimento ainda estava em estudo. Só foram dar o despacho em março do ano seguinte.

E, como major, fiquei impedido de prestar novo concurso. Assim, com uma "canetada", impediram-me de fazer os exames para a ECEME.

Um ano depois voltaram a permitir que major prestasse concurso.

É, mas em função do tal despacho decidi fazer vestibular para a Faculdade de Ciências Econômicas, em Curitiba, com a finalidade de aproveitar os conhecimentos adquiridos na preparação para a ECEME. Eu estava tão bem preparado que logrei o 2º lugar na classificação geral. Realmente havia me empenhado ao máximo para o concurso da ECEME, a fim de evitar surpresas.

Aqueles estudos para as provas do Estado-Maior eram excelente base para um vestibular de Economia. Eu também fiz a Faculdade, em Curitiba.

Acabei não finalizando o curso. Como fui classificado no HGePA, solicitei transferência para a faculdade em Porto Alegre. O expediente no Hospital era só na parte da manhã e consegui cursar simultaneamente a Faculdade de Economia e a de Engenharia. Após o 4º semestre tranquei a matrícula na Economia e prossegui apenas com a Engenharia, tendo concluído o referido curso em 6º lugar, no ano de 1971.

Naquele mês de março de 1964, havia, no Gabinete da Presidência, alguma idéia sobre o que poderia acontecer? Alguém comentava algo sobre o Movimento?

No Gabinete só surgiram conversas após o dia 13 de março – comício da Central do Brasil – realizado na Praça da República, fronteiriça ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar as reformas de base.

Isto aqui é uma resenha de jornal sobre...

Há uma história sobre essa foto. No inquérito que fui submetido quando fiquei à disposição no Rio, o oficial encarregado era mais moderno do que eu. Era um capitão, Ajudante-de-Ordens do General Souza Aguiar conhecido na época por "General Bombeiro", se não me falta a memória. Não me contive:

– Que engraçado, o meu suposto crime é quebra de disciplina; agora, para mim, quebra de disciplina é ser inquirido por um oficial muito mais moderno do que eu. Três ou quatro anos mais moderno.

O companheiro só conseguiu dizer:

– Ah, isto só acontece porque o outro oficial não pode vir.

E, para completar, ele me perguntou se eu estava no comício do dia 13 de março.

– Claro que sim, pois se estou na fotografia.

– Era só para saber se tu ias confirmar a presença.

– Ah, vá tomar banho! – foi a minha única reação.

Na foto, aqui é você? A mulher do Jango era bonita!

Sim, sou eu mesmo, nas funções de Ajudante-de-Ordens do então Presidente da República. Ao seu lado, encontravam-se os seus ministros, inclusive os das pastas militares: em atos daquela natureza não se permitia a presença de pessoas estranhas no local.

Realmente, a esposa do Presidente João Goulart era uma mulher muito bonita...

Agora vou inverter a pergunta anterior. Muitos entrevistados disseram que havia rumores de que o Governo estaria preparando um golpe. Havia alguma coisa?

Não. Absolutamente não.

Pode ser que o Ministro ou o Presidente não estivesse envolvido, mas será que parte do staff não estava com essa idéia?

Acredito que não.

Pelas declarações que temos, tudo aconteceria em Minas Gerais. O Presidente iria a Belo Horizonte e lá faria um pronunciamento que seria a senha para deflagrar esse movimento.

Não acredito nessa história, pois após 13 de março, Minas Gerais deu demonstrações irrefutáveis, através do Governador José de Magalhães Pinto, de que era contra o Presidente Jango.

Naqueles dias houve um almoço em que compareceram vários generais, inclusive o Ladário e o Ministro da Justiça Abelardo Jurema, quando foi examinado o momento político. Na ocasião, foi aventada a substituição do General Jair Dantas Ribeiro, por motivo de saúde, pelo General Oromar Osório, Comandante da 1ª Divisão de Infantaria, aquartelada na Vila Militar, Rio de Janeiro. O Presidente João Goulart não quis substituir o seu Ministro para não desgostá-lo.

A sua colocação sobre Minas Gerais é exata, mas dizem que o Presidente pediria qualquer coisa e o Governador iria, naturalmente, negar. Há um depoimento que fala nisso.

Hoje eu me questiono: será que valeu a pena a derrubada do Jango? O desgaste irremediável do prestígio das Forças Armadas, junto à sociedade civil, motivado pelo inconformismo de alguns, foi compensatório? Acredito que os três ministros militares do Presidente Jânio Quadros nunca se conformaram com o fato de João Goulart ter assumido a Presidência da República e passaram, a partir da posse, a conspirar para derrubá-lo. Faltava pouco mais de seis meses para o término do seu mandato. Daí decorre a minha pergunta: Não teria sido "revanchismo"?

"Revanchismo" de qualquer espécie é negativo e prejudicial ao aperfeiçoamento das instituições democráticas. Infelizmente as conseqüências em determinados casos se tornam irreparáveis, bem como um estímulo para novos procedimentos idênticos.

Na época a principal justificativa é que estaria por acontecer uma revolução promovida pelo Governo, que estava amparado pela esquerda brasileira. No mínimo o Jango seria "enrolado", não sei nem se o Brizola se salvaria.

Mas que força a esquerda tinha? As "Ligas Camponesas"; os "grupos dos onze"; sindicatos; Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Não, aqueles não tinham força nenhuma. Se tivessem engolido o "pseudo" sapo por mais uns seis meses tudo acabaria bem. Sem ressentimentos e sem injustiças.

Acontece o seguinte; cai governo, entra governo e a turma de políticos é sempre a mesma. E aquelas reformas que o Jango queria promover, até hoje não foram feitas. Cada presidente eleito ou não as envia para o Congresso ou nossos parlamentares não se interessam em votar. Sejam as Reformas Fiscal, Previdenciária, Tributária, Política etc., nada de nada. Quando surge um fato de tal magnitude sempre vem acompanhado do regime de trocas: "É dando que se recebe." Continua a facilidade de trocar de partido, como sentiu na própria carne o Presidente João Figueiredo.

A Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Houve uma Convenção do Diretório Nacional e, por maioria, o Paulo Maluf foi escolhido como candidato à Presidência da República pela Arena. Todos sabiam que o Presidente Figueiredo tinha horror dele, mas acabou sendo obrigado a "engolir o

sapo", porque a escolha foi do partido. Aí o Toninho Malvadeza (Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações) e o Deputado Marcos Maciel, revoltados com a escolha, romperam com a Arena, fundaram o Partido da Frente Liberal (PFL) e começaram a fazer oposição ao Presidente Figueiredo.

Em seguida a Rede Globo aderiu e pronto, foi uma "pauleira" em cima do Governo. Como pode uma coisa dessas? Ele não escolheu o candidato a sua sucessão! No final ficou tudo por isso mesmo. Até hoje, a maioria dos partidos procuram o guarda-chuva do Governo. Em época de eleição, verificam quem vai ganhar e então o apóiam. Outros, mais descarados, trocam o partido que o elegeu pelo do Governo com a maior "cara-de-pau". Com raríssimas exceções, não existe convicção política.

A única oposição real foi contra o Presidente Figueiredo, porque viam nele um produto do regime militar ou porque já pressentiam que esse regime estava próximo do fim. Exemplo vivo e atual do que me refiro está no Partido dos Trabalhadores (PT), tradicional partido de oposição, hoje no Governo e mantendo a forma de: "frigideira para os recalcitrantes e coerentes" e utilizando o antes reprovado adágio "é dando que se recebe".

Qual a sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução?

Os governos militares obtiveram inegáveis sucessos na área econômica, resgataram o respeito à autoridade e restituíram o espírito cívico.

Ainda conseguiram alguns êxitos na área social com o Mobral e o Projeto Rondon e profundos equívocos no campo político o que acabou minando sua legitimidade.

Atualmente, tudo que acontece de ruim é explorado pela imprensa como causado pelos "anos de chumbo". Na atual crise da energia, como não podem culpar o regime militar, pois foi um período de grandes investimentos nesse setor: Itaipu, Tucuruí etc., a imprensa se omite. Por que não falam que, após o regime militar, nunca mais foi investido nada nesse setor? Obrigaram a população a economizar luz e depois aumentaram as tarifas porque o consumo menor havia prejudicado a arrecadação. Estão ganhando pouco; necessitam de reajustes. É sempre no nosso bolso!

Muito bem! As perguntas estão respondidas. Podíamos comentar mais coisas em termos da vivência interessante no Palácio; os grupos que se confrontam uns com os outros, aquelas "briguinhas pelo Poder" que sempre existem.

No Governo Jango eu nunca vi ciumeira. Eu era o único solteiro entre os quatro Ajudantes-de-Ordens. Por esse motivo, toda a vez que o Jango saía, eu o acompanhava. Fui para Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, ao Uruguai; sempre eu porque era o solteiro, os outros ficavam com a família. Como ele gostava de pescar e caçar eu era o companheiro dele naquelas atividades.

E ele conversava informalmente?

Nem falava em política. Só o conhecendo para entender como ele era uma pessoa simples, agradecida e superlegal. Para se ter uma idéia, se alguém lhe desse uma simples caixa de fósforos de presente e posteriormente a solicitasse:

– Me empresta a caixa de fósforos.

– Não posso, isso aqui foi um presente.

Nem cedia a caixa porque fora presente. Ele era uma figura inigualável.

Depois que ele foi para o Uruguai e Argentina, houve algum contato seu com ele?

Eu ia regularmente lá, no mínimo duas vezes por ano. Deve constar no fichário do Serviço Nacional de Informações (SNI). Nunca saí do Brasil escondido.

Será? E sentiu que ele estava se abatendo?

Certa vez, acho que em março de 1975, ele me chamou e comentou comigo:

– Azambuja, eu quero voltar para o Brasil. Tu não imaginas o que é a pessoa não poder voltar para a sua terra. É diferente de quem vai voluntariamente para o exterior; aí podemos passar dez, vinte anos, mas sempre sabemos que podemos retornar a qualquer hora. Agora, não poder voltar; não agüento mais. Eu queria que tu fosses a Brasília – ele sabia que eu era muito amigo do General Figueiredo – e verificasse a possibilidade e as condições de meu retorno.

Pagou a minha passagem, fui e pedi para falar com o General Figueiredo que era o chefe do SNI. Em Brasília, o General Figueiredo mandou me apanhar no aeroporto, levando-me para aquele hotel cinco estrelas, próximo a rodoviária – cujo nome não me recordo – onde fui recebido pelo Major Gay e pelo Coronel Sebastião Castro, chefe da Agência Central do SNI.

Pensei que fosse falar com o General Figueiredo, mas ele não pode ou não quis falar comigo, mandou os dois oficiais já referidos. Então transmiti aos dois as pretensões de Jango:

– O Presidente quer ver a possibilidade de regressar porque ele e a família foram ameaçados, tendo inclusive que mandar seus filhos para a Inglaterra. As ameaças partiram dos Tupamaros no Uruguai e dos Montoneros na Argentina. Além do mais, ele está mal de saúde e seu desejo é morrer no Brasil.

Fizeram algumas anotações, nos despedimos e mais tarde me telefonaram dizendo que o General Figueiredo havia dito que era impossível atender o pedido porque o pessoal da "linha-dura" não queria.

O Ministro do Exército, na época, era o General Sylvio Couto Coelho da Frota. Disseram que se o Presidente regressasse teria que ser preso. Fui ao Jango e relatei o episódio. Ele foi taxativo:

– Eu quero muito voltar, mas para ser preso, não! Morro aqui!

E morreu logo depois desse episódio. Podia ter vindo morrer aqui no Brasil.

A esposa dele, Maria Tereza, o acompanhou o tempo todo?

Ela estava junto com ele na fazenda em Mercedes, Argentina, próximo a Uruguaiana, RS. Todas às vezes que fui ao Uruguai e à Argentina falar com ele, encontrei-a junto do marido. Sobre as ameaças, nunca se obtiveram provas, uma vez que as mesmas não interessavam a nenhum dos três governos: brasileiro, argentino e uruguaio.

O escritório dele na *Calle Corrientes*, em Buenos Aires, na Argentina, fora invadido; arrombaram o cofre, levaram documentos, mas não roubaram dinheiro. Talvez ali estivesse a prova de que estava sendo ameaçado. Os Montoneros já haviam matado um embaixador e mais alguns políticos de renome na Argentina. O certo é que em função disso tudo, ele mandou os filhos para a Inglaterra com a finalidade de lá estudarem e ficarem livres de *vendeta*. O governo militar perdeu a oportunidade de ser generoso com um adversário político em fim de vida.

Coronel Celso Chagas da Costa

O Tenente-Coronel Chagas nasceu em dezembro de 1932 na Cidade de Passo Fundo, RS. Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia em 8 de maio de 1954 e classificado na 3ª Companhia de Comunicações em Cachoeira do Sul, RS.

Após sua promoção a 2º-Tenente em dezembro de 1954, foi movimentado para o 1º BFv (1º Batalhão Ferroviário). Promovido a 1º-Tenente em dezembro de 1956, permaneceu na engenharia de construção até 1959, quando retornou à sua antiga Unidade de Comunicações, em Cachoeira do Sul. Dois anos mais tarde, depois de promovido a Capitão foi transferido para o Comando da 3ª DI (3ª Divisão de Infantaria) sediada em Santa Maria, RS. Aceitou o convite do General Pery Constant Bevilaqua, novo Comandante da Divisão, para ser seu Ajudante-de-Ordens e nessa função vivenciou intensamente o episódio da Legalidade.

Acompanhou o General Pery, como seu Ajudante-de-Ordens assessorando-o nos Comandos da 3ª RM (3ª Região Militar) em Porto Alegre, do II Ex (II Exército) em São Paulo e ainda na Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Em março de 1964, cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Aperfeiçoado, mais uma vez Cachoeira do Sul foi o seu destino, desta feita classificado no 3º Batalhão de Engenharia de Combate, Unidade onde foi promovido a Major em 25 de agosto de 1968. Retornou à engenharia de construção em 1971, quando foi transferido para o 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BECnst), acantonado em Crateús, CE.

No ano seguinte, iniciou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), concluindo-o em 1974. Realizou o estágio de oficial de Estado-Maior no Comando da 3ª Região Militar, permanecendo na função até sua transferência para a reserva, a pedido, em março de 1977.

Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica em fevereiro de 1961 e advogou até sua morte, ocorrida em 14 de agosto de 2002.

Ao longo de sua carreira militar foi agraciado com inúmeras medalhas, outorgadas pelas Forças Armadas mercê de seus relevantes serviços prestados à Nação brasileira.

Entrevista realizada em 3 de abril de 2002.

Temos o prazer de receber o Coronel Celso Chagas da Costa, meu conterrâneo de Passo Fundo, colega da Escola Militar, da 3ª Companhia de Comunicações e de vários outros encontros ao longo de nossa carreira militar.

O hoje conceituado advogado Celso Chagas da Costa participou intensamente dos fatos de nossa história na década de 1960, época em que foi Ajudante-de-Ordens do General Pery Constant Bevilaqua. A palavra é sua, Coronel Chagas.

O General Pery assumiu o Comando da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) no primeiro semestre de 1961. Creio que lá por março ou abril, não me lembro bem da data. Servia no quartel da DI mas estava excedente no quadro e tudo indicava que sairia de Santa Maria. Fui salvo da movimentação justamente pelo General Pery que, sem me conhecer, pediu algumas referências minhas, particularmente ao Coronel Ramão Menna Barreto que era o Chefe do Estado-Maior da 3ª DI. E como minhas alterações e meu conceito eram bons, o General me convidou para ser seu Ajudante-de-Ordens.

Nos primeiros contatos que mantivemos, constatei ser ele um entusiasmado admirador do Presidente Jânio Quadros. Naquela manhã de 25 de agosto de 1961, estava no Quartel-General (QG) e o General tinha atravessado a rua para ir à cerimônia comemorativa do Dia do Soldado no 7º Regimento de Infantaria (7º RI). Não sei se o quartel mudou de nome ou de local.

Houve algumas mudanças: o Comando da 3ª DI, hoje 3ª Divisão de Exército, permanece no mesmo local na Rua Dr. Bozano; no quartel do 7º RI está hoje o QG da 6ª Brigada de Infantaria Blindada. O 7º RI, hoje 7º Batalhão de Infantaria Blindado (7º BIB), foi transferido para o campo de instrução chamado de Boi Morto.

Quando o General voltou da solenidade encontrou no QG um ambiente muito pesado; corria o boato de que o Jânio renunciara. É preciso situar-se no tempo: naquela época não havia telefone celular e era extremamente difícil fazer ou receber uma ligação telefônica de longa distância. As esperas eram demoradas. O que salvava as comunicações era o sistema de rádio do Exército, no final das contas, o mais eficiente meio de ligação de que se dispunha no interior.

O General Pery tomou conhecimento da novidade. Havia muita gente no Quartel-General, pessoal comprometido com a cerimônia do Dia do Soldado no 7º RI. Ele reuniu os oficiais, entre os quais os comandantes das Unidades, que mandou chamar, e informou que o Jânio teria renunciado, atribuindo a decisão da sua renúncia às tais forças ocultas que o estavam pressionando.

Anunciou então que, se o Presidente Jânio Quadros estivesse se sentindo constrangido no exercício do Poder que o povo lhe havia confiado, que viesse e descesse em Santa Maria onde lhe seriam dadas garantias para reassumir o comando

da Nação. Nesse momento, não havia, ainda, ligação do General Machado Lopes, Comandante do III Exército e não se falava no problema seguinte que seria o da posse do Vice-Presidente João Goulart.

À tarde, o General Machado Lopes comunicou, via rádio, a renúncia ao Comandante da 3ª DI. Imediatamente o General Pery respondeu, pelo mesmo meio de comunicação, dizendo que o Presidente renunciante deveria reassumir o Poder e refugiar-se em local seguro, para restabelecer a autoridade dele e que a 3ª DI tinha condições de acolhê-lo. Tenho cópia dessa mensagem, é o rádio 166/AJO, que foi redigido por mim.

O General Pery fez contatos com as suas Guarnições que eram Santa Maria, Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul. Em seguida, recebeu um segundo radiograma do General Machado Lopes, recomendando que evitasse manifestações de caráter pessoal ante o fato consumado da renúncia do Jânio à Presidência da República que, naquela hora, já estava sendo legalmente exercida pelo Ranieri Mazilli, Presidente da Câmara dos Deputados.

Tudo isso ocorreu no dia 25?

Tudo que relatei aconteceu no mesmo dia da renúncia: a informação do Machado Lopes, a resposta do Comandante da 3ª DI, dispondo-se a apoiar o ex-Presidente e o pronunciamento sobre esta sua decisão, inclusive à imprensa. Ele começava a receber apoios quando houve esse primeiro freio do Machado Lopes recomendando que ele evitasse pronunciamentos.

A partir daí a situação começou a ficar ruim, estava caracterizado que a opinião do General Machado Lopes não coincidia com a do General Pery Bevilaqua. Começou a formar-se uma oposição à posse do Vice-Presidente eleito Jango Goulart no cargo de Presidente. Ele encontrava-se em viagem oficial à China. Falava-se que os ministros militares haviam decidido que o Jango não sucederia o Jânio. Esta ameaça agravou-se com a notícia de que ele seria preso quando desembarcasse em território nacional.

Sem ter nenhuma simpatia pessoal pelo Jango – é preciso que isto fique bem claro – o General Pery imediatamente manifestou-se pela posse do Vice-Presidente. Ele conhecia muito a nossa Carta Magna e foi direto ao ponto principal da questão: Art. 79 da Constituição de 1946, então vigente. Reuniu os oficiais e disse claramente:

– A nossa posição é de obediência à Constituição; ninguém é forte fora da lei; e não é legítima a tentativa – se é que ela existe – dos ministros militares de vetarem a posse do Vice-Presidente.

Aquele dia 25 terminou extremamente tenso. Todas as Unidades da 3ª DI de prontidão, aliás antes mesmo do III Exército determinar tal situação. Pelotas tam-

bém era Guarnição subordinada a nós; lá havia uma Infantaria Divisionária com o Comando de general vago e um Regimento de Infantaria.

Brizola defendia a posse do Vice-Presidente com estardalhaço através da Cadeia da Legalidade, um fato histórico que todos conhecem. Ele mobilizou o povo gaúcho em defesa da Legalidade, mas indiretamente – esta era a sua prioridade – iria beneficiar-se com a posse do João Goulart que era seu cunhado. Diga-se de passagem, o Governador colocou-se em desassombrada oposição aos ministros militares que realmente não queriam o Jango como Presidente. Ficou difícil a situação no Estado, porque no início da crise o Machado Lopes decididamente, não tinha essa posição.

Do Rio de Janeiro, chega a ordem do Ministro para que o General Machado Lopes chamasse a Porto Alegre os generais Pery e Oromar Osório. Este, que estava no importante Comando da 1ª Divisão de Cavalaria, em Santiago do Boqueirão, se manifestara, também, pela posse do Vice-Presidente. O Denys já sabia – usaremos uma palavra sem muito comprometimento – da rebelião dos referidos generais ou pelo menos das dificuldades que o General Machado Lopes tinha para cumprir as determinações contrárias à posse de Jango. O Ministro ordenou ao General Machado Lopes que se "chamasse a Porto Alegre e retivesse sob qualquer pretexto" os dois generais do interior do Estado. Isso significava o quê? Chama e prende! Essa era a tradução do "chamar e reter sob qualquer pretexto".

O General Machado Lopes telefonou para o Pery e eu atendi a ligação. Certas coisas são difíceis de compreender: no Gabinete do General Comandante não havia um telefone sequer. O único aparelho do QG funcionava no corredor e quando o General ia falar algo sigiloso, tínhamos que evacuar o local. Ao ouvir o próprio Machado Lopes, senti sua voz pesada, soturna e cansada.

Chamei o General Pery para atendê-lo. Isso aconteceu no dia 27 de agosto. O meu comandante sentiu que o General Machado Lopes estava em uma linha divergente da sua, mas apelou para que ele se mantivesse no único posicionamento compatível que era o cumprimento da lei que determinava a posse do Vice-Presidente da República no caso de vacância ou impedimento do Presidente. Era o Artigo 79 do qual não me esqueci jamais. Machado Lopes argumentava sobre a necessidade de uma conversa urgente e pessoal entre eles, para tentar demovê-lo da sua posição.

Não tenho dúvida de que o Machado Lopes queria tirar os dois generais de circulação. A discussão entre eles foi extremamente tensa, pesada; afinal era um confronto de idéias entre um general três estrelas e o seu comandante. Eu só ouvia o que o General Pery dizia ao telefone.

– Machado, eu não vou!

Silêncio e a repetição da negativa.

– Machado, eu não vou! Você está sendo enganado.

Novo silêncio, e o General Pery voltou a dizer:

– Esse não é mais meu Ministro, é um general fora-da-lei. Você não pode acompanhá-lo, porque o seu compromisso é com a Nação e esta é a sua oportunidade, vamos dizer assim, de ser o grande nome desse capítulo da nossa história. Machado, me desculpe mas eu não vou a Porto Alegre.

Pery ficou contrariado, porque a conversa deu em nada. Reuniu, novamente, os comandantes e oficiais do seu Estado-Maior, para transmitir as notícias. Ratificou sua posição em favor da posse e que ele não cumpriria a ordem para ir a Porto Alegre. Vale lembrar que o Coronel Ramão Menna Barreto era o Chefe do Estado-Maior.

O Comandante do III Exército voltou a insistir na necessidade de conversarem. Então o General Pery argumentou:

– Machado, eu lhe faço um apelo: retire esse pedido para que eu vá até Porto Alegre. Você tem a sua assessoria, o seu Estado-Maior, os seus generais. Por que eu tenho que viajar até aí para conversar?

Nessa altura dos acontecimentos o Pery já estava sabendo do "chamar e reter sob qualquer pretexto" que constava na mensagem do Ministro para o General Machado Lopes.

O Comandante do III Exército disse que não tinha com quem conversar. O seu Chefe de Estado-Maior, General Muricy (Antonio Carlos da Silva Muricy), viajara ao Rio de Janeiro para relatar ao Ministro, Marechal Odylio Denys, a situação na área do III Exército. Havia problemas graves na Guarnição de São Leopoldo, na 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC) do Oromar e um "problemão" em Santa Maria, sede da nossa 3ª DI, a maior e melhor equipada Divisão do Sul do País. E o General Machado Lopes continuava a pedir a presença do General Pery, que estava irredutível.

– O meu posto é aqui, Machado – retrucou o General – é no comando da 3ª DI. Estou sob uma ameaça: vai estourar uma greve na Viação Férrea, já começou a mobilização do pessoal para o movimento; não posso sair, o meu lugar é aqui.

Então, o General Machado Lopes deu o xeque-mate dando a sua palavra de honra que o nosso comandante voltaria. O Pery arrematou com uma frase especial:

– Bom, Machado, se é assim eu vou, porque a palavra de honra de um homem de bem para mim é um Evangelho. O mais cedo possível estarei aí.

A maioria do pessoal da 3º DI não queria que ele viesse para Porto Alegre. E aconteceu uma situação desagradável: o grupo que era contra a posse do Jango, contra o Brizola, achava que o Pery deveria vir. Claro, havia a perspectiva dele ser

preso, conforme a ordem do Ministro da Guerra. Não foi nobre a atitude deles querendo empurrar o General para uma provável prisão.

Nesse mesmo dia 27 viemos para Porto Alegre. Viajamos em dois aviõezinhos pequenos, muito limitados e acanhados. Parece-me que o modelo da aeronave era PT/19. Um era da Base Aérea e o outro do aeroclube e eram iguais. O piloto do avião no qual o General Pery voou era o Tenente Martin Müller – nascido em São Sebastião do Caí – e eu decolei logo em seguida no outro que era pilotado pelo Fernando Pereyron Mocelin, oficial da reserva, herói da Força Aérea Brasileira (FAB), integrante do Senta a Pua!, na 2ª Guerra Mundial e autor do livro "Missão 60".

Tenho aqui os dados sobre a viagem. Saímos de Santa Maria às 13h45min e chegamos em Porto Alegre às 14h22min. Fomos recebidos pelo Brigadeiro João Arelano dos Passos, Comandante da 5ª Zona Aérea, hoje 5º Comando Aéreo Regional (5º COMAR). Aquele foi o último ato do brigadeiro no comando, porque depois de cumprimentar o Pery embarcou em um avião e foi embora para o Rio de Janeiro. Como os oficiais mais antigos se recusaram a substituí-lo, o Tenente-Coronel Alfeu Monteiro acabou assumindo o comando. Depois, em 1964, o Alfeu foi morto naquele QG em trágica ocorrência.

Nós saímos de Canoas[1] e viemos para o QG do III Exército. Foi um momento muito importante naqueles dias tumultuados. O General Pery logo entrou no gabinete do General Machado Lopes para a audiência. Fiquei na ante-sala dos Ajudantes-de-Ordens. O ambiente no QG estava tenso. Havia um movimento incomum, todos ouvindo rádio a pilha para saber notícias. Passado algum tempo houve uma reunião de oficiais no gabinete do Comandante.

Depois de algumas palavras iniciais, o General Machado Lopes – que não dormia desde o dia 25 – disse que em razão das circunstâncias daquele momento o General Pery tinha melhores condições de chefiar o III Exército e ato contínuo passou-lhe informalmente o referido Comando. Hierarquicamente, depois do comandante vinha o Pery. Afirmou ainda que estava muito abalado com a saída do General Muricy, seu Chefe de Estado-Maior e que, após a passagem de comando, iria ao Congresso Nacional para dizer, de viva voz, como estava a situação no Rio Grande do Sul.

A reunião terminou e um minuto depois entraram no gabinete dois oficiais superiores do III Exército, sendo um deles o Raphael Zipin, Coronel mais antigo e E1 do Estado-Maior. Na presença dos dois generais o Coronel Zipin lembrou que ainda havia problemas graves na área e que ao contrário do que dissera o General Machado

[1] Município da região metropolitana de Porto Alegre, onde está localizado o QG do 5º Comar.

Lopes, julgavam que o General Pery não teria melhores condições de exercer o comando. Para demonstrar sua discordância, se demitiram das respectivas funções.

O General Machado Lopes, ato contínuo, diante da interferência do Coronel Zipin e de outro oficial cujo nome não me ocorre agora, disse que permaneceria no comando.

Aquela jornada terminou melancolicamente. O Machado Lopes estava muito agastado com o Brizola; na verdade, ele ficara contrariado, vamos dizer assim, com a alternativa da posse do João Goulart, o que parecia, naquele momento, irreversível. Regressamos nesse mesmo dia para Santa Maria, já não mais naqueles aviõezinhos; conseguiram algo melhor para a viagem de volta. Eu tenho anotado os dados do vôo. Decolamos de Porto Alegre às 17h20min e chegamos em Santa Maria às 18h33min. Esses horários estão certos porque foram os lançados nas anotações de horas de vôo.

Tudo que relatei ocorreu naquela tarde do dia 27 de agosto. No dia seguinte chegou a primeira mensagem a Santa Maria, via rádio, indicando que realmente o General Machado Lopes havia tomado sua decisão pela Legalidade. Ele apressou-se em comunicar isso aos Comandos, particularmente ao General Pery que era o mais importante deles. Tanto que no dia 29 voltamos a Porto Alegre, no fim da tarde.

No dia 28, surgiu um outro problema. Vou relatar este episódio, porque se trata de um fato notório. Chegou a Santa Maria, de avião, vindo do Rio de Janeiro, o Coronel Serpa (Antonio Carlos de Andrada Serpa), a fim de tentar demover o General Pery da sua posição legalista. Ele veio acompanhado do Coronel Fontoura.

Quando avisaram que dois oficiais do Exército estavam no aeroporto da Base Aérea de Santa Maria, o General Pery imediatamente mandou o Capitão Maders (Jorge Raul Maders), Comandante da Companhia do QG, ir à Base Aérea e impedir a decolagem da aeronave. Ele disse: "Põe a viatura na frente do avião que ele não dá ré." Ao entrar com a viatura na Base Aérea, o Coronel Fontoura retornou rapidamente ao avião, que decolou na diagonal do pátio de manobra; nem foi à pista.

O Coronel Serpa já tinha saído da Base e se dirigido para o Regimento Mallet, que abrigava também o Quartel-General da AD/3 (Artilharia Divisionária da 3ª DI), comandada interinamente pelo Coronel Anchieta Paz (José Anchieta Paz), um paulista. Recebi do General Pery a missão de trazê-lo ao QG da 3ª DI. Fui no carro preto oficial e encontrei os dois coronéis caminhando na direção do pavilhão lateral, onde se situava o Quartel-General da AD/3.

Tive a intuição que aquele coronel alto, com cara de quem não tinha dormido, era o Serpa. Então lhe perguntei:

– O senhor é um dos coronéis que chegaram de avião há pouco?

– Sim, sou eu – respondeu ele.

– Eu sou o Ajudante-de-Ordens do General Pery. Peço ao senhor a gentileza de me acompanhar.

Ele nem pestanejou. Dirigiu-se para o automóvel que eu indiquei. O Coronel Anchieta Paz demonstrou interesse em nos acompanhar, mas neguei a carona. Fui grosseiro, por conta da minha afobação.

O Coronel Serpa era muito amigo do General Pery e reconhecido como um homem de bem. O Pery também era de uma cepa que privilegiava a virtude da lealdade. Tiveram uma conversa a sós, longa, da qual não se soube o teor. O pessoal do QG ficou em polvorosa; a conversa demorou demais para o gosto do pessoal. Devido à situação, havia coisas a resolver, problemas políticos e mesmo operacionais.

Terminada a reunião, o Coronel Serpa assumiu um compromisso com o General Pery: "Ficarei aqui, conte com a minha lealdade. A minha missão era vir aqui para convencer você a ficar com o Ministro – lamentavelmente para mim não consegui cumpri-la. Tudo já está decidido, sei que não adianta eu sair daqui agora."

Falta relatar, sobre esse episódio, a saída do Coronel Serpa de Santa Maria. O General Pery ordenou-me que redigisse um salvo-conduto para garantir a sua viagem de volta ao Rio de Janeiro. Imaginei um documento, pois não sabia como era o tal salvo-conduto e o Serpa viajou coberto por ele. Desceu do trem na estação Diretor Pestana, em Porto Alegre, embarcou no avião e foi embora.

Alguns anos depois, reencontrei o Coronel Serpa, agora no posto de General. Na ocasião, eu era Tenente-Coronel, Assistente do Comando da 3ª Região Militar (3ª RM), e ele fora nomeado Comandante. Não sabia o que iria acontecer e como a minha atuação era em benefício do Chefe do Estado-Maior e do Comandante da Região, achei que deveria desobstruir o caminho e não dar ao novo Comandante o trabalho de me tirar da função que era da sua confiança. Então, relatei o episódio vivido para o Coronel Azambuja (Clóvis Borges de Azambuja), Chefe do Estado-Maior da RM, e pedi para exercer outra função.

Chegaram a me designar Chefe do Serviço Militar, mas nem consegui atravessar a rua. Menciono este fato, porque faz jus à memória do Serpa. Ele era um homem correto e digno. Sabedor pelo Coronel Azambuja da minha história, foi ao meu local de trabalho, uma salinha ao lado do gabinete do Chefe do Estado-Maior e deu-me um abraço paternal. Apresentei-me e perguntei se ele lembrava de mim. Ele revelou que sim.

– Você está um pouco mais velho, mas claro que lembro dos três dias que fiquei retido em Santa Maria, quando você se atravessou em minha vida. Mas o tempo passou e tenho excelentes referências suas. É meu desejo que você aceite permanecer desempenhando essa função.

Uma atitude de uma enorme nobreza. Fiquei com o General aqui na Região até o momento em que pedi transferência para a reserva ao completar trinta anos de Exército, quando me despedi do serviço ativo.

Retomando a narrativa sobre os fatos de 1961, quando viemos de novo a Porto Alegre, no dia 29, não era mais sob aquela promessa de que "a palavra de honra de um homem de bem é um evangelho". A situação, então, era outra, completamente diferente, porque o General Machado Lopes já estava francamente defendendo a posse do Vice-Presidente. Não se falava nem se desejava mais o retorno do General Muricy.

Naquele dia, foram tomadas algumas decisões importantes. O chamamento do Governador pelo rádio estava provocando muita besteira pelo interior. O Brizola é um orador de primeira linha e com a magia da transmissão radiofônica da Cadeia da Legalidade polarizou todo o Rio Grande do Sul e, em determinado momento, ganhou espaço nacional. Ele tinha levado sua motivação longe demais e a gauchada estava em pé de guerra. Havia recrutamento e voluntariado capitaneados pela Brigada.

Ficou decidido que os generais Machado Lopes e Pery Bevilaqua pediriam ao Brizola que baixasse o tom dos seus discursos e amainasse aquela mobilização psicológica que estava fazendo. O Estado ficaria encarregado das atividades logísticas, já que dispunha do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e tinha mais poder de mobilização do que o Exército. Nós tínhamos cavalos, usávamos aquelas viaturas de 1942 e os carros-de-combate M3, chamados de "pererecas". Aliás, ficou decidido que o Batalhão de Carros de Combate (BCC) de Santa Maria, comandado pelo Tenente-Coronel Ito (Ito do Carmo Guimarães), viria para Porto Alegre, ficando diretamente subordinado ao III Exército.

Para atribuir ao Governo do Estado a logística e pedir ao Brizola menos tumulto, fomos – eu estou dizendo nós, porque também fui junto – ao Palácio Piratini. Era noite de 29 para 30 e houve uma reunião do Machado Lopes, Pery e Brizola, quando as coisas se acertaram. Fiquei na ante-sala do Gabinete do Governador. Na saída ele veio conversar comigo, para saber sobre meus parentes, pois morara em Passo Fundo, minha cidade natal.

Retornamos no dia 30 em paz com a vida, porque a situação estava completamente modificada. Aquelas posições de determinados Comandos que estavam um tanto nebulosas, começaram a clarear e a tensão diminuíra. Em Santa Maria, participamos de uma cerimônia em que o Comandante da Brigada naquela cidade passava o comando das suas Unidades ao General Pery.

O General Oromar Osório, Comandante da 1ª DC, começou a movimentar as suas tropas em direção a Passo Fundo. Houve um problema entre aquela DC e a 6ª DI

do General Santa Rosa (Sylvio Américo Santa Rosa), mas não lembro exatamente o que ocorreu. Sei que a tropa da DC acabou realizando a cobertura ao norte de Passo Fundo. Foi transportada via ferroviária e, inclusive assisti, à noite, à passagem de alguns comboios ferroviários conduzindo tropa.

Aconteceu algo inusitado em termos de mobilização. O General Pery exigiu a disponibilidade de trens para o transporte das Unidades. Os ferroviários se mexeram e, creio que em duas horas, montaram uma composição com locomotiva e carros-plataforma. O nosso BCC, comandado pelo Tenente-Coronel Ito, embarcou em Santa Maria e veio para Porto Alegre e as Unidades da 1ª DC seguiram para Passo Fundo e Marcelino Ramos.

Nas pranchas do comboio ferroviário que eu assisti passar predominavam os caminhões civis. É interessante comentar que no início eles foram entregues voluntariamente, mas depois, quando o recrutamento recrudesceu e as necessidades se mostraram bem maiores, parece que houve requisição na "marra". Sobre isso, lá em Santiago deve haver boas histórias, pois passou a haver muito caminhão civil guardado ou escondido dentro do mato. É claro, terminada a euforia guerreira, diminuíram aqueles que queriam prosseguir ajudando. Quer dizer, houve aquela hora do "oba-oba" e depois a adesão diminuiu, embora muita gente continuasse querendo colaborar.

Lembro-me de um camarada que foi se apresentar lá no QG dizendo que, como não tinha nada, oferecia seus únicos bens: duas vacas. Uns levaram os seus cavalos e outros desejavam simplesmente se alistar. Mas a partir dos primeiros dias de setembro a situação começou a se acalmar.

Os desdobramentos políticos em Brasília culminaram com a emenda parlamentarista. Houve alguma reação contrária aqui no Rio Grande do Sul mas no fim se achou que era a solução possível. O Jango assumiu a Presidência dentro do regime parlamentarista e o resto foi só confraternização. Retornamos a Porto Alegre para a parada de Sete de Setembro. Assistimos ao desfile junto com o Governador e o General Machado Lopes. Logo em seguida, o General Penha Brasil (Nestor Penha Brasil) substituiu o General Machado Lopes encerrando o período da Legalidade.

Qual a característica principal desse episódio? Que eu me lembre, o que mais me marcou foi a visível dificuldade do General Machado Lopes em encontrar uma solução sem violência entre as partes. Diria até que inicialmente o Comandante do III Exército era favorável ao veto à posse do Vice-Presidente João Goulart. Na verdade, ele não desejava vê-lo no Poder. Portanto, uma posição que se coadunava, que se ajustava à obediência ao Ministro da Guerra, Marechal Odylio Denys.

Que motivos teriam levado o Machado Lopes a assumir uma nova posição? Eu não gosto da palavra adesão porque pareceria que ele fora cooptado pelo Brizola e

creio que não foi isso que aconteceu. Ele assumiu uma posição inicial contrária à posse do Vice e foi acumulando fatores de tensão, alguns personalíssimos, como o cansaço de noites mal dormidas, a viagem do Muricy para o Rio, a conseqüente sensação de isolamento e a recusa de executar a autorização de bombardear o Palácio Piratini. Foi esta recusa em obedecer às ordens do Governo Central para evitar derramamento de sangue que marcou, vamos dizer assim, o segundo e crucial momento decisório do General Machado Lopes, muito diferente do primeiro.

Sou obrigado a comparar as figuras dos dois generais envolvidos naquela complexa e terrível situação. A postura do General Pery começou – antes de saber em detalhe o que estava acontecendo – dentro do 7º RI, durante aquela festividade militar que ele presidia. Ao saber da renúncia do Jânio, que alegou pressões, o General Pery pronunciou-se e imediatamente mandou dizer ao Machado Lopes, em radiograma daquele mesmo dia que, se houvesse alguma dificuldade, colocava a Guarnição de Santa Maria à disposição do Presidente.

Sugeria que o Presidente Jânio Quadros fosse para lá. Não passava pela cabeça do General Pery que ocorrera renúncia pura e simples, e que já havia um fato consumado, como informou, ainda no dia 25, o General Machado Lopes na mesma mensagem em que determinava ao Pery cessar com os pronunciamentos sobre a crise.

Faço essa comparação com base no que presenciei. O Pery não esperava para decidir. E por que ele procedia assim? Porque seus parâmetros eram rígidos; ele obedecia cegamente alguns princípios e um deles era o da Legalidade, pois achava que povo nenhum era forte fora da lei. Ele a vivia literalmente e insistia que se a lei está escrita é para ser obedecida sem tergiversação. Costumava dizer:

– Não votei no João Goulart mas agora que o Jânio Quadros renunciou, o Vice-Presidente eleito deve assumir. Está escrito na Constituição.

O General Pery conseguia transmitir sua liderança justamente porque ele não vacilava, era um homem com idéias muito claras e agia com transparência. Tanto ele quanto o General Serpa – que era do outro lado – eram homens de princípios rígidos. Para o General Pery a legalidade era sagrada e ele não admitia ninguém fora da lei. Não pensava além do necessário para definir suas opiniões, o que o levava a decisões tão rápidas. Não precisou do tempo que o Machado Lopes utilizou para, depois de estudar longamente a situação tomar uma posição, que acabou sendo pela Legalidade.

A partir de então passou a existir uma dicotomia entre o pessoal que, de modo desassombrado, tomou a posição pela posse do Jango e os contrários à Legalidade; entre os legalistas e os golpistas. Foi uma fratura que o Exército amargou muito tempo. O General Segadas Vianna (João de Segadas Vianna) que assumiu o

Ministério da Guerra a convite do Jango, quis conciliar essas duas correntes mas, decididamente, não conseguiu. E o Pery era um símbolo dessa legalidade.

Então, jamais ofereceriam ao General Pery o Comando do III Exército. Ele veio para o Comando da 3ª Região Militar que estava vago. O Coronel Virgínio (Virgínio Cordeiro de Mello) que exercia o cargo interinamente passou o comando para o General e logo depois foi para a reserva. O Chefe do Estado-Maior da 3ª RM continuou sendo o Coronel Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil), o Coronel mais antigo da Guarnição.

Veio comandar o III Exército o General Penha Brasil que não se dava muito bem com o General Pery. A primeira atitude que ele tomou foi mandar recolher o Boletim Reservado que o General Machado Lopes expedira com um resumo de todos os fatos ocorridos no episódio da Legalidade: ordens, correspondência, deslocamento de tropas etc. Mandou buscar inclusive o exemplar que estava com o General Pery que não o devolveu, alegando que o documento fora recebido pessoalmente das mãos do Machado Lopes e que ficaria com ele.

O senhor veio para Porto Alegre junto com o General Pery?

Sim. Continuei como seu Capitão Ajudante-de-Ordens durante todo o período em que ele comandou a 3ª RM. Ficamos em Porto Alegre até o General Pery ser nomeado Comandante do II Exército, ainda como o mais antigo General de três estrelas. Foi antes do plebiscito, sob o regime parlamentarista. O Primeiro-Ministro era o Brochado da Rocha, que morreu logo em seguida.

Após assumir o Comando do II Exército e pouco antes de sua promoção a quatro estrelas ocorreu um episódio interessante que serve para mostrar, vamos dizer assim, a quase escravidão a que o General Pery se submetia aos princípios legais. O povo não gostou daquela história de parlamentarismo. "Reina mas não governa", era algo que não agradava, coisa para Rainha da Inglaterra. Todos sabiam que o presidencialismo venceria no plebiscito. Essa era a nossa tradição, até de um presidencialismo forte, ditatorial, como aquele que ocorreu durante o Governo do Getúlio.

Dentro deste quadro, comandava o III Exército o General Jair (Jair Dantas Ribeiro) – meu ex-comandante na AMAN – que era francamente janguista. O Jair quis, à moda dele, fazer pressão para que o Congresso aprovasse o plebiscito sobre o parlamentarismo. Então, emitiu uma mensagem reservada extremamente infeliz. A nota, que vazou propositadamente, dizia que o Congresso deveria aprovar a realização do plebiscito, caso contrário aquele comando não responderia pela ordem na área do III Exército. Não teria como controlar a situação se o Legislativo não decidisse com visão de estadista.

O General Pery considerou aquela nota descabida e própria de um Comandante do III Exército omisso em sua missão de lutar pela ordem – afinal de contas, um dos

itens da própria destinação constitucional da Força. Não teve dúvida: fez imediatamente uma nota dizendo que ele também achava que o Congresso deveria votar pela realização do plebiscito, mas que na área do II Exército, sob seu comando, isto é, São Paulo e Mato Grosso – havia só um Mato Grosso naquela época – a ordem seria mantida fosse qual fosse a decisão congressual.

Outros comandos se pronunciaram da mesma forma e o Jair ficou falando sozinho. Por causa do episódio, houve um mal-estar em Brasília e outro lá no Quartel-General do II Exército. Vários oficiais foram pedir ao Pery que não divulgasse aquela nota pois ela iria prejudicá-lo. O argumento era que o General estava para ser promovido naqueles dias. O Pery, ainda General de três estrelas, não teve a menor hesitação:

– Se a minha promoção depender disso, então não serei promovido. Foi muito honroso eu ter chegado a General-de-Divisão.

Lembro claramente dele dizendo isso. Pretendiam convencê-lo de que, se o Jango não fosse ajudado por ele no mesmo diapasão em que fora ajudado pelo Jair, iria dispensá-lo e tirar-lhe a perspectiva da quarta estrela que sempre é um objetivo importante e final na carreira militar. Isso foi o que houve e, no final, a atitude forte do Pery não o prejudicou. Ele foi promovido e continuou no Comando do II Exército.

Um sábado à noite ou início de um feriadão me aparece em São Paulo o General Assis Brasil, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, acompanhado do General Zerbine (Euryale de Jesus Zerbine), Chefe do Estado-Maior do Pery. Queriam falar com o general. É importante citar um detalhe: como já não havia um bom entendimento entre o Comandante e o seu Chefe do Estado-Maior, quem sabia onde andava o General Pery era eu.

Requisitei o carro oficial e fomos os três até o sítio de uns parentes do Marechal Lott, na saída de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, onde o general estava descansando. Relacionava-me muito bem com o General Assis Brasil e razoavelmente com o General Zerbine, embora ele estivesse um pouco desconfiado com o General Pery e, conseqüentemente, também comigo. Durante uma hora e tanto de viagem, comentei os fatos com liberdade. Certa hora disse para o Assis Brasil:

– General, sei que o senhor veio oferecer algum comando, chefia ou birô para o General Pery. Eu só não sei qual é a "douração de pílula" que o senhor vai usar. Se for para o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), como imagino, não haverá nem criatividade no oferecimento.

Reconheço que fui um capitão muito folgado. Desde Capitão recém-promovido fui ser Ajudante-de-Ordens e os assuntos com os quais trabalhava eram matérias tratadas no Alto Comando, aspectos em discussão na esfera política dos generais.

Talvez isso tenha sido, até, um dos fatores que me levaram a encerrar a minha carreira militar, tão logo fosse possível. Tinha um compromisso comigo e com o Exército: ser um bom oficial, enquanto estivesse na ativa. Não sei se consegui. Continuei falando de maneira abusada para os dois generais:

– Acho que o Presidente vai se arrepender destas mudanças que anda fazendo. Ele está rifando os melhores homens dos quadros do Exército.

É claro que isso nada adiantou no sentido de modificar o objetivo da viagem do General Assis Brasil. Faço o registro apenas para mostrar minha irreverência naqueles tempos de Ajudante-de-Ordens.

Eles foram lá justamente para dizer ao General que o Jango precisava dele para resolver o problema da aviação embarcada. O Pery, depois do encontro, me perguntou onde estava sendo estudado este assunto. É claro que ele sabia de tudo. Como depositava total confiança em mim, ao sentir-se ameaçado de perder o Comando do II Exército, mandou-me ao Rio de Janeiro como emissário, falar com o General Castello Branco, na época quatro estrelas e Chefe do Estado-Maior do Exército.

Cheguei de madrugada no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. O Pery avisou o seu cunhado, General Décio (Décio Palmeiro de Escobar), sobre minha missão. O General Décio estava me esperando e me levou para dormir na casa dele. No dia seguinte ele marcou entrevista com o Castello e a fiz conforme o General Pery me orientara:

– General Castello – o General Décio estava junto – tudo indica que o General Pery será apeado do Comando do II Exército. É um fato político que transcende, vamos dizer assim, ao regulamento militar estritamente considerado. Eu vim aqui para saber do senhor, em nome do meu Comandante, se ele é obrigado a aceitar a Chefia do EMFA contra a vontade dele. Para ele isso é um problema legal: não quer ser Chefe do EMFA e gostaria de saber se tem direito de recusar a nomeação.

Por estas e outras é que se dizia que o Ajudante-de-Ordens era realmente cargo de confiança e que o coronel ou general Chefe de Estado-Maior, apesar de indicado, não tinha esta característica. Porque, apesar da praxe de ser indicado, ele podia, em determinadas circunstâncias, ser imposto: não vou nomear o Fulano, você fica com o Sicrano que já está na função.

Voltando ao meu encontro com o General Castello, continuei com as perguntas do General Pery:

– O meu chefe também quer saber quem o receberá aqui no aeroporto se ele for nomeado Chefe do EMFA? Se o senhor irá nesse desembarque que tem uma evidente conotação política e quantos generais o senhor levará para esperá-lo?

Nessa época o Pery ainda não havia sido exonerado do Comando do II Exército em São Paulo, mas já se sabia que ele iria para o EMFA. O Castello falou para mim:

– Olha, diga ao Pery que não vou responder a essas indagações dele. Eu nem sei quem eu conseguiria levar ao aeroporto. A grande verdade é que estamos desarticulados.

Eu ouvi isso do Castello. E ele continuou:

– Parece que a coisa complicou. O ensinamento que eu tiro desse fato e com essas perguntas do Pery é de que precisamos nos articular melhor e assumir as competentes responsabilidades.

Aquelas palavras até certo ponto significavam que nos primeiros meses de 1964 não havia uma revolução articulada.

O General Pery desejava permanecer em São Paulo no Comando do II Exército?

Sim, ele queria continuar no comando pois sabia que na Chefia do EMFA seu relacionamento com a autoridade superior o envolveria com o Jango, que não estava absolutamente interessado em resolver o problema da aviação embarcada. Tudo fora encenação, desculpa, "douração de pílula" para tirá-lo do II Exército.

Durante alguns meses ainda fui Ajudante-de-Ordens do General Pery como Chefe do EMFA. Seu Estado-Maior era muito bom, porque os coronéis sem comando – do Exército, Marinha e Aeronáutica – eram peixinhos daquele aquário. O Coronel Edson Figueiredo era o Chefe-de-Gabinete.

Naquela época, a sede provisória do EMFA ficava na Cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Monroe, onde residi quatro meses, meu tempo de vida palaciana, embora morasse no sótão, em um alojamento de oficiais que havia lá em cima. Tinha que descer mais de oitenta degraus e passar pelo plenário do Senado, para lá embaixo chegar ao único chuveiro disponível. O Palácio era horroroso do ponto de vista de acomodações, mas também não se podia exigir muito porque ele não era hotel. Eu estava lá porque não tinha dinheiro para hospedar-me em outro lugar e minha movimentação para a EsAO ainda não se efetivara.

O primeiro problema que o General Pery enfrentou como Chefe do EMFA foi o da aviação embarcada. O Juscelino havia comprado o porta-aviões *Minas Gerais* e, em seguida, fez de tudo para que aquele "brinquedo" não chegasse ao Brasil durante o seu Governo. A belonave ficou na Europa, para melhorias operacionais, e comentava-se que se tornara a base de operações de oficiais de Marinha que ficaram morando por lá com direito às comissões e diárias.

Concluídas as reformas, o porta-aviões veio para o Brasil e passou a ser motivo de uma disputa muito forte entre a Aeronáutica e a Marinha, com provocações

de ambos os lados, pelo direito de operar os aviões embarcados. Cabia ao EMFA estudar o assunto e propor a solução.

Como o assunto interessava diretamente a Aeronáutica e a Marinha, o General Pery preferia não se socorrer do trabalho de oficiais daquelas Forças, para resolver o problema. Então, necessitava das cabeças pensantes do Exército. Sob esse aspecto nada mais valioso do que aproveitar a experiência e a inteligência do General Castello Branco, na época Chefe do Estado-Maior do Exército. Ele aparecia seguidamente no EMFA, à tardinha, depois do fim do expediente, para conversar sobre a aviação embarcada.

O grau de sigilo do assunto era ultra-secreto, mas eu tomava conhecimento, porque era o capitão datilógrafo escalado para executar aquele tipo de serviço. Datilografei – hoje seria digitei – vários documentos. Era proibido entrar na sala onde eu trabalhava. Os generais iam para casa e eu ficava até tarde da noite, às vezes só encerrava os trabalhos de madrugada.

Nessa confrontação entre a Marinha e a Força Aérea, as discussões pareciam metafísicas: era algo considerado importantíssimo saber se helicóptero era avião. Para mim, o importante era saber quem iria operar a aeronave, uma questão que envolvia o prestígio da Força. O Juscelino, muito esperto, levantou a bola, para que os outros cortassem. Só que o Jango não tinha condições de cortar, estava extremamente desgastado.

O General Pery tentou apressar uma solução para o problema da aviação embarcada. Havia um decreto, preparado por uma excelente equipe, que abordava todos os ângulos do problema. Agendou um despacho com o Presidente no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, no qual o acompanhei. Levamos uma montanha de papéis referentes à aviação, mas o Jango não queria saber de nada; o negócio dele era resolver os problemas do sindicato dos estivadores na baixada santista, e coisas desse tipo. É claro que o despacho foi infrutífero e a solução foi empurrada "com a barriga". O General voltou extremamente decepcionado. Ele acreditava nas pessoas e muitas vezes se deu mal com isso. Costumava dizer:

– Devemos ser sempre intransigentes com os princípios e transigentes com as pessoas.

Nos últimos dias do Governo do Jango o General Pery fez um belíssimo trabalho de Estado-Maior e mostrou os riscos que representava a adesão quase religiosa do Presidente àquela ditadura sindical que estava se implantando no País. O Jango não abria mão do apoio dos pelegos; preocupava-o apenas os votos futuros.

Depois da Revolução de 1964 o General Pery continuou no EMFA?

Sim, ele permaneceu no EMFA por uns tempos. O Presidente Castello Branco, possuidor de uma visão extraordinária de administração, sabia como usar o Chefe

de Estado-Maior das Forças Armadas que era, em última instância, o Chefe do Estado-Maior da Presidência da República. Lembro dos pedidos do Presidente – entenda-se ordens: estudar e propor modificações do código de vencimentos e vantagens, do estatuto dos militares, das leis de promoção etc. Cada uma dessas tarefas representava um ano de estudo. O EMFA nunca trabalhou tanto como no período sob o guante do Castello e sob as ordens do General Pery.

Em 1964 você estava na EsAO?

Sim. A Revolução aconteceu quando cursava a Escola.

Houve alguma participação da EsAO no Movimento?

Só depois da sua eclosão. Como não havia mais condições de continuarem as aulas, os cursos entraram em férias. Então vários órgãos como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), a Comissão do Carvão e outros tantos foram "mobiliados" – lembra dessa expressão? – por militares. Com isso a EsAO, tanto quanto a ECEME, passaram a ser celeiros de fornecimento desses oficiais. Concluído o curso, fui classificado no 3º B E Cmb em Cachoeira do Sul.

O Senhor manteve ligações com o General Pery?

Mantive ligações apenas afetivas. O General e esposa, Dona Nair, eram extremamente bondosos. Deram uma inesquecível cobertura familiar para minha mulher enquanto estivemos lá em São Paulo. Não conhecíamos ninguém naquela cidade e fomos morar no próprio funcional ao lado da casa do general. Ele era uma pessoa afetiva e me dispensou um carinho extremado e sou muito grato às atenções da parte dele. Nós já tínhamos uma história de quase três anos de trabalho conjunto.

Às vezes desconfio até de que não fui um bom Ajudante-de-Ordens no sentido usual da palavra: aquele oficial que cuida da segurança do general e controla as viaturas do chefe. Na realidade, fui encarregado de secretariá-lo; era um assessor direto e já havia criado com ele uma história de entendimento e de lealdade. O fato de eu escrever corretamente fez com que a maioria dos documentos importantes expedidos por ele fosse redigida por mim; em conseqüência passei a trabalhar muitíssimo mais.

Foi redação minha aquela famosa Nota de Instrução Nº 7, do II Exército publicada até no *Osservatore Romano*. A proposta daquele documento era mostrar que ele, General de quatro estrelas Comandante do II Exército, considerava "serpentários peçonhentos e inimigos da democracia" aquele pessoal que agitava a orla marítima. Pretendia denunciar os sindicatos revolucionários que operavam na área de Santos.

Qual foi a posição do General Pery em relação à Revolução?

Tenho para mim que os princípios nos quais o General Pery acreditava e defendia – pelos quais jogou a hierarquia ao léu no confronto ideológico com o Ministro – eram diferentes de tudo o que o General Mourão (Olympio Mourão Filho) fez, em 1964. Eu o conhecia bem, pois substituiu o General Pery na 3ª DI e, mais tarde, foi seu subordinado, no Comando da 2ª RM. Depois, foi comandar a 4ª DI, em Minas Gerais, sua terra natal.

Sabíamos muito bem que adotara a posição de quem estava dando a última cartada. Adversário do governo, ele não tinha nada a perder. Era General-de-Divisão e queria ser promovido a quatro estrelas. Não quero pisar sobre a sua biografia mas fora, inclusive, substituído no Comando da 2ª RM de São Paulo por suas atitudes conspiratórias. O Mourão sempre foi um articulador de primeira qualidade e conspirou o tempo todo lá em São Paulo.

Como era o relacionamento do General Mourão com o Comandante do II Exército, General Pery?

Excelente! Os dois se admiravam muito, embora tivessem temperamento e pensamento diversos.

O General Mourão gostava muito de mim e eu também o apreciava. Era muito persuasivo. Achava que eu tinha o General Pery "na mão" e que de alguma forma lhe ficara devendo algo, porque não usara essa influência. Não era verdade. Ninguém, a não ser os seus próprios princípios, o influenciava. Quantas e quantas decisões foram tomadas pelo general, durante o período em que fui praticamente seu assessor político – e não sou eu que o digo, ele próprio assim registrou nos elogios que me concedeu – nas quais divergia de seu ponto de vista. Não era tão compromissado e aferrado aos princípios legais. O Mourão foi "me dar corda", para ver se eu influenciava mais o general. Ninguém o influenciava, ele tinha seus parâmetros e os seguia religiosamente.

O General Mourão pouco ou nada tinha a perder. Ao descer das "Alterosas", foi reunindo todas as iras, desconfianças, antipatias e ressentimentos contra o Jango, represados desde 1961. Tratava-se da hora da revanche que foi catalisada na operação Mourão. E um detalhe importante: quando ele colocou o pé dentro do Gabinete do Costa e Silva, já havia sido destituído da prerrogativa de líder da Revolução a que fora alçado pela sua audácia; o haviam congelado, e ele sofreu muito a partir dali. Ele, que tinha feito a guerra, sentiu que a tinha perdido, antes de chegar ao Gabinete do Costa e Silva, onde conheceu os novos donos da situação.

Soube, através de informações, dos primeiros momentos da Revolução. Algumas vezes, acompanhei o General Pery às reuniões do Estado-Maior revolucionário,

aquele *petit comité* dos generais de quatro estrelas, reunidos sob o comando do Ministro Costa e Silva, para decidir sobre questões relevantes. O General Pery comparecia em respeito à quarta estrela, mas sem nenhuma importância decisória.

Naqueles primeiros dias, não havia planejamento previamente elaborado sobre como dirigir o País. As soluções dos problemas convergiam para uma certa unanimidade precária, se é que existe essa figura. A partir de um determinado momento, emergiu a liderança do Castello Branco. Ele tinha uma ascendência tão evidente, um tamanho domínio intelectual sobre os demais que tudo o indicava para a Presidência da República. Nenhum outro tinha cacife intelectual para tanto.

Fui à posse do Castello; eu já não era mais Ajudante-de-Ordens do Pery Bevilaqua mas fui lá. Colocaram um avião à disposição do general e ele me convidou. Acompanhei-o até o Palácio do Planalto. Estava presente todo aquele pessoal que freqüenta a corte. Depois, fomos ao Congresso, onde se oficializou a posse. E esses foram meus últimos momentos vividos perto do Poder central.

Posteriormente, aqui na Província, fui assessor do General Serpa, Comandante da 3ª RM, até completar 30 anos de serviço, quando pedi transferência para a reserva, ainda como tenente-coronel.

Como o senhor avalia os diversos presidentes do período autoritário?

Primeiramente, pela minha formação jurídica, não fujo de palavras. Nós tivemos uma ditadura! Evidentemente não adianta negar, dizer que os presidentes foram eleitos e homologados pelo Congresso, que houve rotatividade no Poder maior – o Presidente da República. O Congresso homologou porque não havia outro jeito, tinha que homologar. Vivemos um período ditatorial, em que havia cerceamento dos Poderes Judiciário e Legislativo que funcionaram, se tanto, na medida em que o Comando Revolucionário permitia.

O primeiro Governo da Revolução, do General Castello Branco, foi o melhor que esse País teve. O Castello era um construtor, um homem de pensamento e de cultura. Acredito que se a Revolução tivesse se exaurido ao final do Governo dele teria sido melhor. Mas infelizmente isso não ocorreu. Toda a modificação implantada na estrutura nacional se deu no Governo do Castello. Ele teve uma prorrogação de pouco mais um ano, mas foi muito pouco tempo. Não conseguiu nem de longe fazer tudo o que poderia ter feito por essa Nação.

Então aquela política – vamos dizer assim – dos generais entrou com toda a força para se confundir com a política nacional. Qual o general de quatro estrelas que vai me suceder? Depois do Castello veio o Costa e Silva. Eu o achei desastroso. Em seguida foi a hora e a vez do Médici, um Governo eufórico, mas sumamente intransi-

gente. Desencadeou-se no País uma repressão com a qual não concordava, porque não casava – usarei uma expressão de efeito – com a minha democracia residual.

Realmente, não gostava daquele pessoal da esquerda, mas considerei inadequados os meios usados para combatê-los. Sentia que estávamos enveredando por um caminho muito perigoso. Não tive nenhuma participação nesse processo, a não ser, talvez, a de apaziguar um pouco os ânimos em Cachoeira do Sul, onde fui servir em 1965, depois da EsAO. A cidade estava ressentida em função das prisões absolutamente arbitrárias ocorridas na Guarnição. Considero que do ponto de vista revolucionário, tive a incumbência de "passar Cachoeira a limpo": de não pensar que todos os contrários ao Governo eram subversivos; não era bem assim.

Tenho convicção de que do ponto de vista militar, a Revolução foi feita em cima da operação Mourão e da 4ª Divisão de Infantaria (4º DI), e se exauriu quando chegou no Rio de Janeiro. Ideologicamente ela foi uma resposta àquele poder sindical extremamente irresponsável que o Jango fomentava. Foi um desdobramento do movimento de 1961, feito em cima da fraqueza do Jango e do oportunismo do meu saudoso e querido amigo General Mourão Filho, até porque os atos históricos não se fazem por impulso.

O tempo decorrido entre os dois fatos históricos foi de apenas três anos e os protagonistas continuavam vivos, eram os mesmos. O Movimento revolucionário foi o desaguadouro dos ressentimentos dos chamados "golpistas de 1961" em contraponto aos legalistas ou brizolistas. Aliás, nunca vi no Exército o mínimo entusiasmo pelo Brizola, nem mesmo em 1961. Temos uma facilidade muito grande para polarizar as posições: ou somos contra ou a favor, não há meio termo. Se alguém foi a favor da posse do Jango, então era contra o Denys, mas a vida não é bem assim.

A Revolução durou demais, repito, e consumiu-se a si própria. Há pessoas que entram na história e não conseguem colocar um ponto final na sua atuação. O Castello não pôde, morreu antes. Acho que ele foi o Presidente que convinha naquele momento.

O Exército saiu muito mal de todo esse processo. Vejo aquele Exército em que eu vivi como muito bom para a Nação brasileira: uma instituição forte e influente. Hoje, me parece uma Força tímida, um exército de empregados que se poderia pagar pela CLT. Não posso dizer que estamos desmoralizados mas, no momento, a nossa organização passa por uma grave crise.

Um parênteses: em um quarto de século, hoje é a quarta vez que entro neste QG. Voltemos a minha análise crítica do Exército. Vejo-o triste, uma instituição sem orgulho, sem vaidade, um Exército que saiu enfraquecido do período revolucioná-

rio, esse é o meu enfoque. Não sou sociólogo, mas até gostaria de sê-lo para melhor analisar esta conjuntura adversa que vivemos. Tenho a convicção de que depois da Revolução de 1964 a cúpula do Exército se esmerou em não deixar nascerem novas lideranças. Tivemos medo da EsAO e da Escola de Estado-Maior porque ali, com certeza, aconteceria a renovação, nasceriam as novas lideranças militares.

Essa política foi triturando a nossa geração e envelhecemos sob o signo de Osvino Ferreira Alves, Amaury Kruel, Odylio Denys, Costa e Silva, e Castello Branco, que acabaram morrendo de velhos e não foram substituídos. E a tristeza me invade também porque contemplo hoje um Exército de profissionais, mas do profissional no mau sentido; que só pensa na profissão, no lugar onde se ganha dinheiro. A minha impressão é negativa e tenho pena dessa Força que não soube reivindicar, nem se impor, e que no momento está vendo, como na poesia do Chico Buarque, a "banda passar". Está como a Carolina: "na janela vendo o tempo passar" e... só o nosso Exército não vê!

Dói em minha alma ver nossa Força – que desempenhou um importante papel em 1961 para dar moralidade à lei, que retornou em 1964 para trazer a história de volta aos trilhos da democracia – tão passiva, inerte mesmo. Não acredito que hoje estejamos aptos a novamente desempenhar aqueles papéis.

O senhor considera que o período revolucionário resultou numa renovação nos quadros políticos civis?

Acho que não. Os políticos continuam os mesmos. Ainda estamos com o Sarney, da velha União Democrática Nacional (UDN), que reapareceu agora, surgido das cinzas. Ficamos presos a essa gente. Por quê? Porque faltam lideranças para substituí-los. Por que o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu crescer? Porque ele apresentou novas lideranças. Faço questão de frisar que sou absolutamente contrário à pregação petista, acho o PT um horror. Mas foi o único partido a renovar as lideranças partidárias ultimamente. Dos outros não surgiu nada.

Vou relatar um fato histórico que define o meu ponto de vista sobre a atitude de um militar politizado. Na Escola de Estado-Maior chamavam de exercício aquelas palestras e trabalhos de grupos sobre lideranças, conduzidos pela 5ª Seção. Nestes trabalhos era comum a Escola convidar palestrantes credenciados para prestar os seus depoimentos, relatando suas experiências sobre o tema em estudo.

Um dos chefes convidados foi o General Oswaldo Cordeiro de Faria, que fez uma exposição sobre a liderança na guerra, ou algo semelhante. A palestra terminou perto do meio-dia e não havia quem se atrevesse a fazer pergunta. Qualquer tentativa de prolongar a seção significaria a crucificação do curioso. Nestes casos a

ECEME tinha como norma escalar alguns oficiais para formular perguntas ao palestrante. Várias vezes eu fora indicado para esta tarefa porque era aluno tipo gralha, desinibido e até gostava de falar. Naquela ocasião fui um dos escalados e a missão não foi difícil para mim. Lembro até hoje o meu diálogo com o General Cordeiro de Faria:

– General, estou contemplando nesse púlpito, na sua pessoa, mais de meio século da geração dos tenentes. É a sua geração! Foi a geração que viu e decidiu, uma geração que tem o seu nome encimando capítulos importantes da nossa história. Que teve líderes, a começar por Vossa Excelência, a quem todos nós continuamos a render nossas homenagens. A pergunta, General, não é sobre a sua geração, é sobre a minha. Por que a minha geração é tão calada? Tão silenciosa? Tão sem importância e sem participação? Não é uma geração protagonista como a sua foi? A sua ajudou a fazer e marcou a história.

O General Cordeiro de Faria já me conhecia de São Paulo, do tempo em que eu o recebia e o encaminhava até a casa do General Pery para os encontros conspiratórios que antecederam a Revolução de 1964. Ele me respondeu de pronto:

– É um prazer revê-lo e muito obrigado pela pergunta. Como sempre, vindo de quem vem é uma pergunta inteligente. Tentarei uma resposta à altura. Esta diferença de procedimento é porque a história é feita de gerações sucessivas; a algumas cabe o barulho, a guerra e o perigo; essa é a minha geração. A outras cabe o dever do silêncio; essa é a sua. Está satisfeito com a minha resposta?

Ele me provocou e então voltei a me levantar e disse:

– General, estou satisfeito. Continuo sem saber o porquê do silêncio da minha geração, mas uma coisa eu sei: a origem da eloqüência da sua. Só a sua geração tem pessoas que sabem dar respostas como o senhor nos deu.

Com este diálogo eu gostaria de encerrar minha entrevista, a não ser que os senhores desejem mais alguns esclarecimentos.

Estamos plenamente satisfeitos com o seu relato o qual não poderia terminar de maneira mais feliz do que com a reprodução do diálogo elegante entre dois oficiais de gerações distantes, aproximados pelo brilho de suas inteligências.

Major Sady Fialho Fagundes

Nascido em Dom Pedrito, RS, em novembro de 1929, o Major Fialho é praça de 28 de fevereiro de 1947, quando foi matriculado na então Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA).

Declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) aos 6 de novembro de 1952, realizou, logo a seguir, um estágio de Engenharia e de Comunicações na Escola de Instrução Especializada (EsIE), na Vila Militar, RS, antes de seguir para a sua Unidade de destino, o 3º Batalhão de Engenharia de Combate (3º BECmb), em Cachoeira do Sul, RS, onde galgou o primeiro posto, em junho de 1953.

No ano seguinte foi movimentado para a 13ª Companhia de Comunicações (13ª Cia Com), em São Gabriel, RS. Ali preparou-se e logrou aprovação no concurso para a Escola Técnica do Exército (ETE), hoje Instituto Militar de Engenharia (IME) e, ainda no mês de dezembro, foi promovido a 1º-Tenente.

Após quatro anos de árduos estudos graduou-se em Engenharia Elétrica no final de 1958, quando também foi promovido a Capitão.

Classificado no 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv), em Bento Gonçalves, RS, durante seis anos prestou excelente assessoramento técnico ao Comando, desenvolvendo, executando e fiscalizando projetos elétricos ou afins em proveito da implementação do Tronco Principal Sul (TPS) e demais obras ferroviárias e civis alocadas àquele Batalhão, sem jamais descurar de um relacionamento sadio com a sociedade civil bento-gonçalvense. Nesse ínterim, passou a integrar o QEM/QMB (Quadro de Material Bélico do Quadro de Engenheiros Militares) em função de nova legislação vigente.

Em 1965, foi movimentado para o Serviço de Obras Regional da 3ª Região Militar (SOR/3), hoje Comissão Regional de Obras (CRO/3), o que lhe permitiu ampliar sua atuação de Engenheiro Eletricista a todas as Unidades do Rio Grande do Sul. Em dezembro do ano seguinte ascendeu, por merecimento, ao posto de Major e, dois anos

depois, realizou o Curso de Comando de Unidades e Chefia de Serviço da Arma ou Quadro (CUCS) – equivalente à EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) – para os engenheiros militares.

Ainda naquele ano foi convidado pelas lideranças políticas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a concorrer à Prefeitura de Bento Gonçalves. Eleito, já na reserva, exerceu aquele cargo durante quatro anos, após o que, dedicou-se à área Técnico Empresarial.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1973 pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Participou da equipe de planejamento ferroviário da PLANISUL S/A e, em 1975/1976, coordenou o setor de Engenharia de Sistemas da Ferrovia do Aço, tendo inclusive realizado um curso de Especialização em Sistemas de Controle, Comunicações e Eletrificação Ferroviária, no Japão. Exerceu diversos cargos na Administração do GBOEx – Previdência Privada, entre os anos de 1979/1989.

Em função dos relevantes serviços prestados durante sua carreira militar, política e empresarial, foi agraciado com diversas condecorações outorgadas pelo Exército, Entidades Civis e Órgãos Governamentais.

Entrevista realizada em 11 de março de 2002.

Temos o prazer de receber hoje o Major Sady Fialho Fagundes, colega de turma e de arma, engenheiro eletricista, formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), curso no qual ingressou ainda como Tenente. O entrevistado tem uma larga folha de serviços prestados em Batalhões de Construção e uma interessante experiência política: foi prefeito eleito de Bento Gonçalves, importante cidade da Serra gaúcha. Com a palavra o amigo, ex-prefeito e Major Sady Fialho Fagundes.

É um prazer muito grande estar com os meus amigos para esta conversa sobre história. Tenho certeza de que as minhas colocações, nesta entrevista, não serão novidades para os senhores, mas poderão sê-lo para muitos que não privaram mais intimamente comigo e não compreenderam a opção que fiz, em determinado momento da minha vida, pela política partidária.

Decidi-me a enfrentar eleições majoritárias para Prefeito depois de muitas pressões e considerações e de ouvir os meus chefes militares da 3ª Região Militar e do Comando do III Exército. Acrescento o fato de ter concorrido à Prefeitura de Bento Gonçalves pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) apenas três anos e pouco após a Revolução de 1964. Aqueles que não me conheciam poderiam até fazer um mau juízo a respeito das minhas idéias e convicções, certas ou erradas.

Em sua opinião quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Dividiria essas causas em pelo menos três etapas: as remotas, as mediatas e as imediatas. Estas últimas, próximas ao Movimento de 1964.

Na época do Império havia a realeza, os privilegiados que viviam nas orlas do Poder, e o povo, que não tinha como se manifestar em nenhuma oportunidade – nem eleitor era – já que o voto era censitário. Na realidade, tínhamos a elite e a plebe, duas faces da sociedade brasileira completamente independentes e incomunicáveis.

Com a abolição da escravatura dá-se, então, a caracterização muito nítida entre os que mandavam e aqueles que nada eram, menos do que servos da Idade Média. Houve um desespero imenso nas elites – que diria empregadoras – porque perderam a mão-de-obra.

A partir da primeira quadra do século XIX, tentou-se uma alternativa para a mão-de-obra escrava, trazendo-se imigrantes, uma genial idéia da Imperatriz Leopoldina. Uma grande parte destes veio para colonizar e povoar o Rio Grande do Sul. Gente de várias nacionalidades: ingleses, alemães, italianos e, no início do século XX, japoneses, eles eram pouco mais do que servos e tiveram muito trabalho. Filmes e novelas recentes, veiculados pelas telas brasileiras, retratam bem o que foi a vida daqueles aventureiros.

Estabeleceu-se, no Brasil, o que pretendo caracterizar como o conflito entre as partes: a plebe, o povo que não votava, que era apenas a massa, passou a ter existên-

cia; e a elite, que era a realeza, e que depois, na República, foi ampliada com os produtores e os políticos. Os dois grupos começaram a tomar conhecimento um do outro e se criou o antagonismo. Essa seria uma causa remota e a origem do enfrentamento entre as duas grandes parcelas do povo brasileiro.

Essa situação de confronto persistiu em toda a República Velha. Na Revolução de 1930, Getúlio Vargas fala sobre a criação de uma nova República, com a extensão ao povo dos benefícios dela advindos. Vargas, para impor a sua política, valeu-se das massas populares. Com a sua simpatia, com aquele carisma que o caracterizava, tinha todos os elementos para cooptar o povaréu. Com este objetivo ele criou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como antes já criara o Partido Social Democrático (PSD), que juntava os potentados rurais, os grandes industriais e os intelectuais.

Bem, e por que ele preferiu a massa para governar? Porque dificilmente a parcela formada pelos chefes políticos e classes empregadoras apoiaria um líder com as peculiaridades dele. Para governar, ainda que por um período limitado, ele precisaria de um apoio forte, tipo *lobby*, tão em moda hoje, e cujas atividades, nos Estados Unidos, são até regulamentadas. Os discursos públicos que fazia, a sua preocupação com os operários e com a vida sindical, galvanizavam as massas. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), coletânea ainda hoje vigente, é obra daquela época. Regula o direito do trabalhador organizar-se, reivindicar e de apelar inclusive para a greve, se não chegar a um acordo com os patrões.

Novas áreas de fricção surgiram e acentuou-se o antagonismo, outra causa remota de 1964. Esse antagonismo perdura, infelizmente praticado com muitos excessos, até os nossos dias.

No período do Getúlio, depois da revolução constitucionalista, passamos a viver uma democracia quase que outorgada, apesar dos constituintes terem sido eleitos e de terem elaborado uma Carta que foi aprovada pelo Congresso. Posteriormente, a partir de 10 de novembro de 1937, pelo menos como pretexto pela eclosão dos movimentos comunista e integralista, passamos para o Estado Novo – realmente uma ditadura plena.

Mas o Getúlio fizera um trabalho de persuasão junto às massas realmente extraordinário. O povo o adorava. Lembro que em todos os meus anos do curso primário, hoje ensino fundamental, a Semana da Pátria, os atos cívicos e as festas nacionais eram uma louvação permanente ao governo. Na época não se tinha essa percepção, mas, na realidade, havia um culto à figura do ditador. Era um personalismo realmente muito acentuado que continuou junto aos menos favorecidos para garantir o apoio deles. A imprensa o denominava de "o pai comum", ou "o pai dos pobres". Os operários o adoravam por causa das leis promulgadas em seu favor, dos

direitos que lhes foram acrescentados, pela organização dos sindicatos, pelo atendimento às reivindicações e tudo o mais que foi feito em favor do povo.

Em 1945, foram marcadas as eleições presidenciais que trariam o País para uma nova fase política, pondo fim ao Estado Novo. Pairava uma desconfiança na imprensa e nas lideranças políticas de que o Getúlio iria aplicar um novo golpe. Em razão de tudo isto ele acaba sendo deposto por chefes civis e militares que eram seus amigos, os mesmos que o secundaram no Poder. Deixou o cargo e não o molestaram. Tanto que do Palácio do Catete ele veio para sua fazenda em Cristo Rei, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até seu retorno ao Poder.

Realizadas as eleições de 2 de dezembro de 1945, foi eleito Presidente da República o General Eurico Gaspar Dutra, com o apoio do Getúlio e dos dois partidos que ele criara: o Social-Democrático, para reunir os grandes fazendeiros e os empresários e o Partido Trabalhista Brasileiro, que congregava a massa e os trabalhadores. O mandato era de cinco anos e, nas eleições de 3 de outubro de 1950 – foi até a primeira vez que nós cadetes votamos – o Getúlio foi candidato à volta.

Ganhou e ascendeu ao Governo já então sob a égide da Constituição de 1946, uma Carta extremamente liberal, profundamente democrática. Assumiu, portanto, como um presidente democrático, mas enfrentou problemas seriíssimos para governar, porque o regime que o Brasil começava a viver tinha raízes na vitória das forças aliadas na Europa. Aqueles sentimentos de liberdade e democracia se acentuaram muito e passaram a repercutir fortemente no País. Ao mesmo tempo começa a nascer a guerra fria. E quando a Rússia mostra seus objetivos hegemônicos, o mundo acaba se dividindo geopoliticamente em dois blocos e, em torno disso vai se desenvolver a história do Brasil e a história universal nos anos seguintes.

Alinhavei algumas das grandes dificuldades que o Vargas teve nesses anos de mandato democrático. O Brigadeiro Eduardo Gomes, uma pessoa estimadíssima nas Forças Armadas, exemplo de católico, candidato derrotado, foi um dos grandes problemas que enfrentou. Também no mundo civil ele era uma bandeira no campo político. Essas qualidades do adversário germinaram uma oposição ao Getúlio extraordinariamente forte. Ele continuava com as mesmas idéias de trabalhar as massas e com uma política claramente nacionalista. Basta dizer que nesse período foram criadas a Eletrobras, a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e adotada uma série de medidas estatizantes. Hoje a estatização está fora de moda, mas naquela época ela era considerada a única solução para a industrialização do País.

Conseguimos Volta Redonda, diz-se que através de uma barganha do Getúlio, que a trocou pela concessão de bases no nosso território para os norte-americanos.

Não foi um período fácil e tranqüilo; mal se resolvia um problema e surgia outro. Havia mais um complicador: o Carlos Lacerda, um líder realmente extraordinário da União Democrática Nacional (UDN). Um homem capaz de galvanizar qualquer platéia, de levar para o lado que bem entendesse, quantos o ouvissem. E esse homem tinha um posicionamento radicalmente contrário ao Governo e desencadeava denúncias sistemáticas, inteligentes e brilhantes. Nada houve depois que se pudesse comparar à oposição eloqüente do Lacerda, pelo nível em que a colocava.

Em maio de 1953 o Getúlio escolheu o conterrâneo João Goulart para seu Ministro do Trabalho. O Jango, com 35 anos, idade mínima para ser ministro, era um advogado que se elegera deputado federal em 1945. Foi reeleito em outubro de 1950, quando coordenou a campanha que levou o Getúlio ao Poder pelo voto. Era muito ligado ao caudilho, e até se dizia "no baixo mundo" que ele seria filho do Presidente. Cansei de ouvir essa versão, mas nunca li de nenhuma fonte qualquer comprovação sobre esta suspeita. Na realidade, havia uma estima muito grande do Getúlio pelo seu pupilo.

O Jango era um homem de valor, uma pessoa extremamente boa, e fazendeiro forte. Ouvi de muitos peões e empregados de suas estâncias que, mesmo antes de ser figurão da República ele era muito estimado. E continuou a sê-lo. Era um homem de paz, que tentava imitar o padrinho, a quem tinha como modelo. Não era um político de brigas, mas não se deixava levar pelos outros. Evidentemente, não tinha as qualidades do Getúlio. Não conheci pessoalmente nenhum dos dois e o que sabia era através do que se publicava na imprensa. Provavelmente, sem ter qualificação para o cargo, encontrou uma dificuldade tremenda à frente do Ministério do Trabalho.

O Presidente continuava comprometido com o trabalhismo, como sempre fora a sua política. No País, a última vez que os salários haviam sido reajustados fora em 1943. Quer dizer, estávamos há 11 anos sem revisão no salário mínimo. O Jango, com o aval do Presidente, a 1º de maio de 1954, aumentou em 100% o salário mínimo. Isto, nas classes patronais, foi um verdadeiro horror, porque não havia histórico de uma concessão parecida. Já se falava em inflação, mas nunca se registrou um precedente de um aumento dessa ordem de grandeza. A pouca idade do Jango – 35 anos – e o fato de ele dialogar com a classe operária irritava os conservadores. Os mais exagerados diziam até que ele aliciava os trabalhadores. Eu não participo dessa opinião.

Acredito que Jango apenas ouvia os operários. Dava importância ao diálogo, porque o Getúlio assim o fizera. Falava-se muito, na época, que tudo era pretexto para criar a tal república sindicalista. Ora, a história do mundo não apresenta exemplo de tal conquista. O General Juan Domingo Perón, que era presidente da Argentina,

imitava o Getúlio e ouvia muito os sindicatos, instrumento útil para organizar o povo e não deixá-lo cair nos braços do comunismo. Afora uma ou outra exceção, o Partido Comunista não conseguia conquistar os brasileiros. Força eles faziam, mas os políticos mais atentos sabiam que a existência de um comunismo forte colocaria em risco o equilíbrio da então guerra fria. Ficou comprovado depois que o número de comunistas nas organizações sindicais era reduzido. Uma "meia dúzia de gatos pingados" que continuam hoje por aí, divididos e sem rumo. Eles estão na claridade, não têm luz própria. Até o Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro, não foi uma figura brilhante. Apesar de se ouvir falar muito da sua inteligência e do êxito com que cursou a Escola Militar, ele nunca foi homem de seduzir as massas, de aliciar grandes multidões. Essa é a grande verdade.

Penso que o papel desempenhado pelo Jango se tornou uma incômoda espinha na garganta da oposição, especialmente na UDN. O atentado ao Lacerda, em 5 de agosto de 1954, foi a gota d'água para a precipitação dos fatos.

Antes disso, lembro que já havia no Exército uma ala de coronéis antigetulistas. A propósito, em fevereiro de 1954, os coronéis publicaram um memorial em que apontavam suas apreensões. Alguns militares enxergavam nuvens negras para o futuro do País, se as coisas continuassem como estavam: greves, o Ministro do Trabalho dialogando com os sindicatos, realmente uma situação nova que amedrontava a oposição. Eu não compartilhei desse medo.

Por que o Jango nunca conseguiu conquistar a simpatia dos militares?

Acredito que uma das razões foi a questão da sua idade. Ele era um homem novo. Até então os ministros eram – em geral – pessoas de 50 anos para cima. Aí assume o Ministério do Trabalho um jovem desconhecido no País, trazido pelas mãos de Vargas e contra quem já havia algumas restrições, pois ele não tinha as qualidades do seu padrinho. Eu não teria condições de mensurar como se repartiriam no universo militar as opiniões pró e contra, não só ao Getúlio, mas também ao Jango.

Outra causa da aversão dos militares ao Jango é o fato de ele ter herdado a rejeição do Exército pós-FEB à ditadura de Vargas. É uma suspeita, porque nunca convivi com esse pessoal, já que freqüentava a planície, talvez até o vale. Obtive essas idéias na leitura das entrelinhas da imprensa e da história e concluí que o Jango nunca teve e nem gozou da simpatia dos militares. Havia até uma certa implicância com a pessoa dele.

É importante lembrar que os líderes civis que acompanharam o Getúlio vieram à claridade trazidos por ele e eram todos homens admiráveis. O João Neves da Fontoura, apesar das "idas e vindas", o Oswaldo Aranha, o Flores da Cunha e o próprio Jango foram todos figuras destacadas da República. Alguns foram seus ministros. O Flores

não chegou a sê-lo, mas o Oswaldo Aranha foi e divergiu do Getúlio; o João Neves, sempre contestando o caudilho, foi ministro em duas oportunidades. Quer dizer, os homens levados para o seu Governo eram personalidades de valor.

É uma questão que precisaria de uma reflexão muito cuidadosa e isenta. Talvez os tempos de agora sejam oportunos para uma avaliação correta a fim de se descobrir o porquê daquela ojeriza, ou daquela falta de confiança no João Goulart. Ele não era um comunista; era um grande fazendeiro, um capitalista. Todo mundo reconhecia nele as qualidades de um homem de trato. Entretanto, havia, realmente, essa rejeição, essa implicância, que vai determinar os fatos que, pelo menos, no meu modo de ver, mudaram a nossa história recente.

Com o suicídio de Vargas, sobe o Vice, Café Filho. Governa o resto de 1954 e a 3 de novembro do ano seguinte ele adoece. Há muitas dúvidas sobre o distúrbio cardiovascular que o acometeu. Em todo o caso, ele realmente baixou ao hospital e o Carlos Luz, que era o Presidente da Câmara, assume a Chefia do Governo.

Quando se armou o movimento do Carlos Luz, identificado com as posições da UDN e daqueles oficiais da Aeronáutica ligados ao Lacerda, contrários à posse de Juscelino Kubitschek, o Congresso cedeu à pressão dos tanques que cercavam o Palácio do Catete, depôs o Carlos Luz e deu posse ao novo Presidente, Nereu Ramos, que então ocupava a Presidência do Senado Federal. O General Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott), Ministro da Guerra, garantia que o resultado da eleição de 3 de outubro de 1955 seria respeitado.

Carlos Luz e vários políticos e militares do seu grupo saem do Rio de Janeiro a bordo do Cruzador *Tamandaré*, em direção a Santos. O navio passou tranqüilamente pela frente da Praia Vermelha – que fica na saída da Baía de Guanabara – onde está localizado o Forte de São João, sem atirar. O forte atirou, mas não atingiu o navio. Como a distância era pequena, não sei se atirou para valer.

Assisti a tudo, pois na época era aluno da Escola Técnica do Exército e morava em um apartamento – próprio nacional residencial (PNR) –, na Praia Vermelha. Nosso Comandante era o General Maurício (Rodrigo José Maurício). Ficamos de sobreaviso e estávamos preparados para, com as nossas famílias, desocupar o edifício, se o cruzador respondesse aos tiros dos Fortes São João e Copacabana. Diziam que o alcance dos canhões do cruzador era maior do que dos nossos fortes. Não chegamos a sair de nossos apartamentos e, felizmente – é assim que estas coisas sempre se resolvem no Brasil – a confrontação terminou em paz.

Em 1956, o Juscelino assume a Presidência da República. No começo, houve os levantes de Aragarças e Jacareacanga, movimentos sem profundidade e sem a participação das Forças Armadas como um todo. O Juscelino esbanjou habilidade.

Afora os episódios referidos foram cinco anos de mandato tranqüilo, um período de paz. E o Jango era o seu Vice-Presidente, mas não teve oportunidade de aparecer, embora eleito na mesma coligação do Presidente: PTB/PSD.

Lembro como os políticos daquela época eram brilhantes. Acompanhava com interesse e entusiasmo os debates entre aquelas figuras da República. Fui muitas vezes ao Palácio Tiradentes ouvi-los. Era empolgante ouvir o Afonso Arinos e outros parlamentares pertencentes à mais alta expressão cultural deste País, em confrontos verbais realmente extraordinários. Um Congresso do qual se tem saudade pelo que se viu e, depois, pelo que se vê hoje na Câmara dos Deputados: um verdadeiro desastre. E esses homens brilhantes eram quase todos políticos da UDN. Pode parecer estranho que eu, simpatizante do Getúlio, com seus defeitos e virtudes, faça esta afirmativa. Mas a verdade não se pode negar. Da situação havia poucos: o Santiago Dantas e o próprio Brizola que, embora sem a cultura daqueles tribunos consagrados, era muito aguerrido nos debates.

O Juscelino chega ao final do mandato. As eleições de 3 de outubro de 1960 dão a vitória ao Jânio, apoiado pela UDN e João Goulart se reelege Vice-Presidente por um partido contrário ao Governo, mas que recebeu o apoio da UDN.

A Presidência do Jânio já a conhecemos. Um Governo estranho, embora ele tenha sido um competente Governador do Estado e Prefeito da Capital de São Paulo, segundo se diz. Um Presidente paradoxal, das surpresas, do repente, porque era um político que, ao mesmo tempo em que procurava uma aproximação com os Estados Unidos, condecorava Che Guevara, um ministro de Cuba. Veio então a renúncia, em agosto de 1961, inexplicada até hoje. Ele fazia questão de declarar que sua renúncia deveu-se a "forças terríveis" e não "forças ocultas", como diziam.

Com a renúncia, surge o problema da posse do Jango, um homem marcado desde 1954, quando fora Ministro do Trabalho do Getúlio. Os ministros militares fecharam questão: ele não tomaria posse como Presidente do País. Sem mais, sem que se soubesse de fatos novos, criou-se um impasse. A facção que se opunha ao PTB e ao PSD via o impedimento como um fato natural. Depois de muita discussão, já em setembro, o Congresso propõe e aprova uma fórmula de o Presidente assumir o Governo sob o regime parlamentarista.

Em 7 de setembro de 1961, João Goulart toma posse com poderes limitados pelo sistema parlamentar. Evidentemente que este não era o desejo dele e esta solução só foi alcançada graças ao movimento que eclodiu no Rio Grande do Sul. Como eu já disse, nesta época estava ausente, viajara a serviço para o Rio de Janeiro.

Foi um movimento que se iniciou sob a liderança do Governador Leonel Brizola. A grande bandeira dos contrários ao complô de Brasília que pretendia vetar

João Goulart era no sentido de que fosse respeitada a Constituição; o Vice-Presidente deveria tomar posse. Brizola, a despeito dos poderosos adversários que enfrentava e apoiado por importantes seguidores, conseguiu levantar o Estado do Rio Grande do Sul em favor da posse do João Goulart com a resistência que passou à história como a Campanha da Legalidade.

A situação agravou-se tanto que o III Exército, sob o comando do General Machado Lopes (José Machado Lopes), optou por aderir à tese da posse do Jango, apoiando a obediência à Constituição, ato que foi considerado como uma tentativa de evitar o confronto entre irmãos em uma guerra civil. Houve uma ou outra Unidade que não acompanhou o III Exército, mas sem oferecer resistência. Não houve cisão e nem enfrentamentos. Felizmente é a direção para a qual as revoluções no Brasil sempre se orientam, evitando o derramamento de sangue.

Na época eu servia no 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv) de Bento Gonçalves, e o meu Comandante era o Coronel Dirceu (Dirceu Araújo Nogueira) que substituíra o Coronel Rodrigo Octávio (Rodrigo Octávio Cezar Jordão Ramos), em fevereiro de 1961. Eu não tenho datas precisas, mas sei que o Coronel Dirceu só se afastou do 1º B Fv em 1964, dias depois da Revolução e já como General. Veio para Porto Alegre acompanhando o General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), que assumiu o comando interino. Ele foi designado Chefe do Estado-Maior do III Exército.

É minha a impressão de que o Exército sempre foi muito hábil nestas situações e que nunca chegará ao limite, ao confronto, para saber quem é o mais poderoso. A solidariedade e aqueles valores que são o lastro da nossa formação, sempre preponderam nas horas mais difíceis. Este respeito mútuo existente no nosso meio é maravilhoso e é uma qualidade extraordinária e fundamental que vejo na nossa Força. É algo que não se vê nos exércitos dos países latino-americanos. E graças a esta maneira de enfrentar os conflitos, os problemas têm sido resolvidos sem sangue, caso contrário as chagas seriam muito maiores e mais difíceis de cicatrizar. Neste caso, soma-se à confrontação política, as disputas, ressentimentos de família e outros fatores desagregadores.

Acredito que só os comunistas, em 1935, naquela malfadada intentona, é que foram capazes de violentar este princípio de não agressão mútua. Aquela maluquice de meia dúzia de falsos líderes, de homens fanáticos, inexpressivos, que cometeram uma agressão covarde, atacando seus companheiros de surpresa e de madrugada foi realmente um caso lamentável.

A história, agora, perpassa os dias que antecederam o Movimento de 1964. Tenho a impressão de que o Jango era realmente o grande problema. Não era o Gover-

no, não eram as forças que estavam por trás do Governo. O grande embaraço era o Jango. Isso no meu entendimento.

Houve preparação coordenada e minuciosa ou o desencadeamento foi espontâneo?

Para mim houve preparação do Movimento e, já nesse momento, o General Castello Branco se mostrou um homem extraordinário. Eu não o conheci pessoalmente, mas quanto mais leio sobre ele, seja a favor ou contra, mais eu o admiro. Como Chefe do Estado-Maior do Exército orientou e executou a excelente preparação para março de 1964 que, soube-se depois por companheiros, foi iniciada com mais de um ano de antecedência.

No tempo da Praia Vermelha, grupos se reuniam para estudar os problemas nacionais. O pessoal até brincava comigo:

– Não te convidamos porque tu tens posição contrária.

– De qualquer modo eu não iria às reuniões conspiratórias de vocês – era a minha resposta.

Embora divergisse daqueles companheiros, respeitava suas posições, que considerava de muita altivez. Tanto que, quando fui disputar a Prefeitura de Bento Gonçalves, continuei rendendo respeito a todos os chefes militares, inclusive àqueles mais ligados à Revolução, em discursos, palestras e conversas. Esta norma de conduta, sincera e honesta, me favorecia em certas ocasiões. Quando o pessoal da Arena (Aliança Renovadora Nacional) tentava me pressionar com ameaças, eu os alertava:

– Comigo vocês não criarão problemas. Eu me dou muito bem com os militares. Tenho uma posição, em alguns pontos divirjo deles, mas o pessoal me conhece, sabe quem sou e sei quem são os que estão lá nos quartéis.

A sociedade civil deu significativo apoio à Revolução. Aquele um milhão de pessoas nas passeatas no Rio e São Paulo foram expressivos. A Igreja e as famílias aderiram e deram uma força muito grande às Forças Armadas, o que lastreou o Movimento de 1964. E as classes empregadoras, os políticos, os partidos ditos conservadores – União Democrática Nacional e outros – evidentemente passaram a apoiar totalmente a ação do Governo.

A situação era muito diversa da de 1961 quando ficamos sem informações. Nós do 1º B Fv, às vésperas da deflagração do Movimento de 1964, tomávamos conhecimento das informações do escalão superior. O nosso comandante, Coronel Dirceu, reunia o pessoal e mandava ler os radiogramas cifrados que recebia. Enquanto em 1961 houve uma unanimidade no Batalhão em favor da legalidade, com uma ou duas discrepâncias, em março de 1964 aconteceu justamente o contrário.

Compúnhamos um quadro imenso de oficiais, 34 para ser mais exato, e destes, somente dois, o Müzzel (Glemo Ernesto Müzzel de Oliveira), duas turmas na minha frente, e eu, nos apresentamos ao Coronel Dirceu para dizer que a nossa posição era pela obediência à Constituição. Não era pelo Jango, mas pelo respeito à legalidade.

Penso assim desde aquelas aulas maravilhosas de Direito Constitucional ministradas pelo Coronel professor De Cunto (Ernani Adalberto de Cunto) na Escola Militar, as quais ele terminava sempre com uma peroração em favor do primado das leis. Ele nos apaixonava tanto pelo Direito Constitucional que, com pouco tempo de aprendizado, acabávamos legalistas extremados. Passei a considerar que a pior constituição, bem como a pior lei, é melhor do que nada.

Foi com esta posição que fomos ao Comandante pedir que ele nos poupasse de qualquer missão, porque isto atingiria as nossas consciências. Repito, não era por Jango, não era por pessoas, era apenas uma questão de princípios.

Assim, decorridos apenas três anos, os oficiais, que continuavam mais ou menos os mesmos, mudaram radicalmente de posição; a situação evoluiu por completo. Como praticamente não aconteceu nenhuma oposição, posso concluir que houve uma preparação e que ela foi muito bem conduzida pelas Forças Armadas.

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Na Serra Gaúcha o Movimento de 1964 foi muito bem recebido. Tinha muito contato com o povo da cidade; relacionava-me bem com os cidadãos bento-gonçalvenses, onde ouvia muitos elogios à Revolução, que foi aceita com entusiasmo. Naquela época, nunca recolhi uma opinião desairosa sobre a Revolução; é inquestionável que foi bem aceita.Os empresários passaram a ter interesse em investir nas suas empresas porque havia serenidade para trabalhar. Não acredito que alguém possa progredir na desordem e na baderna.

Apenas uma meia dúzia de pessoas de expressão na cidade eram contrárias ao novo Governo. Também me relacionava bem com eles, mas nunca me perguntavam sobre os generais e nossa gente. Quando eu falava sobre eles procurava enaltecê-los. Nestas horas de confrontos sempre há alguns comportamentos condenáveis, pois somos capazes de atos surpreendentes. Lembro de um caso, pouparei o nome do protagonista, porque além de nos termos relacionado bem durante algum tempo, também me dou muito com o filho dele.

O referido cidadão, homem público notório, comportou-se com uma falta de caráter acima de qualquer previsão para uma criatura humana. No dia 31 de março, ou 1º de abril, quando estourou o Movimento estava com o Coronel Dirceu, nosso Comandante, quando apareceu esse fulano, com uma caixinha tipo arquivo de fichário. Ele

tinha anotado diálogos ouvidos nos cafés, nos restaurantes e nos clubes – diálogos do cafezinho – costume arraigado nas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Como ele era uma pessoa muito bem relacionada, freqüentava todas as rodas da sociedade bento-gonçalvense. Cada ficha era de um desafeto político.

Dei uma olhadinha para ver se havia alguma coisa minha no tal arquivo, não encontrei nada; possivelmente era alguém insignificante para ter uma ficha no tal arquivo. O sujeito era uma pessoa importante, um homem respeitado, além de ex-deputado e promotor aposentado era também grande fazendeiro, mas se prestava a ouvir as idéias das pessoas com quem convivia. Sob o ponto de vista dele, um grande trabalho. Para nós, um colosso de falta de ética. Algo que eu nunca vira antes e nunca vi depois.

Como foi o desencadeamento da Revolução, em Bento Gonçalves?

Quanto ao desencadeamento do Movimento revolucionário, lembro que as Unidades dispõem de planos de segurança para enfrentar as diversas ameaças que possam surgir. O Coronel Dirceu colocou um dos planos em ação: todas as saídas e entradas da cidade passaram a sem controladas pelo Batalhão; as rádios vigiadas; a circulação de mercadorias fiscalizada; os postos de combustíveis lacrados; enfim, uma operação complexa, envolvendo o sistema de comunicações e transportes. A execução do plano funcionou a contento e sem problemas, talvez porque o pessoal da colônia italiana sempre foi muito obediente às ordens das autoridades.

Vou citar um exemplo dos riscos que estas situações revolucionárias oferecem. É um fato inusitado que vivi como Prefeito. O General-de-Exército Décio (Décio Barbosa Machado) era, na época, o Coronel Comandante do Grupo de Artilharia Antiaérea de Caxias do Sul. Fizemos uma boa amizade, ele é uma rica pessoa, um experiente orador e um militar que se comunica muito bem. Criou um belíssimo ambiente na cidade. Ele recebera ordem para convocar os prefeitos de Veranópolis e Nova Prata, ambos integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), adversário da Arena, portanto do partido contrário à Revolução.

Só para lembrar, naquela época, 1971 ou 1972, existiam apenas duas forças políticas. Uma grupou preponderantemente as pessoas que se alinhavam com o Movimento, constituindo a Arena e os que não aceitavam a Revolução fundaram o MDB.

O "convite" foi executado da seguinte forma: uma viatura-comando e outras duas ou três com soldados armados atravessaram Veranópolis e Nova Prata e levaram os prefeitos para Caxias do Sul. Esse fato teve uma repercussão muito grande na área da Serra. Entre os contrários à Revolução o efeito foi o mais negativo possível. Eu fiquei muito mal pessoalmente, pois, além de político, era militar e sempre dizia

para eles não confundirem o Exército e a Revolução com a Arena. Usei muito esta tese ainda que eu próprio tivesse dúvida, até então, de que ela fosse absolutamente verdadeira.

O fato me pareceu extremamente chocante. Foi por terra toda a minha dialética. Tarde da noite, recebi um telefonema da esposa do Prefeito de Veranópolis para ver o que eu poderia fazer para limpar o nome do marido no Exército. Só então fiquei sabendo da história: os prefeitos tinham sido transportados sob escolta armada – na Justiça dizemos sob vara – para Caxias do Sul. Fui até aquela cidade e encontrei os prefeitos no cassino de oficiais do quartel (refeitório e sala de recreação). O Coronel Décio, junto com os prefeitos, tomava cafezinho e conversava amenidades. Quando tive oportunidade de falar em separado com o Comandante, não me lembro a que pretexto, perguntei-lhe o que estava acontecendo e ele me disse:

– Olha, Fialho, não sei de nada. Recebi ordem do General Borges Fortes (Brenno Borges Fortes) para trazer os prefeitos e ouvi-los, para ver se eles teriam alguma coisa a dizer sobre subversão na área. Simplesmente cumpri a ordem.

Surpreendente, também, foi o desfecho do caso, que acabou consolidando a validade da minha tese que não se podia confundir a Arena com o Exército. Os prefeitos já tinham sido ouvidos e foram liberados para regressar aos seus municípios. Saíram tranqüilamente levados até a porta pelo Coronel Décio. Quiseram retornar nos seus próprios carros e assim foi feito. Eu os acompanhei.

Tivemos uma reuniãozinha a três, não me lembro se em Nova Prata ou Veranópolis, para saber dos detalhes. Ninguém sabia explicar as razões do que acontecera. Considerei que tinha havido abuso e sugeri que pedíssemos uma audiência ao General Borges Fortes, Comandante do III Exército. Havíamos servido juntos, ele me conhecia e eu lhe tinha admiração. Relacionávamo-nos muito bem. Não houve dificuldade para chegar até ele. Vim acompanhado pelos prefeitos. Contamos a história, recapitulamos as acusações existentes contra os dois, e terminei dizendo:

– Nessa altura dos acontecimentos eles estão assustados e acreditam que foram fichados no Exército com registros desabonadores. Acham que ficaram malvistos nos seus redutos e que o prestígio político deles está abalado. Sugiro que se faça algo. Também eu fiquei abalado com o acontecido. Minha tese de que o Exército está acima dos fuxicos políticos foi por terra.

O General era um homem de 60 e poucos anos e eu tinha 39. Mas ele falou comigo como se fôssemos da mesma geração.

– Isso é uma barbaridade, Fialho!

Ele nos contou a origem da operação que resultou na ida dos prefeitos a Caxias:

– Fui informado pelo Governador (Coronel Peracchi Barcellos) sobre a existência de um campo de pouso em Nova Prata ou Veranópolis onde existiria uma grande concentração de armas e de guerrilheiros.

– Armas na colônia italiana!? – não me contive e interrompi – Meu General, a Itália marcou sua presença na Segunda Grande Guerra quando os gregos lhe tomaram os armamentos! Com o devido respeito, naquela zona isso jamais seria possível.

– Você tem toda a razão – concordou o General Borges Fortes –. Mandamos verificar e não encontramos nada. Espero que o Governador não me peça mais o apoio para esclarecer situações que não forem muito claras. O Exército não vai arriscar o seu prestígio neste tipo de missão.

Eu me virei para os prefeitos e perguntei:

– Estão satisfeitos com a palavra do Comandante do III Exército?

Eles estavam mais do que satisfeitos, estavam encantados com o Comandante. Aproveitei para esclarecer outra dúvida:

– General, e quanto à possibilidade de haver ficado registro deles como subversivos ou qualquer coisa parecida?

– Fialho – disse ele – tu és da casa, vai lá na 2ª Seção; darei ordem ao Coronel Mussói (Darci Boano Mussói) para lhe atender. Depois retornem aqui ao gabinete.

O Coronel Mussói nos recebeu na 2ª Seção com fidalguia, pôs-se à disposição para esclarecer dúvidas, e garantiu que os prefeitos podiam ficar tranqüilos:

– Nem o nome dos senhores nós sabemos. Todo este mal-entendido resultou de um pedido do Governador. Como é que poderíamos não atender? Nunca imaginamos que fosse dar nisto.

Retornamos ao General Borges Fortes que nos perguntou:

– Vocês podem organizar uma grande concentração, com um churrasco, levar TV, rádio?

– Sem dúvida, General.

– Então, marquem a data que designarei o Coronel Décio, Comandante do Grupo de Caxias do Sul para me representar, com a missão de falar em meu nome e desagravar todos os senhores. E dêem a maior publicidade para o evento. Usem e abusem do rádio, da TV e de todos os meios de comunicação.

Em Caxias do Sul havia um canal de televisão associado à rede RBS e à Globo. O proprietário sempre proporcionava uma ótima cobertura às minhas iniciativas. Obtivemos o máximo de repercussão. Por isso sempre digo que aquele imbróglio começou mal, mas terminou muito bem. Após esta ameaça de confronto ficamos em uma situação maravilhosa perante o povo de toda aquela região. E o Exército então, nem se fala. Não me cansava de repetir para todos:

– Eu não dizia para vocês? Este é o nosso Exército! Pode ter tomado cá ou lá uma posição com a qual não se concorde, mas tem dignidade e postura.

Aproveitava o ocorrido para fazer a apologia, aliás, com toda a justiça, da nossa organização, da qual me orgulho de pertencer até hoje.

Como o senhor avalia os governos dos presidentes militares?

Considero que o Castello Branco foi uma grande escolha para a transição, o seu Governo foi, sem dúvida nenhuma, o mais extraordinário do período militar. Só depois de muita insistência ele acedeu em ficar mais um ano. De início, parecia que a palavra dele estava em jogo, mas se entende que no final tenha concordado com aquele período adicional. Foram três anos muito bem aproveitados.

Lastimável no Movimento revolucionário foi a confrontação da ala da *Sorbonne* com a linha dura. Foi algo que acabou causando ao período dos governos militares um certo desgaste. Sobre a fase Costa e Silva não teria muita coisa a dizer.

O General Médici tem passado à história – na opinião de historiadores até insuspeitos – como chefe de um dos regimes mais repressivos deste País, fato que reluto em aceitar, até hoje. Com o devido respeito a todos os chefes militares que conheci, um dos que mais admiro, e com o qual convivi quatro anos aqui dentro do QG – eu pertencia ao seu Estado-Maior Geral – foi o General Médici.

Tive contato com ele na época em que comandou a Região. Ele reunia o seu Estado-Maior em torno de uma mesa imensa, expunha o problema e perguntava:

– Coronel Fulano, como o senhor decidiria neste caso?

O companheiro dava a sua idéia e ele passava para outro oficial.

– Major, o senhor que é especialista no assunto, como agiria no caso que estamos apreciando?

Só depois de ouvir todo o Estado-Maior dava a sua decisão. Era o procedimento normal do General Médici para analisar e solucionar os problemas da 3ª Região Militar, que abrangia questões administrativas e demandas de toda a ordem em todo o Rio Grande do Sul. Além de ser um homem educado, com gestos finos – parecia muito mais um diplomata do que um militar – era calmo e falava muito bem. Foi o militar mais democrata que encontrei em minha vida.

Passados alguns anos, surge a pecha de truculência, algo injustificável. O grande mal dos governos autoritários são os fatos que se passam à revelia do chefe. Todos os que, de uma forma ou de outra, pertencem a algum escalão do Governo, acabam falando como se fosse em nome do Presidente: o presidente quer isso, o presidente deseja aquilo, o presidente mandou fazer mais aquiloutro. Até a cozinheira ou o mordomo do Palácio fala em nome do presidente. E é aí que muitas

vezes se enxovalha a figura do chefe, mesmo sem querer, porque não se sabe se o dito preposto está dizendo a verdade.

Cito como exemplo aquele fato ao qual já fiz referência e que envolveu os prefeitos da Serra. Falou-se que era um pedido do Governador, um político com raízes militares, pois pertencia aos quadros da Brigada[1]. Tive a preocupação de verificar depois, para meu uso, a origem daquela arbitrariedade. E cheguei a uma conclusão.

Nunca revelei a minha descoberta para ninguém. Foi um assunto que se passou entre ele e eu. Era um oficial do Quadro de Oficiais de Administração (QOA), tenente ou capitão, não lembro bem, e morador de Veranópolis. Constatei que ele usava e abusava do Poder; amedrontava empresários, padres, meio mundo, e, como se fosse uma alta autoridade, falava em nome da Revolução.

Um dia, em uma solenidade, eu o chamei à parte e lhe disse que havia descoberto que aquelas futricas levadas ao Governador ou ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sobre inexistentes campos de pouso clandestinos, grandes depósitos de armas e a presença e movimento de guerrilheiros, tinha sido iniciativa dele. Arrasei-o com os piores adjetivos e o ameacei asperamente:

– O senhor se aquiete e nem pense em me responder, porque senão vou liquidá-lo politicamente. E não será junto ao DOPS. Vou denunciá-lo junto ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e às autoridades militares. Vou lá no QG, onde entro pela porta da frente, a mesma por onde saí, e faço valer a minha palavra, que é respeitada mercê dos 25 anos em que estive no Exército.

Acredito que com o susto ele tenha se retraído. Nunca revelei essa conversa a ninguém, e nem sei o nome dele, mas sei que foi ele que fez aquela intriga imensa na ordeira região vinícola e que era useiro e vezeiro nessas fofocas criando problemas tremendos na área. Lá em Bento ele não se atrevia a agitar porque havia o Batalhão de Comunicações (3º Batalhão de Comunicações de Exército – 3º B Com Ex). Mas Veranópolis e Nova Prata não dispunham de Unidade militar, então ele falava e atuava em nome da Revolução.

Como já referi, nos governos fortes de qualquer tendência, muitas vezes pessoas de qualquer escalão se arvoram integrantes do Poder e passam a falar em nome dos chefes. Isso prejudica o ordenamento da ação governamental. Uso esse argumento para dizer que com o General Médici – e algum historiador um dia provará esta tese – se passou justamente isso. Muita coisa foi feita em seu nome, em nome da Revolução, sem que o Presidente da República e o alto escalão do Governo

[1] Refere-se à Brigada Militar, polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

tivessem conhecimento do fato. Quanto aos outros, diria que gostei muito do General Ernesto Geisel, em função da notável arrancada que proporcionou para uma nova fase da industrialização do País.

Apreciei com entusiasmo a primeira metade do Governo Figueiredo, um homem inteligente e capaz, que – não posso garantir, pois nunca freqüentei o Palácio nem convivi com pessoas que tenham vivido por lá – no final do mandato perdeu o gosto pelo Poder. Para mim, ele foi o artífice da "abertura" e partiu com muita coragem e fidelidade para a democratização plena, em um momento muito oportuno, pois considero que realmente as Forças Armadas estavam desgastadas.

O Movimento começou a se desvirtuar depois que as duas facções, a chamada *Sorbonne* e a linha dura, entraram em confronto. Conheci algumas figuras de um e de outro lado. Só nunca cometi a indiscrição de fazer perguntas sobre o antagonismo entre os grupos. Seria melhor se tivéssemos devolvido o Poder aos civis após o período do Governo Castello, quiçá um ou dois anos depois, apenas o tempo necessário para realizarmos as reformas que realmente o País precisava.

O General Castello aprovou o Estatuto da Terra, um dos objetivos do Jango e legislação reclamada desde o tempo do Getúlio; uma lei da maior importância. Se ele conseguiu mexer nesta área tão sensível, acredito que poderia ter aprovado, sem demagogia, todas as outras leis realmente necessárias. É uma tristeza constatar que, apesar das cassações, apesar do que houve, politicamente o País só piorou.

A missão das Forças Armadas, no meu entendimento, é esta mesma. Se a baderna chegar ao ponto em que haja ameaça de alguém tomar conta do Brasil, seja de dentro ou de fora, elas agem de modo próprio em defesa do território e da Nação brasileira; este é o seu grande papel. E no mais é ficar acompanhando os acontecimentos.

Hoje assistimos a verdadeiras barbaridades. O movimento dos sem-terra, por exemplo, cuja causa é boa, age de maneira despropositada. Essas agressões a cada momento, a invasão e ocupação da propriedade privada, a matança de animais, a ocupação das instalações e prisão dos proprietários, o desrespeito às decisões da Justiça na reintegração de posse, todo este desacato às leis é um verdadeiro horror. Apesar de tudo penso que ainda não seria o momento de agir em força.

Dizem que esse movimento faz parte de uma ação internacional – e estou convencido disso – cujo objetivo seria o reerguimento do comunismo soviético, com o apoio da grande imprensa no mundo. Toda aquela máquina caiu, mas não acabaram os recursos nem os jornalistas ideológicos que sustentam estas agressões à democracia. Falam que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) seriam um braço armado deste grupo no Continente e eu não excluo a hipótese de que isso possa

realmente ser verdade. Se esta ação chegar ao ponto de ameaçar à nossa soberania, evidentemente os chefes saberão como atuar, porque o nosso dever supremo é a manutenção da ordem, da nacionalidade, da soberania e da integridade territorial.

O senhor é otimista em relação ao Brasil atual? Falo de otimismo equilibrado, racional, sem laivos de ufanismo.

Tenho afirmado às pessoas da nossa idade e do nosso meio com quem converso, que, sinceramente, não sou otimista. Não vejo luz no fim do túnel. Sinto que não verei, ainda que venha a durar mais uma meia dúzia de anos, o Brasil dos nossos sonhos da juventude. Às vezes, chego a ter pena do jovem patriota e civilista que fui.

Somos uma grande nação. Essa mescla de nacionalidades, estas raças que pacificamente aqui convivem, de religiões que não guerreiam entre si, sem dúvida nenhuma, é algo extraordinário. Infelizmente, estamos sem cabeça. Somos um grande corpo degolado. Os nossos legislativos e executivos se "aporcalharam" enormemente e são a verdadeira vergonha desse País. Lamentavelmente também há casos dolorosos que ferem a dignidade do Judiciário.

Escrevi uma nota para o *Correio do Povo*; não sei se eles vão publicar. Uma notinha curta, três ou quatro linhas, em que proponho, com toda a sinceridade, que se oficializem as prisões domiciliares em que os cidadãos de bem estão reclusos, e se abram as penitenciárias e se entregue o País para os bandidos. Que se assegure aos bandidos, de todos os naipes, de todos os matizes, o direito de ir e vir que a Constituição assegura aos cidadãos de bem. Economizar-se-iam as penitenciárias. Claro que isto é um argumento extremo, quase um deboche, mas no fundo é o que me parece: nós, os homens de bem, estamos prisioneiros nas nossas residências, nos nossos lares.

As constantes críticas ao Exército promovidas por uma parte da imprensa não prejudicam a auto-estima dos militares mais jovens?

Penso que isso tem melhorado enormemente. Ouve-se em toda a parte pessoas afirmando sobre a necessidade de os militares voltarem ao Poder. Acredito que estamos crescendo, tanto nas rodas menores como nas maiores. Vou muito a Cachoeira do Sul visitar meu irmão e amigos e lá não freqüento o círculo dos importantes; relaciono-me somente com gente modesta. Ando pelos arredores, em trajes simples pelas ruas, até para me resguardar dos que assaltam, dos que atacam. Eu me igualo a eles e aos homens comuns, camuflo-me, saio de sacolinha e passo a ser um deles. É claro, freqüento lugares onde não acontecem facadas, nem tiros, embora lugares

de gente pobre. E canso de ouvir elogios aos militares. E, no íntimo, fico feliz, porque indiretamente também estou sendo elogiado.

Há pouco tempo, na campanha contra a dengue, uma senhora na TV falou que era uma pena que o Exército tivesse entrado tarde na guerra contra o mosquito. Quer dizer que recuperamos dia a dia aquela imagem de tutor que sempre tivemos diante da Nação. A saudade dos militares no Poder é salutar e alimenta a nossa vaidade profissional.

A imprensa sempre encarou o SNI como um rival na área das informações e passou a acusá-lo de arbitrário, desnecessário e incompetente. Qual sua opinião a respeito?

Consta que agentes invadiam privacidades e passaram a se preocupar com coisas que extrapolavam as suas atribuições. Não concordo com isto. Não se administra sem informações. Até eu tinha o meu "micro SNI" em Bento Gonçalves. Cooptei um parente, primo-irmão da minha mulher para me ajudar nesta área. Como ele era da Arena, não houve nepotismo da minha parte. Sempre bem vestido, com uma boa conversa e muito sociável, freqüentava todas as rodas da cidade. Era inteligente, estudava direito e conseguia informações úteis para eu saber como atuar quando vinham pedidos e pressões, porque elas vinham sempre junto com ameaças de campanhas desabonadoras no rádio e na TV.

Claro que tudo era em escala menor do que no nível federal, todavia também foram tremendas. E, em Bento Gonçalves, ninguém apoiava o prefeito do MDB, todo o empresariado era contra mim. Como eu não pertencia à comunidade, estava livre para propor e executar as realizações necessárias. O prefeito anterior, Milton Rosa – que foi um grande administrador – havia me alertado sobre áreas carentes de reformas e tratei de fazê-las. Alterei a infra-estrutura organizacional do município aprovando uma nova lei orgânica. Implantamos um Código Tributário, que não existia; atualizamos o Código de Posturas que era arcaico. Foi feito um levantamento aerofotogramétrico do município e dos distritos, para implantar um novo cadastramento das propriedades. Por causa disso comprei uma briga com quase toda a comunidade. Foram novecentos e tantos *litesconsortes* em mandato de segurança contra a Prefeitura, o que me obrigou a constituir advogado de Porto Alegre. Afirmava que eram mudanças que deviam ser feitas e que seriam feitas. E avancei, sob ameaças e pressões de todos os lados.

Certa vez me atraíram para uma festa no Batalhão de Comunicações, e até hoje não sei se a idéia era me matar ou me assustar. O seqüestro não estava em moda naquele tempo, e eu seria um alvo muito pequeno para este tipo de ação. Haveria uma competição esportiva na Unidade e eu me dava muito bem com o

Comandante, Coronel Gama (Mário Rogério Gama). Naquela época, o Batalhão era subordinado diretamente ao III Exército. Agora ele é 6 º Batalhão de Comunicações Divisionário, integrante da 6ª DE (6ª Divisão de Exército).

Como falei, alegando que haveria uma competição no quartel, uma pessoa foi até a Prefeitura convidar-me para o evento, ao que acedi. No dia e hora marcados compareci ao estádio. Tão logo soube da minha presença no quartel, o Coronel Gama mandou um Capitão entrar em contato comigo e levar-me para a casa dele, onde me reteve porque tinha informações sobre intenções de oposicionistas de me prejudicar. Uma coisa impressionante! Aquela pessoa que me convidou não era militar nem conhecido no Batalhão. Um sujeito desconhecido foi à Prefeitura me convidar para uma grande competição desportiva de caráter regional. Tudo mentira!

Foram acontecimentos assim penosos, mas que tinham de ser enfrentados, que me incomodaram. Hoje pouco apareço em Bento Gonçalves. A cidade parece um tobogã, uma montanha-russa, cheia de altos e baixos, e como não tenho carro – há vinte e tantos anos aboli o automóvel da minha vida – não consigo circular por lá. Não posso ficar na dependência de amigos, e o uso do táxi me sairia muito caro. Então é uma cidade aonde pouco vou. Quando há eventos que não posso faltar, compareço e ouço, muito feliz, referências elogiosas ao meu período de governo. Depois de 30 anos é bom saber que fomos úteis e que fizemos alguma coisa pela comunidade.

Ao convocá-lo para esta entrevista, nossa idéia era ouvir um companheiro de farda que tivesse participado ativamente da política partidária nas décadas de 1960 e 1970. Um híbrido, como diria o Ministro Passarinho. As informações prestadas pelo senhor foram da maior valia para entendermos as nuanças da política gaúcha e brasileira. Restaram algumas dúvidas, a primeira delas é por que o senhor abandonou tão cedo a carreira política?

Na realidade, mantive aspirações políticas até 1979, quando o Presidente Figueiredo decretou o retorno à multiplicidade das legendas, colocando com isto uma pá-de-cal na minha razão de permanecer na política. Até então eu tinha um motivo forte para ser político: era um constitucionalista. Com a nova divisão, os grupos que representavam outros interesses passaram a ocupar suas posições e eu não me identificava com nenhum deles. Então, ali, para mim, teve fim qualquer tipo de ambição.

Até aquela decisão ainda restava alguma vontade eleitoral, tanto que em 1974 fui candidato a deputado estadual na eleição proporcional. Entrei na briga por desejo e pressão do Pedro Simon. Na verdade, não tinha dinheiro nem mesmo para percorrer a minha área, mas como o político de maior peso na região, o Depu-

tado Aristides Bertuol – piloto de carro de corrida, ganhador de muitos troféus, representante da Chevrolet e rico – não iria concorrer, achei que teria alguma chance de me eleger.

Duas pessoas – que não direi o nome – as maiores figuras do MDB da região, ficaram indiferentes à minha candidatura, e tudo porque eu deixara de atender quase todos os pedidos que me fizeram e as sugestões que me apresentaram quando era Prefeito. Agi daquela forma porque visavam exclusivamente aos interesses particulares dos postulantes. Coisas simplesmente afrontosas, que envergonhariam qualquer pessoa com um mínimo senso de ética. Repetidamente disse a eles que não só não os atenderia como se fosse compelido a atendê-los, encaminharia junto a minha renúncia. Essas duas pessoas tinham dinheiro e prestígio, e trabalharam contra mim.

Mesmo assim, ganhei em Bento Gonçalves. Fiz ao todo, no Estado, cerca de dez mil votos e fiquei como suplente. Naquela época, não havia nenhuma chance de eu ocupar a vaga. Esta possibilidade existe no partido do Governo quando os eleitos são chamados para cargos no Executivo e os suplentes vão assumindo. O MDB não tinha vez. Então permaneci como suplente. Depois disso nunca mais concorri, mas alimentei alguma ambição política até 1979.

Qual o motivo do meu afastamento? É simples: não consegui suportar o ambiente da política partidária, que é o pior possível! Nunca consegui identificar-me com aquela gente. E olhe que sempre me senti prestigiado. Fui muitas vezes a Brasília, gozei de muita cobertura na TV, até pela peculiaridade de ser um major do Exército a disputar eleição pelo MDB. Costumava dizer que não era pelo meu valor, nunca tive essa pretensão, mas pela singularidade de ser um major saído de dentro do QG para ganhar as eleições por um partido de oposição ao governo. As televisões seguidamente iam a Bento Gonçalves para me entrevistar. Os jornais também. Isto nunca houve antes, e nem depois.

Realmente me horrorizei com o meio político daquela época, e acho que hoje está mil vezes pior. Não me sentia à vontade no convívio com os políticos profissionais. Estou convencido de que aquele pessoal se enganou com a minha vocação. Sempre gostei de me relacionar bem com os meus semelhantes; como cristão praticante que sou, sigo a minha religião e sinto um imenso prazer ao conviver com as pessoas, sejam elas poderosas ou maltrapilhas. Converso muito na rua e se encontro alguém caído na calçada, paro e dou uma palavrinha. Mesmo se estiver ali por uma bebedeira, procuro atender ou, ao menos, dar uma palavra de encorajamento. É o meu modo de ser e isso, certamente, motivou os políticos, que estavam com problema de nomes em Bento Gonçalves, a me procurar. Julgaram que ali poderia estar um políti-

co. Mas realmente eu não tinha nenhuma vocação para a política partidária. Não tinha e não tenho, porque não comungava em quase nada com os caciques do MDB.

Considero que a experiência na administração civil foi uma grande escola na minha vida, achei-a fantástica. O que aprendi com a convivência humana, quer com contrários, quer com partidários, foi também extraordinário; uma espécie de grande universidade. Agora, no que se refere à atividade política em si, repito que não senti nenhum entusiasmo, nenhuma identidade. É uma ocupação que não faz o meu estilo.

Será que esta sua quase aversão pela política partidária é uma demonstração de que no Brasil os cargos eletivos estão parcialmente bloqueados aos homens éticos?

O jogo da nossa política partidária é sujo. Quase todos os dias estamos assistindo evidências disto. No momento em que a pessoa tenta subir um degrau enfrenta um horror de conchavos. Há muita troca de interesses, muita competição, muita rivalidade. Cada um se acha mais importante do que o resto. Os expedientes que usam nos confrontos eleitorais não são os de uma concorrência leal. Como existe sempre um lugar em disputa, haverá sempre candidatos a ocupá-lo, ainda mais agora que se ganha bem nos cargos públicos. Tanto pelo que se recebe oficialmente como pelo que se pode auferir sub-repticiamente. A política eleitoral tornou-se um alto negócio. Muita gente que não conseguiu resolver os seus problemas econômicos, tem na política um caminho fantástico para melhorar na vida. E evidentemente que eu jamais me identificaria com um meio desses. Também sei, é claro, que não é apenas um problema do Brasil nem só um fato de hoje. É internacional e existe desde o passado remoto.

Todos os governos, em todos os tempos, do Império para cá, têm um déficit impagável com nosso povo. Desde que eu me entendo por gente e por tudo que tenho lido sobre programa de governo, registrei que os políticos sempre deram ênfase e prioridade para a instrução. Nem falo para a educação, seria muito. E o que esse povo não tem é instrução; e sem instrução só pode dar nisso. Não há a triagem para selecionar o homem público, como acontece nos países de primeiro mundo. A qualidade do ensino baixou uma barbaridade e, como não há escolas, a disputa por vagas é essa vergonheira que se vê em todo o início de ano. Infelizmente sempre foi assim no Império e na República, nos períodos ditatoriais, nos períodos revolucionários e naqueles ditos democráticos. O Médici realizou um grande esforço nessa área com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Sou testemunha de que muito se fez pela alfabetização em Bento Gonçalves, com recursos federais, estaduais e municipais. Os padres também apoiaram o Mobral. Fizemos um censo na colônia para descobrir criança que não estivesse na escola e adulto que fosse analfabeto. Infelizmente, soube que em outras áreas o Mobral foi manipulado para beneficiar políticos. Sempre a maldita corrupção.

Em que período o senhor foi Prefeito de Bento Gonçalves?

De 31 de janeiro de 1969 a 31 de janeiro de 1973. Exatamente quatro anos.

Como Prefeito, o senhor chegou a conviver com o General Médici na Presidência da República?

Sim, ele foi Presidente durante quase todo o período da minha administração.

O senhor nunca pediu uma ajuda a ele?

A ele pessoalmente, não. Levei reivindicações a uns quatro ou cinco ministérios. Não eram reivindicações grandes e nem era alguma coisa que esperasse merecer atendimento. Nós militares temos muitos escrúpulos para fazer reivindicações, o que não acontecia com os meus munícipes. Quando comentei com o Governador Peracchi sobre o excesso de pedidos que recebia dos bento-gonçalvenses e a previsão de que não haveria orçamento suficiente para atendê-los, ele me confortou:

– Te consola, tchê. Garanto que comigo é pior.

– Mas eu sou Prefeito – retruquei –. O senhor é Governador do Estado e tem muito mais recursos.

– O que me pedem nem com o orçamento do Nixon conseguiria atender.

Sem demagogia, sempre considerei a educação importantíssima. E nessa área de atuação tenho um orgulho imenso. Quando cheguei na Prefeitura de Bento as professoras ganhavam dois terços do salário mínimo; no dia 1º de fevereiro de 1969, começo da minha administração, autorizei o pagamento de salário mínimo integral. Ao passar o cargo, elas já ganhavam mais do que as estaduais ou as de Porto Alegre. Para alcançar este resultado fui obrigado a investir pesado em educação. Destinávamos 20% de todo o Fundo de Participação dos Municípios que recebíamos – parcelas do Estado e da União – para esta finalidade.

Qual a sua opinião sobre o regime democrático que estamos vivendo no Brasil?

Entendo que está faltando juízo crítico para aperfeiçoar a nossa democracia e, como o povo não o tem de forma apurada, os partidos não se preocupam em selecionar adequadamente seus quadros. Mesmo em Porto Alegre, onde somos mais esclarecidos e politizados, na hora de votar no candidato a vereador não sabemos bem quem são as figuras que estão disputando a eleição. Se os partidos não se preocupam com a seleção, não fazem uma triagem adequada, só nos resta votar em branco, o que me parece "ficar em cima do muro", ou então escolher um nome qualquer do partido.

E não se sabendo quem são os candidatos, não vou acompanhar as besteiras dos eleitos, para ver se corresponderam ao meu voto. Não tenho mais essa preocu-

pação. Há quatro ou cinco eleições que só voto em mulher; pego o nome de qualquer uma, é essa aqui, é aquela lá. Mas parece que elas já estão começando a ficar sem-vergonha também. E, na atual situação, compareço às eleições só para votar contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Principalmente a ala do PT que governa o Rio Grande. Em Porto Alegre o Tarso[2] ainda é suportável; é intelectual, um homem palatável. Mas não agüento o Governador e principalmente o Vice-Governador que é a empáfia personificada, o dono da verdade, o exemplo da moralidade, o homem que tem todas as soluções; o único patriota que quer o bem de todos os brasileiros.

O senhor acha que os tempos mudaram?

Mudaram, infelizmente não o suficiente no que respeita às nossas elites. Hoje em dia, as pessoas que governam, os intelectuais, empresários, doutores, os influentes na sociedade, estão quase todos impregnados de ideologia e alinhados com o PT. Infelizmente, não há um sentimento, uma preocupação de ajudar o povo. E ainda há muito o que fazer pela nossa gente. Sob a ótica dessas necessidades, nesse sentido, eu seria um homem de esquerda. Mas para tratar da educação, da casa própria, do desenvolvimento, temos que seguir a linha do Roberto Campos: precisamos trabalhar, produzir, obter créditos no País e no exterior. É importante honrar a palavra, respeitar os outros países e preservar a nossa soberania. Isto nada tem com o esquerdismo e é a minha maneira de pensar nos dias de hoje.

Com esta conceituação inteligente e equilibrada do Major Sady Fialho Fagundes sobre o atual momento político brasileiro, encerramos a nossa entrevista sobre a Revolução de 1964. Ao longo de um depoimento didático e corajoso, o nosso entrevistado pinta com tintas fortes as dificuldades enfrentadas pelos militares para se adaptar às mazelas da política partidária. Estamos gratificados pela aula sobre a nossa história recente que nos proporcionou.

[2] Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre quando desta entrevista.

Capitão Emerson Rogério de Oliveira

O Capitão Emerson Rogério de Oliveira nasceu em 27 de agosto de 1944 na cidade de São Joaquim, SC. Cursou a Escola de Sargentos das Armas (EsSA) em 1963 e no início de 1964 apresentou-se pronto para o serviço no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv), em Vacaria, RS. Poucos dias depois de sua apresentação, eclodiu a Revolução de 1964 na qual o sargento Emerson foi obrigado a participar intensamente em vista da posição adotada pela Unidade naqueles acontecimentos. Acompanhou o 3º Batalhão Ferroviário (3º BFv) quando aquela Organização Militar (OM), agora sob a designação do 9º Batalhão de Engenharia de Construções (9º BEC), foi transferida para Cuiabá. Depois de pagar seu tributo à conquista da Amazônia o sargento Emerson foi movimentado para o 5º Batalhão de Engenharia de Combate (5º BECmb), em Porto União e posteriormente para o Comando Militar do Sul (CMS), em Porto Alegre.

Já oficial, o Tenente Emerson voltou a Cuiabá para exercer a função de auxiliar do Estado-Maior Pessoal do General Arlênio Souza da Costa, nomeado Comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz). Cumprida essa missão retornou ao CMS, onde passou para a reserva, em 1994.

O Capitão Emerson fez, em 1967, seu Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) na própria EsSA. Na década de 1980, especializou-se em relações públicas no Centro de Estudos do Pessoal (CEP) e segurança de informações na Escola Nacional de Informações (EsNI). Concluiu os cursos de Letras (licenciatura plena) e Ciências na Faculdade de União da Vitória e o estágio de Informática do SENAC de Porto Alegre (RS).

Estudioso e homem afeito às letras, tem assinado muitos artigos e crônicas, publicados em jornais e revistas. Publicou dois livros, Pote de Barro e Peregrino do Universo. Exerceu o magistério e colaborou em atividades comunitárias – diretoria do Grêmio Geraldo Santana. Atualmente o Capitão Emerson Rogério de Oliveira é conselheiro do GBOEx – Grêmio Beneficente.

Entrevista realizada em 2 de agosto de 2000.

O nosso entrevistado de hoje é o Capitão da reserva Emerson Rogério de Oliveira, graduado e oficial do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) da arma de Engenharia, com larga experiência e muito serviço prestado nas Unidades de construção. Faremos algumas perguntas de interesse do Projeto de História Oral do Exército e, ao final, a palavra estará livre para as suas considerações sobre o tema da nossa pesquisa.

Em sua opinião, quais foram as causas da Revolução de 1964?

Ingressei no Exército em 1963, após ter sido aprovado em concurso para ingressar na Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Concluído o curso, entrei em trânsito e me apresentei no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv), em Vacaria – cidade no interior gaúcho, próxima de Santa Catarina – em fevereiro de 1964. Em março, quando iniciou a Revolução, fazia um mês que havia chegado à Unidade.

Tinha apenas 18 anos, era muito jovem e ainda imaturo. Na EsSA, por falta de tempo, os assuntos extras não eram estudados. Só nos envolvíamos com temas profissionais e nada nos foi passado a respeito de política. Eu não entendia muito bem o que estava acontecendo e só mais tarde é que vim a saber e compreender a razão de a Revolução ter acontecido.

Em 1961 – antes de ingressar no Exército – vivi intensamente o episódio da renúncia do Jânio Quadros. Meu pai era funcionário civil do 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv), unidade sediada em Lages, Santa Catarina. Morávamos próximo à Vila Militar e, em meio daquele drama em que vivemos quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros, ele foi convocado a integrar o Batalhão para fazer parte da resistência em defesa da Legalidade. E eu, com 17 anos e sendo o mais velho da família, tive que assumir a proteção do meu pessoal, caminhar para cá e para lá à procura de um lugar, a fim de tirá-los dali das proximidades da Vila.

Havia notícias de que aquela área e o Batalhão corriam o risco de serem bombardeados. Consegui um caminhão com os vizinhos e recolhi todos para a casa de um parente em um lugar bem retirado. Passamos aquela noite sem dormir, apavorados com o que poderia acontecer. Meu pai, como já me referi, e outros parentes também militares, faziam parte da chamada força de resistência. Enquanto isto nós permanecíamos no escuro, sem luz, lá nos arrabaldes de Lages, longe da Vila Militar, porque temíamos um bombardeio. Foi uma noite pavorosa. Somente anos depois é que tudo o que ocorreu em 1961 se aclarou para mim.

Com a renúncia, foi chamado para ocupar a Presidência do País o João Goulart, Vice-Presidente constitucionalmente eleito mas que, por ser esquerdista, não gozava da simpatia dos chefes militares, razão pela qual não queriam deixá-lo assumir. E lembro que quem liderou a resistência a favor da posse dele foi o Brizola, na época Governador do Estado e que também era seu cunhado.

Numa rádio gaúcha, de Porto Alegre, Brizola falava aos quatro ventos sobre legalidade, gritando e incentivando o pessoal dos "grupos dos onze" – criados por ele – à luta contra os gorilas. E depois soube que no Nordeste o Governador Arraes fez algo semelhante com as "Ligas Camponesas". Tudo começou por aí e a isso foi se somando uma inflação muito alta e uma total inversão de valores. Algo muito parecido com o que acontece atualmente.

A oposição ao Jango culminou com as passeatas das mulheres, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. Elas foram decisivas para a queda do Governo. Houve também o rumoroso comício da Central do Brasil, uma enorme manifestação da esquerda populista.

No momento da Revolução mesmo, repito, estava há um mês no 3º Rodoviário e tinha apenas 18 anos de idade. Como não era dado a ler jornais – guri não lia jornal – fiquei sem compreender o que estava acontecendo. Na EsSA, não havia sido preparado para enfrentar aquela situação. Depois que passou a Revolução – e porque participei dela – comecei a pesquisar, ler e consegui entender melhor aquele momento histórico. Analisei o que ouvira nas emissoras de rádio, conversei com outras pessoas e passei a entender o Movimento de Março de 1964.

Só complementando esta primeira pergunta. O senhor estava destacado ou na sede?

Estava destacado. Logo que me apresentei fui designado para servir na 3ª Companhia, localizada próximo do Rio Pelotas – divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Minha Subunidade estava envolvida na abertura de túneis. Eu trabalhava no túnel 23, no limite norte do nosso trecho. Acabara de receber o serviço quando me chamaram de volta à sede do Batalhão, em Vacaria. Perguntei ao sargenteante:

– Por que devo retornar à sede?

– Estourou a revolução.

– Que revolução? – retruquei.

– Uma revolução, sei lá contra quem! – Mandaram todos os militares se apresentarem na sede do Batalhão em Vacaria.

Naquela oportunidade comandava a 3ª Companhia o Capitão João Carlos Rotta. Ao chegarmos no quartel encontramos a sede em polvorosa. Haviam recrutado o pessoal de todas as companhias destacadas para dar cobertura às decisões bélicas do Comandante.

O senhor considera que a preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou o seu desencadeamento ocorreu espontaneamente?

Pelas razões já apresentadas, na época eu não teria dados nem base para responder a esta questão. Hoje, lendo e analisando como tudo ocorreu, tenho a impres-

são de que o Exército não planejou a Revolução. Mas, mesmo assim, ele não estava desatento. A situação se agravava, porém os militares resistiam à idéia de intervenção. Não queriam ir às ruas. E foram deixando o problema crescer.

Penso que o que precipitou a participação do Exército no movimento foi o clamor da população diante da total inversão dos valores, promovida pelo próprio Governo. Acredito que, mesmo estando preparada, a data não foi marcada. A Revolução foi atropelada pelos acontecimentos externos, inclusive de fora dos quartéis. E como as Forças Armadas estavam aptas a enfrentá-los, entraram em ação, desencadeando os planejamentos existentes. Para mim, foi o clamor da população que fez detonar o processo revolucionário.

Agora sinto no ar a ameaça do povo a voltar às ruas clamando por segurança, e para apresentar aquelas reivindicações que julga necessárias à implantação de uma democracia plena. Sentem que mais uma vez os valores estão invertidos, que a democracia com liberdade foi confundida com libertinagem. Vale lembrar que as Forças Armadas foram indicadas por 80% da população como a instituição de maior credibilidade no País. E há muita gente pedindo para o Exército ser colocado nas ruas, na expectativa e no anseio de reverter esse quadro de insegurança.

Houve grupos ou pessoas que contribuíram de maneira decisiva na preparação da Revolução? Acredita em pressão externa?

Como falei, acredito que a Revolução eclodiu em conseqüência do clamor da população. O Exército como um todo estava, como sempre está, pronto para qualquer eventualidade. Só não sei dizer se houve uma preparação específica de grupos. Julgo que a instituição se encontrava em condições de agir e agiu.

Talvez tivesse havido alguma pressão externa, o que não é do meu conhecimento. O comunismo estava crescendo, havia muita agitação, por tudo isso pode ser que realmente tenha ocorrido algo neste sentido. Mas, não posso afirmar.

Como o senhor viu o Movimento revolucionário na sua Unidade?

Quanto a mim, a verdade é que sentia aquela conjuntura como algo extremamente desconfortável. A minha família morava em Lages e fui servir em Vacaria, cidades próximas, divididas pelo Rio Pelotas que por sua vez é divisa do Estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

Quando houve aquele chamamento da 3ª Companhia para a sede da Unidade percebi que estava acontecendo alguma coisa muito grave. O Batalhão de Construção tem um efetivo bastante grande e normalmente está quase todo destacado nas companhias de construção. O pessoal militar foi todo recolhido para a sede, e só os civis

permaneceram nos seus locais de trabalho. Os fardados estavam quase todos no quartel em Vacaria. Veio gente de todas as companhias, pessoal que nem conhecíamos, e começou a se formar um ambiente muito difícil. Falo de cadeira porque vivi aquele clima. Eu, ainda um jovem inexperiente e recém-chegado, era abordado por um companheiro mais antigo, um 3º ou 2º sargento, ou mesmo um "primeirão" (1º sargento), assim chamado pelo seu prestígio no círculo, que me questionava:

– De que lado você está?

– Mas lado de quê? – retrucava com outra pergunta.

– Do lado da Revolução ou contra a Revolução?

Sem saber responder, ficava em uma situação embaraçosa. Como poderia dizer se estava a favor ou contra algo que desconhecia? O recurso era desbordar a pergunta:

– Não tenho lado, estou aqui para servir à Pátria.

No contexto do Movimento, o 3º Rodoviário foi uma Unidade atípica, pois acredito que foi a última a aderir. O seu Comandante, Coronel João Guerreiro Brito, era radicalmente contra a Revolução. Obviamente alguns dos seus comandados estavam com ele e outros contra, ou seja, favoráveis ou contrários ao Movimento. Ficávamos por lá, ociosos ou recebendo esclarecimentos de um ou de outro sobre o que estava acontecendo, enquanto o ambiente se tornava cada vez mais tenso. A situação evoluía e sentia que poderia haver uma precipitação para pior naquele clima.

Inclusive, um fato que também nos alarmou foi a decisão do cabo Podalírio – um praça velho com quase trinta anos de serviço – encarregado do armamento. Ele distribuiu aos soldados fuzis e metralhadoras, municiou-os e colocou-os em torno da reserva, protegida por sacos de areia em toda a volta. E foi taxativo:

– Aqui não chega ninguém. Nem cabo, nem sargento, nem capitão e nem coronel.

E não deixou ninguém chegar na reserva. O clima realmente era de muita tensão. Oficiais e sargentos sestrosos, cada um olhando desconfiado para o companheiro, a maioria sem saber quem estava a favor ou contra, nem para que lado ir. Em vista disso, acredito que o cabo Podalírio tomou a atitude certa não permitindo a entrada do pessoal na reserva pois qualquer armamento, além do individual, de posse de algum radical ou exaltado, seria um perigo.

Nesse ínterim tomei conhecimento de que alguns oficiais – dentre os quais lembro-me do Major Ferreira e Silva, dos capitães Rotta e Totti, e dos tenentes Vianna e Marques – tentaram afastar o Coronel Guerreiro Brito do Comando do Batalhão. Ele – já disse – era radicalmente contra a Revolução. E o Subcomandante, Tenente-Coronel Américo José Brasil, sabendo do esquema contra o Comandante a quem era muito ligado, agiu imediatamente: prendeu os oficiais insubordinados. Como eram todos militares com liderança e de prestígio, a tensão na Unidade se agravou ainda mais.

A situação impunha que todos nós andássemos armados. Por ser 3º-sargento, eu portava uma metralhadora INA com munição. Assumi o comando de um grupo de soldados também armados e municiados. Cada grupo seguiu para um determinado ponto com alguma missão.

Desloquei-me com o meu grupo para a ponte do Rio Pelotas, justamente na divisa entre os dois Estados e no limite entre o 2º e o 3º Batalhões Rodoviários. Nos postamos no terreno e passávamos as noites naquela expectativa. Por vezes surgia uma notícia alarmante:

– O pessoal de Lages vai invadir a nossa área se o 3º Rodoviário não aderir à Revolução.

Outro afobado nos assustava mais ainda:

– Um caminhoneiro me disse que tem muita tropa no Paraná e em Santa Catarina se deslocando para o Sul.

Esses boatos, que não sabíamos se eram verdadeiros, nos deixavam preocupados. No meu caso particular ficava mais angustiado que os demais porque a minha família toda era de Lages: mãe, pai, irmãos e outros parentes. Postado ao sul da ponte, recebi a ordem de atirar caso as tropas do Norte se aproximassem. Guri ainda, pensava: se eles vierem será que devo atirar? Para assustar ou para matar? O que faço? Inexperiente e comandando 12 homens, passei por este doloroso drama de consciência. Diante de tal quadro só nos restava aguardar os acontecimentos.

Ainda agora, decorridos todos estes anos, quando relembro aquelas horas de muita angústia me emociono bastante e chego a me arrepiar. Nós, lá na beira do Rio Pelotas, junto da ponte, recebendo cigarro, chocolate, alimentação e tudo mais, como se estivéssemos em uma guerra, agasalhados apenas com uma capa Ideal, pouco para enfrentar aquele frio danado. Vez por outra um avião sobrevoava a região e largava uns folhetinhos: "Rendam-se, vocês são da única Unidade do Exército Brasileiro que ainda não aderiu à Revolução. Rendam-se para não serem metralhados." Diziam que a ameaça era coisa do pessoal do 3º Grupo de Artilharia Antiaérea (3º GAAAe) de Caxias do Sul. A nós só restava ler aqueles bilhetinhos ameaçadores, um arremedo de guerra psicológica, e continuar plantados no terreno esperando para ver o que iria acontecer depois.

Naquela altura, o Jango já estava em Porto Alegre pronto para ir para o Uruguai, uma confusão sem tamanho. E nós sargentos, com o "radiozinho" a pilha ligado, ouvindo o Brizola dizer para o povaréu, da janela da Prefeitura:

– Sargentos do Brasil! Prendam seus comandantes!

Aquela alaúza toda criava um clima de tensão terrível, uma situação difícil e realmente desagradável. Certa vez, não sei precisar o dia, próximo da ponte, surgi-

ram uns dois ou três militares do 2º BRv, conhecidos meus. Criara-me na Vila Militar, freqüentava o Clube dos Sargentos, logo, conhecia muita gente de Lages. Eles vieram até a ponte para fazer um reconhecimento e foram presos por uma patrulha do 3º BRv e recambiados para a sede. Mais uma situação constrangedora para mim. No dia seguinte a este episódio chegou a ordem para que retornássemos ao quartel, em Vacaria.

Quais os oficiais que estavam no comando da tropa destacada na ponte sobre o Rio Pelotas?

Estava há pouco tempo na Unidade e destacado fora da sede. Não me recordo quais eram os oficiais. Na época a disciplina era muito rígida. Hoje se tem maior liberdade para conversar e trocar idéias com os superiores. Mas antigamente isto era mais difícil. Os comentários sobre o que estava acontecendo se limitavam ao nosso círculo, o dos subtenentes e sargentos.

Depois que retornamos para Vacaria verificamos que todas as frações que estavam em outros locais também haviam sido recolhidas ao quartel. Houve, então, uma formatura geral da Unidade. Com toda a tropa em forma, do mais moderno soldado ao oficial do posto mais alto – excetuados, é claro, os militares presos – o Comandante do Batalhão, Coronel Guerreiro Brito, postado à frente do dispositivo, fez um discurso inflamado contra a Revolução.

Não tenho na memória suas palavras textuais, mas lembro de ele ter dito que só uns poucos oficiais haviam se manifestado contra a sua ação de comando, e que isto não o surpreendera. Criticou aqueles em quem ele confiava, que haviam ficado em cima do muro esperando para ver o que iria acontecer e que depois mudaram de lado. Agradeceu aos que foram fiéis a ele e a sua causa. Disse mais, que o comportamento daquela maioria indecisa e oportunista era o que mais o magoava. Concluiu sua fala informando que recebera um telegrama do Ministério da Guerra determinando que ele passasse o Comando e se apresentasse no Rio de Janeiro. Logo em seguida embarcou na viatura do comando que o esperava com motorista e foi para casa. Mais tarde soube que ele esteve preso, respondeu processo e depois foi cassado.

Após a saída do Coronel Guerreiro Brito as coisas se acalmaram. Não lembro bem os nomes das pessoas envolvidas naquele entrevero. Só sei que a situação vivida naqueles dias confusos e tensos me marcou muito. Início de carreira, com parentes do outro lado e sem saber o que estava ocorrendo. Posso dizer que fui participante de uma revolução que não conhecia. Na nossa escola de formação não nos alertaram sobre o momento político que o País vivia. A única preocupação era com a instrução militar: como usar uma arma, rastejar, marchar, enfim se adestrar

naqueles requisitos básicos para a formação de um sargento. Nada sobre o grave clima de intranqüilidade que reinava no País.

Como a Revolução foi recebida pela população local nos primeiros tempos?

Nossa gente recebeu o Movimento de 1964 muito bem. A repercussão foi favorável, o pessoal aplaudia a tropa quando passava. Todos estavam cansados daquele estado de coisas que se alastrava pelo território brasileiro. O povo repelia a ação dos comunistas e aquela confusão generalizada que grassava no País. Os "grupos dos onze" do Brizola e as "Ligas Camponesas" no Nordeste, ameaçavam as instituições. O País estava em polvorosa, enfrentávamos uma verdadeira balbúrdia. Minha impressão é de que a intervenção dos militares foi muito bem recebida, tanto em Vacaria quanto em Lages, a minha cidade. Com o passar do tempo constatou-se que o povo realmente carecia daquela energia que emanava da Revolução. Os maus políticos e os comunistas foram colocados para fora do Governo, o que também foi bem recebido. As cerimônias militares contavam com o aplauso e a participação entusiasmada da população.

E dentro desse quadro otimista, o que ainda o senhor esperava dos novos governantes?

Dos governos revolucionários esperava que colocassem a casa em ordem, expurgando os que não podiam conviver com a democracia.

Esperava também que depois de um determinado tempo, já com a casa em ordem, o Governo fosse novamente passado aos civis e que os militares ficassem na retaguarda acompanhando e fiscalizando a evolução dos acontecimentos. Isso era o que esperávamos. Eu, e creio que a maioria dos militares.

Em sua opinião como a atuação dos políticos e as ações terroristas influenciaram na escalada revolucionária e nos atos institucionais?

Os atos terroristas foram agressões infames, algo abominável que envergonha a nossa história recente. Houve roubo de banco, seqüestros, atentados contra inocentes e outras violências. Em determinado momento a situação começou a azedar e a tornar-se muito difícil, e o Exército, com as armas de que dispunha, precisou enfrentar essa escalada do terror. Tudo se desagregou e no confronto ocorreram desatinos de ambas as partes.

Qual a sua opinião sobre os governos militares que atuaram durante o ciclo revolucionário?

Castello Branco foi o primeiro Presidente da Revolução. Desempenho excelente, um homem público honesto e decidido que conseguiu impor-se e obter o apoio do

povo. A seguir veio o Costa e Silva que prosseguiu o trabalho do antecessor. Faleceu antes de terminar o mandato. Casa limpa pelos dois primeiros presidentes, sobe o General Médici, um governo que soube se fazer popular.

O Presidente Médici consolidou o êxito da ação revolucionária, tornando realidade tudo aquilo que fora planejado e iniciado anteriormente. Foi a época do milagre brasileiro, de muito progresso nos transportes, nas telecomunicações e em todas as áreas que dependiam de novas tecnologias, alavanca indispensável ao desenvolvimento e de que até então não dispúnhamos. Foi a era do "Brasil, ame-o ou deixe-o", do ufanismo. Cresceu a vibração patriótica dos brasileiros; tudo dava certo, ganhamos até a Copa de futebol de 1970, realizada no México.

Um esforço nacional que redundou em crescimento econômico, a taxas nunca antes alcançadas, ainda que com algumas deficiências pelo fato de pertencermos ao terceiro mundo. Mas, pelo menos, saímos da inércia. Falo por mim. Nessa ocasião dava a minha contribuição de sacrifício pelo meu País. Estava no Mato Grosso, com o 3º Rodoviário transferido para lá a fim de construir a BR-163, Cuiabá-Santarém. Uma estrada com 1.600km que, se construída na Europa, atravessaria, no mínimo, sete países. Por aí se vê a imensidão do nosso território. Na época, naquelas paragens não havia praticamente nada, era tudo muito difícil.

Na viagem, para chegar ao ponto de destino, fomos bem até Campo Grande e dali seguimos para Cuiabá, em um comboio de três carros. Eram 700km de areião puro, estradas carroçáveis da época dos bandeirantes, e não havia um só posto de gasolina. Tivemos que levar combustível no meu fusquinha 1966. Não existia nada em termos de apoio, nem lugar onde conseguir comida.

A Engenharia Militar, concluído o Tronco Principal Sul (TPS), rumou para a Amazônia a fim de abrir novas estradas naquela região. A minha Unidade foi transformada em 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º BECnst) e transferida de Vacaria para Cuiabá. O Batalhão de Lages, o 2º BRv, foi transformado em 8º BECnst com sede em Santarém. Ambos tinham a missão de construir a BR-163 através da Amazônia e ligando as duas cidades extremas do traçado. Ao 9º BECnst cabia ainda a manutenção de parte da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, e ao 5º BECnst de Rondônia – aliás o primeiro Batalhão que foi para aquela área – a manutenção do restante daquela rodovia. Tudo isso foi muito incrementado na gestão do Presidente Médici.

No Governo seguinte, o do Presidente Geisel, teve início o processo de abertura. Se o General Médici, ao fim do seu mandato tivesse passado o Governo para os civis – isto é opinião minha – teria sido excelente. Sairíamos com a casa limpa, com a economia em expansão e poderíamos dizer: pessoal, agora é com vocês, vamos voltar para os quartéis e ficar atentos, olhando, observando e fiscalizando. Porém, assim não

aconteceu. Claro, havia dificuldades, até porque não é simples passar de um regime autoritário para a democracia plena. Entendo isto, mas penso que a coisa se prolongou demais. É verdade que a prorrogação do modelo, não prejudicou a continuidade do desenvolvimento. Cito, como exemplo, a tão combatida Itaipu. Faltava-nos energia, e se não a tivéssemos construído, hoje o Brasil seria um "apagão" sem fim.

Claro que houve alguns erros. No afã do progresso algumas frentes ficaram meio abandonadas, outras não deram certo, mas muita coisa foi feita. Como disse, era a época adequada para entregarmos o Governo e estaríamos muito bem hoje. Com o começo da transição política no Governo Geisel e com a "abertura" do Figueiredo, veio a anistia e então retornaram todos os políticos cassados. O resultado dessa permissividade é esta situação que aí está, onde somos os únicos culpados por todas as mazelas do Brasil.

E o que você achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Conforme já me referi anteriormente, acredito que empregamos os meios disponíveis. Somos dotados de armamento com boa capacidade de combate e nosso exaustivo treinamento nos capacita para realmente enfrentarmos qualquer situação. Agora, não há como negar que houve excessos! Pelo que depreendi do acompanhamento que fiz ao longo destes anos, os excessos aconteceram de ambos os lados.

Lembro do terrorismo em São Paulo quando um caminhão carregado de explosivos matou o soldado Mário Kozel Filho. Houve muitos assaltos a bancos. O Carlos Lamarca cometeu várias atrocidades. A bandidagem do lado deles foi muito violenta. Obviamente, neste contexto, não iríamos reagir com flores. Então, na minha opinião, repito, houve excessos nos dois lados, o que não deveria ter acontecido. Hoje, falam novamente em colocar o Exército nas ruas. E uma vez mais teremos que usar as armas de nossa dotação que não são as apropriadas para este tipo de enfrentamento. E será pior a emenda do que o soneto: amanhã voltaremos a ser alvos de críticas.

Falemos sobre o trabalho de comunicação social no período dos governos ditos militares. O senhor acha que a divulgação das conquistas revolucionárias tais como saneamento político-administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população e o alceamento à posição de oitava economia do mundo foi realizada a contento?

Houve determinada época em que as atividades da comunicação social funcionaram bem. Já em outras não. Na minha opinião faltou continuidade no esforço para a divulgação das conquistas da Revolução. Esta foi uma grande falha: o trabalho nesta área foi cíclico. Conforme o Governo, as informações tinham maior ou

menor intensidade. Na época do chamado milagre brasileiro houve a preocupação de divulgar a realização das grandes obras executadas. Já em outros momentos esta preocupação de mostrar o que se fazia deixou a desejar.

No meu ponto de vista um grande esforço dos governos revolucionários deveria ter sido feito na comunicação social. Ela é essencial para se alcançar uma boa difusão das nossas idéias e dos nossos planos. Ela é a maior e mais potente arma de que dispomos para ganhar o apoio do público interno e externo e não estamos fazendo uso dela de maneira adequada.

No início comemorávamos a Revolução com aparato, com a presença de políticos e de centenas de pessoas a nossa volta. A cerimônia militar do dia 31 de março era uma festa muito aplaudida por todos. Aos poucos, com a abertura, os políticos que foram banidos do País começaram a retornar e nós – não vou usar adjetivo nenhum porque não é o caso – fomos gradativamente nos encolhendo.

E a cada encolhida me sentia menor e pensava comigo mesmo: onde foi parar aquela nossa vibração por esse País? Trabalhei em relações públicas e comunicação social na 5ª Seção do Estado-Maior do Comando Militar do Sul (CMS). Era o sargento e posteriormente o subtenente que ajudava na montagem das cerimônias. Aos poucos tudo começou a regredir e a confinar-se no interior das Unidades. Em algumas guarnições as cerimônias começaram a sumir até dos pátios dos quartéis e hoje em dia se comemora o Movimento de 1964 em um salão. Fica tudo só entre nós e na imprensa não sai mais notícia sobre o assunto.

Outro absurdo – opinião muito pessoal – é não vermos mais alguém uniformizado circulando pelas cidades. Falta a presença do homem fardado tanto nas ruas quanto nos veículos de comunicação. Temos que aparecer mais para o público e promover o nosso marketing. Estamos muito calados e desprezamos as técnicas da comunicação social, a melhor arma de que dispomos para nos fazermos conhecidos e entendidos. E não estamos sabendo usá-la. Já dizia o Chacrinha[1]: "Quem não se comunica, se trumbica." Considero a comunicação importante demais para ser ignorada pela nossa Instituição.

Cabe fazer uma ressalva: o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) tem melhorado muito e já vem focalizando com boa técnica as várias realizações do Exército. Infelizmente isto é pouco divulgado. Normalmente, só aparecemos na mídia para levar paulada. Por quê? Porque a maioria dos jornalistas está contra nós. Porque só falam em "anos de chumbo", "ditadura militar" e tortura. E este estereótipo vem sendo passado para esta geração de jovens que não participou daquele

[1] Conhecido animador de programas de auditório, já falecido.

período da nossa história. Então eles já crescem nos estigmatizando: militar é ignorante, é torturador; eles protagonizaram os “anos de chumbo” e não sei mais o quê.

Temos que mudar este quadro. É um processo longo e não é de um dia para o outro que o reverteremos. Se nossa discrição é uma técnica dos nossos comunicadores, eu não sei. Mas sei que temos que marcar presença em todos os momentos e melhor aproveitar esses 80% de credibilidade com que nos contemplam as pesquisas de opinião. Vamos nos encolher agora só porque os jornalistas estão contra nós? Não, a história do Exército Brasileiro faz parte da História do Brasil e não há por que se omitir. A Revolução de 31 de Março também faz parte dessa história, por que não comemorá-la? Naquela época forçaram-nos a agir daquela forma.

Se os senhores me permitem, quero aproveitar esta entrevista para parabenizar o General Comandante Militar do Sul pelo seu pronunciamento nas homenagens ao Marechal Castello Branco. Este reconhecimento ajusta-se ao objetivo desta pesquisa. Há muito tempo não ouvia de um chefe militar palavras como as expressas naquele evento. O General disse o que gostaria de ter dito e o que os meus amigos militares, certamente, queriam ouvir.

Como o senhor avalia o tratamento que a opinião pública internacional dispensou à Revolução?

Acho que principalmente os Estados Unidos, que sempre procuraram alcançar alguma ingerência no nosso País, aceitaram a Revolução e depois deram continuidade ao apoio, aprovando os governos militares. A nossa política interna, por sua complexidade, já é difícil de entender, ainda mais difícil e complexo é o entendimento da opinião pública internacional e sobre a qual não tenho maiores referências.

Como se processou a fase da “abertura” e da entrega do Poder aos civis, após o ciclo revolucionário?

O desengajamento foi tranqüilo, sem grandes dificuldades. Talvez o momento não tenha sido oportuno. Ao retardar a entrega do Poder houve um desgaste muito grande e desnecessário para a Revolução. É o meu ponto de vista: o desengajamento foi conveniente, mas não ocorreu no momento mais adequado, deveria ter sido antes!

E o que o senhor acha do “revanchismo”?

É algo injusto e terrível, e digo isso em todos os lugares e a qualquer momento. Se a anistia foi feita, ela deve valer para ambos os lados. Porque a verdade é a seguinte: só o Exército é o mau nessa história toda. Só se vê esse lado da moeda. Se falam na bomba do Riocentro por que não relembram o atentado do Aeroporto

de Guararapes? Daquele ato terrorista eles não falam, fazem até questão de esquecer. Se desenterram um terrorista desaparecido na época da operação Condor,[2] por que não desenterram os do nosso lado que também tombaram, só que defendendo a lei? Eu tenho conhecidos que morreram enfrentando o terrorismo. Eles só falam nos mortos do lado deles, sobre os nossos que morreram, nada.

Na minha maneira de ver o certo é tocar para frente, o País precisa ser alavancado, crescer. Agora, se vamos desenterrar mortos, torno a dizer, desenterremos de ambos os lados. Nós já abrimos todas as informações, não temos nada a esconder, e como eles não têm mais nada para falar, ficam fazendo represálias. "Revanchismo" é algo muito ruim, não leva a nada, precisamos acabar com este espírito de vindita.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e as necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos em face dos ideais da Revolução de 1964?

No momento não está preenchendo as nossas aspirações e sinto que estamos voltando à mesma situação anterior ao ano de 1964. Todos os valores estão de cabeça para baixo. Generalização é um erro, mas a grande maioria dos valores está invertida. Por exemplo: comparando esse homem lá das cercanias de Brasília que raspava uma árvore para fazer um chá para a mulher doente, com o outro que também raspava, bem perto dali, só que os cofres do governo, constatamos que o primeiro é preso por crime inafiançável e o outro, mesmo depois de defenestrado do Senado, vai embora e não fica preso nem 22h na Polícia Federal e, em seguida, se arruma.

Este é um exemplo mínimo da inversão de valores de que falo. Também os roubos, as falcatruas, os políticos denunciados, todos os dias na imprensa, e nada de punição. Por outro lado, a insegurança é terrível, não tem qualificação. O povo está implorando por socorro. Em quase todos os setores, aquelas mesmas aberrações que deram origem à Revolução estão acontecendo agora. É por isto que se ouve os pedidos de Exército nas ruas para conter a violência, principalmente a gerada pelo narcotráfico. O político está aí para resolver estes problemas mas não resolve.

Naqueles dias de abril de 1964 falava-se muito sobre a possibilidade de uma ação anti-revolucionária promovida por oficiais e sargentos de esquerda, ou brizolistas. O senhor soube de algo a respeito dessas ações?

Nos primeiros dias da Revolução, soube que alguns oficiais do 3º BRv tentaram afastar o Comandante da Unidade, Coronel Guerreiro Brito, oficial radicalmente con-

---

[2] Operação conjunta dos países do Cone Sul contra o terrorismo.

trário à deposição do Presidente. A justificativa daqueles oficiais – todos sabidamente favoráveis ao Movimento – era evitar o massacre que se delineava através dos folhetos lançados pelos aviões que nos instavam a aderir à Revolução, sob pena de sermos metralhados. Só que o Subcomandante – no seu papel de moderador – ao tomar conhecimento da situação resolveu prender os conspiradores. Entre eles estava o Capitão Rotta, que era meu comandante de companhia.

Para encerrar a sua entrevista uma última pergunta. Como o senhor vê a atual conjuntura do nosso País?

Agradeço o ensejo de discorrer sobre este assunto, para mim da maior relevância. Sempre que me é dada uma oportunidade de falar, sempre que se abrir um espaço para que possa me pronunciar sobre o momento que estamos vivendo, pronuncio-me com convicção naquilo que penso e no que sinto. Fui forjado no Exército Brasileiro. Com 17 anos fui para a EsSA, me formei, fiz carreira, saí Capitão, cumpri com o meu dever. Sou homem que gosta de chefiar e do trabalho. Fui para a reserva há cinco anos, mas tenho outras atividades, não parei, continuo produzindo e acho que a vida tem que ser assim.

Nós da reserva nos ressentimos da falta de alguém que dê um soco na mesa e diga: “Vamos acabar com isso, basta!” Um bom sinal neste sentido foi o pronunciamento do Comandante Militar do Sul em recente solenidade militar. Suas palavras tiveram uma excelente repercussão no seio do pessoal da reserva, tanto nos clubes que freqüento quanto nos locais onde estou trabalhando. O General disse o que muitos queriam ouvir. Estamos há seis anos sem um reajuste de vencimentos e a inflação vai corroendo o pouco que ganhamos. Na cabeça dos políticos e dos tecnocratas ela não existe, mas as contas de luz, da água, do telefone, a passagem do ônibus, o imposto de renda, todos esses compromissos mostram o contrário. E nós todos – falo do círculo em que mais convivo, os sargentos, os subtenentes e oficiais do Quadro Auxiliar (QAO) – vivendo apertados, situação que acarreta reflexos para a família, o estudo dos filhos, e até a própria moradia. Aos poucos estamos sendo empurrados para a periferia das cidades, para um convívio promíscuo e perigoso.

Por outro lado, percebemos que a falta de recursos para a manutenção do material das Forças Armadas, com a “canibalização de aviões e viaturas”, a falta de munição, de comida no rancho, prejudica a operacionalidade da tropa e compromete a soberania futura do País. Fico preocupado com isso. Acredito que as coisas mudem. Mas para que as mudanças ocorram é necessário que sejam ditas palavras fortes como as proferidas pelo Comandante Militar do Sul. Acredito neste País e

desejo que tudo dê certo, que novamente a harmonia volte a reinar na sociedade brasileira. Do jeito que está não pode continuar!

Fiquei muito honrado e lisonjeado com o convite para prestar este depoimento. Acho que devemos aproveitar todo espaço disponível para expor nossas idéias. Tenho escrito alguns artigos em defesa do nosso Exército e do nosso País, porque desejo que estas lições fiquem para os nossos filhos e desejo que eles continuem a nossa obra. Muito obrigado.

Agradeço a colaboração do Capitão Emerson Rogério de Oliveira ao Projeto de História Oral. Seu depoimento permitiu-nos uma melhor compreensão das angústias que afligem um jovem recém-saído de uma escola de formação e que se vê envolvido nos conflitos de uma Unidade ideologicamente dividida, como foi o 3º BRv de Vacaria, naqueles dias de março e abril de 1964. O seu patriotismo aflora ao longo da entrevista, caracterizando o militar orgulhoso da sua profissão e o cidadão correto e empreendedor que se dedica intensamente as suas atividades.

Capitão Carlos Berteli

O Capitão Carlos Berteli nasceu em setembro de 1944 na cidade de Chapecó, oeste catarinense. Em julho de 1963 sentou praça na 1ª Cia do 13º Regimento de Infantaria (1ª/13ºRI), na época aquartelada em Francisco Beltrão, PR.

Viveu os primeiros tempos da Revolução como cabo daquela subunidade independente até apresentar-se voluntário em dezembro de 1964 para tornar-se pára-quedista. Aprovado nos exames físicos preliminares, fez o curso e brevetou-se no primeiro semestre do ano seguinte. Durante sua permanência no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BIPqdt) foi promovido, em 1968, a 3º-Sargento. Em 1970 foi transferido para a Companhia de Comando do III Exército (Cia Cmdo/III Ex) em Porto Alegre, RS, onde, em 1975, foi promovido a 2º-Sargento. Entre 1970/1980 serviu no 2º Batalhão Especial de Fronteira (2º BEF) em Boa Vista, RR. Retornou para sua Subunidade anterior, ali sendo promovido a 1º-Sargento em 1982 e a Subtenente em 1985.

Quando de sua promoção a 2º-Tenente foi transferido para o Comando da 3ª Região Militar (Cmdo 3ª RM), onde passou a atuar na área de informações. Serviu naquele Comando Regional até sua transferência para a reserva, a pedido, em abril de 1996, já como Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais – Administração Geral. Dois anos depois foi contratado como prestador de tarefa por tempo certo (PTTC), para trabalhar na 2ª Seção do Comando Militar do Sul (CMS), onde até esta data é Auxiliar de Analista.

No decorrer de sua carreira e mercê de seus atributos de militar de escol, foi agraciado com as Medalhas Militar de Ouro, do Serviço Amazônico e do Pacificador.

Entrevista realizada no dia 19 de março de 2002.

Dando prosseguimento ao nosso plano de entrevistas, ouviremos hoje o Capitão da reserva Carlos Berteli que, em março de 1964, com 20 anos, era recém ingressado no Exército. Ele nos dará a visualização e a reação de um graduado – era cabo na época – ao ver-se envolvido como partícipe de um movimento político com a importância da Revolução de 1964.

Comecei a minha vida militar na então 1ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria (1ª/13ºRI), em Francisco Beltrão, interior do Paraná, em julho de 1963.

Eu era um jovem de origem humilde e quando entrei no Exército tinha pouca instrução – havia cursado apenas o primário – e quase nenhuma cultura. No momento em que eclodiu a Revolução nós não possuíamos – eu e a maioria dos meus companheiros do quartel – qualquer visão dos precedentes do Movimento. Fomos apanhados de surpresa, como aliás quase a totalidade do Exército. Nos dias que o antecederam houve alguma agitação e comentários na cidade e no quartel. No dia 31 de março, fomos informados de que eclodira, em Minas Gerais, um movimento contra o governo.

Minha Unidade, na verdade uma Subunidade isolada, era uma Companhia de Infantaria pequena – posteriormente foi extinta – estando o aquartelamento hoje ocupado pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (16º EsqdCMec), que foi transferido de Passo Fundo. Quando a Revolução foi deflagrada, a Companhia entrou em prontidão. Permanecemos no quartel até recebermos ordens para entrarmos em apronto operacional, embarcados e em condições de nos deslocarmos até a fronteira com Santa Catarina, para uma região próxima de Caçador e Joaçaba.

O nosso Comandante requisitou caminhões de empresas comerciais que foram levados para o interior do quartel. Lembro que uma parte do efetivo embarcou nos caminhões mas não chegou a sair pois receberam ordem para desembarcar e permanecer no quartel. Depois a prontidão foi suspensa, e o Comandante, Capitão de Infantaria Dimaróh de Marins Peixoto foi afastado do comando. Acreditava-se, na época, que o seu afastamento se dera por não ter cumprido a ordem de deslocar a Subunidade para Santa Catarina. O Subcomandante, Tenente Clelio Affonso Lemos, passou a responder interinamente pelo comando da Companhia.

Posteriormente, o comando do 13º RI de Ponta Grossa, ou outra autoridade superior, designou para a nossa Companhia o Capitão João da Cruz Albernaz Filho e o Aspirante Osires Fernandes de Souza. Este último, como Coronel, comandou em Cuiabá e, não faz muito tempo, já na reserva, era chefe da Segurança de Itaipu.

Um ou dois meses depois recebemos ordens para fazer vistorias em cidades próximas, localizadas na área sob a responsabilidade da Guarnição de Francisco Beltrão.

A finalidade dessas vistorias, ou patrulhas, era recolher o armamento da população, tendo em vista os movimentos subversivos que estariam se articulando naquela região, e também verificar a existência e atuação dos "grupos dos onze", liderados pelo Brizola. Fizemos diversas patrulhas e incursões, saindo do quartel e passando vários dias fora, recolhendo armas.

Como a situação era especial – vivíamos em ambiente revolucionário – entrávamos nas casas sem ordem judicial e revistávamos tudo, mas sempre com a preocupação de evitar excessos. Nunca presenciei nenhuma violência e, que eu saiba, ninguém foi maltratado pelo nosso pessoal. Só recolhíamos as armas de fogo. E foram muitas, todas de porte individual: revólveres, garruchas, espingardas e algumas metralhadoras INA, aquela produzida pela Indústria Nacional de Armamentos. Não encontramos explosivos e não apreendíamos as facas.

Como vocês identificavam a casa onde deveriam fazer essas revistas?

Não sei, o comandante da tropa é que determinava. Eu apenas recebia ordens, essa ou aquela casa, e as cumpria. Às vezes, até um casebre humilde revistávamos: chegávamos, batíamos e entrávamos. Hoje, acredito que estas incursões eram fruto de denúncias contra "grupos dos onze" que existiam na área e também para atender pedidos dos encarregados dos vários Inquéritos Policiais-Militares (IPM) realizados na nossa área e presididos por oficiais que vieram de Curitiba para Francisco Beltrão. Ao final, algumas pessoas foram presas.

Em síntese, o que eu vivi no período da implantação do regime revolucionário foi isso. Não foi muito, porque a área de atividade era restrita à minha graduação.

Sentiu entre os companheiros alguém que não estivesse conforme com a situação?

O pessoal se limitava a obedecer as ordens. Ninguém reclamava, talvez porque não entendêssemos o que estava acontecendo, não tivéssemos nenhum conhecimento sobre a situação e também porque éramos disciplinados. Aliás, o sulista em geral é disciplinado. Então, não se perguntava muita coisa.

Esse clima de desconfiança a que talvez o senhor esteja se referindo, vivi posteriormente, em 1968, já na vigência do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), quando servia na Brigada Pára-quedista. Lá, sim, havia um clima muito pesado dentro do quartel. Muitos oficiais não concordavam com a idéia de os ministros militares assumirem a Presidência da República.

Já no Governo do General Médici, cerca de quarenta oficiais embarcaram em viaturas militares e dirigiram-se ao Aeroporto do Galeão com o intuito de impedir a decolagem do avião que iria para o México levando os prisioneiros que foram trocados pelo embaixador americano Charles Elbrick, que havia sido seqüestrado.

Na parada do dia 7 de setembro, a Artilharia Pára-quedista, antigo Grupo de Obuses Pára-quedista (GOPqdt), em sinal de protesto, não desfilou.

O senhor era de Infantaria?

Sim, eu era infante e quando cheguei na Brigada Pára-quedista fui para o Regimento Santos Dumont que posteriormente foi desmembrado em três Batalhões independentes: o 25º, o 26º e o 27º. Fiquei no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (26º BIPqdt) até agosto de 1970; seis anos de pára-quedismo. Vivi um período muito importante da Revolução dentro da Brigada. O ambiente na Unidade, e no Rio de Janeiro, era muito diferente daquele que eu vivera na minha Companhia no interior do Paraná.

Só para complementarmos o assunto, aquele movimento da Artilharia foi liderado por quem?

Pelo Coronel Dickson Melges Grael. Soubemos depois que ele foi nomeado comandante do Grupo de Artilharia de Uruguaiana. Diziam que sua transferência para o Sul fora a título de castigo. Comentava-se na Infantaria que ele tinha sido audacioso: declarara na frente da tropa que a Artilharia não iria desfilar no dia 7 de setembro, porque ele não concordava com a liberação dos presos.

Esse pessoal era o mesmo que tentara impedir o embarque dos subversivos no Galeão?

Não, a maioria dos que foram ao Galeão eram de Infantaria. Trinta e nove oficiais pára-quedistas e um da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Foram com as viaturas e o armamento do quartel, mas chegaram atrasados. Lá na Brigada havia rumores de que eles acabaram entrando em atrito com o pessoal da Aeronáutica.

Como o avião já havia decolado, ou não conseguiram impedir a decolagem, foram até a Rádio Nacional e leram um manifesto. Depois veio a punição; vinte a trinta dias de prisão para cada um, cumprida em vários quartéis; até o 3º Regimento de Infantaria (3º RI) abrigou alguns dos oficiais punidos. Todos jovens capitães...

Um deles, o Capitão Eglair Barcelos Alves, era meu Comandante de Companhia na Brigada Pára-quedista. Serviu aqui na 6ª Divisão de Exército (6ªDE) e depois, como Coronel, foi nomeado comandante do 7º RI quando servia aqui no QG. Mas se acidentou em um jogo de futebol, bateu a cabeça e ficou momentaneamente incapaz. Em conseqüência, não assumiu o comando e mais tarde foi para a reserva.

Mais alguma observação sobre a sua passagem pela Brigada Pára-quedista?

Em 1968, quando foi assinado o AI-5, a situação ficou crítica. Na tropa só sabíamos aquilo que filtrava no meio dos graduados. Comentava-se que as atividades de Informações estavam centralizadas no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão

de Mesquita, na Companhia de PE da Vila Militar, e em São Paulo, na Operação Bandeirantes (OBAN). Comentavam que a atuação daqueles órgãos era bastante intensa.

Quando o senhor fala em atuação intensa, seria o quê?

Prisão e interrogatório do pessoal suspeito. Se houve excesso nestas atividades, eu não sei.

Até quando o senhor permaneceu na Brigada Pára-quedista e para onde foi transferido?

Até dezembro de 1970 quando vim para a Companhia Comando do III Exército (Cia Cmdo/III Ex), hoje CMS que, na época, ocupava o prédio onde atualmente está localizado o Museu.

Seus vínculos familiares permaneceram no Paraná?

Sim, embora eu seja meio cigano. Nasci em Santa Catarina, filho de pais gaúchos e fui criado em Pato Branco, no Paraná, próximo de Francisco Beltrão. Por isso incorporei na 1ª Companhia do 13º RI. Mas quando ingressei no Exército já tinha vontade de ser pára-quedista.

E não saiu mais de Porto Alegre?

Saí em 1979 para servir no Batalhão Especial de Fronteira (2º BEF) em Boa Vista, Roraima. No final de 1980, retornei à Companhia de Comando do Comando Militar do Sul (CMS) e fui designado para trabalhar na 2ª Seção do Estado-Maior.

Meu primeiro chefe de seção foi o Coronel Estanislau Kostka Majerkowski. Como Major, ele comandou o antigo Depósito de Armamento e Munição, destinação inicial do prédio da Companhia de Comando. O pavilhão era também chamado de Arsenal de Guerra.

O Majerkowski é de Cavalaria. Aspirante de 1951, uma turma na minha frente. Eu o conheci, era um homenzarrão!

Fumava cachimbo e era maçom. Um homem muito bom e muito correto. Pena que não tenha sido promovido a general. Fui chefiado depois pelo então Coronel Arlênio Souza da Costa. Após entregar o comando do 19º RI ele veio chefiar a 2ª Seção do CMS, e quando promovido a General, foi comandar a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz), em Cuiabá, MT. Foi um chefe fora de série. Muito humano e preocupado com os seus graduados, deixou uma ótima impressão para nós da 2ª Seção do CMS. Está na reserva e mora aqui em Porto Alegre. Além destes dois, também foi meu chefe o Coronel Antônio Pereira de Holleben. Hoje, já na reserva, reside em Florianópolis. Ele era muito amigo do então arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, um religioso que defendia abertamente os militares.

Voltemos ao seu primeiro período como sargento da Companhia Comando do III Exército. Embora naquela época ainda não estivesse trabalhando na área de Inteligência, pergunto se tomou conhecimento de algum fato relacionado com o nosso tema e que mereça ser comentado nesta entrevista?

Houve um fato que na época foi muito falado no círculo dos sargentos. Quando o Jango faleceu o seu corpo deveria ser transladado para o Brasil através de um determinado trajeto, estabelecido pelas autoridades competentes, e este trajeto não foi obedecido. O General Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha, tinha sido Chefe do Estado-Maior do III Exército e estava comandando a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), em Uruguaiana, permitiu que o corpo entrasse em território nacional através da ponte internacional (Passo de Los Libres/Uruguaiana), contrariando ordens recebidas.

Comentou-se, inclusive, que o General foi punido por não ter seguido à risca a orientação de não deixar o cadáver entrar por Uruguaiana, o que não deixa de ser um fato curioso. Não sei se é verdade!

Esse fato ocorreu e implicou a saída do Coronel Solon Rodrigues D'Ávila da Superintendência da Polícia Federal. Ele pediu exoneração por causa daquela confusão.

Tanto o General Mário Humberto quanto o Coronel Solon, seguindo a orientação do Gabinete da Vice-Presidência, permitiram que o féretro entrasse pela ponte de Uruguaiana. O Ministério do Exército divergia desta linha de ação. Do desentendimento entre as autoridades de Brasília, sobrou prejuízo para o pessoal do Sul. O General Mário Humberto foi recriminado e o Coronel Solon pediu sua saída da Superintendência da Polícia Federal do Rio Grande do Sul.

Voltando ao tema da nossa entrevista, nesse período de oito anos que permaneceu na 2ª Seção, chegou a trabalhar em operações de informações?

Não. Atuei sempre na área da produção do conhecimento. Em 1988 fui promovido a Segundo-Tenente do QAO. Do início de 1989 até 1996, trabalhei na 2ª Seção da 3ª Região Militar, mais limitada. Era uma Agência considerada classe B ou C. Ela não produzia conhecimento e hoje praticamente não existe mais, é apenas uma Subseção de Inteligência da 3ª Seção. Está voltada, como sempre esteve, para a proteção do público interno, operações comunitárias e coisas dessa natureza. As 2ªs Seções de Região, quando próximas de Comando de Área, não atuam efetivamente, como uma verdadeira seção de Inteligência.

Como e quando o senhor começou a trabalhar no CMS?

Em 1996 fui para a reserva e, em 1998, voltei, a convite do Coronel Athos Gabriel Lacerda de Carvalho, então Chefe da 2ª Seção do CMS, para trabalhar naquela

seção, onde estou até hoje. Continuo sendo Auxiliar de Analista como era quando estava na ativa, encarregado da produção de conhecimentos.

O nosso universo de conhecimentos é compartimentado, como não poderia deixar de ser. Cada elemento da cadeia de informações só tem conhecimento daquilo que ele pode e deve conhecer, mas ele não sabe porque não é conveniente. É um dos fundamentos doutrinários da Inteligência.

Uma parte do público interno diz que alguns fatos que vêm ocorrendo e que nos machucam muito seria o "revanchismo". Existe isso?

Acho que existe. Exemplo é esse fato recente que aconteceu em Bagé quando houve mudança do nome e a retirada da placa do ginásio com agradecimentos ao General Médici. O Prefeito de lá, do Partido dos Trabalhadores (PT), alegando não sei o quê retirou a placa e trocou tudo.

Um dos pontos de que se fala muito nessa área de informações é o problema da tortura, do excesso, na ânsia de conseguir informações. Trabalhei dois anos nessa área e vi alguns companheiros que eram mais agressivos, mas apenas no falar. Agressão física, propriamente, nunca vi. O senhor só trabalhou nesta área de 1980 para cá, um período bem menos conturbado. De qualquer forma, deve ter ouvido algo a respeito de exorbitância, de falta de estabilidade emocional de um ou outro elemento nosso, que gerasse uma agressão.

Aqui na área do então III Exército nunca ouvi falar. A não ser o caso daquele sargento das mãos amarradas, e posteriormente o dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias. Mas parece que foram ações da Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

Há algo mais que queira acrescentar?

Desejo apenas agradecer ao Exército esta oportunidade que me foi concedida de relatar a minha experiência profissional na Revolução de 1964 e no Sistema de Informações, ambas gratificantes. Muito obrigado!

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*356*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Outubro de 2004*